

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

MILTON JOSÉ DEIRÓ DE MELLO NETO

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A NOVA GEOPOLÍTICA DA FEDERAÇÃO RUSSA
PARA O ÁRTICO: OPORTUNIDADES ECONÔMICAS E PERCEPÇÕES DE
AMEAÇA COMO ELEMENTOS CONDICIONANTES DA AÇÃO REGIONAL
ASSERTIVA DA RÚSSIA**

Porto Alegre

2024

MILTON JOSÉ DEIRÓ DE MELLO NETO

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A NOVA GEOPOLÍTICA DA FEDERAÇÃO RUSSA
PARA O ÁRTICO: OPORTUNIDADES ECONÔMICAS E PERCEPÇÕES DE
AMEAÇA COMO ELEMENTOS CONDICIONANTES DA AÇÃO REGIONAL
ASSERTIVA DA RÚSSIA**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais. Linha de Pesquisa: Segurança Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi.

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Mello Neto, Milton José Deiró de
Mudanças climáticas e a nova geopolítica da
Federação Russa para o Ártico : oportunidades
econômicas e percepções de ameaça como elementos
condicionantes da ação regional assertiva da Rússia /
Milton José Deiró de Mello Neto. -- 2024.
300 f.
Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Ártico. 2. Rússia. 3. Geopolítica. 4. Mudanças
climáticas. 5. Degelo marítimo. I. Filippi, Eduardo
Ernesto, orient. II. Título.

MILTON JOSÉ DEIRÓ DE MELLO NETO

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A NOVA GEOPOLÍTICA DA FEDERAÇÃO RUSSA
PARA O ÁRTICO: OPORTUNIDADES ECONÔMICAS E PERCEPÇÕES DE
AMEAÇA COMO ELEMENTOS CONDICIONANTES DA AÇÃO REGIONAL
ASSERTIVA DA RÚSSIA**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais. Linha de Pesquisa: Segurança Internacional.

Aprovada em: Porto Alegre, 28 de maio de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Fabiano Pellin Mielniczuk

UFRGS

Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Junior

UFPB

Profa. Dra. Tamiris Pereira dos Santos

Loughborough University

RESUMO

O Ártico, região polar geograficamente situada no extremo norte do planeta, tem sido para a Federação Russa - desde a sua criação em 1991, logo após o colapso da União Soviética - uma nova fronteira absoluta de expansão. A referida região, isolada durante séculos em virtude de seu meio ambiente hostil e extremo, vem gradativamente tendo a ocupação por atores regionais ampliada por conta das novas condições climáticas criadas pelo processo de aquecimento global, mais intenso na região que no resto do planeta, permitindo à região uma penetrabilidade nunca antes vista - em sua atual intensidade - na história humana contemporânea. Isso, aliado a um processo de desenvolvimento tecnológico que permite a ampliação de operações, transporte, e mesmo as possibilidades de vida humana nesse ambiente extremo, tem tornado a região sujeita a um novo ciclo de competição entre potências. Esta alteração no status quo ambiental e geopolítico do Ártico tem feito desta região um ambiente desafiador para a Rússia, para muito além das limitações e dificuldades criadas pelo ambiente natural hostil e extremo da região polar. O objetivo do presente trabalho é analisar se estaria a Rússia se tornando mais agressiva no Ártico diante do novo cenário regional de mudança climática, degelo marítimo, ampliação de zonas polares navegáveis, aumento potencial de zonas de exploração de recursos naturais, e maior engajamento militar de outros estados na região.

Palavras-chave: Ártico. Rússia. Geopolítica. Mudanças climáticas. Degelo marítimo polar.

ABSTRACT

The Arctic, a polar region situated at the northernmost extremity of the planet, has emerged as a pivotal frontier for expansion for the Russian Federation since its inception in 1991, following the collapse of the Soviet Union. Historically isolated due to its harsh and extreme environment, this region has witnessed a gradual increase in occupation by regional actors, spurred by the changing climatic conditions induced by global warming. This warming trend, more pronounced in the Arctic than elsewhere on the globe, has facilitated unprecedented accessibility to the region—a development unseen in contemporary human history. Bolstered by advancements in technology, enabling expanded operations, transportation, and even human habitation in this unforgiving terrain, the Arctic has become a focal point for power competition among nations. This shift in the Arctic's environmental and geopolitical landscape presents Russia with a multifaceted challenge, transcending the inherent difficulties posed by its harsh natural environment. This study assesses whether Russia's stance in the Arctic is evolving towards a more assertive posture amidst the changing regional dynamics of climate change, sea ice retreat, expansion of navigable polar routes, potential resource exploration, and increased military engagement by other states in the region.

Keywords: Arctic. Russia. Geopolitics. Climate change. Melting sea ice.

Foi uma estrada longa, árdua, sinuosa, escorregadia, e por vezes bastante escura; mas duas luzes de amor por todo o tempo iluminaram meu caminho: Laura, minha filha, e Laís, minha esposa. A elas eu dedico esse trabalho.

O desenvolvimento da Rota do Mar do Norte merece uma atenção especial. Convidamos empresas de logística estrangeiras e países estrangeiros a utilizarem este corredor de transporte global. No ano passado, os volumes de carga ao longo desta rota atingiram 36 milhões de toneladas. Colegas, gostaria de chamar a atenção de vocês para o fato de que isso supera o máximo da era soviética em cinco vezes. Vamos tornar a Rota do Mar do Norte operacional durante todo o ano e expandir nossos portos no norte, incluindo o hub de transporte de Murmansk. Isso inclui, claro, um esforço para expandir nossa Frota do Ártico (Vladimir Putin, discurso à Assembleia Federal Russa, 29 de fevereiro de 2024).

AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho, por mais individual que seja, pode existir sem a colaboração – direta ou indireta - de várias outras pessoas. Dessa forma, cabe ao autor reconhecer essa relação, e fazer os agradecimentos a cada um que colaborou no processo.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família pelo amor e apoio incondicional em todos os momentos dessa caminhada: a Laura, minha luz e minha vida, pelos sorrisos e abraços e beijos que me fizeram e me fazem seguir em frente todos os dias da minha vida... te amo, filha!; a Laís, minha esposa, meu amor, minha melhor amiga, minha parceira de vida, por ter segurado minha mão nos momentos mais difíceis, *theskywascrumblingbutyouheld me tight*; aos meus pais, Milton e Márcia, por todas as infinitas palavras de estímulo que me deram força nessa caminhada desde o princípio, e pelo apoio e amor constantes, nos momentos fáceis e nos difíceis; aos meus irmãos Eric e Ellen por todo o amor e carinho, por me apoiarem sempre nas minhas empreitadas da vida; aos meus sogros Jorge e Najla pelas inúmeras horas de apoio fazendo Laura não sentir minha ausência, e pelo zelo comigo nos momentos cruciais de finalização da tese, do cafezinho do final da manhã *aobabaganoushno* final da tarde; a Luisa, minha cunhada, pelas lições de modelagem de dados, sem o que talvez eu não conseguisse passar da página 2 da construção de causalidade; ao meu *brother fromanothermother* Luiz Paulo, pela paciência de ouvir minha hipótese por telefone inúmeras vezes, mesmo separados por uma área de conhecimento, um oceano e três horas de fuso; por fim, a Gina e Mary, que se tornaram família de coração, pelo cuidado de todo dia comigo e com minha família. A todos vocês, meu amor e meu muito obrigado!

Em segundo lugar, agradeço a meu orientador Eduardo Filippi, que tornou-se um amigo querido e me mostrou que a academia também é lugar de cuidado, apoio, construção e crescimento. Edu, sua parceria foi fundamental para que esse trabalho chegasse ao fim. Muito, muito obrigado!

Em terceiro lugar, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS por ter me dado as ferramentas para meu crescimento acadêmico, profissional, intelectual e humano. Agradeço em especial àqueles professores que estiveram mais próximos a mim e que muito me inspiraram, gigantes em cima de cujos ombros eu pude ver mais longe: Érico Duarte, Eduardo

Svartman, José Miguel Quedi, Sílvia Feraboli, Eduardo Filippi e Verônica Korber. Agradeço também aos colegas de turma do PPGEI, que suportaram comigo as agruras de uma pandemia iniciada já na primeira semana de aulas do PPGEI, que se arrastaria por dois longos anos. Graças a vocês, estive fisicamente isolado, mas nunca sozinho. Especial obrigado ao querido Matheus Fröhlich e às queridas Gabriela Chagas, Marianna Rodrigues, Jaíne Garcia, Midred Barreto e Denise De Rocchi, por termos passado juntos por isso tudo, do início ao fim (enfim, o fim!).

Em quarto lugar, agradeço àquelas pessoas dos meus vários círculos de convivência que me ouviram falar sobre meu tema e que – com opiniões, sugestões, discussões e críticas - contribuíram para esse processo: Alana Santana, Rodolfo Campana, Tarso Nogueira e Raul Arruda, colegas da área de Defesa e Segurança do SENAI CIMATEC, que me ouviram falar incontáveis vezes sobre o meu tema; Tiago Luedy, amigo-irmão e colega de trabalho da Federal do Amapá, que compartilha comigo o interesse sobre a Rússia; Manuela Di Tullio, que me apoiou na fase inicial do doutorado; André Carvalho, da ECEME, pelos *insights* fundamentais dos estudos estratégicos; Augusto Dall'agnol, Felipe Dalcin, e Larleciane Picolli, colegas do *thinktank* ISAPE, que me apoiaram bastante com bibliografia, deles próprios ou de terceiros, sobre a Rússia, e ao Fabrício Ávila, cujos mapas foram inspiração para minhas próprias projeções cartográficas; HMA Stephanie al-Qaq, DHM Melanie Hopkins, e Martin Whalley, colegas da Missão Diplomática do Reino Unido no Brasil, que se interessaram pelo meu tema e me trouxeram, com seus conhecimentos e vasta experiência de *foreign policy practitioners*, novas ideias ao longo dos nossos debates sobre o Ártico; ao presidente do CONDEFESA FIEB Luiz Garcia Hermida, um geopolítico de coração (e economista de formação), que me ajudou a rever mapas e deu inestimáveis sugestões de melhoria no trabalho; ao Capitão de Mar-e-Guerra Leonardo Silva Reis, experiente oficial da Marinha do Brasil, que trouxe importantes contribuições para a minha melhor compreensão do ambiente operacional naval e de questões relativas à navegabilidade em águas operacionalmente complexas; por fim, ao Coronel Américo Heckert, competente assessor parlamentar da 6ª Região Militar do Exército Brasileiro, por todas as lições sobre geopolítica ao longo dos nossos anos de convivência, e pelos bons debates travados durante todo esse tempo.

Em quinto lugar, mas não menos importante, agradeço aos membros da minha banca de avaliação da tese, Dr. Fabiano Mielniczuk, Dr. Augusto Teixeira Jr.,

e Dra. Tamiris Santos, cuja escolha para compor esse colegiado deu-se pela influência que eles exerceram na minha trilha formativa, e por estarem entre minhas principais referências acadêmicas nas suas respectivas áreas.

Por fim, encerro meus agradecimentos com uma das minhas passagens favoritas das Memórias Póstumas de Brás Cubas, talvez o mais dostoiévskiano personagem de Machado de Assis: “A obra em si mesma é tudo; se te agradar, fino leitor, pago-me da tarefa; se te não agradar, pago-te com um piparote, e adeus”.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recursos no Ártico: Principais recursos de petróleo e gás, e atividades de mineração no Ártico	92
Figura 2 - Área anual mínima de extensão do gelo marítimo no Ártico entre 1979 e 2023	93
Figura 3 - Extensão do gelo marítimo no Ártico ao longo do verão (período de menor cobertura criogênica), com comparativos da média da série histórica (1981-2010) com os anos de 2012 (mínimo histórico absoluto), e o intervalo 2019-202.....	94
Figura 4 - Média mensal da extensão do gelo marítimo no Ártico (1979-2024) ...	96
Figura 5 - Média diária da extensão do gelo marítimo no Ártico em três intervalos interpretativos: 2023 (6º resultado mais baixo da história), 2012 (resultado mais baixo da história, e faixa média da série histórica 1981-2010	97
Figura 6 - Extensões mínima (setembro) e máxima (março) do gelo marítimo no Ártico nos anos de 1990 e 1991	98
Figura 7 - Extensões mínima (setembro) e máxima (março) do gelo marítimo no Ártico nos anos de 2020 e 2021	99
Figura 8 - Extensão mínima do gelo em setembro de 2023	100
Figura 9 - Extensão mínima do gelo marítimo no Ártico no ano de 1979	102
Figura 10 - Extensão mínima do gelo marítimo no Ártico no ano de 1989	102
Figura 11 - Extensão mínima do gelo marítimo no Ártico no ano de 2022	103
Figura 12 - Extensão mínima do gelo marítimo no Ártico no ano de 2023	103
Figura 13 - Anomalia da temperatura do planeta causada por efeitos da mudança climática, dados até 2010	104
Figura 14 - Anomalia da temperatura do planeta causada por efeitos da mudança climática, dados de fevereiro de 2024 comparados à média histórica desde 1850	105
Figura 15 - Projeção futura de Amplificação Ártica para o intervalo 2080-2099, medido e normalizado com os dados do intervalo 1981-2000	106
Figura 16 - Gráfico mostrando a evolução histórica e tendência linear crescente de amplificação do Ártico desde 1979, com dados até 2021	107
Figura 17 - Evolução histórica 1900-2023 das tendências anômalas de variação de temperatura no Ártico em comparação com a média global sobre zona terrestre e sobre os oceanos	108

Figura 18 - Mapa indicando as variações positivas e negativas de temperatura por área no Ártico para o ano de 2022, seguindo de gráfico mostrando a evolução do aquecimento global comparado, com a média mundial (cinza) e do Ártico (vermelho). Percebe-se que, a partir de 2005, o aquecimento do Ártico passou a superar, anualmente e como regra, a média de aquecimento do resto do mundo.....	109
Figura 19 - Anomalia da temperatura do ar em 2022, com base referencial na média 1991-2020, medido pela Agência Espacial Europeia	110
Figura 20 - Dados de anomalia do ar próximo à superfície do Ártico, transição de 2021 para 2022	111
Figura 21 - Tendências de variação de gelo marítimo no Ártico em dois períodos de tempo: 1979-1983 e 2014-2018	113
Figura 22 - Estimativas de espessura de gelo no inverno Ártico.....	115
Figura 23 - Percentual de gelo marinho no Oceano Ártico para a semana de 12 a 18 de março (fim do inverno) no intervalo de 1985 a 2022	116
Figura 24 - Variação do volume de gelo marítimo no Ártico entre 2004 e 2021...	117
Figura 25 - Probabilidade de navegabilidade no Ártico considerando quatro cenários climáticos do IPCC	122
Figura 26 - Índice de navegabilidade no Ártico com base na estrutura da criosfera marítima	124
Figura 27 - Índices de navegabilidade do Ártico para navios de águas abertas em setembro, em duas janelas temporais (2021-2030 e 2045-2055), no cenário IPCC SSP5-8.5.....	126
Figura 28 - Percentual de espaços de navegabilidade para navios de classe polar 6 (PC6) e de águas abertas (OW), em duas janelas temporais (2021-2030 e 2045-2055), em dois cenários IPCC (SSP5-8.5 e SSP2-4.5).....	128
Figura 29 - Resultados do Índice de Risco POLARIS/IMO, com dados projetados de 2015 e 2016 para a janela de medição 2011-2020	129
Figura 30 - Janelas de navegabilidade de navios polares PC1A em três condições de gelo marítimo: baixa concentração (a), concentração normal (b), e concentração extrema (c)	130
Figura 31 - Rotas navais do Ártico	138
Figura 32 - Mapeamento feito pelo USGS do potencial de petróleo (a) e gás (b) no Ártico	141
Figura 33 - Rotas navais e portos no Ártico	144

Figura 34 - Mapa das bases científicas criadas durante o Primeiro Ano Polar Internacional.....	206
Figura 35 - Mapa mundi com o Ártico como ponto central, mostrando os dois grandes blocos geopolíticos da Guerra Fria: o bloco capitalista liderado pelos EUA (em verde) e o bloco comunista liderado pela União Soviética (em vermelho). Na cor cinza está o bloco dos países não-alinhados.....	226
Figura 36 - Mapa das disputas territoriais no Ártico	241
Figura 37 - Mapa da expansão de bases militares russas na região do Ártico, com a indicação das Zonas Econômicas Exclusivas atuais, a Cordilheira de Lomonosov e campos de gás e petróleo já descobertos na região	242
Figura 38 - Bases militares russas no Ártico e seu complexo imediato.....	261
Figura 39 - Alcance operacional das aeronaves russas no Ártico, sem reabastecimento em voo, operando a partir de Nagurskoye.....	265

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Membros do Conselho do Ártico, com indicação de status e data de adesão	151
Quadro 2 - Relações do Conselho do Ártico com outras Organizações Internacionais, Instituições Internacionais, Comitês Executivos/Implementativos de Acordos Internacionais, e Corpos de Governança Internacional e/ou Regional ..	154
Quadro 3 - Comparativo de membros do Conselho do Ártico em relação à participação na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS)	158
Quadro 4 - Disputas territoriais marítimas ativas no Ártico, derivadas da interpretação da UNCLOS por seus membros.....	161
Quadro 5 - Tratados e Acordos Internacionais aplicáveis ou relevantes para o Ártico	164
Quadro 6 - Lista de expedições oficiais de Estado para o Ártico nos séculos XVI e XVII, com indicação do respectivo ano, explorador, país de bandeira da expedição, e local encontrado	189
Quadro 7 - Lista das principais expedições para o Ártico nos séculos XVIII e XIX, com indicação do respectivo ano, explorador, país de bandeira da expedição, local encontrado, objetivo atingido ou fato ocorrido.....	200
Quadro 8 - Lista das principais expedições para o Ártico no século XX anteriores à Revolução Russa, com indicação do respectivo ano, explorador, país de bandeira da expedição, e local encontrado, objetivo atingido ou fato ocorrido	208
Quadro 9 - Legislação Soviética sobre o Ártico ou com impacto sobre a região polar	219
Quadro 10 - Lista das principais expedições oficiais soviéticas para o Ártico no século XX, antes da Segunda Guerra Mundial.....	221
Quadro 11 - Lista das principais expedições não-soviéticas para o Ártico no século XX após a Revolução Russa e antes da Segunda Guerra Mundial, com indicação do respectivo ano, explorador, país de bandeira da expedição, e local encontrado, objetivo atingido ou fato ocorrido.....	222
Quadro 12 - Comparativo dos termos utilizados nos Fundamentos da Política de Estado da Federação Russa para o Ártico até 2020 e até 2035.....	254
Quadro 13 - comparativo da Velha e da Nova Geopolítica Russa para o Ártico..	266

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Anti-Ballistic Missile
AC	Arctic Council
CA	Conselho do Ártico
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CLCS	Commission for the Limits of the Continental Shelf
ESA	European Space Agency
EU	European Union
EUA	Estados Unidos da América
FSB	Federalnaya Sluzhba Bezopasnosti
GEE	Gases do Efeito Estufa
GHG	Greenhouse Gas
GRU	Glavnoje Razvedyvatelnoje Upravlenije
G7	Group of 7
ICBM	Inter Continental Ballistic Missile
ICJ	International Court of Justice
IACS	International Association of Classification Societies
IMO	International Maritime Organization
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
IRBM	Intermediate Range Ballistic Missile
KMD	Koopman Mode Decomposition
LCM	Landing Craft Mechanized
LST	Landing Ship for Tanks
MB	Marinha do Brasil
MRBM	Medium Range Ballistic Missile
NASA	National Aeronautics and Space Administration
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NOAA	National Oceanic and Atmospheric Administration
NSIDC	National Snow and Ice Data Center
NSR	Northern Sea Route
OMI	Organização Marítima Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PIB	Produto Interno Bruto
POLARIS	Polar Operational Limit Risk Assessment System
PROANTAR	Programa Antártico Brasileiro
PSR	Polar Silk Road
RN	Royal Navy
RSFSR	República Socialista Federal Soviética da Rússia
SOLAS	Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar
SSBN	Submarino de Propulsão Nuclear com Mísseis Balísticos
SSGN	Submarino de Propulsão Nuclear com Mísseis de Cruzeiro
SSN	Submarino de Propulsão Nuclear
SSK	Submarino Convencional de Propulsão Diesel-Elétrica
SRBM	Short Range Ballistic Missile
SSP	Shared Socioeconomic Pathways
SVR	Sluzhba Vneshney Razvedki
UArctic	University of the Arctic
UN	United Nations
UNCLOS	United Nations Convention on the Law of the Seas
UNFCCC	United Nations Framework Climate Change Covenant
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US	United States
USGS	United States Geologic Survey
USN	United States Navy
USSR	Union of the Soviet Socialist Republics

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	DEFINIÇÃO GEOGRÁFICA DO ÁRTICO, SUA VISÃO ESTRATÉGICA PARA A RÚSSIA E SEU POTENCIAL ECONÔMICO.....	25
1.2	PERGUNTA, HIPÓTESE E OBJETIVOS	30
1.3	ARCABOUÇO TEÓRICO E SUA ADEQUAÇÃO.....	32
1.4	METODOLOGIA.....	33
1.5	ESTRUTURA DA TESE.....	34
2	ROBERT GILPIN, ESTABILIDADE HEGEMÔNICA E O COMPORTAMENTO RUSSO NO ÁRTICO	36
2.1	A TEORIA DA ESTABILIDADE HEGEMÔNICA DE GILPIN	41
2.2	RELAÇÕES SOCIAIS DA RÚSSIA COM PAÍSES DO CONSELHO DO ÁRTICO	62
3	EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO ÁRTICO E SEUS IMPACTOS NO TERRITÓRIO DA RÚSSIA.....	77
3.1	A ALTERAÇÃO DA CRIOSFERA PELA MUDANÇA CLIMÁTICA E SEUS EFEITOS NO AMBIENTE POLAR ÁRTICO: DEGELO E AUMENTO DAS CONDIÇÕES DE NAVEGABILIDADE.....	86
3.2	CARTOGRAFIA ECONÔMICA E GEOPOLÍTICA DAS ALTERAÇÕES TERRITORIAIS NO TERRITÓRIO RUSSO ORIUNDAS DA MUDANÇA CLIMÁTICA.....	136
3.3	IMPACTOS GEOGRÁFICOS E NORMATIVOS NA NOVA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL ÁRTICA DA RÚSSIA E A NOVA IMAGINAÇÃO CARTOGRÁFICA DA RÚSSIA SOBRE O ÁRTICO	145
4	MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A NOVA GEOPOLÍTICA DA FEDERAÇÃO RUSSA PARA O ÁRTICO	169
4.1	“A ÚLTIMA TERRA IMAGINÁRIA”: DESCOBERTA E EXPLORAÇÃO DO ÁRTICO NAS VÁRIAS RÚSSIAS PRÉ-SOVIÉTICAS (900 d.C – 1917) ...	175
4.2	DAS VÁRIAS RÚSSIAS ÀS VÁRIAS UNIÕES SOVIÉTICAS: EXPANSIONISMO E DEFENSIVISMO NA OCUPAÇÃO DO ÁRTICO (1917-1991).....	210
4.3	O ÁRTICO NA RÚSSIA PÓS-SOVIÉTICA: A TRANSIÇÃO DE IELTSIN E A ASCENSÃO DE PUTIN	230

4.3.1	O Ártico Russo com Ieltsin (1991-1999): transição para a crise.....	231
4.3.2	O Ártico Russo com Putin (2000-2008): reconstrução	234
4.3.3	O Ártico Russo com Medvedev/Putin (2008-2024): expansionismo e tensionamento	237
4.4	OPORTUNIDADES ECONÔMICAS PARA O ÁRTICO COM O AVANÇO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DOS ESTUDOS DO USGS (2009) AOS ESTUDOS DA FEDERAÇÃO RUSSA	243
4.5	O APROFUNDAMENTO DA CRISE RELACIONAL ENTRE A RÚSSIA E O OCIDENTE: GEÓRGIA (2008), CRIMEIA (2014), UCRÂNIA (2022), E A NOVA EXPANSÃO RESPONSIVA DA OTAN (2023-2024)	248
4.6	POLÍTICA E ESTRATÉGIA RUSSAS PARA O ÁRTICO EM 2008 E 2020	253
4.7	DEFESA ATIVA, TENSIONAMENTO ESTRATÉGICO EMILITARY BUILDUP: A NOVA GEOPOLÍTICA DA RÚSSIA PARA O ÁRTICO.....	257
5	CONCLUSÃO	267
	REFERÊNCIAS	278

1 INTRODUÇÃO

O Ártico, região polar geograficamente situada no extremo norte do planeta, tem sido para a Federação Russa - desde a sua criação em 1991, logo após o colapso da União Soviética - uma nova fronteira absoluta de expansão.

De um lado é considerada nova, apesar de ocupada há séculos, pelo fato de que somente em tempos recentes – muito em virtude da mudança climática e do advento de novas tecnologias – tornou-se possível um processo acelerado de ocupação e exploração regional, tanto para propósitos econômicos quanto para propósitos militares. Da mesma forma, novas tecnologias de construção, aquecimento, transporte e mesmo de vestuário possibilitaram a ampliação da migração para o Ártico, facilitando em termos relativos a vida naquele clima extremo. Do outro lado é considerada uma fronteira absoluta porque, por sua característica geográfica, mantém simultaneamente uma condição de fronteira de proteção estratégica e de “última fronteira” de expansão geopolítica e geoeconômica.

A referida região, isolada durante séculos em virtude de seu meio ambiente hostil e extremo, vem gradativamente tendo a ocupação por atores regionais ampliada por conta das novas condições climáticas criadas pelo processo de aquecimento global, mais intenso na região que no resto do planeta (Hogg; Fonoberova; Mezić, 2020), com consequências a dissolução dos grandes blocos de gelo na região ártica (Zellen, 2009) e abertura à navegação prolongada, permitindo à região uma penetrabilidade nunca antes vistana história humana contemporânea. Isso, aliado a um processo de desenvolvimento tecnológico que permite a ampliação de operações, transporte, e mesmo as possibilidades de vida humana nesse ambiente extremo, tem tornado a região sujeita a um novo ciclo de competição entre potências regionais (Ebinger; Zambetakis, 2009) e mesmo extra-regionais (Tillman; Yang; Nielsson, 2018).

Esta alteração no *status quo* ambiental e geopolítico do Ártico tem feito desta região um ambiente desafiador para a Rússia, para muito além das limitações e dificuldades criadas pelo ambiente natural hostil e extremo da região polar. Conforme afirmado por Ebinger e Zambetakis (2009, p.121),

[...] a mudança climática global catapultou o Ártico para um centro de interesse geopolítico, já que seu degelo tem transformado a região,

originalmente uma de interesse científico, em um vórtice de preocupações ambientais, de segurança nacional e de competição comercial, com implicações profundas para os sistemas legal e político internacionais.

Isso porque outros países que possuem territórios no Ártico também têm ampliado suas ações econômicas e militares dentro do espaço polar, em especial aqueles da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que ou possuem território no Ártico, ou participam no complexo geográfico regional¹.

Com esse novo cenário de descortinando, a Rússia, ciente do seu poder relativo em relação ao eixo Euro-Americano, buscou no fortalecimento do eixo Pequim-Moscou um elemento desafiador da hegemonia do eixo Atlântico liderado pelos Estados Unidos na Europa através da OTAN. Assim, ao contrabalançar o poder do bloco ocidental, aquele país trouxe à tona a manutenção da tradição do estado russo em se colocar como uma “nação eurasiática”, que remonta às políticas anticidentais tanto da União Soviética quanto do próprio Império Russo, e que em geral são bem-vistas por Pequim, como demonstra a Declaração Conjunta Sino-Russa de fevereiro de 2022².

Conseqüentemente, o expansionismo russo no Ártico, longe de ser uma abertura para o mundo, pode ser visto como uma retomada contemporânea da política defensiva das estepes (Pincus, 2020a, p. 53) que, desde a época imperial (em especial a partir do século XVIII), influenciou o pensamento estratégico russo e serviu de base para a montagem do ideal da *Novorossiya*, ou “Nova Rússia”, agregando ao território chefiado por Moscou todas as regiões fronteiriças que servirem à defesa territorial do país (Mello Neto, 2016), tornando assim o círculo polar um importante condicionante estratégico³ para a Rússia, bem como uma

¹ O acesso ao Ártico pode ser feito a partir da Ásia, cruzando os territórios de EUA (Alaska) e Rússia através do Estreito de Behring, ou a partir do Atlântico Norte, pela Baía de Baffin (entre Canadá e Groenlândia, pertencente à Dinamarca) ou pelo *GIUK Gap*, ponto estratégico de passagem entre Groenlândia, Islândia e Reino Unido. Este ponto estratégico faz com que mesmo um país que não compõe a região geográfica do Ártico – o Reino Unido – tenha interesses polares para além da exploração científica.

² Sobre essa declaração, interessante ver a análise de Berzina-Serenkova e Rühlig (2023).

³ Por condicionante estratégico entenda-se uma região que, por sua natureza, seu potencial, suas limitações e suas vulnerabilidades, torna-se central no planejamento geopolítico de um país, independentemente de estar situado numa área central – numa *heartland*, para aqui utilizar o conceito clássico de Mackinder (1904) – ou numa zona tradicionalmente vista como periférica. O Ártico russo tem essa característica de condicionante estratégico, e isso ocorre por dois motivos: primeiramente porque condiciona a visão estratégica do espaço polar russo e das demais regiões em que Moscou exerce seu poder, vinculando uma certa distribuição global de capacidades sempre em consideração àquelas que serão deixadas, ofensiva ou defensivamente, na região ártica; em segundo lugar, porque condiciona a auto-visão russa na sua busca por identidade, além

importante ferramenta de construção identitária (Mello Neto, 2016) e fortalecimento do poder interno do grupo político atualmente governando o país.

Esse uso político da construção imagética em torno do Ártico por parte de Moscou traduziu-se em uma transição da visão russa dessa região como zona preferencial de cooperação para uma visão desta área como uma espécie de *heartland* polar (Burke, 2022; Yablokov, 2018; Lipman, 2015), zona essencial à existência da Rússia como nação soberana. Tais mudanças na política interna russa, associadas à intensificação do degelo polar provocado pelas mudanças climáticas, têm acentuado essa competição e aumento de tensão na região do Ártico (Zysk, 2020; Zellen, 2009). Acrescenta-se a isso o acelerado processo de militarização da região (Zysk, 2020, 2011), em virtude da necessidade de proteção dos recursos naturais árticos (Zysk, 2020; Zellen, 2009), por todos os atores regionais, mas mais fortemente pela Rússia (Maxar, 2020).

Nesse sentido, considerando que mais de 20% do PIB russo vem de *commodities* e outros produtos da região (Zysk, 2020), e considerando que essa é uma fronteira que a Rússia faz com países da adversária OTAN, é natural e automática a percepção de Moscou sobre a vulnerabilidade da região, em especial após a entrada da Suécia e da Finlândia na OTAN, entre os anos de 2023 e 2024, o que eleva para 7 os países da organização que são atores do Ártico. É importante destacar, no entanto, que essa vulnerabilidade e o risco de agressão por parte da OTAN não são dados certos, e não necessariamente correspondem a uma realidade específica (Zysk, 2022), embora traga verossimilhança para as suspeitas russas em relação à dinâmica de poder do bloco ocidental na região. Trata-se de percepções do governo russo, e seus reflexos no pensamento estratégico desse país.

É importante destacar que a riqueza mineral subaquática da região, derivada de uma complexidade geológica ainda largamente não mapeada (Ebinger; Zambetakis, 2009), torna a região estratégica para todos os *players* regionais e extrarregionais envolvidos na geopolítica da região, inclusive em termos econômicos. Ainda que os mapeamentos mais recentes de recursos na região

de igualmente condicionar a percepção russa sobre a ação dos demais atores na região e fora dela.

sejam baseados num único estudo⁴, feito em 2009 (Gautier *et al.*, 2009) pelo United States Geological Survey (USGS), o interesse despertado nos países da região – e mesmo em atores extra-regionais – fez com que, independentemente da realização de novos estudos prospectivos, os respectivos governos regionais passassem a supor existir no Ártico uma reserva de hidrocarbonetos de grandes dimensões.

Dessa forma, tais países passaram a orientar suas políticas – inclusive a externa e a de defesa – para proteger esse potencial (Wall; Wegge, 2023). Destaque-se o fato de que a maior parte dos recursos de óleo e gás mapeados nesse estudo ficam em território marítimo da Rússia, promovendo um natural tensionamento na Rússia, não apenas entre os dois eixos combinados – interno e externo - da sua política exterior, mas o próprio choque de um lado entre o plano de crescimento econômico polar conduzido por um capitalismo de estado e do outro o pensamento estratégico-militar defensivista soviético e da Federação (Zysk, 2020), acumulado histórico da própria era de consolidação do estado russo (Mello Neto, 2016). Isso porque, na visão de Zysk (2020, p. 6): “Para simplificar a questão, pode-se dizer que a política russa no Ártico pode ser vista como uma relação de trabalho entre otimismo econômico e pessimismo securitário”. Nesse sentido, conforme debatido por Deiró (2016, p. 100), “a Rússia historicamente tem agido em suas regiões fronteiriças a partir de uma política [...] de segurança e defesa das estepes⁵, onde se situa o poderio do estado russo”.

Isto faz com que o Ártico – que se torna cada vez menos inexpugnável com o degelo provocado pelas mudanças climáticas – seja transmutado em mais uma região fronteiriça estratégica, já que geograficamente é o “fecho” norte do quadrilátero protetivo⁶ das estepes e do centro de poder russo em Moscou.

Essa disputa de poder para exploração de recursos econômicos tem inclusive

⁴ Esse estudo feito pela USGS viraria, em 2011, um artigo expandido publicado por Gautier, Bird *et al.* em livro sobre geologia de petróleo. Apesar de já terem sido feitas há mais de 10 anos, tais trabalhos seguem sendo as principais referências na questão de recursos naturais subaquáticos no Ártico.

⁵ Essa zona vital da Rússia – algo como sua *Heartland* – é a zona compreendida entre o eixo Mar Báltico-Ártico e fronteira com a Noruega ao norte, Montes Urais a leste, o eixo Mar Cáspio-Cáucaso-Don/Azov ao sul, e a longa fronteira com Ucrânia, Belarus, Letônia e Estônia a oeste. Mais recentemente, com a entrada da Finlândia na OTAN, esse eixo a oeste se expandiu, até encontrar o eixo norte na fronteira com a Noruega.

⁶ Quadrilátero de complexos limítrofes naturais que protegem a estepe russa, vistos na nota anterior, formado pelos Montes Urais a leste, pelo Ártico ao norte, pelo corredor Báltico-Belarus-Ucrânia Oriental a oeste e pelo complexo Azov-Cáucaso-Cáspio ao sul. Mello Neto (2016, p. 102), define a região como “hexágono” porque leva em consideração o direcionamento dos marcos geográficos individualmente considerados. Para efeito do presente trabalho, considerou-se quadrilátero por uma composição de complexos limítrofes naturais integrados entre si.

desafiado questões postas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). No que tange à delimitação territorial marítima do Ártico, tem havido uma intensa disputa dos *Arctic Five*⁷ (cinco países com fronteiras territoriais na região do Oceano Ártico: EUA, Canadá, Rússia, Dinamarca e Noruega, também membros do Conselho do Ártico) sobre a aplicação das 200 milhas de zona econômica exclusiva (ZEE) e na questão da livre-navegação para fins civis (que a Rússia tem gradualmente restringido ou controlado de forma intensa no seu território costeiro e adjacente). Isso se agravará à medida em que o gelo derrete e a navegabilidade aumenta, criando possibilidades de novas rotas navais para transporte – e para operações militares.

Dessa forma, as alterações ocorridas no processo geográfico e político na região do Ártico têm alterado profundamente o próprio relacionamento da Federação Russa com a região e com seus rivais tradicionais (Zysk, 2020; Pincus, 2020a). Moscou, assim, passa a ver não apenas os potenciais econômicos outrora limitados pelos desafios naturais e geopolíticos da região, mas também oportunidades tidas a partir da gradual fragmentação de poder nesse complexo regional geográfico e de segurança, buscando um equilíbrio entre estratégia de expansionismo econômico e o pensamento defensivista militar que orienta a dinâmica de *expandir-para-defender* esboçado ao longo de toda a história russa (Zysk, 2020), padrão histórico mantido pela Rússia ao longo de todo o século XX com alterações conjunturais.

Dessa maneira, como os ambientes operacionais terrestre e naval tornam-se cada vez mais potencialmente utilizáveis na ocasião de uma guerra travada no Ártico à medida que o degelo ártico avança, a Rússia altera sua geopolítica regional para responder a essas ameaças militares, às ameaças das mudanças climáticas, bem como todas as oportunidades daí derivadas.

De um lado, o aumento de navegabilidade e manobrabilidade ajudam a passagem de grandes frotas navais pela região (incluindo os *Carrier Strike Groups* da Marinha dos EUA, a arquirrival da Marinha Russa), e o virtual desaparecimento

⁷ O grupo dos Arctic Five é composto por 5 dos 8 países do Conselho do Ártico: EUA, Canadá, Rússia, Dinamarca e Noruega, que têm território (terrestre ou marítimo) no Oceano Ártico. Os outros 3 países daquele Conselho, Islândia, Suécia e Finlândia, estão geograficamente dentro do espaço conceitualmente definido como Ártico, mas não possuem território no Oceano Ártico. A Islândia, embora esteja próxima ao sul da Groenlândia, está geograficamente situada entre os mares de Labrador e da Noruega, portanto não estando em território do Oceano Ártico, embora esteja integrado ao seu ecossistema.

do gelo polar na costa da Rússia, projetado para ocorrer a partir de 2030 (Zhou *et al.*, 2021; Hogg; Fonoberova; Mezic, 2018, 2020; Gascardet *et al.*, 2017; Wang *et al.*, 2016; Stroeve; Meier, 2011), trazem a possibilidade de incursões de forças expedicionárias inimigas em território russo, a partir de um desembarque anfíbio; bem como a perda da cobertura de gelo que ocultava submarinos russos das aeronaves e navios inimigos em operação de guerra antissubmarino. Do outro, menos gelo significa mais operacionalidade para navios de extração e processamento de petróleo e minerais no mar territorial e Zona Econômica Exclusiva da Rússia.

Também o descongelamento do *permafrost*⁸ tem esse efeito dual (positivo/negativo): de um lado, tem colocado em risco as estruturas produtivas e estratégicas do Ártico, as quais colapsam quando o líquido congelado na terra derrete e é liberado para a bacia hidrográfica, fazendo com que o solo perca a necessária sustentação para manter os prédios e estruturas em pé, o que já tem ocorrido em plantas de extração de gás (Langeret *et al.*, 2023), e podem ocorrer em instalações militares, prejudicando a estabilidade operacional daquela unidade; do outro, abre possibilidade de exploração de outras riquezas à medida em que a terra gelada começa a derreter.

Todas essas alterações vêm provocando uma rediscussão da própria natureza da geopolítica polar da Rússia, e vem consolidando uma estratégia própria da Rússia, que a partir de uma leitura Realista⁹ da conjuntura polar face à conjuntura global promove ações específicas aproveitando-se do tensionamento

⁸ *Permafrost* é um termo técnico da geologia, da engenharia e da glaciologia que se refere, simplificada, à terra úmida que é congelada pelas temperaturas extremamente baixas do Ártico e se tornam estruturas físicas robustas e resistentes como concreto, permitindo que construções pesadas sejam feitas em sua superfície. O nome *permafrost* deriva de *permanent frost* (congelamento permanente, em tradução livre), e embora seja consolidado como fenômeno natural na literatura especializada global, ainda está sujeito a discussões como a indicada por Chu (2020), pelo fato de que o termo teria sido supostamente mal traduzido por geólogos americanos a partir da expressão em russo *vechnaia merzlota* (que numa tradução livre significa “solo congelada duradouro no tempo”). A polêmica gira em torno de que o *permafrost* não seria, em si, permanente, mas sim dependente das condições climáticas locais, o que o tornaria efetivamente um “solo congelado duradouro”, enquanto subsistissem as condições climáticas para essa manutenção. Essa discussão não costumava fazer sentido no passado, quando as temperaturas globais afetavam pouco o Ártico, que mantinha sua variabilidade climática relativamente intacta, fazendo com que o *permafrost* parecesse efetivamente permanente. Hoje em dia, no entanto, essa discussão foi reacendida em virtude do colapso do *permafrost* em várias partes do Ártico. Curiosamente, essa discussão começou em 1953 e remonta à geóloga russa Inna Poiré, que trabalhou no serviço de geologia da União Soviética antes de migrar para os Estados Unidos e se unir ao United States Geological Survey (USGS). Ela foi a primeira a questionar o erro de tradução da expressão russa para o inglês (sobre essa nota, ver Chu, 2020).

⁹ Em maiúsculo por se referir à teoria do Realismo Político.

com o Ocidente, e a partir de uma medida ponderada dos custos marginais *versus* benefícios marginais (Gilpin, 1981) define os limites de sua ação agressiva na região.

Como no caso de qualquer país com possibilidade de projeção de poder, o cálculo político feito por Moscou é afetado profundamente pela dinâmica das relações com atores externos (Pincus, 2020a), em especial os rivais ocidentais, sobretudo após o distanciamento tenso provocado pelas ações russas na Geórgia (2008), na Crimeia (2014) e no leste da Ucrânia (2022).

Esse tensionamento tem feito a Rússia adotar uma estrategicamente calculadamente (Gilpin, 1981) mais agressiva¹⁰ na região do Ártico, como forma de contenção ou de equiparação ao aumento das ações ocidentais naquela região, como ação de demonstração de poderio bélico e capacidade de resposta e reação rápidas (Zysk, 2020), e ainda aproveitando os efeitos da mudança climática sobre as rotas navais polares (Pincus, 2020a). Tal cálculo tem por base uma contraposição dos custos marginais aos benefícios marginais, conforme estabelecido na teoria da Estabilidade Hegemônica de Robert Gilpin (1981).

Tais cálculos colocam o Ártico, hoje, como bastião na visão defensiva das estepes russas (na visão de Moscou) e um ponto de pressão contra a Rússia (na visão ocidental). Isso faz com que a dinâmica econômica da região acabe criando um potencial conflito interno com a questão estratégica.

A agressividade russa pode ser vista, desta maneira, como um reflexo do defensivismo russo a partir do conceito de *defesa ativa*, que propugna ações preemptivas e potencialmente retaliatórias contra ameaças contra o país. Grande parte da capacidade retaliatória da Rússia opera a partir do Ártico (com a Frota do Mar do Norte) ou do entorno polar (correspondente à Frota do Báltico e às unidades de bombardeio estratégico e os regimentos nucleares do enclave de Kaliningrado) em estreita articulação com a Frota do Mar Negro. Tais capacidades vem sendo ampliadas ao longo dos últimos anos (IISS, 2022, 2023, 2024).

¹⁰ Aqui cabem um comentário importante, para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir do uso de certos termos. A palavra “agressivo”, empregada aqui e ao longo da presente pesquisa, tem caráter técnico de natureza científico-militar, não representando um juízo de valor nem impondo um maniqueísmo que enxergue a Rússia sob um viés negativo. A agressividade aqui referida é referente ao incremento de ações – exercícios militares, inspeções das capacidades bélicas, remanejamento de tropas, ampliação da presença física militar regional – feitas de forma pública, intensa e com o objetivo de gerar impacto simbólico perante os potenciais adversários. Trata-se de um conceito da ciência militar, não sendo – repetimos – um juízo de valor sobre a Rússia e os russos.

Serão esses os temas trabalhados ao longo do presente trabalho. Antes de prosseguir com as análises da tese, algumas questões são importantes de serem tratadas ainda à guisa de introdução.

Em primeiro lugar, definiremos geograficamente Ártico para a finalidade do presente trabalho, partindo das visões gerais sobre a região e delimitando-a segundo nossa proposta de pesquisa.

Em segundo lugar, delimitaremos o presente trabalho apresentando: o problema de pesquisa, nossa hipótese e objetivos; o arcabouço teórico que será explorado, com breves justificativas de sua utilização; a metodologia, de forma a dar a coesão necessária para sua melhor compreensão ao longo da leitura; e por fim apresentaremos a estrutura da tese, oferecendo ao leitor um resumo do que será discutido em cada capítulo, e explicando a lógica por detrás da organização que foi por nós escolhida.

Faremos isso objetivando prover ao leitor uma espécie de *checklist* para facilitar a conexão entre o conhecimento das diversas áreas apresentadas ao longo dos capítulos e o objetivo central do trabalho.

1.1 DEFINIÇÃO GEOGRÁFICA DO ÁRTICO, SUA VISÃO ESTRATÉGICA PARA A RÚSSIA, E SEU POTENCIAL ECONÔMICO

Região mais setentrional da Terra, o Ártico tem múltiplas definições possíveis, e não é tarefa fácil chegar a uma única definição ou delimitação (McCannon, 2012). Esta zona polar compreende massas de terra, oceanos, bacias hidrográficas, biomas de taiga/floresta boreal, uma complexa rede de ilhas de variados tamanhos, da minúscula Ilha de Hans (com os seus 1,3 km²) à gigante Groenlândia (com os seus mais de 1,1 milhões de km²), uma imensa variabilidade de povos nativos e estrangeiros, uma rica biodiversidade em terra e no mar, e uma vasta diversidade geográfica ao longo de 3 continentes (Europa, Ásia e América do Norte) e pelo menos 10 países no seu complexo regional imediato: os Estados Unidos, a Rússia, Canadá, Dinamarca (através da Groenlândia), Noruega, Suécia, Finlândia e Islândia com territórios dentro do Círculo Polar Ártico, e Reino Unido e Japão com alguns territórios não muito distantes.

Quando se trata de definir conceitualmente o Ártico, pode-se lançar mão de inúmeras ferramentas, já que a região pode ser vista – simultaneamente – a partir

de várias leituras: uma área geográfica ao Norte do globo que compreende em seu território mais de 26,4 milhões de km²; o pólo magnético do Norte do planeta; um oceano gelado de águas parcialmente fechadas; toda a região acima da latitude 66°33'N (Círculo Polar Ártico); uma área em que a média da temperatura mínima durante o mês mais quente é inferior a 10°C; e, na construção imagética popular, uma terra fria, coberta de gelo, selvagem e inóspita, lar de raposas e ursos polares, de espesso gelo marinho e iglus. Também pode ser visto, sob a ótica geopolítica, como um tabuleiro de xadrez, uma zona de clima natural frio e clima político “quente”, onde dois grandes rivais históricos – os Estados Unidos e a Rússia – se enfrentam, territorial e estrategicamente, desde os primeiros dias da Guerra Fria em 1947, com a sua bombas estratégicas e mísseis balísticos intercontinentais apontando um para os outro. Como afirma McCannon (2012, p.9), “em termos práticos, o Ártico consiste em 11 milhões de milhas quadradas¹¹ de mar e terra firme. No entanto, delimitar esse território não é uma tarefa simples, pois não existe uma definição geral aceita para ele”. O Ártico ainda é uma “abstração cartográfica” (McCannon, 2012, p. 10) aplicável a grande parte da sua geografia mais básica, uma vez que não é uma área homogênea, nem na natureza nem na geopolítica, tendo cada região suas próprias peculiaridades, humanas e naturais, por vezes – mas nem sempre - intercambiáveis.

Para efeitos deste trabalho, o Ártico pode ser definido de duas maneiras. Primeiro, geograficamente, como a área dentro do Círculo Polar Ártico, compreendendo os territórios dentro de um círculo latitudinal que vai da altura 66°34'N até o Pólo Norte, a uma latitude de 90°N, com um sistema climático específico em que a média da temperatura mínima durante o mês mais quente é inferior a 10°C, que possui um índice de irradiação solar desequilibrado ao longo do ano (com um longo período de 6 meses de luz solar predominante, seguido de um período de 6 meses de falta predominante de luz solar) e uma superfície parcialmente coberta por neve adensada, gelo terrestre e marinho, floresta boreal/tundra, e *permafrost*. Segundo, geopoliticamente, como a região polar Norte do planeta, composta pelo Oceano Ártico no centro e terras adjacentes, com duas grandes passagens navais, uma a Leste através do Estreito de Behring conectando-se ao Oceano Pacífico, e outra a Oeste na Abertura de GIUK entre

¹¹ 11 milhões de milhas quadradas corresponde, aproximadamente, 28.548.890 quilômetros quadrados.

Groenlândia, Islândia e o Reino Unido conectando-se ao Oceano Atlântico.

Outros conceitos de Ártico não estão no foco central da presente pesquisa. Caso sejam mencionados, serão devidamente definidos, e seu uso contextualmente destacado.

Em termos de visão estratégica da Rússia no Ártico, pode-se partir da sua definição geográfica para a compreensão daquela.

Como já visto, o Ártico ocupa o extremo norte do orbe terrestre, é composto pelo Oceano Ártico como ponto central, e por territórios navais e terrestres da Rússia, Estados Unidos (Alaska), Canadá e dos países nórdicos (Finlândia, Noruega, Suécia, Islândia e Dinamarca/Groenlândia). Por ser uma região de ocupação rarefeita, e só em tempos recentes exposta a degelo num grau elevado, tornou-se estratégica com a descoberta de recursos econômicos no leito marinho (Gascard *et al.*, 2009, 2011), e da criação de rotas alternativas de transporte entre ocidente e a Ásia-Pacífico.

Isso faz com que região seja sujeita a um grau elevado (e cada vez maior) de tensão e rivalidade, por quatro motivos primordiais:

- a) em primeiro lugar, a região é uma zona fronteiriça entre 7 países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Rússia, principal rival da aliança militar ocidental: Estados Unidos, Canadá, Noruega, Suécia, Dinamarca, Finlândia e Islândia;
- b) em segundo lugar, a região é um caminho alternativo (e mais curto) entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico, interessando assim a *players* externos como China, Japão, Reino Unido, Alemanha, França, Holanda, além dos próprios atores da região;
- c) em terceiro lugar, o degelo do Ártico tem possibilitado a descoberta de recursos minerais, óleo e gás, bem como recursos pesqueiros abundantes, entre eles as Cordilheiras Subaquáticas de Lomonosov e Mendeleev, criando uma tensão econômica entre os países da região e os *players* extrarregionais, em especial diante da previsão da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) relacionada à possibilidade de extensão da Zona Econômica Exclusiva de um estado costeiro a partir da projeção da plataforma continental para além das 200 milhas;

- d) em quarto lugar, tradicionalmente, a região sempre foi um tabuleiro estratégico da guerra nuclear entre EUA e URSS/Rússia, das doutrinas de bombardeiro estratégico, bem como uma área intensa de guerra submarina e antissubmarino (SW/ASW), e mais recentemente, em virtude do degelo marítimo, da possibilidade de aumento de navegabilidade e, portanto, da abertura de uma nova frente com potencial para desembarques anfíbios, manobras navais e movimentos expedicionários contra territórios dos países do Ártico.

Além disso, sua condição fronteiriça com a OTAN – e a tendência da Rússia de perceber a ameaça ocidental como permanente – faz com que Moscou não abra mão da sua capacidade de guerra submarina. A intenção não é apenas defender o *heartland* russo de uma invasão pelo Ártico,¹² mas sim manter uma *capacidade de retaliação global* contra eventuais agressões externas, e fazê-lo a partir das bases no Ártico¹³ (Alleslev, 2019; Office of Naval Intelligence, 2015; Sapolsky, 1997), tática condizente com a estratégia de defesa ativa que o país mantém. A lógica estratégica é a seguinte: caso a Rússia seja atacada – por qualquer meio – pela aliança ocidental, os submarinos russos podem retaliar na Europa, no Mediterrâneo ou em ambas as costas dos Estados Unidos a partir do Ártico, por ser a região logisticamente conectada facilmente a essas regiões, em especial através de meios submarinos, que não enfrentam as mesmas dificuldades operacionais de meios de superfície (Alleslev, 2019; Office of Naval Intelligence, 2015; Sapolsky, 1997).

A localização central da Península de Kola na região do Ártico é um importante recurso para a estratégia dissuasória/retaliatória da Rússia: mares congelados oferecem ocultação de meios, dificuldade operacional de superfície e

¹² Submarinos são, por excelência, meios que contribuem para o afundamento de navios carregando tropas e suprimentos para fins expedicionários. Uma invasão territorial pode ser contida ou fortemente dificultada com o uso amplo de guerra submarina. Exemplos históricos podem ser encontrados no bloqueio naval submarino dos EUA contra o Japão durante a Segunda Guerra, que deixou o país asiático sem suprimentos, sem insumos industriais e até sem alimentos, acelerando a rendição incondicional de Tóquio.

¹³ Uma alternativa estratégica para o caso de uma força expedicionária desembarcar na Rússia pelo Ártico é usar meios submarinos para atacar o inimigo em seu próprio território em qualquer lugar do globo, como retaliação. A Alemanha Nazista utilizou seus submarinos *U-Boots* como instrumento de retaliação contra países que mantiveram sua neutralidade por muito tempo, ou que entraram na guerra ao lado dos aliados. No caso da Rússia, a recente divulgação da existência do torpedo pesado e nuclearmente armado Poseidon é fator estratégico que, se seu potencial for efetivamente confirmado, terá efeitos dissuasórios consideráveis, já que sua proposta é servir para devastar o território costeiro de um estado inimigo com apenas uma explosão nuclear subaquática – causando um tsunami – ou utilizar o mesmo expediente contra um *carrier strike group* ou frota expedicionária, amplificando um efeito de vácuo subaquático devastador já existente, por exemplo, em minas navais.

impossibilidade de incursão expedicionária massiva através daquela região (Alleslev, 2019; Office of Naval Intelligence, 2015; Sapolsky, 1997). Além disso, a quase exclusividade de operação russa na região do Mar de Barents contrasta com a dificuldade operacional que a outra frota naval russa na região norte – a Frota do Báltico – possui, ao operar no Golfo da Finlândia, em espaço operacional exíguo e cercado de inimigos e águas de baixa profundidade (Alleslev, 2019; Office of Naval Intelligence, 2015; Sapolsky, 1997). A proximidade da terra num mar que não chega a congelar em sua totalidade (Báltico, em comparação com o congelamento de Barents ou de mares mais ao norte) também dificulta a operacionalidade plena e oculta a partir da Frota do Báltico, tornando a Frota do mar do Norte, por excelência, a espinha dorsal da capacidade dissuasória da Rússia em termos de guerra submarina (Alleslev, 2019; Office of Naval Intelligence, 2015; Sapolsky, 1997).

A baixa capacidade de alerta antecipado da OTAN na passagem da Groenlândia e na região do *GIUK Gap* também dificulta a identificação e aquisição de alvos¹⁴ de submarinos russos saídos de Kola (IISS, 2020; Alleslev, 2019). Mesmo a ação dos submarinos da OTAN – em especial os americanos – na região acaba prejudicada por uma série de artifícios que os submarinistas russos desenvolveram ao longo das décadas operando permanentemente na região. Além de sonoboias¹⁵ e instrumentos microeletrônicos, os russos possuem amplo conhecimento da geografia do leito marinho na região que não apenas rivaliza, mas supera, suas contrapartes ocidentais (Alleslev, 2019).

Também a variedade de equipamentos de guerra submarina da Frota do Mar do Norte – com pelo menos 30 submarinos das mais variadas classes, incluindo as classes Kilo, Akula, Sierra, Victor III, Yasen, Oscar, Delta, Typhoon e Losharik¹⁶ – destaca a importância que Moscou dá à sua defesa a partir do Ártico (Sutton, 2017).

¹⁴ Aquisição de alvos, na guerra antissubmarino, é o processo pelo qual um navio ou submarino inimigo é identificado pelos sistemas do submarino agressor, é travado o radar de ataque e inicia-se a preparação para a destruição do alvo.

¹⁵ Instrumentos flutuantes de superfície ou parcialmente submersos que atuam na captação de sons e ruídos emitidos no meio aquoso, para identificação e diferenciação de elementos no meio submarino.

¹⁶ Essas classes de submarinos são a vanguarda da guerra submarina russa. São submarinos de ataque de propulsão variada (diesel-elétrico na classe Kilo e propulsão nuclear nas classes Akula, Sierra, Victor, Yasen, Oscar, Delta, Typhoon e Losharik) e, em sua grande maioria, são também lançadores de mísseis nucleares. Todos são projetos soviéticos que passaram por processos de modernização, e hoje funcionam no estado-da-arte em termos tecnológicos e estratégicos, inclusive o *Losharik*, que é um submarino-espião e não possui mísseis nucleares. A importância do *Losharik* se dá pelo fato de que ele aguenta grandes profundidades (por possuir tecnologia de

Ainda assim, a Rússia tem apresentado aparentes tentativas de conciliar sua estratégia tradicional de defesa, herdada da era imperial, e sua nova estratégia econômica para o Ártico, criada com os potenciais do degelo polar causado pela mudança climática (Pincus, 2020a, 2021).

A mudança climática global tem feito o Ártico, tradicionalmente uma fronteira de proteção natural da *mainland* russa, sofrer alterações geográficas que têm possibilitado maior circulação naval pelo mar territorial russo e maior habitabilidade regional, fazendo com que assentamentos provisórios para exploração de recursos naturais tenham sua duração ampliada, alguns deles se tornando permanentes (Pincus, 2020a, 2020b). Se de um lado esses efeitos abrem à Rússia uma possibilidade de exploração dos recursos naturais em seu território, de outro lado diminuem o caráter outrora inexpugnável da região, ampliando a vulnerabilidade territorial das estepes, uma preocupação milenar do estado russo.

Buscaremos testar, no presente trabalho, a hipótese de que as mudanças climáticas tiveram impacto fundamental para a mudança de comportamento da Rússia em relação à sua geopolítica polar ártica, fazendo com que, a partir de um cálculo estratégico de custos marginais *versus* benefícios marginais, Moscou tenha passado a buscar aproveitar o tensionamento estratégico crescente com o Ocidente para alterar a dinâmica de poder no Ártico.

Partimos do pressuposto de que essas mudanças climáticas, ao ampliar a navegabilidade regional, fizeram com que o Ártico – outrora marcado pela inexpugnabilidade natural da região – tenha se tornado uma nova fronteira de expansão econômica com possibilidade mais ampla de operacionalidade militar naval e terrestre. Essa mudança, então, fez com que a Rússia tenha construído uma nova estratégia de exploração econômica do Ártico que exige ocupação territorial e questionamentos de limites marítimos, justificando assim o aumento de uma “agressividade geopolítica” regional na ação russa.

1.2 PERGUNTA, HIPÓTESE E OBJETIVOS

De forma sintética, **apergunta de pesquisa** que se põe é: estaria a Rússia se tornando mais agressiva no Ártico diante do novo cenário regional de mudança

encapsulamento esférico de titânio das várias salas operacionais internas) e tem capacidade de se conectar a cabos submarinos para extração de informação.

climática, degelo marítimo, ampliação de zonas polares navegáveis, aumento potencial de zonas de exploração de recursos naturais, e maior engajamento militar de outros estados na região?

Trabalhamos com a **hipótese** de que a Rússia efetivamente está aumentando seu comportamento agressivo no Ártico, a partir da percepção de Moscou do aumento de oportunidades econômicas e, simulânea e paradoxalmente, de vulnerabilidade estratégica criadas pelo novo cenário de degelo marítimo causado pela mudança climática na região. Esse novo comportamento russo alia a percepção identitária do Ártico como zona preferencial russa, desconfiança em relação aos países ocidentais com conseqüente percepção de vulnerabilidade, identificação do Ártico como região que pode mudar os padrões de desenvolvimento russo diante das riquezas minerais e petrolíferas ali presentes (que justificaria por si a presença militar firme), e por fim a preparação para um conflito (ainda que improvável nas condições atuais) com os adversários locais.

São nossos **objetivos** no presente trabalho:

Como **objetivo geral**, responder à pergunta de pesquisa acima indicada, utilizando para isto a hipótese acima referida.

Como **objetivos específicos**,

- a) analisar do comportamento geopolítico russo no Ártico a partir da Teoria da Estabilidade Hegemônica de Robert Gilpin;
- b) analisar, a partir de dados das Ciências da Terra, como a mudança climática tem alterado a dinâmica da natureza no Ártico;
- c) avaliar como essas alterações no Ártico, causados pela mudança climática, afetam questões territoriais russas;
- d) analisar o processo histórico de ocupação russa do Ártico e alguns dos seus desdobramentos estratégicos;
- e) analisar como a construção de uma mentalidade paranoica russa afeta as percepções das lideranças daquele país em relação ao Ocidente, e como isso afeta o Ártico;
- f) analisar como as capacidades militares russas, e suas estratégias correspondentes, conectam-se com a nova dinâmica geopolítica no Ártico.

1.3 ARCABOUÇO TEÓRICO E SUA ADEQUAÇÃO

O presente trabalho tem como hipótese, já descrita acima, a alteração do comportamento geopolítico da Rússia no Ártico em virtude da percepção da classe política russa das oportunidades e ameaças criadas pelo novo cenário de degelo marítimo causado pela mudança climática na região.

Entendemos que tal comportamento agressivo, no entanto, não deve ser visto a partir de uma perspectiva moral simplista e maniqueísta. Pelo contrário, precisa ser avaliada a partir da identificação das motivações estratégicas e táticas estabelecidas pelo poder político russo, da conjuntura regional, aliando tais motivações ao cálculo que o centro decisório e de poder da Rússia faz na contraposição de custos e benefícios marginais, levando em conta seus interesses e sua visão de mundo.

Entendemos que a opção do Estado de ser mais cooperativo, mais competitivo, ou até mais agressivo é em grande medida definida por cálculos estratégicos feitos pelos centros tomadores de decisão de cada estado. É neste ponto que a teoria de Gilpin (1981) torna-se fundamental, já que ela empresta uma matriz lógico-analítica para a compreensão do *modus operandi* e das motivações russas nesse processo.

A escolha da teoria da Estabilidade Hegemônica de Robert Gilpin (1981) para orientar o presente trabalho foi feita, assim, em virtude da perspectiva de que um Estado age racionalmente em suas escolhas de ação no sistema internacional a partir de um cálculo de vantagens derivadas da contraposição do custo marginal da ação ao benefício marginal da ação.

Optamos por não utilizar uma teoria puramente Realista porque as motivações econômicas para o tensionamento no Ártico estão presentes de forma central nas intenções da Rússia.

Embora a escalada militar seja um ponto fundamental desse processo entendemos que restringir a análise a uma perspectiva que prioriza capacidades e possibilidades puras de projeção de poder – em que pese sejam importantes e interessantes – não se coadunam completamente com nossos objetivos analíticos diante do caso em tela.

Da mesma forma, embora estejamos tratando, entre outras coisas de regimes e organizações internacionais para o Ártico – em especial do Conselho do Ártico e do *framework* da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS)

– também não utilizaremos teorias institucionalistas ou (neo)liberais, já que o objetivo não é analisar mecanismos de funcionamento desses regimes nem o processo de construção da cooperação internacional, mas sim o seu questionamento político por parte da Rússia a partir de elementos motivadores de rivalidade militar e disputas econômicas, comportamento esse que busca exatamente o oposto: questionar, enfraquecer e eventualmente acabar com esse tipo de arranjo internacional.

Por fim, mas não menos importante, embora analisemos relações sociais entre os estados do Ártico, bem como os processos de construção de identidade russa na região, tratamos desses temas numa perspectiva histórica, e não política. Desta forma, em que pese a relevância de perspectivas pós-estruturalistas e construtivistas para o campo de Relações Internacionais, optamos por não adotar essas teorias em nossa análise.

1.4 METODOLOGIA

Para o primeiro capítulo, adotaremos a metodologia de revisão de literatura, aplicando-a à análise da Teoria da Estabilidade Hegemônica de Robert Gilpin, os contrapontos a essa teoria feita por outros autores, bem como sua aplicação ao caso concreto que pretendemos analisar. O autor foi escolhido em virtude do seu conceito de guerra hegemônica, que se adequa à análise pretendida no trabalho, bem como sua conexão entre conflitos armados e economia, incluindo conceitos cruzados a ambos os campos de estudo.

Para o segundo capítulo, adotaremos a metodologia de revisão da literatura científica sobre o degelo do Ártico – seus processos naturais, seus desdobramentos presentes e suas projeções de futuro – aliado à utilização de dados climáticos de repostórios públicos e mapas, para construir um conhecimento basilar sobre o novo cenário regional em virtude das mudanças climáticas e da redução da criosfera. A escolha dos dados foi feita com base na sua relevância para os estudos contemporâneos de Mudança Climática, bem como sua base histórica. Dados climatológicos obtidos a partir de 1981 até 2024 são utilizados, bem como estudos que trazem projeções de dados futuros a partir de modelos que consideram essas séries históricas. Todos os estudos selecionados tiveram por base algum dos modelos aceitos pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas da

Organização das Nações Unidas (IPCC-ONU), por serem os padrões de discussão científica global na área.

Também nesse segundo capítulo, faremos uma avaliação dos processos normativos e cartográficos implicados por esses processos naturais: traremos quadros e análises sobre o regime internacional marítimo aplicado ao Ártico (UNCLOS), a “nova” cartografia regional provocada pelas mudanças climáticas, bem como os pontos potenciais de atrito entre a Rússia e os seus vizinhos regionais.

Para o terceiro capítulo, adotaremos a metodologia de revisão da literatura histórica sobre o processo de ocupação do Ártico pela Rússia, sempre conectando-o com os eventos internacionais do período. Ocasionalmente, faremos algumas avaliações de discursos, normas jurídicas, e posicionamentos políticos da Rússia para mostrar tendências de manutenção ou mudança comportamental daquele país. Ao fim desse terceiro capítulo, adotaremos uma metodologia analítica de base quantitativa, identificando nos dados coletados tendências objetivas que afirmam a mudança do comportamento russo na região do Ártico.

1.5 ESTRUTURA DA TESE

Para o desenvolvimento do presente trabalho, organizou-se sua estrutura em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão e referências.

No primeiro capítulo, trabalharemos a teoria da Estabilidade Hegemônica de Robert Gilpin (1981) para identificar o substrato por detrás do cálculo feito pela Rússia para abandonar a dinâmica cooperativa no Ártico e tornar-se um país agressivo e questionador do *status quo* regional. Também neste capítulo conectaremos a matriz de análise de Gilpin (1981) ao comportamento da Rússia no Ártico, analisando não apenas as relações sociais dos países do Conselho do Ártico e do grupo dos *Arctic Five*, mas também as questões por detrás da busca russa por mudanças sistêmicas na região polar ártica a partir da análise das suas motivações de elementos geoestratégicos, bem como dos benefícios e custos marginais que orientam a ação agressiva e desafiadora da Rússia na região polar ártica.

No segundo capítulo, faremos uma análise dos efeitos das mudanças climáticas no Ártico e seus impactos no território da Rússia. Para isto, e por se tratar de questões relativas aos impactos da mudança climática, utilizarei nesse capítulo

conhecimentos de Ciências da Terra sobre a região polar na tentativa de entender o alcance das ações geopolíticas da Rússia a partir da sua relação com o território polar em modificação. A percepção da Rússia em relação ao “novo” Ártico vem sendo influenciada pela discussão dos efeitos que a mudança climática, como já referido, têm promovido na região, tanto dos pontos de vista ambiental, econômico e logístico quanto do ponto de vista estratégico-militar. O aumento das temperaturas polares tem promovido degelo e ampliação de navegabilidade marítima por mais tempo durante o ano, e isso é impactado pela espessura que o gelo apresenta em diversas localidades geográficas da região. A Rússia, conforme dados que serão apresentados nesse segundo capítulo, tem a sua costa marítima como a mais afetada pelo aquecimento global, o que tem alterado significativamente – e de forma desigual – as capacidades de exploração econômica na região ártica, levando Moscou a contestar os próprios marcos normativos de exploração polar e do Direito do Mar.

No terceiro capítulo e último capítulo, iniciaremos com um apanhado histórico da ocupação russa do Ártico, iniciando com as discussões sobre a formação histórica do estado russo e sua apropriação regional desde a Rus de Kiev, passando pela Moscúvia, Czarado e Império Russo (900 d.C – 1917), sua evolução do longoda União Soviética (1917-1991), e seus desdobramentos contemporâneos na Federação Russa (1991-2022), seguida da análise central do trabalho, com a avaliação da nova geopolítica da Rússia para o Ártico a partir dos seus elementos de modificação (climática, econômica, política, diplomática e militar), e a discussão sobre se a hipótese em tela responde satisfatoriamente à pergunta, positiva ou negativamente. Para tanto, além da análise dos impactos da mudança climática no Ártico, serão feitas análises geoestratégicas e de cunho estratégico-militar para a identificação dos padrões de ocupação e apropriação russa do espaço geográfico polar.

2 ROBERT GILPIN, ESTABILIDADE HEGEMÔNICA E O COMPORTAMENTO RUSSO NO ÁRTICO

Compreender o comportamento político dos Estados nunca é tarefa simples, por se tratar de fenômeno cuja análise se dá num campo multidimensional, com um número consideravelmente alto de variáveis de naturezas as mais diversas: sociais, políticas, econômicas, geográficas, psicológicas (individuais e sociais/coletivas), antropológicas. Apesar das inúmeras dificuldades, não pode se furtar o analista político de buscar ferramentas para investigar as bases formadoras do comportamento político de um Estado, bem como de teorias que possam justificar um determinado modo de agir de um país.

A teoria da Estabilidade Hegemônica, criada por Robert Gilpin em 1981, é uma dessas ferramentas que podem lançar luz sobre o debate do comportamento político do Estado num cenário específico, sendo considerada a abordagem mais proeminente entre cientistas políticos dos EUA para explicação de padrões de relações econômicas entre países capitalistas desde o final da Segunda Guerra Mundial (Krasner; Webb, 1989; Min, 2003).

Partindo de um pressuposto Realista de que os Estados são atores racionais num mundo anárquico, Gilpin (1981) indica que os comportamentos estatais para alteração *no* sistema ou até mudança *do* sistema são parte de um cálculo “simples” de benefícios marginais *versus* custos marginais que os centros decisórios do poder estatal – e seus grupos predominantes ou arranjo de força entre eles – fazem ao decidir por uma ação, ou mesmo por uma omissão. Nesse processo, se por um lado o questionamento do *status quo* por determinados estados ameaçam a hegemonia e trazem instabilidade, por outro lado as dinâmicas de concentração hegemônica de poder contribuiriam, na visão de Gilpin, para uma maior estabilidade no sistema internacional, pelo fato de que os custos marginais de alteração do sistema pela via da guerra seriam tão altos que país algum buscaria prosseguir nesse intento (Krasner; Webb, 1989).

Essa comparação, que Gilpin (1981) toma emprestada da teoria econômica (Fox, 1982; Krasner; Webb, 1989), destaca-se por pressupor a racionalidade do ator estatal em seus processos de escolha, mesmo quando determinados

comportamentos podem parecer, numa perspectiva analítica moral, “irracionais”¹⁷. Esse cálculo é sempre feito mediante a contraposição dos benefícios e malefícios de uma determinada ação, em busca de uma nova situação de equilíbrio, ou de manutenção do *status quo*, e tem como fundamento o fato de que, na visão dessa teoria, a distribuição de poder entre estados seria o principal elemento de determinação de um sistema internacional (Krasner; Webb, 1989).

A agressividade da Rússia nas suas ações no Ártico, assim, em vez de ser analisada a partir de uma perspectiva moral simplista e maniqueísta, precisa ser avaliada a partir da identificação das motivações estratégicas e táticas estabelecidas pelo poder político russo, da conjuntura regional, bem como do cálculo que os *policymakers* russos fazem na contraposição de custos e benefícios marginais de uma ação mais ou menos agressiva como forma de consecução de seus interesses, e segundo sua visão de mundo. Parte-se do pressuposto de que os estados optam por serem mais cooperativos ou mais competitivos de acordo com seus objetivos nacionais, e os níveis de agressividade nos processos de competitividade, rivalidade ou inimizade são definidos por cálculos estratégicos feitos pelos centros tomadores de decisão de cada estado. É neste ponto que a teoria de Gilpin (1981) torna-se fundamental, já que ela empresta uma matriz lógico-analítica para a compreensão do *modus operandi* e das motivações russas nesse processo.

¹⁷ Ao falarmos de racionalidade fora de uma “perspectiva analítica moral” não temos a intenção de simplificar o debate relacionado ao campo da Filosofia Moral, mas sim diferenciar a racionalidade que existe num processo decisório de um Estado – baseada na lógica geopolítica e para atingimento de objetivos específicos e que aqui chamaremos de Racionalidade Política - do que comumente se chama de racionalidade, que seria uma orientação moderada dentro de uma normalidade comportamental esperada do ser humano médio, que aqui chamaremos de Racionalidade Humana Média. A Racionalidade Política é a orientação da ação política, independentemente dos meios utilizados, para o atingimento de um fim desejado pelo Estado e por seu núcleo de poder (seria, simplificada, uma racionalidade inspirada nos preceitos teóricos de Maquiavel e de Hobbes). Para exemplificar o sentido emprestado ao termo, a Coreia do Norte é racional ao incrementar seu programa nuclear, dar preferência ao armamentismo, e ameaçar atacar um país militarmente superior, caso dos Estados Unidos, ou seu principal aliado regional a Coreia do Sul. Por mais “irracional” que essa ação possa parecer dentro de uma Racionalidade Humana Média, o centro de poder norte-coreano entende que o uso de *brinkmanship*, ameaças, escalada do tensionamento e belicismo servem internamente como reforço da coesão política nacional, e externamente como forma de aferir benefícios e concessões do sistema internacional, que buscaria a tentativa de “moderar” o comportamento deste país através de relaxamento de sanções ou criação de condições mais favoráveis a Pyongyang. Assim, é racional no sentido de que atinge uma finalidade estratégica, mesmo que em termos morais ou mesmo jurídicos internacionais a ação norte-coreana – ameaçar destruição nuclear global – possa parecer, para leigos e num debate menos afeito à tecnicidade terminológica, humanamente “irracional”. Ao longo do trabalho, quando nos referirmos à racionalidade, trataremos exclusivamente da Racionalidade Política.

A escolha da teoria da Estabilidade Hegemônica de Robert Gilpin (1981) para orientar o presente trabalho foi feita precisamente por essa perspectiva: a de que um Estado age racionalmente em suas escolhas de ação no sistema internacional a partir de um cálculo de vantagens derivadas da contraposição do custo marginal da ação ao benefício marginal da ação, mesmo quando essa ação possa *parecer* irracional de um ponto de vista analítico moral.

Entende-se que mesmo as considerações críticas feitas à proposição analítica de Gilpin, como aquelas feitas por Villa e Gaspar (2018, p. 68), não possuem um caráter de negação da validade da teoria, mas simplesmente uma ponderação de que a perspectiva analítica da teoria gilpiniana não pode ser aplicável irrestritamente a todos os casos de conflito no sistema internacional. O ecletismo de Gilpin – teórico e temático – se por um lado não o permitiu a sistematização de um quadro teórico completo com conceitos (Villa; Gaspar, 2018, p. 68), por outro cria um *framework* analítico rico (Wohlforth, 2011) que pode ser aplicável em determinadas condições especiais (Snidal, 1985, p. 579).

Esse limite referido pelos autores acima, longe de significar que a teoria de Gilpin não serve para análise, pressupõe que a estabilidade hegemônica não se aplica perfeitamente a *todos* os casos de conflito, mas pode se aplicar bem a *alguns* casos. E isso inclui o fato de que, apesar de todas as críticas, “o poder não pode ser entendido de forma independente de sua base econômica” (Schutte, 2021, p. 2), sendo, portanto, potencialmente aplicável a teoria gilpiniana sempre que um conflito entre nações tiver como motivação expressa ou oculta uma base econômica, ou quando esse conflito tiver questões econômicas associadas à motivação geral da decisão estatal de ir à guerra.

Interessante notar que a visão geral que se tem sobre a obra *War and Change in World Politics* de Robert Gilpin (1981) é a de que sua teoria pressupõe que o mundo é “caracterizado por uma luta de nações e estados por poder, prestígio e riqueza, numa conjuntura de anarquia global” (Booth, 1991), e que o comportamento desses estados – em maior ou menor grau, são determinados em grande parte pelos seus processos de interação estratégica (Gilpin, 1981, p. 592). Tal luta por poder e riqueza são, em nossa percepção, elementos orientadores da geopolítica polar russa e de sua ação agressiva no Ártico. Os fundamentos dessa

percepção podem ser encontrados tanto nos discursos de altas autoridades russas¹⁸ quanto em Zysk (2020, p. 33), que afirma que:

Os extensos investimentos militares da Rússia ressaltam seu interesse e pensamento de longo prazo sobre o Ártico. Sua determinação em continuar fortalecendo sua presença militar regional, mesmo em um ambiente orçamentário cada vez mais restrito, é fortalecida pelo simbolismo que o Ártico ocupa na história, na identidade nacional e na manutenção do status de grande potência da Rússia, dada a posição central da região na doutrina e estratégia militar russa, e o papel previsto das reservas de energia do Ártico no futuro econômico da Rússia.

A obra de Gilpin ainda se destaca como adequada ao presente trabalho por analisar as forças da mudança política global de maneira a “solda[r] história, sociologia e economia” (Booth, 1991) e por lançar mão de “conceitos de microeconomia e teoria da escolha racional para avaliar o comportamento de grandes estados e seus contendores” (Fox, 1982), utilizando ainda a sociologia histórica para colocar essa análise num contexto comparativo em relação ao sistema contemporâneo de Estados (Fox, 1982).

Essa perspectiva de unir história, sociologia e economia é fundamental para que as motivações russas para sua ação na região polar ártica possam ser identificadas de maneira multidimensional, dando a visão geral desse complexo fenômeno de *decision making* e de ação política estatal no cenário regional e global.

É interessante ainda destacar que como o Ártico reproduz, numa escala menor, as condições anárquicas do sistema internacional descritas por Gilpin (1981) e pelos teóricos Realistas. Apesar de um histórico de concertação e cooperação recente (posterior, como se verá nos capítulos seguintes, à Iniciativa de Murmansk de 1987) e da construção de um organismo multilateral para gestão da concertação regional – o Conselho do Ártico – a região polar ártica segue sendo por excelência um domínio anárquico, em que a vontade dos Estados - e apenas esta – define os rumos da relação regional para o conflito ou para a cooperação.

Dessa forma, a teoria de Gilpin (1981) provê apoio teórico para que o presente trabalho possa prosperar, já que como a escolha dos Estados por

¹⁸ O ministro da Defesa da Rússia, Sergei Shoygu, mantendo o tom do discurso oficial russo de defesa das estruturas econômicas como justificativa de um *military buildup* na região, afirmou em 2020 que o emprego de forças de operações especiais no Ártico tinham como propósito “defender importantes instalações industriais e proteger os interesses econômicos da Rússia na região do Ártico”. Fonte: “‘Это только начало’: зачем эсминцы ВМС США вторглись в Баренцево море”. RIA Novosti, 2020, acesso em <https://ria.ru/20200507/1571048263.html>

incrementar a cooperação ou buscar o conflito baseia-se num cálculo estratégico, o fundamento de escolha racional e benefícios marginais *versus* custos marginais emprestado da teoria microeconômica e da escolha racional (Fox, 1982) mostra-se imprescindível.

Destaque-se ainda que a questão da decisão de liderança torna-se igualmente importante, como aponta Fox (1982, p. 685) em análise da obra de Gilpin (1981), ao afirmar que:

Em um mundo de recursos escassos, demandas cada vez mais extensas, dinamismo tecnológico, desenvolvimento desigual e enorme variabilidade na disposição para fazer sacrifícios de ordem colaborativa, o jogo da política mundial continuará [...] [e] a direção, a velocidade e o custo das grandes mudanças estão sujeitas a certo controle por parte de estadistas mais habilidosos.

A análise desse “jogo da política global” de que fala Fox (1982, p. 685) e da dinâmica de mudança controlada por “estadistas habilidosos”, presente na obra de Gilpin (1981), pode ser aplicado à realidade da Rússia no Ártico, em virtude do *timing* histórico de recrudescimento da relação da Rússia com os demais atores do Ártico, que segue uma janela de oportunidade bem explorada pelo presidente russo Vladimir Putin, ao aproveitar o crescente tensionamento com o Ocidente para avançar sua dinâmica de expansionismo econômico e tensionamento estratégico na região polar ártica.

Isto porque o equilíbrio atingido no pós-Guerra Fria, que em sua imediata sequência beneficiou os EUA e aliados ocidentais com uma hegemonia tida como “benevolente”¹⁹, com o passar dos anos – e à medida que novos desafios como o terrorismo global pós-11/9 se aprofundavam – tornou-se cada vez mais custoso para a então superpotência remanescente, criando uma janela de oportunidade para a Rússia buscar uma expansão estratégica e questionamento dos paradigmas políticos do *status quo*. Apesar disso, a Rússia não possui capacidade suficiente para definir um novo equilíbrio dominado por Moscou, daí a necessidade de tensionamento permanente.

¹⁹ O uso das aspas justifica-se pelo fato de que a ideia de benevolência na hegemonia dos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria foi uma justificativa simbólica para o exercício de um domínio sobre o sistema internacional pela única superpotência remanescente. Não havia, na prática, benevolência real nesse domínio, mas o exercício de um poder incontestado oculto por detrás de um discurso suavizante da realidade de execução potestativa.

Essa análise das condicionantes teóricas do comportamento russo no Ártico com base na Estabilidade Hegemônica de Robert Gilpin (1981) será feita no presente capítulo. Para tanto, e de forma a ampliar o debate sobre o comportamento geopolítico da Rússia no Ártico, busco organizar o presente capítulo da seguinte forma:

Na primeira seção, trabalharemos a teoria da Estabilidade Hegemônica, conforme definida por Robert Gilpin (1981), em especial as questões das relações sociais entre os Estados e seus desdobramentos em termos de fenomenologia política e estratégica. Também definirei as questões trazidas na teoria de Gilpin (1981) em relação ao cálculo político estatal para mudanças sistêmicas, em especial a análise de benefícios e custos marginais trazida pelo teórico. Também nesta seção apresentaremos a mudança climática um elemento adicional de mudança de *status quo* não compreendido na teoria de Gilpin, mas que se equipara aos demais estabelecidos por este autor (mudanças tecnológicas, econômicas, políticas) por criar novas condições de modificação do equilíbrio de poder.

Na segunda seção, trabalharemos as aplicabilidades analíticas na teoria da Estabilidade Hegemônica de Robert Gilpin (1981), conectando sua matriz de análise ao comportamento da Rússia no Ártico. No primeiro momento analisaremos as relações sociais dos países do Conselho do Ártico. Num segundo momento, apresentaremos as questões relacionadas à busca russa por mudanças sistêmicas a partir da análise das suas motivações.

2.1 A TEORIA DA ESTABILIDADE HEGEMÔNICA DE GILPIN

Ao desenvolver sua teoria da Estabilidade Hegemônica, em especial em sua obra *War and Change in World Politics*, Robert Gilpin (1981) propôs uma leitura do sistema internacional e seus processos de mudança que integrasse visões históricas, sociológicas e econômicas (Gilpin, 1981; Booth, 1991) para compreender os processos de transformação destes sistemas numa perspectiva de escolha racional dos atores políticos (Fox, 1982), num mundo em que “o comportamento dos Estados é determinado em grande parte por suas interações estratégicas” (Gilpin, 1981, p. 592). Na visão de Gilpin (1981), haveria alguns fundamentos básicos para o comportamento do Estado em busca de alterações sistêmicas:

O primeiro fundamento, o de que “um estado irá buscar a mudança do sistema internacional através de expansões de natureza territorial, econômica ou política até que o limite de custos marginais de novas mudanças se iguale ou seja maior do que os ganhos marginais” (Gilpin, 1981).

O segundo fundamento, o de que “uma vez que esse equilíbrio entre custos e benefícios seja alcançado, a tendência é de que o crescimento de custos de manutenção do status quo cresça mais rapidamente do que a capacidade econômica de um Estado de apoiar esse status quo” (Gilpin, 1981).

Por fim, o terceiro fundamento, o de que “se o desequilíbrio no sistema internacional não for resolvido, então o sistema será alterado, e um novo equilíbrio que reflita a nova distribuição de poder será alcançado” (Gilpin, 1981).

Para compreender melhor estes fundamentos, é essencial entender como Gilpin enxerga a dinâmica de relações sociais entre os Estados e as formas de cálculo estratégico a partir da leitura do sistema e da avaliação de custos e benefícios marginais de determinadas ações políticas.

O sistema internacional contemporâneo é regido por um conjunto de princípios e regras que coordena o relacionamento entre os Estados. Desde 1945, com a criação da ONU no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, tais princípios e regras regulamentam também um sistema de governança entre esses Estados, e entre os demais atores das relações internacionais, como forma de ordenação de aquisição e manutenção de poder dos atores no âmbito sistêmico. Tais princípios e regras, longe de serem algo natural e inerente ao atual sistema, foram construídos a partir de uma evolução histórica de eventos políticos, sociais, econômicos, ambientais e geopolíticos que se seguiram à derrota da Alemanha Nazista no final da primeira metade do século XX, a partir de um entrelaçamento complexo de variáveis e multiplicidade de níveis analíticos.

Tal sistema, no entanto, não reflete um *ethos* global buscado e respeitado por todos os Estados. Reflete, pelo contrário, um grande ajuste interestatal baseado nas possibilidades do período e nos interesses individuais de cada Estado, bem como a distribuição de poder num determinado tempo em que o referido sistema se consolidou. Simplificadamente, são regras criadas pelos cinco países mais poderosos do sistema (nesse caso os Aliados vencedores da Segunda Grande Guerra) para moldar o mundo de acordo com seus interesses, dentro de uma

margem de manobra tida a partir da *contraposição* desses seus interesses dispersos e muitas vezes conflitantes.

Como escreveram Villa e Gaspar (2018, p. 72), “a visão geral de Gilpin sobre as possibilidades de cooperação no mundo globalizado destaca a importância do apoio dos estados mais poderosos à criação e à manutenção de instituições e regimes internacionais”, sintetizando a teorização de Gilpin (1981) de que “os atores entram em relações sociais e criam estruturas sociais com o objetivo de avançar um, conjunto particular de interesses políticos, econômicos e de outra natureza”.

Nesse ponto, haveria tendência de que um estado que se sobressaísse dos demais – detendo, assim, a hegemonia - buscasse avançar seus interesses próprios ao formar um sistema ou subsistema que mantenha sua relação custo x benefício positiva em relação ao segundo elemento (Gilpin, 1981), embora a estruturação dessa hegemonia envolva – para o país cuja posição é dominante – custos crescentes em termos de manutenção de capacidades para garantir a permanência desse domínio. Isso inclui, segundo Gilpin (1981, p. 156), forças militares, financiamento de aliados, ajuda externa, custos de manutenção da economia internacional, além de outros recursos materiais e poder humano.

Já os interesses estatais, segundo Gilpin (1981), seriam em geral diversos entre cada Estado, e tendem a ser conflitivos. Sua constituição, ainda na visão do referido teórico, tende a refletir hierarquias e poderes dos Estados envolvidos na criação destes sistemas:

Como os interesses de alguns dos atores podem entrar em conflito com os de outros atores, aqueles interesses particulares mais favorecidos por essas arrumações sociais tendem a refletir o poder relativo dos atores envolvidos. Ou seja, embora os sistemas sociais imponham restrições ao comportamento de todos os atores, os comportamentos recompensados e punidos pelo sistema coincidirão, pelo menos inicialmente, com os interesses dos membros mais poderosos do sistema social. Com o tempo, no entanto, os interesses dos atores individuais e o equilíbrio de poder entre os atores mudam como resultado de desenvolvimentos econômicos, tecnológicos e outros. Como consequência, aqueles atores que mais se beneficiam de uma mudança no sistema social e que ganham o poder para efetuar tal mudança buscarão alterar o sistema de maneiras que favoreçam seus interesses (Gilpin, 1981, p. 9).

Os sistemas internacionais, por refletirem a visão dos Estados no momento de sua criação e a distribuição de poder naquela conjuntura, estão sujeitos a mudanças futuras, até pelo fato de que – regra geral – há uma tendência de que os

custos econômicos de manutenção do referido sistema cresçam num ritmo mais acelerado do que a própria capacidade financeira do *hegemon* do consórcio de estados dominantes de mantê-lo (Gilpin, 1981).

A estabilidade do sistema depende, na visão de Gilpin (1981), da duração da conjuntura política, econômica e social específica da criação do sistema. No entanto, alterações de natureza tecnológica, política e econômica podem modificar a distribuição de poder e afetar o sistema de forma a impor sua reforma ou criar condições de pressão para sua desconstrução, e conseqüente substituição por outro sistema.

Isto porque esses três elementos apontados por Gilpin (1981) – tecnologia, política e economia – são fatores com potencial modificador da realidade de poder no sistema internacional. Esses elementos, inclusive, quase nunca sofrem modificação de forma isolada, passando muitas vezes por processos de retroalimentação ampliam ainda mais o caráter modificador com potencial de afetação sistêmica. É assim que revoluções políticas históricas – como a Revolução Francesa – foram influenciadas por transformações econômicas tidas a partir de transições produtivas possibilitadas pela tecnologia (Hobsbawm, 2012; Schwab, 2018; Freeman; Soete, 2008).

No caso da revolução francesa, o tear mecânico e as máquinas hidromotrizas e baseadas em carvão abriram espaço para a superação do modo feudal de produção, introduziram o modo de produção capitalista e forçaram uma transição de poder em direção ao processo revolucionário de 1789 (Hobsbawm, 2012): tecnologia afetou a economia, que por sua vez afetou a sociedade a qual, em última instância, promoveu uma ruptura política brusca.

É por isso que, em linhas gerais, a tecnologia se apresenta com maior potencial transformativo e disruptivo a ocorrer de forma integrada e integrativa, a ponto de ser motivo de alterações econômicas e sociais que, por sua vez, causam transformações políticas profundas nas sociedades.

Quando passamos a observar o sistema internacional, também aí a tecnologia promove alterações potencialmente disruptivas no sistema econômico e político internacionais: de por um lado a difusão tecnológica é responsável pelas assimetrias competitivas existentes no sistema internacional, criando uma cisão centro-periferia que favorece a manutenção da hegemonia dos países centrais (Porciles; Esteves; Scatolin, 2006), por outro lado essa importância da tecnologia

para o desenvolvimento multidimensional (científico, tecnológico, econômico e social) tem como efeito o fato de que a difusão de tecnologias e buscas por emparelhamento tecnológico têm sido motor das políticas econômicas e estratégias geopolíticas dos Estados (Freeman; Soete, 2008).

Isso se torna ainda mais forte quando se trata da chamada Quarta Revolução Industrial, definida tecnicamente como “uma mudança abrupta e radical” que opera através da “fusão de tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos” (Schwab, 2018, p.15-16). Esse processo de alteração do paradigma produtivo a partir da tecnologia – agora também como fim, não mais apenas como meio - traz afetação consequente dos sistemas econômicos, políticos e sociais, incluindo aumento da desigualdade humana, de classes e internacional, bem como a concentração de poder nas mãos de poucas empresas e conglomerados oriundos de poucos países do mundo. A hegemonia, nesse aspecto é garantida pela tecnologia, diante da amplitude e profundidade dessa transformação produtiva e seu impacto sistêmico internacional (Schwab, 2018).

À medida que a tecnologia foi avançando ao longo do século XX, em especial nas últimas décadas do milênio, o advento do Antropoceno trouxe para essa perspectiva analítica um novo elemento: o clima em transformação, impactado que foi e é pelo atual paradigma produtivo da sociedade capitalista industrial. Nesse caso, embora as mudanças climáticas não estejam previstas na obra de Gilpin - afinal, trata-se de um trabalho concebido nos anos 1980, quando ainda não havia centralidade da pauta de mudança climática, tão somente de discussões em processo de centralização sobre meio ambiente humano e desenvolvimento internacional – elas se tornaram fator preponderante de modificação do comportamento de Estado e da distribuição de poder no mundo contemporâneo.

Sua importância – e portanto a necessidade de seu acréscimo à perspectiva analítica de Gilpin – se dá em virtude do poder que elas têm de provocar alterações e afetações profundas de natureza política, econômica e social, além de limites e desafios tecnológicos para povos e países, amplificando problemas tradicionais do sistema internacional (crises migratórias, guerras por recursos naturais escassos, entre outros), multiplicando a intensidade de fenômenos naturais em níveis muito acima do historicamente observado e do humanamente suportável (ondas extremas de calor ou de frio, secas de longa duração, chuvas torrenciais anômalas, alteração

dos regimes de monções, entre outros) e criando todo tipo de desafio adicional aos já enfrentados sistemicamente pelos países

Esse elemento – mudança climática – por todo o seu potencial de causação de interrupção econômica, ruptura política e catástrofe social e humana, tornou-se elemento central do processo decisórios de diversos Estados do sistema internacional, bem como de organismos internacionais (Lucke, 2020; Vogler, 2016), que passaram a inserí-los nos cálculos estratégicos de seus centros decisórios e de poder, inclusive em suas ações de alteração *do* e *no* sistema vigente.

A busca de mudanças no sistema internacional (ou subsistema regional) é baseada num cálculo estratégico de um Estado em relação à razão entre seus custos marginais e benefícios marginais. Tal visão deriva de um jogo de percepções que os núcleos tomadores do Estado (no âmbito interno) têm das oportunidades sistêmicas e suas potenciais ameaças *vis a vis* com suas capacidades. Qualquer elemento, interno ou externo, que altere as capacidades desse Estado podem influenciar positiva ou negativamente em sua percepção, e portanto em sua decisão de ação. Esses cálculos eventualmente são feitos pensando num jogo de soma zero, em que se vencer não é uma possibilidade, deve-se ao menos impedir que o adversário vença, ou mesmo garantir alguma perda para ele.

Gilpin apresenta, como já visto, esses três grandes eixos de alterações que capacidade que afetam a percepção dos estados: desenvolvimentos tecnológicos, mudanças políticas e mudanças econômicas. Longe de serem elementos estanques e isolados, eles estão interconectados, e em muitos momentos se entrelaçam na análise gilpiniana (a aquisição de poder pelo Estado, por exemplo, é definido por Gilpin a partir do conceito econômico de *custo de oportunidade*).

Ocorre que a discussão estratégica de mudança climática é posterior à obra de Gilpin, e só na última década – muito em virtude da *securitização* da agenda internacional pós-11/9 – o tema adquiriu importância estratégica que o colocou no campo das *hard politics* (sem fazê-lo deixar de ser um tema de *soft politics*): como coloca Harris (2009), a mudança climática agora é uma parte central da agenda política internacional, muito em virtude dos avanços científicos feitos no século XXI que permitiram uma análise mais detalhada do fenômeno e seus desdobramentos.

O que antes era visto apenas sob a ótica de proteção de espécies, criação de marcos normativos internacionais de natureza ambiental, ou redução de emissões específicas de gases causadores de efeitos específicos – danos à camada de

ozônio ou chuva ácida – hoje passa por uma percepção geral de ameaça ampla à segurança e estabilidade internacionais, para além das perspectivas apresentadas acima (Lucke, 2020; Vogler, 2016; Giddens, 2009).

A discussão ambiental marcada pela clivagem Leste-Oeste típica da Guerra Fria (fato que tornou o debate ambiental e climático marginal ao sistema) passou, no início do século XXI, a ser marcada por uma perspectiva multidimensional da crise ambiental, ocorrida à medida que a própria crise ambiental se agravava, tanto em relação à escassez de recursos quanto em relação aos seus efeitos físicos na sociedade humana, inclusive na economia, política e no âmbito social (Vogler, 2016).

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC) de 2007 – embora não tendo sido o primeiro a relatar o problema, foi aquele que de forma mais incisiva trouxe os dados científicos de ameaça climática à sobrevivência humana de forma a securitizar o debate – trouxe uma visão bastante ampla sobre os efeitos nocivos desse processo de alteração climática global numa perspectiva multidimensional, prevendo inclusive a potencialidade de ocorrência de conflitos armados pelo domínio de recursos naturais cada vez mais escassos (Brzoska, 2009; IPCC, 2007), ou, como resume Giddens (2009, p. 22):

O IPCC afirma que guerras por recursos podem dominar o século atual; cidades costeiras podem ser inundadas, provocando miséria e migrações em massa, e o mesmo pode acontecer à medida que áreas secas se tornem ainda mais áridas. Dada sua localização e falta de recursos, as regiões mais pobres do mundo serão mais seriamente afetadas do que os países desenvolvidos. No entanto, estes últimos também enfrentarão seus próprios problemas, incluindo cada vez mais episódios de clima extremo.

Tais efeitos ambientais indicados por Giddens (2009) são uma demonstração inicial da literatura que as mudanças climáticas são essencialmente um elemento modificador das relações de poder entre os Estados, podendo ser acrescentados à teoria de Gilpin ainda que analisando apenas os efeitos mais amplos – e catastróficos – desse fenômeno. Também nesse sentido é a lição de Colgan (2021):

Até o momento, três modos diferentes de pensar sobre as mudanças climáticas têm moldado a análise de estratégia e ordem internacional: “multiplicador de ameaças”, “compensações de questões” e “paisagem alterada”. Nenhum desses modelos de pensamento é fundamentalmente “fechado” ou superior aos outros em todos os casos. Porém, no contexto atual e com o entendimento atual dos impactos climáticos, a abordagem da “paisagem alterada” oferece a melhor oportunidade para romper a inércia

burocrática e os padrões convencionais de ação dos EUA, proporcionando uma forma mais estratégica de pensar sobre os interesses, oportunidades e estratégias dos EUA à luz das mudanças climáticas.

A afirmação de Colgan (2021) sobre a afetação que a mudança climática causa no comportamento político dos Estados Unidos é uma realidade geopolítica aplicável a todos os Estados (inclusive à Rússia no Ártico), e isso se torna uma variável que *altera* a estabilidade sistêmica de maneira multidimensional. Essa visão é igualmente esboçada por Schewe (2018):

As mudanças climáticas já começaram a ameaçar vidas e meios de subsistência em países da África, Ásia e América Latina em um grau muito maior do que na Europa ou na América do Norte. Muitos desses estados têm seus suprimentos de água ameaçados, e o agronegócio globalizado torna sua segurança alimentar instável. A elevação do nível do mar e as secas afetarão dezenas, senão centenas de milhões de pessoas, causando migrações em massa que podem sobrecarregar as fronteiras contemporâneas e suas concepções de soberania do Estado-nação. Isso pode levar a guerras interestatais, mas é mais provável que cause conflitos assimétricos simultâneos menores, colocando famílias e indivíduos vulneráveis contra militares despreparados para lidar com eles.

Outros autores reconhecem esse potencial – já em desenvolvimento – da securitização da mudança climática na política externa e de defesa dos Estados (Trombetta, 2023; Martin, 2022; Palazzo, 2022; Brzoska, 2009), em especial no tocante ao conflito por recursos naturais.

Além dos efeitos geopolíticos, outros efeitos de natureza política (internacional e interna), econômica e tecnológica podem ser vistos como derivados da mudança climática, de forma que não apenas acrescentam o efeito “mudança climática” a elementos modificadores do poder internacional – e portanto no processo de contestação à hegemonia do *status quo* sistêmico internacional, na esteira da teoria gilpiniana – mas também alteram a *qualidade* dos demais elementos analíticos apontados por Gilpin em sua obra.

A mudança climática tem sido um elemento modificador da política internacional – e da política nacional dos Estados – para muito além das questões puramente ambientais. O regime ambiental internacional consolidado na Convenção das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH, realizada em Estocolmo no ano de 1972) tornou-se o principal marco estrutural do dito Regime Ambiental Internacional (Ribeiro, 2001), e foi a partir daí que os demais debates sobre mudança climática puderam ser estruturados para além de problemas

pontuais, envolvendo ações e políticas concretas por parte dos Estados e dos organismos internacionais.

A referida Convenção, inclusive, ao se referir a Meio Ambiente *Humano*, deixou evidenciada a indissociabilidade entre as questões ambientais e as sociedades humanas (Ribeiro, 2001), consolidando a percepção de multidimensionalidade integrativa do tema, e não sua fragmentariedade de outrora (quando os temas ambientais eram tratados separadamente, e de forma não-sistêmica).

Por outro lado, a própria dinâmica do debate ambiental no sistema internacional avançou para um rompimento do impasse entre duas principais vertentes do ambientalismo – o conservacionismo e o preservacionismo²⁰ – atingindo uma síntese em torno da ideia de desenvolvimento sustentável (Ribeiro, 2001), o que inclui a possibilidade de utilização de recursos naturais, mas com equilíbrio e ponderação por parte dos atores econômicos, para evitar catástrofes ambientais.

A partir dessa discussão, a ONU realizou em 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD, também conhecida por Rio-92), associando a temática econômica de desenvolvimento às questões relacionadas ao meio ambiente. A partir daí, o sistema ambiental internacional se fortalece, e os produtos derivados dessa Conferência passam a tratar da questão climática como central, não apenas por questões puramente ambientais, mas sobretudo por questões de afetação econômica global (potencial), bem como pela necessidade de definir políticas públicas ambientais – nos níveis nacional e internacional – a partir de uma ótica de impacto sócio-econômico das mesmas (Ribeiro, 2001).

²⁰ Vertentes ideológicas da discussão ambiental nacional e internacional. O Preservacionismo está ligado àqueles grupos que defendem que o ser humano não mais explore a natureza, evitando assim a sua própria destruição. Os preservacionistas tendem a ser mais radicais, e alguns grupos de matriz preservacionista avançaram e direção ao ecoterrorismo. Do outro lado, o Conservacionismo reconhece que o ser humano é o principal responsável pela destruição ambiental, mas propõe que o uso dos recursos naturais pelas sociedades humanas seja permitido, desde que haja planejamento prévio e a exploração ocorra de forma a garantir que aquele ecossistema se recupere em tempo hábil. Os preservacionistas podem ser considerados os responsáveis por políticas de criação de parques legalmente protegidos (no Brasil Áreas de Proteção Ambiental e Parques Estaduais e Federais de preservação total); já os conservacionistas são responsáveis por políticas ambientais associadas ao desenvolvimento sustentável. Sobre essa divisão, consultar Ribeiro (2001).

O clima passou a ser apontado, assim, como um dos principais elementos com potencial de alteração negativa da economia (Ribeiro, 2001), tendo em vista que o processo de mudança climática no antropoceno estaria causando, segundo inúmeros estudos científicos publicados à época, alterações bruscas e fenômenos extremos com impactos na produção e nas sociedades (Brzoska, 2009; Giddens, 2009; IPCC, 2007; Ribeiro, 2001).

Em virtude desse potencial das mudanças climáticas de alterar e afetar a economia dos países, teve-se aí um cenário em que a própria dinâmica de capacidades dos Estados passou a ser afetada – no mínimo potencialmente – consequentemente afetando a própria dinâmica de poder no campo internacional, por dois motivos principais.

O primeiro deles é que nas próprias discussões internacionais a divisão entre Preservacionismo e Conservacionismo trouxe uma clivagem de posição política entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento: enquanto os países desenvolvidos defendiam políticas ambientais mais duras e metas mais rígidas de emissão de carbono, os países em desenvolvimento acusavam essa postura dos países do dito norte global como uma medida geopolítica de travamento do potencial de desenvolvimento dos países mais pobres (Ribeiro, 2001).

Os países mais pobres – e aqueles em desenvolvimento acelerado, como China, Brasil, Índia – ainda acusavam os países do norte global de serem os responsáveis por essa poluição que agora estava ameaçando limitar o desenvolvimento deles, considerando que as revoluções industriais dos países ricos foram feitas desde o século XIX, e pode ser apontada como a causa principal do nível de poluição atingido pelo planeta. Dessa forma, propuseram aos países do norte global uma lógica de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, em que os países do norte global assumissem a responsabilidade pela poluição global e pela emissão de carbono e gases de efeito estufa e apoiassem, financeira e tecnologicamente, os países do sul para que estes pudessem atingir os níveis de desenvolvimento industrial e econômico sem passar pela fase de devastação ambiental que os países do norte global haviam passado.

O segundo deles é que, por estarem mais avançados em termos tecnológicos, os países do norte global dominavam as ferramentas para que os países do sul global pudessem se desenvolver sem passar pelo estágio de devastação ambiental.

Também possuíam os recursos financeiros para apoiar os países menos desenvolvidos a passar por essa transição. Por fim, também detinham o controle de instituições internacionais importantes para esse ajuste, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. E, mesmo tendo as ferramentas tecnológicas e financeiras para apoiar os países em desenvolvimento nos termos científicos de combate à mudança climática, e respeitando as características locais, os países do norte global decidiram impor seus próprios termos para dar aos países pobres acesso a todo esse aparato. E esses termos não eram nem um pouco favoráveis para os países pobres, beneficiando apenas os países ricos (Chang, 2004; Ribeiro, 2001).

Essa postura gerou um tensionamento entre os países do norte global e os do sul global, afetando e alterando a própria estrutura do sistema internacional no pós-Guerra Fria. É a lição trazida por Vogler (2016, p. 131):

Ao longo do processo de mudanças climáticas, as transformações estruturais no sistema político internacional refletiram mudanças subjacentes no padrão e na distribuição do crescimento econômico [...] O fim da Guerra Fria reorganizou a estrutura política internacional e acelerou os processos de globalização econômica, à medida que economias anteriormente fechadas se integraram em um sistema global de finanças e produção baseado no mercado. Isso, por sua vez, teve profundas implicações para a estrutura de poder.

Importante destacar que Vogler (2016, p. 132), ao tratar de mudanças na distribuição de poder no sistema internacional, faz distinção entre poder relacional e poder estrutural. Na visão desse autor, embora a dinâmica cotidiana da diplomacia internacional seja estruturada em torno do poder relacional, a diplomacia climática gira em torno do poder estrutural:

É importante fazer uma distinção entre poder relacional e poder estrutural. O poder relacional é do tipo cotidiano, onde o país A pode coagir ou induzir o país B a mudar (ou manter) seu comportamento por meio da ameaça ou do uso de força armada, ou utilizando seu poder econômico. Tais táticas não são geralmente aplicáveis às negociações sobre mudanças climáticas, embora, em alguns momentos, incentivos econômicos e financiamento de ajuda tenham sido instrumentos relevantes de poder relacional. Formas de poder estrutural têm muito mais probabilidade de determinar a direção da diplomacia climática. Como Susan Strange (1988, p. 31) explicou, a essência do poder estrutural é "que o possuidor é capaz de alterar o leque de escolhas disponíveis para os outros, sem aparentemente exercer pressão direta para que tomem uma decisão ou façam uma escolha em detrimento de outras". Surge então a questão de quais estruturas são significativas. Strange imaginou uma estrutura global quadripartida,

composta por estruturas inter-relacionadas de política/segurança, produção, conhecimento e finanças.

O autor destaca ainda que capacidades econômicas e tecnológicas podem definir questões cruciais de cooperação no âmbito do combate às mudanças climáticas, por estarem intimamente ligadas à construção das próprias posições diplomáticas dos Estados, e à capacidade financeira que inevitavelmente está ligada às concessões de recursos para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, bem como adaptações produtivas, recursos esses que são de extrema necessidade para países mais pobres e que são abundantes em países mais ricos.

Para questões como as mudanças climáticas, a distribuição de capacidades e recursos econômicos e tecnológicos no sistema estatal é relevante, pois determinará a medida em que aportes financeiros e outros incentivos podem ser oferecidos. O padrão de emissões influenciará fortemente as percepções sobre quais estados são indispensáveis para qualquer acordo de mitigação; mas o mesmo acontecerá com a estrutura de conhecimento, que tenderá a favorecer alguns estados em detrimento de outros, pois eles estão em posição de definir as questões e estabelecer os termos do debate (Vogler, 2016, p. 133).

É importante destacar que os países do norte global não tinham tal posição há algumas poucas décadas, e que somente após uma série de eventos extremos de clima foi que tais países – em especial a Europa e os países da OCDE – mudaram de posição em relação não apenas aos efeitos potencialmente catastróficos da mudança climática, mas também e sobretudo pela necessidade de uma solução internacional para o problema:

Paralelamente a essas grandes mudanças estruturais, a transformação das preocupações com as mudanças climáticas — antes oriundas majoritariamente da comunidade científica e restritas aos especialistas — em uma questão política dominante nos países da OCDE deve muito a alguns eventos ambientais específicos. Entre eles, destacam-se uma série de verões excepcionalmente quentes no final dos anos 1980, que aumentaram a relevância da questão climática entre o público dos países desenvolvidos. Além disso, o aparente sucesso das negociações sobre o ozônio estratosférico entre 1985 e 1990 incentivou a ideia de que problemas ambientais globais poderiam ser enfrentados por meio de ações internacionais e ajudou a moldar a abordagem institucional para a questão, infinitamente mais complexa, das mudanças climáticas (Vogler, 2016, p. 138).

Perceba-se que a mudança climática tornou-se, com o fim da Guerra Fria, um tema central nas discussões das altas cúpulas e grupos de Estados no sistema

internacional. Da mesma forma, essa transição histórica e política tida após 1991 fez com que alterações na própria estrutura de poder – ou nas relações de poder estrutural de que fala Vogler (2016) – desse aos países mais pobres, no mínimo, mais voz ativa nas discussões internacionais, e a possibilidade de pautar a agenda em questões climáticas, conseguindo assim, através da agenda ambiental, influenciar indiretamente e pontualmente outras agendas *mainstream*do sistema internacional.

Esse processo naturalmente afetou a própria percepção dos atores internacionais em relação ao sistema como um todo. Partiu-se de um fenômeno novo, não previsto na obra original de Gilpin (1981), mas com poder de afetação da tríade gilpiniana (política, econômica, tecnológica) e consequente questionamento do *status quo*.

Na teoria de Gilpin, a alteração de poder entre os membros do sistema altera a percepção que estes têm sobre o sistema, a fruição de benefícios e os custos de mudança. Como afirmou o autor (1981, p. 10), “mudanças no sistema implicam em mudanças na distribuição de benefícios fornecidos e custos impostos pelo sistema aos membros, individualmente”.

Quando essas alterações ocorrem, as percepções dos estados sobre os benefícios potenciais do sistema são afetadas, e uma leitura estratégica que cada estado faça do cenário pode promover uma sobreposição da estratégia nacional individual às dinâmicas econômica e de governança do sistema. Isso faz com que, potencialmente, os estados possam iniciar um processo de questionamento e crítica da governança, buscando forçar alterações ou criar um novo equilíbrio que os beneficie.

O foco de tal mudança estaria, assim, relacionado aos interesses dos Estados, que seguem em constante modificação por fatores tanto internos quanto externos, entre os quais podem figurar, como visto, questões climáticas e ambientais, desde que estas afetem de alguma maneira os três elementos apontados por Gilpin em sua teoria (quais sejam: política, economia ou tecnologia), criando um novo cenário com uma nova relação de poder no sistema internacional.

A natureza do sistema internacional pode, eventualmente, influenciar o Estado na construção desses interesses, através de estímulos ou desestímulos (Waltz, 1979). Gilpin (1981) vai no mesmo sentido ao afirmar que “estejam esses interesses [do Estado] relacionados a segurança, ganho econômico ou objetivos

ideológicos, o atingimento de tais metas estatais depende da natureza do sistema internacional, como governança e regras do sistema, reconhecimentos de direitos etc”.

Apesar disso, o próprio Gilpin (1981) destaca que “como no caso de qualquer sistema social ou político, o processo de mudança política internacional reflete em última instância os esforços de indivíduos ou grupos para transformar instituições e sistemas de forma a avançar seus próprios interesses”.

Desta forma, as relações sociais entre os Estados seria, na visão de Gilpin (1981), um jogo de contraposição de interesses que pode levar a construção de consensos e regimes ou a tensionamento e tentativa de mudança de sistemas. As motivações dos comportamentos dos Estados dependeriam de fatores internos e externos, estatais e internacionais (Waltz, 1979), e nunca seriam imutáveis, mas sujeitos a uma lei de mudança feita a partir dos cálculos estratégicos em constante alteração em cada estado. Como colocam Villa e Gaspar (2018, p. 74-75):

A expansão cessa quando os custos marginais de expansão adicional igualam ou excedem os benefícios marginais. No entanto, o equilíbrio alcançado é apenas temporário no processo de mudança. Uma vez que um estado atinge os limites da expansão, a manutenção da posição e o declínio são difíceis de sustentar. As taxas diferenciais de crescimento do declínio e o aumento dos estados ascendentes no sistema produzem uma redistribuição decisiva do poder e resultam em desequilíbrio no sistema. A guerra aparece como o fator decisivo da mudança, resultando, desta maneira, a guerra hegemônica (ou pela hegemonia) como mecanismo básico da mudança sistêmica na política internacional.

A preocupação de Gilpin (1981) em sua teoria é identificar esses padrões, fundamentos e motivações do comportamento dos Estados na adesão e busca de modificação de um sistema internacional, inclusive por meio da guerra. Para tanto, ele utiliza elementos analíticos da economia – inclusive os conceitos centrais de custo e benefício marginais, tratados mais adiante – para justificar cálculos e comportamentos políticos por parte destes Estados. Também lança mão de elementos analíticos de ordem sociológica e política para compreensão dos fenômenos associados a esse processo, num “*framework* eclético e multivariado” (Villa; Gaspar, 2018, p. 75) que é, simultaneamente, motivo de exaltação e de crítica à sua teoria. De qualquer sorte, na visão de Gilpin esboçada por Villa e Gaspar (2018, p. 75-76), “vários vetores de forças, e, portanto, causalidades de naturezas

diferentes tensionam as relações internacionais, sejam elas de ordem política [...] sociológica ou econômica”.

Na visão de Gilpin, a partir desses cálculos, o Estado tomaria a decisão de recorrer ou não à guerra (vista por ele como forma tradicional de mudança do sistema), já que, na sua visão, seriam baixas as possibilidades de reforma de um sistema anárquico diante de um cenário de tensionamento entre países (Gilpin, 1981). Isso ocorreria pelo fato de Gilpin assumir, “de acordo com a teoria da utilidade esperada e grande parte das Ciências Sociais convencionais, o pressuposto racionalista das decisões estatais baseadas na probabilidade de conflito” (Villa; Gaspar, 2018, p. 76).

É nesse sentido que os três fundamentos centrais da teoria de Gilpin (1981), descritos no início do capítulo, servem de base analítica para entendermos o processo de tomada de decisão dos estados em relação à sua conformidade ou não-conformidade ao sistema internacional.

Em relação ao primeiro fundamento, a busca por mudanças no sistema (ou do sistema) está diretamente relacionado ao princípio básico do Realismo de que o Estado replica, em escala macro, o comportamento próprio da natureza humana, buscando assim incessantemente a sua sobrevivência enquanto “corpo político”.

Dessa forma, o cálculo de custos marginais e benefícios marginais de que fala Gilpin (1981) está relacionado à percepção que a elite dominante do país tem em relação às formas possíveis de sobrevivência do Estado. O limite para essa ação seria exatamente a percepção de que não seria mais possível, marginalmente, aferir benefícios a um custo constante, e qualquer passo a mais seria mais custoso que vantajoso para o Estado.

Neste ponto, há que se considerar que, por vezes, Estados tendem a cruzar racionalmente esses limites se, a despeito do custo maior que a vantagem para o próprio país, os danos aos seus inimigos percebidos seja maior do que pra si. É a lógica do *jogo de soma zero*, também oriundo do Realismo político.

Isto pode ocorrer em especial quando se trata de uma ação de guerra, já que a própria natureza destrutiva de um conflito armado subverte alguns funcionamentos normalizados da ação e da decisão política, sobretudo naqueles estados que utilizam a Defesa Total²¹ como procedimento padrão, o que implica numa

²¹ Conceito estratégico segundo o qual um Estado, em caso de guerra, mobiliza toda a sua população, seja militar, seja civil, para um esforço conjunto nas operações de combate. Não se

disponibilidade de uma sociedade de sofrer danos consideráveis se os danos ao inimigo forem maiores.

Nesse sentido, o cálculo de possibilidade e chance probabilística de ocorrência de um conflito a partir de uma ação específica é considerado pelo poder diretivo de um estado, permitindo – a depender da conjuntura internacional e regional, e da distribuição de poder e capacidades – que o estado atue, como já mencionado acima, com comportamentos limítrofes, agressivos ou desafiadores: a partir de um processo “mental” saído da teoria dos jogos²², o estado poderia adotar posturas de *brinkmanship*²³ ou preempção²⁴, escalando a tensão e provocando uma situação pré-conflitiva, menos para buscar uma guerra em si e mais na expectativa de resultado positivo em seu benefício a partir de um *Chicken game*²⁵.

Destaque-se ainda que tais ações podem se dar numa conjuntura extremamente favorável à agressividade, mas numa oposição de pólos: *ou* o país está forte o suficiente para agir com audácia e agressividade para garantir uma expansão com base na sua força e na fraqueza dos demais atores (situação em que o custo marginal é *muito menor* que o benefício marginal), *ou* o país está numa situação tão extrema de vulnerabilidade e fraqueza que uma ação extrema não faria

trata de colocar civis na frente de batalha, mas sim de mobilizá-los para ação interna de apoio à logística de combate. A Rússia adota procedimento similar (Zysk, 2020), e o faz por tradição histórica: nas invasões do Exército Napoleônico no século XIX e do Exército Nazista no século XX a população russa sofreu pesadas perdas e danos no conflito, mas resignados e engajados por saber que o dano ao inimigo seria maior. Daí o apoio popular à técnica de “terra arrasada”, com destruição de propriedades para negar ao inimigo acesso a abrigo e mantimentos.

²² Campo das ciências sociais aplicadas que utilizam modelos lógicos e matemáticos para entender melhor o comportamento relacional e formas de interação estratégica entre atores percebidos como racionais. Tem sido amplamente aplicado nas Ciências Econômicas e nas Relações Internacionais.

²³ Prática e tática de escalar um conflito e adotar comportamentos limítrofes à confrontação militar direta, não com o intuito específico de guerrear, mas como forma de adquirir vitórias táticas sem precisar lutar, apenas pela pressão e manipulação do medo que o adversário tem de um conflito armado efetivo. Está conectado às ideias de preempção e ao *Chicken game*, que serão explicados em nota posterior.

²⁴ O conceito de preempção nas relações internacionais está associado a um conjunto de ações ofensivas com propósitos defensivos. Ataca-se antecipadamente um inimigo potencialmente hostil de forma a se antecipar e defender de um possível (e por vezes provável) ataque inimigo. A decisão de uso da preempção tem a ver com percepções estratégicas e táticas do estado que a utiliza. Na Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel antecipou-se a um provável ataque conjunto de Síria, Egito e Transjordânia, atacando preemptivamente os três países como forma de “defesa antecipada”.

²⁵ Conceito também retirado da teoria dos jogos, o *chicken game* (também chamado de *snowdrift* ou de *hawk-dove game*) é uma forma de conflito pela qual dois atores, em rota de colisão e sabendo que o resultado do choque será ruim para ambos, evita sair do conflito para não parecer “medroso” (daí a referência a *chicken*). Em geral, há escalada do conflito até o ponto próximo do impacto, momento no qual um dos dois atores se retira para garantir sua sobrevivência. O ator restante, ainda que seja mais fraco do ponto de vista de poder absoluto, sai com sua posição fortalecida a partir de um poder relativo criado situacionalmente.

muita diferença num resultado negativo, mas poderia “virar a mesa” em seu benefício²⁶.

Esse último cenário faz com que, numa situação de risco existencial para um estado, um jogo de soma-zero ou até um jogo de soma negativa torna-se uma opção palpável, já que sendo os custos marginais tão elevados e os benefícios marginais a própria existência do estado, aumentar a “aposta” com *brinkmanship* negativa - um *all-in*²⁷ geopolítico – pode trazer resultados inesperados em benefício desse estado pelo medo que os outros estados teriam de “cobrir a aposta” sob risco de destruição mútua. Num cenário de *mutually hurting stalemate*²⁸ a tendência de de-escalada conflitiva é considerável, já que todos os estados buscam, em última instância, a sobrevivência.

Evidentemente, essa aposta existencial de um estado pode contribuir para sua destruição: a Alemanha Nazista e o Japão Imperial na Segunda Guerra Mundial são casos notáveis de cálculos extremos que deram errado. Mas não deixa de ser um cálculo que passa pela cabeça de alguns líderes globais, em especial naqueles momentos em que o risco existencial é tão grande que a racionalidade dá espaço para uma ação de “tudo ou nada”.

E esse cálculo estratégico com inúmeros comportamentos possíveis é trabalhado por Gilpin, para quem “os estados podem escolher uma ampla variedade de estratégias, espécie de correias de transmissão que filtram e reconduzem os conflitos, dependendo da avaliação de probabilidade e gravidade das ameaças à segurança” (Villa; Gaspar, 2018, p. 77).

²⁶ O comportamento do alto comando militar alemão (OKW – Oberkommando der Wehrmacht) nos últimos meses da Segunda Guerra Mundial podem ser enquadrados nessa categoria. O rompimento da linha de frente do rio Vístula e o avanço das tropas soviéticas sobre Berlim deixou o exército alemão numa situação extrema, o que levou Hitler e o OKW – e aqui não devemos considerar outras questões psiquiátricas do ditador alemão, nem a submissão quase canina do OKW a Hitler – a optar por uma ação desesperada de “vitória ou destruição”.

²⁷ Referência à ação num jogo de pôquer em que um dos jogadores aposta todas as suas fichas na sua vitória. Como as cartas do pôquer só são viradas na sequência às apostas, ninguém sabe se há na mesa jogador com cartas mais fortes que as suas. Essa ação é muitas vezes uma forma de blefe por parte daqueles jogadores que possuem cartas fracas ou intermediárias, mas exploram a aversão ao risco – oriunda da natureza humana e também do jogo – por parte dos demais jogadores para, manipulando a situação, atingir a vitória. Esse expediente é comumente utilizado no tabuleiro estratégico dos estados.

²⁸ Traduzido de forma livre como “empate mutuamente danoso”, é uma situação na qual o prosseguimento do conflito gerará danos a ambas as partes, superando o jogo de soma zero e criando um “jogo de soma negativa”, no qual ambas as partes perdem de forma incondicional. No campo da guerra nuclear esse conceito pode ser relacionado à *mutually assured destruction*, destruição mútua assegurada.

Em relação ao segundo fundamento, o descompasso entre o custo de manutenção do *status quo* e a capacidade econômica de apoio a esse estado de coisas (Gilpin, 1981) deriva, na minha visão, do próprio processo de transformação do sistema internacional em períodos de estabilidade, cuja governança – dentro de uma lógica econômica e também política – torna-se cada vez mais custosa para os Estados.

Processos cíclicos de crise de sistemas internacionais derivam, na nossa visão (e amparado na teoria da Estabilidade Hegemônica), da percepção dessa discrepância entre o custo de manter o sistema e a capacidade econômica do Estado de sustentar sua hegemonia ou ampla influência sobre o mesmo. E é nesse momento que surgem países que ocasionalmente desafiam o sistema, por calcularem que aquele momento histórico específico abre espaço para um recuo dos Estados que dominam a governança sistêmica. Destaque-se que isso pode ocorrer tanto em relação ao sistema internacional como um todo quando em relação a um subsistema regional cuja forma de organização envolva atores poderosos na esfera global, e, portanto, replique numa escala territorial menor uma rivalidade, tensionamento e cenário propício a conflitos trazidos do sistema internacional.

Ainda sobre esse segundo fundamento, é importante destacar que “quando não há incentivos para mudar o sistema, o *status quo* pode ser considerado estável” (Gilpin, 1981) ou, como afirmado por Villa e Gaspar (2018, p. 74), “a expansão cessa quando os custos marginais de expansão igualam ou excedem os benefícios marginais”. Assim, a estabilidade sistêmica está relacionada às percepções dos Estados em relação às vantagens de manutenção sistêmica, mas também à ausência de incentivos para sua mudança.

Tais incentivos podem ser primariamente de diversas naturezas, mas no final acabarão na seara econômica, já que independentemente do modelo político adotado por um Estado, existe um custo econômico para manutenção deste país e das suas ações domésticas e externas. É importante destacar que a percepção dessa dinâmica econômica não necessariamente segue uma lógica contábil de maximização dos benefícios com minimização dos custos. Quando se trata de um espaço estratégico, um país pode optar por – fazendo cálculos relativos à importância estratégica daquela localidade – manter uma dinâmica de gastos além da sua possibilidade financeira, diante do reconhecimento da vitalidade daquele território. No caso russo, conforme Zysk (2020, p. 33), “os amplos investimentos

militares da Rússia destacam seu interesse e seu pensamento de longo prazo no Ártico. Sua determinação em continuar fortalecendo sua presença militar regional, mesmo num ambiente orçamentário cada vez mais restrito, é movida pela importância simbólica da região para a Rússia”.

Para compreender esse processo decisório nas relações sociais entre Estados, precisamos compreender o que Gilpin (1981) dispõe sobre as mudanças sistêmicas e suas motivações.

A teoria de Gilpin (1981) prevê três tipos de mudança potencial para um sistema internacional: mudança *do* sistema, em que há alteração do próprio caráter do sistema; mudança *no* sistema, em que ocorre uma alteração de uma dinâmica de funcionamento do sistema, alterando hierarquias de poder mas sem abolir o sistema (altera-se ainda a forma de *governança* desse sistema); e por fim mudança na *interação* dentro do sistema, em que ocorrem mudanças de ordem política ou econômica afetando o processo de interação no sistema.

A primeira mudança, *do* sistema, pode ser vista como uma mudança revolucionária, porque promove uma ruptura de um sistema existente e substituição por um novo sistema. Se esse novo sistema vai ser um retorno a um paradigma anterior (e assim revolucionário no conceito de *revolvere*, ou “voltar ao início”) ou se vai ser a adoção de um novo paradigma (e assim revolucionário no conceito de *revolutio*, ou “passar de um estado anterior a outro posterior”), depende da ação dos atores e dos seus objetivos.

Já a segunda e terceira mudanças seriam incrementais, já que não subverteriam um sistema existente, apenas fariam ajustes em sua estrutura para refletir um novo conjunto de distribuição de poder.

A opção pela ação estatal incremental ou revolucionária – e pela própria ideia de alteração *no* sistema ou *do* sistema – envolve um conjunto de percepções tidas a partir do cálculo estratégico de poder, de benefícios e custos marginais, sempre fazendo com que o Estado promova tal análise com foco em seus objetivos políticos e em sua sobrevivência enquanto “corpo político”.

A relação entre custo e benefício marginal numa tentativa de mudança sistêmica depende de diversos fatores, mas particularmente da forma que um Estado (e sua elite no poder) percebe essa relação e realiza esse cálculo estratégico (Gilpin, 1981). E essa percepção está relacionada à experiência histórica da

sociedade e da elite no poder, tanto para a construção de seus objetivos enquanto país quanto para a identificação dos limites e potenciais de alteração sistêmica.

É importante destacar que os Estados, na minha visão, se orientam por uma ideia de “lucratividade” geopolítica e geoeconômica, que Gilpin (1981) inclui na análise de custos marginais *versus* benefícios marginais. Isto porque a visão geral de avanço de interesses políticos e econômicos precisam estar atrelados a uma base territorial de poder. É exatamente essa dinâmica de territorialização da política e da economia que torna essa “lucratividade” um objetivo do Estado, e justifica sua ação no território.

Adicionalmente à “lucratividade geopolítica e geoeconômica”, o jogo de soma-zero torna-se igualmente atraente em alguns casos, já que, na visão de Gilpin (1981), “adicionalmente aos ganhos econômicos positivos, a lucratividade de mudança do sistema pode significar a negação de ganhos políticos e econômicos, e também de oportunidades, a um país competidor”.

Neste caso, embora uma ação específica eventualmente não tenha relação com fruição de benefícios econômicos diretos, a possibilidade de impor ao adversário custos crescentes também pode ser uma motivação considerável para determinada ação para alteração do *status quo*.

É importante ainda destacar que, para Gilpin, estados de equilíbrio e desequilíbrio são pontos sucessivos de passagem de um sistema internacional. Na visão do autor, desequilíbrio seria “a situação em que desenvolvimentos posteriores de natureza política, econômica e tecnológica aumentam consideravelmente os benefícios potenciais ou reduzem significativamente os custos potenciais para um ou mais estados buscarem a mudança no sistema internacional” (Gilpin, 1981).

O Estado estaria, assim, sendo incentivado a buscar alterar o sistema para “diminuir suas perdas ou aumentar seus ganhos” (Gilpin, 1981). Nesse sentido, a ideia de “liquidez” trazida da Economia por Gilpin (1981) pode ser perfeitamente aplicada ao cálculo político dos Estados: a visão prevalescente na manutenção ou alteração de um sistema depende de um cálculo racional em que a alteração de benefícios e a modificação dos custos precisam dar um “valor positivo” para incentivar um estado a buscar ou não a modificação de um sistema internacional.

É por isso que “na ausência de potenciais benefícios líquidos amplos derivados da mudança, o sistema continua a manter o estado de equilíbrio” (Gilpin, 1981), mas com a presença de tais benefícios líquidos (calculados a partir da

oposição dos custos marginais aos benefícios marginais, cujo resultado positivo daria “liquidez” à ação) os Estados são estimulados a desafiar o sistema na busca de promover alterações *no* sistema ou, eventualmente, a troca *do* sistema por outro que mais o beneficie

Isso se conecta com o terceiro fundamento, o de que “se o desequilíbrio no sistema internacional não for resolvido, então o sistema será alterado, e um novo equilíbrio que reflita a nova distribuição de poder será alcançado” (Gilpin, 1981). Entendo que os Estados, por prudência ou por ausência de supremacia hegemônica absoluta, optam na maioria dos casos por mudanças *no* sistema, já que os custos de transação de alterar um sistema sem abolí-lo é menor do que destruir o sistema e substituir por um novo.

Por estar o sistema internacional sujeito a um conjunto de variáveis dinâmicas e multidimensionais (Keohane; King; Verba, 1994), uma ação estatal para contra o sistema pode gerar reações que levem a conflitos efetivos e prolongados (como o caso da Segunda Guerra Mundial) com conseqüente alteração *do* sistema, ou a tensões do tipo *mutually hurting stalemate* (como o caso da Guerra Fria) que estimulam alteração *no* sistema, mas sem demolir as bases deste.

Em ambos os casos haverá, na minha percepção, alterações na distribuição de poder que levará, conseqüentemente, a um novo equilíbrio, seja esse equilíbrio um novo sistema ou uma nova configuração do sistema existente.

Essa dinâmica de mudanças no sistema internacional ocorre muitas vezes de forma contínua, e podem ter natureza “política, econômica e tecnológica [prometendo] ganhos ou [ameaçando] perdas para um ou outro ator” (Gilpin, 1981).

Como já dito, na maior parte dos casos essas perdas ou ganhos potenciais são de menor proporção, e apenas ajustes incrementais são necessários para cuidar de cada um deles, sem necessidade de alteração de todo o sistema (Gilpin, 1981). Assim, tais mudanças ocorrem *dentro* do sistema internacional existente, produzindo uma condição de equilíbrio homeostático (Gilpin, 1981).

A mudança climática, como já visto, é uma dessas formas de mudança que promove desequilíbrio no sistema internacional e pode levar às mudanças dentro do sistema e, eventualmente, mudanças *de* sistema (se considerarmos o tabuleiro geopolítico do Ártico como um sistema em si), por alterarem os três elementos apontados por Gilpin (1981) como centrais para alteração da dinâmica de poder e da percepção dos Estados num determinado sistema. Isto porque ela foi uma variável

não geopoliticamente prevista, mas que afetou aceleradamente as interações dos atores dos sistemas internacionais no ambiente polar, e ao fazê-lo criou novos incentivos para o tensionamento relacional, e uma nova dinâmica entre custos e benefícios para orientar o comportamento da Rússia no Ártico.

A leitura proposta por Robert Gilpin (1981) para entender o sistema internacional e os processos de mudança *do* sistema ou *no* sistema, integrou, em sua análise, visões históricas, sociológicas e econômicas para compreender os processos de transformação destes sistemas numa perspectiva de escolha racional dos atores políticos.

Para tanto, estabeleceu (como visto acima) três fundamentos básicos para essa análise: o primeiro fundamento, de mudança do sistema internacional de forma expansionista, com saldo líquido positivo entre custos marginais e ganhos marginais; o segundo fundamento, de aumento desproporcional entre custos de manutenção do sistema e a capacidade econômica de um Estado de apoiar o *status quo*; e o terceiro fundamento de que o desequilíbrio não resolvido gerará a construção de um novo equilíbrio com uma nova distribuição de poder (Gilpin, 1981).

2.2 RELAÇÕES SOCIAIS DA RÚSSIA COM PAÍSES DO CONSELHO DO ÁRTICO

Nesta seção discutiremos brevemente a aplicação da teoria de Gilpin (1981) ao comportamento russo no Ártico. Como já referido anteriormente, no primeiro momento faremos uma breve análise das relações sociais dos países do Conselho do Ártico. Num segundo momento, serão apresentadas questões relacionadas às motivações da Rússia para buscar mudanças sistêmicas.

A história das relações sociais dos Estados do Conselho do Ártico evidencia o processo de construção de uma estabilidade sistêmica que seria abalada a partir de 2008, com a questão da Geórgia, e colapsaria em 2022 com a guerra da Ucrânia.

O nascimento conceitual do Conselho do Ártico remonta ao lançamento pela União Soviética, em 1987, da Iniciativa de Murmansk (Thompson, 2009; Millar, 2004), uma proposta integrada de política externa soviética para o Ártico que envolvia, entre outras coisas, ações de segurança, economia, logística e meio ambiente na região (Purver, 1988).

Essa ação paradigmática - já que até então a URSS não havia conseguido propor com sucesso uma política internacional integrativa, cooperativa e multidisciplinar que envolvesse seus rivais do bloco ocidental - pode ser vista como uma ação proativa, afastando-se do padrão reativo da política exterior soviética, que marcou sua história desde a fundação da União. Moscou, ainda no final da URSS e na transição para a Federação da Rússia, atuou de forma cooperativa com os demais Estados do Ártico, para construção de um sistema internacional polar Ártico que pudesse avançar seus interesses, num cálculo de benefícios e custos marginais possível naquele período.

A ação soviética, que contou com apoio ocidental, somou iniciativas de segurança, ambiental, econômica e logística (Åtland, 2008; Nuttall, 2005; Purver, 1988), inclusive limitação de exercícios navais militar no Ártico e propostas de criação de uma zona livre de armas nucleares no pólo norte, e também criou um a dinâmica de relacionamento social entre os Estados do Ártico que culminou com a posterior criação de um sistema internacional polar ártico. Podem ser vistos como passos desse sistema a Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico de 1991, proposta por Finlândia em conjunto com a URSS, que culminou na declaração de Ottawa de 1996, instrumento jurídico internacional que criou o Conselho do Ártico.

A Declaração de Ottawa de 1996 foi assinada por oito países que dividem o espaço geográfico do Ártico - Rússia, Canadá, Estados Unidos (Alaska), Islândia, Finlândia, Noruega, Suécia e Dinamarca (Groenlândia) – e criou um sistema de governança baseado em consenso (Arctic Council, 1996) que busca regulamentar todas as atividades de cunho civil e militar que ocorram na região, bem como questões de meio ambiente e recursos naturais.

Ao firmar esse acordo internacional, a Rússia considerou que os custos e benefícios marginais de construção de um sistema internacional para o Ártico eram vantajosos dentro desse esquema cooperativo. Dentro da teoria de Gilpin (1981), a Rússia teria cooperado e buscado a criação de regras do sistema, reconhecimento de direitos e estruturação de um corpo de governança porque, além de as relações sociais entre os países do Ártico serem, naquele momento histórico, tendentes à cooperação, isso estaria de acordo com os interesses do Estado relativos à segurança, ganhos econômicos e objetivos ideológicos (Gilpin, 1981).

Ao perceber a oportunidade histórica de fruir benefícios a um custo compartilhado (havendo portanto “liquidez” potencial nos resultados), a Rússia

propôs um “processo de mudança política internacional” no Ártico que refletisse em última instância os esforços da elite política de Moscou para transformar instituições e sistemas de governança e gestão polar de forma a avançar seus próprios interesses (Gilpin, 1981).

As motivações da União Soviética, bem como os cálculos de custos *versus* benefícios marginais estão conectados ao momento em que ela vivia, na década de 1980. Foi uma década conturbada: além da estagnação econômica, da pressão social por mais liberdade e da desastrosa invasão ao Afeganistão (1979-1989), a URSS passou por mudanças bruscas de poder no âmbito do *Politburo*, com a morte sucessiva e num curto espaço de tempo de três líderes: Brezhnev, Andropov e Chernenko. Essas mortes fizeram a estrutura de poder russa criticar a gerontocracia que se havia montado, e houve uma pressão para que o sucessor fosse menos idoso do que os seus antecessores. A ascensão ao poder de Mikhail Gorbachev fez sentido nesse processo, para estabelecer uma nova base de liderança mais nova e mais conectada aos anseios dos povos soviéticos (Bushkovich, 2012).

Esse processo político conturbado fez com que os custos impostos à ação da URSS no sistema internacional aumentassem significativamente, e uma necessidade maior de cooperação surgiu como meta fundamental da gestão Gorbachev (Bushkovich, 2012). Nesse momento, e aproveitando o fortalecimento relativo do sistema multilateral global, os tomadores de decisão soviéticos decidiram, sob a liderança de Gorbachev, de-escalar o tensionamento com o Ocidente (que na época contava com a ascensão de líderes fortemente antissoviéticos, como Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos EUA) e adotar uma postura mais cooperativa em relação a assuntos ocidentais, em compensação pela atitude mais agressiva no Afeganistão.

Os interesses do Estado soviético era, portanto, influenciado por fatores tanto internos quanto externos. Foi assim que Gorbachev definiu, ouvidos seus conselheiros, que o interesse soviético no Ártico deveria ser de cooperação, e a permissibilidade do sistema multilateral acrescentou um incentivo a mais para isso. A mudança feita nesse caso foi mudança *no* sistema, já que a criação de uma dinâmica de governança no Ártico estava em verdade fortalecendo o sistema multilateral baseado na Organização das Nações Unidas e sua defesa dos regimes multilaterais. Importante lembrar que, na visão de Gilpin (1981), os “interesses [do Estado] relacionados à segurança, ganho econômico ou objetivos ideológicos, [...]

depende da natureza do sistema internacional, como governança e regras do sistema, reconhecimentos de direitos etc”. Isto estava presente no processo de criação do Conselho do Ártico, e orientou a política soviética para a região polar.

O custo de manter um tensionamento no Ártico era maior do que a capacidade econômica do soviética de sustentar ações agressivas nesse campo, até pelas crises econômica, política e pela campanha do Afeganistão. O cálculo feito por Moscou, portanto, foi o de que cooperar era mais vantajoso do que tensionar no Ártico.

Houve, portanto, incentivos para o sistema multilateral da ONU ser mantido e expandido no Ártico, garantindo sua estabilidade (Gilpin, 1981).

O cálculo político acima referido passou também pela avaliação de elementos estratégicos por parte de Moscou, de suas interações com os atores e dos potenciais benefícios a serem aproveitados *versus* os custos envolvidos em suas ações.

Gilpin (1981) escreveu que a ação estatal para manter um sistema, criar um sistema ou atacar um sistema envolve um conjunto de percepções tidas a partir do cálculo estratégico de poder, de benefícios e custos marginais, sempre fazendo com que o Estado promova tal análise com foco em seus objetivos políticos e em sua sobrevivência enquanto “corpo político”. Há uma busca de “lucratividade geopolítica e geoeconômica” que traga vantagens “líquidas” para o Estado, seja na forma de benefícios e lucros fruídos de forma direta, seja pela redução de pressões e tensionamentos em determinados setores. Da mesma forma, seu comportamento será definido em grande parte pela dinâmica de interações estratégicas com outros atores, em conjunturas específicas (Gilpin, 1988, p. 592).

O fator geoestratégico foi fundamental para que a União Soviética adotasse uma postura cooperativa no Ártico.

Como já visto anteriormente, na década de 1980 a União Soviética vivia uma sequência de períodos conturbados e de *annushorribilissucessivos*. Além da já referida estagnação econômica, da oposição ferrenha de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan e da desastrosa invasão ao Afeganistão (1979-1989), a URSS passou por mudanças profundas de poder no âmbito do *Politburo*, com a morte de três líderes em sequência e uma busca por reformismo executada por Gorbachev, mas sem certeza de resultados (Bushkovich, 2012).

Nessa conjuntura, e diante de pressões do sistema multilateral para a adequação soviética a normas de natureza ambiental, adesão a regimes de controle de armas, proteção e defesa de direitos humanos de povos originários, Moscou percebeu que o cenário lhe era desfavorável, e que naquele momento haveria necessidade de uma distensão com o Ocidente para garantir a própria sobrevivência da URSS, nesse caso liberando o esforço político do novo governo para resolver questões internas, aliviando a pressão e preocupação com questões externas.

O cenário em que os cálculos apareciam como mais favoráveis para essa sinalização soviética era o Ártico, por fatores de ordem geopolítica, estratégica e mesmo simbólica.

Como visto anteriormente, o Ártico é fronteira máxima de expansão estratégica e econômica, e região com dinâmicas biológicas sensíveis cuja proteção ambiental afigura como fundamental. Adicionalmente, a região é uma zona fronteiriça entre 7 países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Rússia; é também uma rota logística fundamental entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico; é ainda permeada por recursos minerais, óleo e gás, recursos pesqueiros abundantes; e por fim sempre foi um tabuleiro estratégico da guerra nuclear entre EUA e URSS/Rússia, bem como uma área intensa de guerra submarina e antissubmarino (ASW).

O simbolismo de buscar – por iniciativa soviética – avançar pautas de cooperação regional numa zona tão estratégica foi visto pelos planejadores de política externa da URSS como um ponto importante para aferir ganhos com custo marginal baixo, já que a pressão pela mudança de comportamento político da URSS já estava na agenda de Washington e Londres (Bushkovich, 2012).

É salutar lembrar a lição de Gilpin (1981) de que a opção pela ação estatal incremental ou revolucionária envolve um conjunto de percepções tidas a partir do cálculo estratégico de poder, de benefícios e custos marginais, e da experiência histórica do Estado. A Rússia Soviética, naquele momento, vivia um conjunto de pressões internas e externas para a alteração de seu comportamento. Aumentar o tensionamento significaria ampliar um custo político que o país talvez não tivesse condições de arcar.

A elite no poder em Moscou percebeu então que o cálculo estratégico (Gilpin, 1981) pendia para o campo da cooperação, tendo dado assim início ao processo

que culminaria na estruturação da Iniciativa de Murmansk de 1987 e à criação do Conselho do Ártico na década de 1990.

Tal percepção de que o Ártico era uma zona que poderia apoiar a sobrevivência política do Estado soviético estava relacionada à experiência histórica da sociedade e da elite russo e soviéticos em sua experiência histórica de ocupação e luta pelo poder na região polar. Nesse momento, uniram-se *fortuna* e *virtúdo* poderio soviético para buscar cooperação como parte integrante do projeto de poder da URSS. Integrava-se, naquele momento, porque os cálculos de benefícios *versus* custos impunham uma integração.

Nesse contexto, a cooperação no Ártico refletia uma posição da URSS como estado poderoso criando uma instituição internacional (Villa e Gaspar, 2018, p.72), e um mecanismo de governança internacional ártica. O cálculo trazia soma positiva para a União Soviética, e portanto era incentivo para a continuidade dessa ação, dessa mentalidade e desse comportamento.

O colapso da União Soviética em 1991 alterou (para pior) essa dinâmica de percepções, já que a entidade estatal que sucedeu a URSS – a Federação Russa – passou a sofrer com processos de fragmentação territorial pós-soviética, perdendo grande parte do seu poder territorial, sofrendo impactos negativos na economia, credibilidade internacional e reduzindo suas capacidades de projeção de poder ao nível global. A tarefa do sucessor político da outrora poderosa União Soviética era de lutar pela mera sobrevivência do estado russo (Grajewski, 2017).

A Política Russa para o Ártico no imediato pós-colapso soviético mostrou-se incoerente (Grajewski, 2017, p. 151) e negligente, com descentralização e abandono de diversas iniciativas estratégicas e consequente redução de poder, redução significativa de investimentos, e em alguns casos o simples abandono das estruturas militares e civis daquela região. Embora seguisse na mentalidade soviética como uma zona fundamental – talvez existencial – não havia disponibilidade de recursos naquele momento para a manutenção de uma presença forte do Estado russo, agora em colapso, naquela região.

Esse declínio relativo (Mearsheimer, 2014) da Rússia foi diligentemente aproveitado pelo bloco ocidental para avançar na criação de uma estrutura organizacional de governança do Ártico, somando ao cooperativismo regional existente desde a época da URSS à fraqueza relativa do poder russo. Assim foi criado o Conselho do Ártico (CA) em 1996.

Apesar da criação desse Conselho ter contado com a participação ativa da Rússia, Moscou teve pouquíssima influência nas negociações da criação desta estrutura de governança internacional, fundamentalmente aceitando os temas apresentados pelo ocidente na consolidação do CA, embora o Ártico russo corresponda a cerca de 50% da área total da região (Grajewski, 2017).

O processo de negociação da cooperação ártica no governo Ieltsin é frequentemente visto como “confuso” (Sergunin; Konyshev, 2019), algo que deriva inclusive da imagem da *persona* pública de Ieltsin criada pelo Ocidente e aceita pelo líder russo: presidente caricatural de um país em declínio. O declínio da política polar russa na Era Ieltsin foi tão grave que chegou a ser chamado de “idílio destruído” (Thompson, 2009).

Isto porque, com o choque de liberalização da Rússia pós-soviética, os recursos que fluíam de Moscou para o Extremo Norte em virtude da estratégia de presença regional foram não apenas suspensos, mas colapsaram em sua totalidade. Subsídios estatais, investimentos, transporte e suprimento foram sendo agressivamente reduzidos, impactando na inversão do fluxo migratório: pessoas passaram a abandonar a região (Thompson, 2009).

Entre 1989 e 1999 a população da região de Chukotka – um exemplo central nas análises do Ártico – caiu de 160 mil para 75 mil, queda de mais de 50% em apenas 10 anos (Thompson, 2009, p. 92). Pra piorar, uma crise de suprimentos tornou a inversão do fluxo migratório em algo parecido com uma evacuação de emergência, com pessoas e famílias abandonando o Extremo Norte às pressas com medo de lá ficarem “presos” (Thompson, 2009, p. 95), e com isso muitas vezes abandonando as próprias estruturas regionais – casas, fábricas, escritórios, bases militares.

Até mesmo os arranjos de poder e organização territorial da Rússia na região foram afetados, com alterações significativas nas divisões territoriais do Ártico – que compreendiam *oblastse okrugs*²⁹– com processos de secessionismo intra-federativo ocorrendo. E um complexo sistema de patronagem foi estabelecido, com desdobramentos concretos no aumento de corrupção institucional e burocrática, bem como com o imobilismo no crescimento econômico regional, já estrangulado pelo colapso da economia soviética (Thompson, 2009).

²⁹ Para melhor compreensão desta divisão federativa territorial da Rússia, consultar Mello Neto (2016).

Essa realidade mostrava-se como fundamental para que a região do Extremo Norte conseguisse sobreviver sem a ajuda do poder central, já que Moscou, nesse período envolvido em sucessivas crises de caráter econômico, político e geopolítico, e buscando inserção internacional ao sistema capitalista controlado pelo Ocidente (Thompson, 2009; Grajewski, 2017), não tinha recursos nem vontade política de retomar o controle governamental sobre a região.

Esse declínio relativo foi determinante para o fortalecimento da base política e do discurso nacionalista do sucessor de Ieltsin, Vladimir Putin. À frente de um bloco de poder (e partido político) denominado Rússia Unida, Putin ascendeu ao poder em 1999 para buscar uma alternativa pós-soviética para a Rússia, que de um lado buscasse reinventar a Federação como um país novo para o novo século, e do outro lado retomasse alguns elementos da grandiosidade russa de outrora (sem referências expressas à URSS nem ao Império). Como explicam Mielniczuk e Piccolli (2015, p. 50):

Frente ao cenário de instabilidade crônica dos anos 1990, Putin assume o poder e estabelece o que viria a ser conhecido como uma "democracia administrada" ou "democracia soberana", reorganizando as instituições do país e recentralizando o poder com reformas constitucionais que diminuiriam a importância das regiões da Federação Russa. Neste sentido, se por um lado as rígidas medidas políticas estabelecidas colocaram à prova os rumos do processo democrático e das liberdades civis, por outro alavancaram uma retomada da autoconfiança nacional e da credibilidade no país.

Um dos elementos essenciais para a retomada dessa autoconfiança e credibilidade nacionais foi a retomada de uma visão de mundo da Rússia (a *Rossiyskiy Mir*). Putin, então um pragmático com visão de reconstrução estatal (de estruturas, poder e prestígio), mesclou elementos de ocidentalismo com eslavofilia, aproveitando momentos de "sístole" e "diástole" no relacionamento com o Ocidente e – sem necessariamente recorrer à "sovietofilia", mas rememorando a grandeza de um passado soviético não tão remoto – re-editou políticas históricas da URSS e do Império Russo sobre novas bases, mas com centralização diretiva em Moscou (Mielniczuk; Piccolli, 2015).

Elemento-chave para a compreensão desse processo é o "Manifesto do Milênio" – divulgada para o povo russo em 2012, quando da terceira eleição de Putin – e que marcou esse retorno aos "valores tradicionais" da Rússia, trazendo quatro elementos que estão por detrás de inúmeras políticas internas e externas da

Rússia, inclusive no Ártico:

Os contornos do governo Putin ficaram claros em 2012, quando Putin dirigiu-se à população da Rússia durante a campanha para sua terceira eleição em um documento conhecido como o "Manifesto do Milênio," e identificou que o vazio na sociedade seria superado apenas com a retomada dos valores tradicionais, de modo que a nação russa fosse reconstruída. Para tanto, elencou quatro elementos fundamentais: 1) patriotismo integrativo, não se referindo apenas a um sentimento de nacionalismo, mas sim englobando convicções de orgulho da diversidade russa, de sua história e de sua posição no mundo; 2) gosudarstvennost (estadismo), a nação deveria ser sustentada a partir de uma autoridade política forte, capaz de manter a integridade, a ordem interna e afirmar os interesses externos do país; 3) patriotismo pragmático, a nação deve ser supra étnica, constitucionalmente homogênea e sem espaços para segmentações regionalistas; 4) solidariedade social, uma nação socialmente justa, prezando pelo bem-estar da população (Mielniczuk; Piccolli, 2015, p. 52).

Esses pontos levantados por Mielniczuk e Piccolli (2015, p. 52) ajudaram a modificar o jogo de percepções de Moscou sobre o dilema de custos *versus* benefícios de ações mais ou menos conflitivas no sistema internacional, por motivos relacionados aos quatro pontos cima mencionados.

Primeiramente, o patriotismo integrativo (que inclui o nacionalismo e o *Rossyiskyi Mir*) criou as condições necessárias para uma auto-visão russa internacional que recoloca Moscou no centro geopolítico global, como ator relevante e poderoso. Nessa nova visão, o Ártico passaria a ter uma importância fundamental, por ser uma região simbolicamente importante para a identidade nacional russa, economicamente uma zona de potencial exploratório significativo, e militarmente um bastião de defesa territorial e projeção global de poder (global porque a frota de submarinos nucleares russos com capacidade de circunavegação está baseada na Frota do Mar do Norte).

Em segundo lugar, o estadismo (*gosudarstvennost*), ao preconizar uma autoridade política forte para manutenção de integridade e ordem no nível interno e para afirmação dos interesses da Rússia no plano internacional, replicou a força e autoridade política do líder no plano internacional, retomando inclusive um conceito da Rússia Imperial relacionada à chamada *tríade dos povos russos*, a *autocracia*³⁰, dessa vez revestida de "liderança forte" e "liderança carismática"³¹. Tal

³⁰ As outras duas partes da tríade seriam a eslavofilia (nacionalidade) e a ortodoxia. Para mais aprofundamento na tríade, consultar Mello Neto (2016).

³¹ A difusão de *memes* de Putin cavalgando ursos e dinossauros, longe de ser uma brincadeira juvenil de rede social, representou (e representa) uma iconografia midiática de projeção imagética

fortalecimento do Estado russo contribuiu para a retomada de incentivos estatais naquela região, inclusive na forma de direcionamento do capital privado doméstico e estrangeiro para projetos e iniciativas na região polar, em especial ligadas a hidrocarbonetos.

Em terceiro lugar, o patriotismo pragmático, que ao preconizar a supra-ethnicidade e a oposição à segmentação regionalista abriu espaço para a assimilação forçada de povos em toda a Federação, mas em especial os povos originários do Ártico. Nesse ponto específico, a visão do Ártico como fundamental para a identidade russa foi retomada de maneira firme pelo governo Putin como forma de criar uma coesão em torno de uma empreitada difícil numa região inóspita e que consumiria muitos recursos financeiros sem necessariamente um retorno de curto prazo.

A consolidação de poder do grupo político de Putin, se num primeiro momento trouxe uma aproximação relativa com o Ocidente, posteriormente degradou-se novamente, retornando para um estado de tensão crescente. Tal processo de tensionamento foi intensificado com as guerras da Geórgia (2008), Crimeia (2014) e com a recente guerra na Ucrânia (2022), tendo esta última gerado como consequência o esfacelamento do ténue equilíbrio entre Moscou e o Ocidente no tabuleiro geopolítico global (Freire, 2011; Ribeiro, 2015; Mello Neto, 2016). E esse processo afetou a percepção russa de benefícios *versus* custos em sua ação no Ártico.

Adicionalmente, a retomada de investimentos maciços no Ártico por parte de Moscou alterou a percepção *interna* sobre aquela região. Retomando uma estratégia soviética de ocupação polar, a presença do estado central no Extremo Norte voltava a ser grande, mas desta vez com um conjunto de medidas diferenciais (Thompson, 2009) em relação à era soviética.

Em primeiro lugar, o foco em *commodities* extraídas não impediu o avanço de um processo de reindustrialização regional em bases modernas. Se a era soviética focou num processo de industrialização pesada e a Era Ieltsin marcou um declínio acelerado e desindustrialização, o primeiro período Putin (2000-2008) marcou um retorno do estado no investimento e fomento à industrialização regional, mas

de poder, liderança e carisma. Até antes da invasão russa contra a Ucrânia em 2022 os *memes* de Putin circulavam nas redes sociais com uma aura de humor misturado com uma certa deferência ao perfil de liderança firme de Putin. Atualmente, essa iconografia subsiste como propaganda do governo russo na busca de justificativa de suas ações militares contra Kiev.

levando em consideração as especificidades da nova indústria global (Thompson, 2009).

A visão – esposada pelo Kremlin - de inserção da Rússia numa economia globalizada trazia a necessidade de aproveitamento dos potenciais regionais no incremento das capacidades industriais modernas do país. O Extremo Norte, nesse sentido, seria fornecedor de *commodities* em seu formato natural ou semimanufaturadas. Mas para que essa vantagem se tornasse um ativo para a Rússia, havia necessidade de incremento do complexo logístico regional.

Em segundo lugar, para o avanço desse desenvolvimento econômico, associado à retomada da proteção e defesa territorial, foi feita uma modernização da infraestrutura logística e locacional que beneficiasse tanto o setor extrativista quanto os setores industrial, militar e para a própria população (Thompson, 2009). Essa modernização tinha como base a os complexos produtivos, as cidades e vilas, as redes de energia e transporte, bem como a própria estrutura sócio-cultural e educacional que deveria indicar à massa crítica da população russa – potenciais migrantes para o Ártico – as vantagens migratórias regionais.

Em terceiro lugar, a política de infraestrutura envolveu uma modernização das cidades para atender às demandas sociais, educacionais e culturais de futuros migrantes, evidenciando um planejamento urbano e desenvolvimentista conduzido por um estado de base capitalista pós-soviético (Thompson, 2009).

As cidades do Ártico ganharam uma nova estrutura de planejamento, que ia além do conjunto de serviços básicos: centros culturais, escolas e centros universitários foram criados ou reformados, de maneira a tornar a região atrativa para potenciais migrantes. Também as formas de organização social foram arquitetonicamente alteradas, com as vilas de povos nativos modernizadas para um padrão mais ocidentalizado (canadense), mas ao mesmo tempo funcional (como na era soviética). A ideia geral do planejador russo era promover uma modernização na agricultura regional com base em padrões mais ocidentais (Thompson, 2009). Isso se justifica inclusive pela questão da adoção, pela Rússia, de estratégia similar à Defesa Total. Os ativos civis seriam, portanto, importantes em tempos de paz para suas funções regulares, e em tempos de guerra para a mobilização total da sociedade em torno do esforço bélico (Zysk, 2020).

A despeito dessas ações nitidamente modernizantes, a presença do estado russo na região ganhou contornos da tradicional autocracia russa herdada do

período Imperial. Isso em virtude da adoção de técnicas de disciplina e da busca por uma tecnocracia alinhada com os interesses do governo central (Thompson, 2009), o que aliás tem sido uma marca da gestão Putin.

De qualquer sorte, esse novo *retorno ao Ártico*, e a percepção crescente de Moscou do Ártico como *lago russo* (Thompson, 2009) ou como *área preferencial da Rússia* (Zysk, 2020), fez com que o princípio soviético de desenvolvimento econômico e sobrevivência soberana a partir da defesa do Ártico fosse ressuscitada pela Federação Russa, inclusive com uso atualizado e modernizado da política de “domínio do Norte” (*severnoeosvenie*).

Nos anos iniciais do governo Putin (2000-2008) o cooperativismo marcou a opção preferencial de Moscou no relacionamento com o Ocidente no Ártico. Dmitri Medvedev (2008-2012) expandiu a presença russa no Ártico e consolidou o documento “Princípios Básicos da Política Estatal da Federação Russa para o Ártico até 2020”. Apesar da guerra russa na Geórgia, Moscou manteve o cooperativismo como pilar fundamental da ação no Ártico. A competição deu-se em bases empresariais e científicas. Evidentemente, houve – por conta de um cálculo estratégico – uma retomada de algumas iniciativas de militarização na região, mas o discurso da época era que a remilitarização tinha por finalidade a proteção de ativos, sem definição precisa de *contra quem* essa defesa seria montada.

A crise financeira de 2008, bem como a invasão russa contra a Geórgia nesse mesmo ano – que gerou reclamações e sanções pontuais, mas limitadíssimas, dos países ocidentais – fez com que a Rússia percebesse, naquele momento, oportunidade de ampliar as ações no Ártico em virtude da instabilidade sistêmica ao nível global.

Na visão do Kremlin, a posição ocidental estava se enfraquecendo – crise financeira de 2008, crise na União Europeia, crise na OTAN – e era hora de questionar esse sistema hegemônico ocidental e “ocidentocêntrico”, algo que Gilpin bem definiu em termos teóricos, em escrito que justifica teoricamente o comportamento questionador de Moscou:

Um sistema instável é aquele em que mudanças econômicas, tecnológicas e de outras naturezas estão corroendo a hierarquia internacional e minando a posição do estado hegemônico. Nessa situação, eventos inesperados e crises diplomáticas podem precipitar uma guerra hegemônica entre os estados do sistema. O resultado de tal guerra é uma nova estrutura internacional (Gilpin, 1988, p. 592).

A guerra na Geórgia não chegou a ser generalizada, mas sinalizou um comportamento desafiador de Moscou em relação a essa nova ordem, aproveitando-se da conjuntura global de hierarquias cambiantes e de hegemonias declinantes para avançar territorialmente sobre áreas que a Rússia considerava como “contestadas” (fossem elas contestadas³² ou não). O comportamento moscovita nesse sentido gilpiniano se mostraria mais uma vez presente na tomada da Crimeia (2014) e na invasão *full scaled* Ucrânia (2022-2023). Todas essas medidas foram sendo tomadas num processo expansionista que via os benefícios marginais muito maiores que os custos marginais. No entanto, vale lembrar a lição de Gilpin, destacada por Villa e Gaspar (2018, p. 74-75):

A expansão cessa quando os custos marginais de expansão adicional igualam ou excedem os benefícios marginais. No entanto, o equilíbrio alcançado é apenas temporário no processo de mudança. Uma vez que um estado atinge os limites da expansão, a manutenção da posição e o declínio são difíceis de sustentar. As taxas diferenciais de crescimento do declínio e o aumento dos estados ascendentes no sistema produzem uma redistribuição decisiva do poder e resultam em desequilíbrio no sistema. A guerra aparece como o fator decisivo da mudança, resultando, desta maneira, a guerra hegemônica (ou pela hegemonia) como mecanismo básico da mudança sistêmica na política internacional.

Em 2007, ao plantar uma bandeira russa no leito marinho do Ártico, a Rússia calculou que o benefício daquele tensionamento seria maior que o custo, já que se tratava – simbolicamente - mais de uma rivalidade mais ou menos natural do que de um ato agressivo. Ao colocar a bandeira no fundo do Oceano Ártico, a Rússia ao mesmo tempo jogava com a geoestratégia, mostrando que os recursos do leito marinho ártico são russos por excelência, e performava uma ação imagética forte, de que aquele era um território russo por excelência.

Quando invadiu a Geórgia em 2008, a Rússia também calculou que o benefício desse conflito seria maior que o custo, e efetivamente se mostrou assim, por conta da conjuntura internacional de crise financeira e enfraquecimento relativo da Europa.

³² A contestação territorial no moderno Sistema de Estados é feita através de ação específica na Corte Internacional de Justiça. Para que haja uma contestação, a Rússia deve entrar com um procedimento judicial na Corte. Até 2023 a Rússia figurava em três processos na CIJ, nenhum deles como proponente da ação (applicant). Todos os três casos têm a Rússia como respondente (equivalente a reclamado) por casos de violação de soberania territorial de dois estados (Ucrânia e Geórgia). Dessa forma, a contestação territorial feita pela Rússia roda apenas nos comunicados oficiais do Kremlin.

Em 2014, com a invasão da Crimeia, a Rússia jogou um jogo mais perigoso, mas no cálculo feito também havia superação dos custos pelos benefícios. A Primavera Árabe, a Guerra Civil na Síria, o surgimento do Estado Islâmico no Iraque e na Síria, os problemas da insurgência no Afeganistão e a permanente crise financeira jogavam a favor de uma mitigação dos custos de transação e de oportunidade para essa ação. Mais uma vez Moscou soube aproveitar as fragilidades desse sistema internacional para, calculadamente, agir de forma mais agressiva.

Quando invadiu a Ucrânia em 2022, a Rússia calculou que as realidades de 2007, 2008 e 2014 seriam mantidas intactas. No entanto, como o sistema internacional é complexo e dinâmico – e fatores como a pandemia de Covid-19 e a ascensão da China como potência contestante do sistema afetaram as percepções dos países ocidentais – o cálculo russo foi errado, tanto no nível tático na Ucrânia quanto no nível estratégico global. O sistema reequilibrou-se – e o fez utilizando a Rússia como “inimigo comum” e “estado vilão” – e fez com que o custo marginal russo superasse enormemente os benefícios.

Nesse íterim, os efeitos das mudanças climáticas sobre o Ártico aumentaram (Hogg; Fonoberova; Mezic, 2020), e os países ocidentais iniciaram um conjunto de respostas globais à Rússia, incluindo criação (ou recriação) de unidades militares no Ártico (U.S. Army, 2022), operações de amplo espectro de grupos navais aliados realizadas na região e uma transição de poder tensa da presidência russa para a norueguesa no Conselho do Ártico. Essas ações foram reflexo de um complexo de decisões que envolveram tanto reações à invasão russa contra a Ucrânia como a percepção ocidental de que a Rússia estava se tornando um ator dominante – e crescentemente agressivo – no Ártico.

Ocorre que à medida que a guerra na Ucrânia avançou, as sucessivas derrotas de Moscou naquele país trouxeram alterações consideráveis no jogo interno de percepções russas sobre Putin e sobre a organização de poder da Federação. Pressionado ao sudoeste por uma guerra fracassada, ao norte por um Ártico cada vez mais navegável, e globalmente por um conjunto robusto e efetivo de sanções internacionais, o Kremlin percebeu que a proporção declinante dos benefícios marginais *vis-a-vis* custos marginais haviam criado uma enorme desvantagem para a Rússia no extremo norte polar.

E nesse contexto, a taxa diferencial do crescimento do declínio russo na predominância geopolítica sobre o Ártico – uma espécie de heartland gelada da Federação – traz desequilíbrio ao sistema, *pari passu* com as ações da aliança ocidental na região polar, fazendo com que a Rússia passe a adotar uma postura agressiva, buscando conflito como forma de redistribuição de poder para alterar a dinâmica regional, na impossibilidade de modificar o sistema com custo relativamente baixo para si.

Por fim, mas não menos importante, há que se mencionar brevemente neste capítulo assunto que será tratado mais adiante no trabalho: o risco de escalada acidental, *i.e.* não desejada pelas partes. Esse risco, apontado por Zysk (2020), existe no Ártico, em virtude da região já estar há pelo menos três décadas submetida a um regime de cooperação e relativa estabilidade, adicionalmente com o fato de que os resultados concretos da mudança climática na região são amplamente indefinidos, e mesmo as projeções mais conservadoras (por exemplo, de aquecimento global de 1,5°C) podem estar distantes e abaixo de uma realidade eventualmente catastrófica no Círculo Polar. Nesse sentido, a imprevisibilidade no comportamento dos atores pode ser ampliada por elementos não-previstos, cabendo aqui lembrar a lição de Gilpin (1981) para quem “embora sistemas sociais e instituições políticas surjam da decisão de atores poderosos na busca por seus interesses percebidos, os arranjos sociais resultantes não são exatamente aqueles desejados, nem podem ser controlados por esses atores”.

Para compreender a extensão da percepção russa sobre como a mudança climática afeta o gelo marítimo, como este afeta a navegação, e como a navegação afeta a vulnerabilidade russa no Ártico perante seus inimigos, é fundamental nos debruçarmos sobre a ciência da mudança climática no Ártico. É o que faremos no próximo capítulo.

3 EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO ÁRTICO E SEUS IMPACTOS NO TERRITÓRIO DA RÚSSIA

O Ártico tem sido uma das áreas mais afetadas pela mudança climática no mundo, com impactos severos em seu ecossistema (Jin *et al.*, 2023; Chylek *et al.*, 2022; Rantanen *et al.*, 2022; Isaksen *et al.*, 2022; McChrystall *et al.*, 2021) e no modo de vida dos povos originários da região (Choudhary *et al.*, 2021). A redução da criosfera no círculo polar ártico (Hogg; Fonoberova; Mezic, 2020), no entanto, tem sido vista pelos estados territoriais polares (e até extra-polares) como uma oportunidade de expansão econômica e de integração global. Isto porque um dos efeitos mais significativos que o derretimento dos blocos de gelo do Ártico tem trazido é a ampliação das condições de navegabilidade regional, permitindo assim não apenas a operacionalidade de fluxo naval por mais tempo durante o ano (Zhou *et al.*, 2021), mas também a abertura do mar para exploração de recursos subaquáticos.

O crescimento acelerado do degelo polar ártico – também chamado de amplificação ártica (Zhou *et al.*, 2021) - tem permitido a países como Rússia e Noruega expandir suas operações de extração de petróleo e gás em reservas já conhecidas, bem como prospecção de novas áreas com potencial de exploração econômica considerável. A região – já historicamente sujeita a ciclos sucessivos de disputas territoriais motivadas pela exploração de recursos naturais (Serreze; Barry, 2005) – retorna ao centro da geopolítica global como nova fronteira de disputas entre os estados regionais, e mesmo atores extra-regionais como a China (Strawa *et al.*, 2020).

Embora a história da ocupação russa do Ártico seja objeto de estudo detalhado do próximo capítulo, a compreensão do presente capítulo passa por uma necessária síntese histórica da ocupação deste pólo terrestre, com foco regional, para que se compreenda a profunda alteração que a mudança climática tem causado no processo de evolução histórica da “corrida pelo Ártico” (Serreze; Barry, 2005).

A região do Ártico, embora já conhecida dos povos europeus – em especial da Rússia – desde pelo menos o século XI (Millar, 2004; Naumov, 2006), veio a compor de maneira mais intensa o imaginário geográfico europeu a partir do século

XVI, quando “os países do norte da Europa passaram a enxergá-lo como rota potencial para a China” (Serreze; Barry, 2005, p. 4).

Neste período, uma “mistura de mito e hipótese” (Serreze; Barry, 2005) ocupou a mentalidade da construção da cartografia regional polar, e serviu de base para a orientação de expedições que somente no século XIX adquiririam tecnologia suficiente para ocorrer de forma contínua e com mitigação de riscos operacionais para os navegantes e exploradores.

No entanto, já desde pelo menos a década de 1550 exploradores europeus vêm explorando a região ártica (Serreze; Barry, 2005), tendo inclusive havido ocupações em terras dentro do círculo polar. Segundo Serreze e Barry (2005, p. 4), “entre 1565 e 1584 a Companhia Holandesa de Comércio do Mar Branco estabeleceu uma estação na Península de Kola”. Companhias comerciais britânicas e pescadores russos também avançaram sobre o Mar de Kara mais ou menos neste período.

Apesar disso, foi a Rússia que – enquanto nação – iniciou o processo de reclames territoriais na região do Ártico, fazendo isso a partir de uma conjunção de expedições de exploração científica e de exploração comercial (Naumov, 2006). Antes do século XV, o Ártico era uma região amplamente inexplorada não-mapeada, muito em virtude de sua natureza hostil e condições de sobrevivência humana virtualmente inexistentes (Millar, 2004; Serreze; Barry, 2005).

Com o processo de consolidação do estado russo ocorrendo na transição do século XIV para o século XV (Bushkovich, 2012), a Rússia passou a buscar expansões territoriais em direção ao norte polar e ao nordeste siberiano, onde encontrou ainda o estímulo econômico de recursos naturais regionais abundantes: peles de animais, peixes, madeira e alguns minerais úteis à época. Dominar o território, naquela época, significava para a Rússia não apenas expandir seus domínios políticos, mas também expandir sua capacidade econômica pela supremacia sobre um território rico e amplamente inexplorado. O Ártico tornou-se, assim, um alvo estratégico para a Rússia.

Isso fez com que, a partir do século XV, os russos iniciassem expedições para descobrir, explorar e dominar a região em nome da coroa russa. Tais expedições tinham como missão primordial atravessar o Ártico, mapear a região, identificar ativos econômicos passíveis de exploração, e estabelecer acampamentos e postos

avançados da Rússia naquelas terras então desconhecidas, invocando a soberania russa daqueles territórios descobertos (Millar, 2004; Naumov, 2006).

Ao longo deste século, exploradores russos conseguiram com sucesso estabelecer um domínio da Rússia sobre a região, com um conjunto de entrepostos, fortins avançados e alguns assentamentos, e isto significou um primeiro passo importante não apenas para a consolidação do estado russo a partir de expansão territorial, mas para o domínio geográfico que a Rússia passaria a ter sobre essa região polar nos séculos seguintes.

O desenvolvimento de atividades econômicas nestes limites – em especial a pesca geral, pesca de baleias e de morsas – auxiliou na ampliação do conhecimento geográfico e cartográfico da região ártica. Apesar disso, a latitude 80.38° N³³ não foi alcançada e cruzada antes de 1773 (Serreze; Barry, 2005).

Durante o século XV e grande parte dos séculos XVI e XVII o extremo norte do Ártico continuou sendo região inexplorada e proibida – por questões de natureza extrema – à ocupação humana. Nestes períodos, além de iniciativas tomadas apenas em latitudes polares mais baixas, as ações de domínio territorial foram majoritariamente executadas por exploradores, comerciantes, pescadores e caçadores, que a despeito de terem autorização estatal, estavam na região primordialmente para execução de interesses privados (Naumov, 2006).

Até mesmo a dinâmica de interação com povos originários do Ártico – chukchis, itelmenos, inuítes, coriacos, entre outros – era feita com base em comércio e, em alguns casos, escambo.

Não havia uma política oficial de assimilação (nem mesmo forçada) daqueles povos (Millar, 2004; Serreze; Barry, 2005), embora já houvesse desde o início uma diretriz não-oficial de cristianização daqueles povos (derivada antes da tendência universalista do cristianismo do que numa política étnica da cristandade católica, protestante e ortodoxa, esta última no caso da Rússia).

A cristianização forçada e a assimilação violenta vieram posteriormente, quando à medida que a presença de outros povos europeus no Ártico começou a ameaçar a supremacia de Moscou na região (Millar, 2004).

³³ Última linha circular latitudinal antes do pólo norte, que cruza o extremo norte da Groenlândia (Dinamarca), o extremo norte das Ilhas Rainha Elisabete (Canadá), o extremo norte da ilha de Svalbard (Noruega), o complexo insular da Terra Francisco José (Rússia), bem como metade do complexo insular de Severnaya Zemlya (Rússia). A Cordilheira Subaquática de Lomonosov, rica em minerais, fica dentro desta latitude.

Nos séculos XVII e XVIII, com o processo de expansionismo russo levado a cabo pelo czarado russo – em especial Pedro o Grande e Catarina a Grande – a Rússia iniciou uma ocupação mais efetiva da região polar ártica como política de estado, implementando a “tríade dos povos russos” (Bushkovich, 2012; Mello Neto, 2016) nos povos originários do Ártico, forçando-os a assimilar a nacionalidade (russofilia), a religião (ortodoxia) e a autoridade autocrática do czarado. Também nesse período, expedições como a do dinamarquês Vitus Behring a serviço da Marinha Russa auxiliaram na expansão do mapeamento regional e na tomada de regiões inteiras para a Rússia.

Para além do interesse nas *commodities* regionais, a Rússia também estava interessada na busca por uma passagem transpolar que levasse navios do Oceano Atlântico a outros oceanos existentes, porém à época ainda parcialmente desconhecidos³⁴.

Esta passagem – existente, porém de difícil acesso em virtude da natureza extrema da região – seguiu sendo um ponto de interesse da Rússia e dos demais países europeus durante os séculos XVIII, XIX e XX (McGhee, 2005). Apesar disto, a dificuldade de sobrevivência e operações humanas na região – em especial nos meses de inverno – manteve-se constante durante a maior parte destes séculos.

Foi somente no final do século XX e transição para o século XXI que, por conta da mudança climática que sobrecarregou a criosfera do Ártico – derretendo o gelo e abrindo passagens pelos mares outrora intransponíveis – a região teve sua importância estratégica ressignificada, por questões econômicas e logísticas.

Tais alterações na geografia regional alteram também a leitura que os países fazem dela, e o entendimento destas alterações que a mudança climática traz para a região torna-se condição fundamental inescapável para a compreensão das modificações e reajustes da geopolítica da Rússia para o Ártico.

Isto porque essa afetação climática do ambiente polar, que alterou a percepção política e geopolítica da Rússia em relação às oportunidades e ameaças no ambiente polar ártico, é elemento fundamental para entender como essas alterações (geo)políticas se deram no meio ambiente polar, com foco especial na costa da Rússia *vis a vis* as demais zonas costeiras dos países árticos.

³⁴ O Oceano Pacífico foi “descoberto” – *i.e.* explorado - pelas nações ocidentais no século XVI, mas a parte do extremo norte e conexões com o Oceano Ártico só seriam exploradas no final do primeiro quartel do século XVIII, por Vitus Behring pela Rússia, e por expedições espanholas ao Canadá e Alaska (McCannon, 2012; McGhee, 2005).

Para tanto, é importante analisar essa alteração territorial e política derivada da mudança climática a partir de três pontos de análise.

Em primeiro lugar, a compreensão da ordem natural dos fenômenos glaciológicos em ambiente polar e como a mudança climática está alterando a dinâmica de criação, perda e flutuação de gelo marítimo no Ártico.

Em segundo lugar, como essas afetações nas placas geladas do ambiente marítimo do Ártico alteram a dinâmica da navegação transpolar.

Em terceiro e último lugar, como a alteração da dinâmica de navegação através do pólo modifica os potenciais de ação dos Estados no Ártico, e como isso desorganiza a governança naval polar criada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) e pelo Código Internacional da Organização Marítima Internacional para Navegação em Águas Polares (Código Polar), gerando contestações territoriais e problemas de navegação marítima na região.

É o que se fará no presente capítulo, adotando a seguinte organização:

Na primeira seção, para atingir um nível mínimo de conhecimento para a compreensão da ordem natural dos fenômenos glaciológicos em ambiente polar e, a partir daí, entender como a mudança climática está alterando a dinâmica de criação, perda e flutuação de gelo marítimo no Ártico, far-se-á uma análise dos efeitos concretos da mudança do clima no ambiente ártico, utilizando-se para isso de dados de modelagem analítica e preditiva de evolução do gelo marítimo na região a partir de técnicas do *Koopman Mode Decomposition* (KMD) feitas por Fonoberova *et al.* (2018, 2020) e aplicadas a imagens satelitais do IceSat-2 da *National Aeronautics and Space Administration* dos Estados Unidos (NASA). A opção pelo uso de dados da metodologia KMD derivam do fato desta representar um *approach* dinâmico à questão do gelo marítimo e sua projeção futura a partir de dados históricos, o que representa uma vantagem em relação aos modelos estatísticos tradicionais, já que as mudanças climáticas apresentam padrões não-lineares e interações complexas e multidimensionais, como bem destacam Dai *et al.* (2020, p. 2):

O rápido declínio do gelo marinho tem um efeito direto e imediato sobre o transporte marítimo no Ártico. A perda de gelo marinho pode afetar a formação de águas profundas, as circulações atmosférica e oceânica locais e globais, e até mesmo os eventos climáticos extremos nas latitudes médias. Há um crescente interesse na previsão do gelo marinho em escalas temporais que vão de sazonal a decadal. As previsões de gelo marinho têm sido realizadas utilizando métodos empíricos ou modelos climáticos globais acoplados. Os métodos estatísticos têm a limitação de que as relações

entre os preditores e os resultados podem ser não estacionárias. As abordagens dinâmicas têm vantagem sobre as estatísticas, pois conseguem representar mudanças de regime climático não lineares e interações complexas entre diferentes componentes do sistema terrestre. Espera-se que as abordagens dinâmicas apresentem um desempenho melhor na previsão do gelo marinho.

Isto servirá para compreender o efeito das mudanças climáticas no gelo marítimo do Ártico, e servirá de base para compreender como isso está afetando os espaços navais e o fluxo de navegação polar e transpolar, e como isto afeta a percepção e comportamento dos atores regionais, em especial da Rússia. Ainda na primeira seção, tratar-se-á de questões atinentes ao impacto dessa alteração histórica do gelo polar nas condições de navegabilidade no Ártico, e como isso afeta as percepções de oportunidades e ameaças dos atores regionais. Para isso, utilizar-se-á dados oriundos das técnicas KMD da seção anterior para identificar tendências de evolução corrente de profundidade do mar e espessura do gelo, e conectar esses dados ao potencial de navegabilidade regional na costa da Rússia e nas áreas sob algum nível de tensionamento e disputa territorial. Destaque-se que essa metodologia tem sido utilizada, parcial ou totalmente, como fundamento de outros estudos (inclusive estatísticos) sobre o processo de aquecimento do Ártico (Jin *et al.*, 2023; Chylek *et al.*, 2022; Rantanen *et al.*, 2022; Isaksen *et al.*, 2022; McChrystall *et al.*, 2021).

Na segunda seção será feita uma análise de como essas alterações climáticas afetam a percepção cartográfica da Rússia sobre a economia e a geopolítica regionais, afetando assim seu conjunto de percepções políticas e de diretrizes geopolíticas

Na terceira seção será feita uma análise dos impactos cartográficos do território polar russo nas percepções de Moscou sobre os compromissos normativos e de governança assumidos historicamente pelo país – especificamente a Iniciativa de Murmansk (1987), a UNCLOS (1994) e a Declaração de Ottawa (1996) – e sua adequação às estratégias russas para a região, especificamente a evolução da política de *severnoeosvenie* (ou “domínio do Norte”) até a Política Estatal da Federação Russa para o Ártico até 2035 (editada em 2020), passando pela Estratégia de Proteção do Ártico (1991) e pelos Princípios Básicos da Política Estatal da Federação da Rússia para o Ártico até 2020 (editada em 2008), tema que será retomado no último capítulo.

À guisa de introdução ao tema do presente capítulo – e ainda como um *disclaimer* – mostra-se fundamental tecer alguns comentários sobre a importância do uso de metodologias e conhecimentos das Ciências da Terra num trabalho de pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais.

Modelos de previsão futura de distribuição de gelo marítimo são fundamentais para o avanço de estudos do impacto do degelo marítimo na navegação polar (Zhou *et al.*, 2021). Por se tratar de modelos relacionados a um sistema complexo (formação e distribuição de gelo marítimo), que por sua vez é influenciado por outros sistemas complexos (emissão de gases de efeito estufa, correntes marítimas, marés, variação de temperatura regional, bem como modelos de circulação atmosférica regional e global), seus resultados estão sujeitos a inúmeras variáveis que podem ser alteradas (pra melhor ou pra pior) por outras variáveis em sistemas exógenos ao ambiente polar. No entanto, os modelos existentes atualmente conseguem trabalhar com cenários aproximados que diminuem a incerteza dessas variáveis e chegam a resultados quase sempre precisos. E, à medida que avançam os usos de sistemas avançados de coleta de dados, sensoriamento remoto, mapeamento satelital, e incrementos da inteligência artificial e capacidade computacional no processamento desses dados, os resultados mostram-se mais e mais precisos, inclusive os de previsão futura (Zhou *et al.*, 2021).

Atualmente, as Ciências da Terra – Glaciologia, Oceanografia, Biologia, Climatologia, Geofísica - são as principais beneficiárias destes modelos. Subsidiariamente, no campo das Ciências Sociais Aplicadas, a Geografia (em especial sua vertente física) também tem sido usuária de alguns desses resultados, a despeito da resistência que a Geografia Quantitativa ainda enfrenta no meio acadêmico (Moraes, 2004).

Apesar disso, a utilização de modelos de degelo polar e sua influência em outros sistemas complexos mostra-se como um avanço científico possível, em especial naqueles campos em que essas variáveis ocultas (Keohane; King; Verba, 1995), como no caso dos Estudos Estratégicos Internacionais: nesta seara, em que pese eventual aparecimento de modelos naturais como complementação de estudos da influência da natureza no ambiente operacional, as relações causais nem sempre estão sujeitas a uma clara conexão feita de forma direta. Ainda assim, o meio ambiente – em especial aquele em rápida transformação – tem impacto direto em fenômenos políticos, geopolíticos e estratégicos.

Há, por exemplo, estudos climatológicos (Kelley *et al.*, 2015) que relacionam a grave seca na Síria entre os anos de 2006 e 2007 com os processos consequentes que levaram à guerra civil a partir de 2011, conectando dois sistemas complexos (clima e guerra) a partir de outros sistemas complexos (impacto da seca na produção agrícola, fluxos migratórios campo-cidade, saturação dos serviços de proteção social sírios, e por fim a canalização da insatisfação popular em direção a um *uprising* contra o presidente Bashar al-Assad). Existem ainda estudos interdisciplinares – Economia, Ecologia, Epidemiologia e Infectologia - que indicam fortes correlações e possíveis causalidades do aumento da pesca predatória na costa da África Ocidental com as crises de Ebola entre 2014 e 2016 em países desta região (Omoleke; Mohammed; Saidu, 2016; Alexander *et al.*, 2015), com o entrelaçamento sucessivo de sistemas complexos³⁵ e co-relacionamento de mudanças naturais e ações antrópicas como causa de alterações no comportamento geopolítico humano e estatal.

Em estudos como o de Kelley *et al.*, (2015), a análise feita dos processos naturais leva a conclusões que os colocam como elemento fundamental – e variável oculta – de alteração do comportamento político humano e estatal. E a conexão feita transforma correlação em causalidade:

Há evidências de que a seca de 2007-2010 contribuiu para o conflito na Síria. Foi a pior seca registrada, causando perdas generalizadas nas colheitas e uma migração em massa de famílias de agricultores para os centros urbanos. Tendências observadas ao longo de um século em precipitação, temperatura e pressão do nível do mar, apoiadas por resultados de modelos climáticos, sugerem fortemente que a ação antropogênica aumentou a probabilidade de secas severas e persistentes nessa região, tornando a ocorrência de uma seca de 3 anos tão severa quanto a de 2007-2010 duas a três vezes mais provável do que pela variabilidade natural sozinha. Concluímos que as influências humanas no

³⁵ Segundo a hipótese destas pesquisas (e de outras relacionadas a elas), o encadeamento correlacional entre pesca predatória e a crise de Ebola é o seguinte: 1) Entre 2009 e 2012 houve destruição de cardumes na parte mais próxima da costa ocidental africana em virtude da pesca predatória por grandes conglomerados empresariais pesqueiros chineses e europeus; 2) Essa pesca predatória e alguns elementos de mudanças climáticas fizeram com que os cardumes de peixes se deslocassem para mais longe da costa; 3) A indústria pesqueira nacional nesses países é artesanal e portanto de alcance naval limitado, baseado em pequenos barcos e operadores não-profissionais de origem familiar; 4) Apesar disso, a base alimentar de proteína dessas comunidades era composta majoritariamente de proteína de peixe (dados confirmados pela FAO); 5) A falta de cardumes no litoral próximo e a necessidade de alimentação proteica fez com que essas comunidades de pescadores migrassem gradualmente para o interior, onde se estabeleceram em zonas com pouco ou nenhum acesso a carne processada, recorrendo à carne de caça (*bushmeat*), deixando essas populações sob risco de contaminação pelo filovírus causador do Ebola, presente na carne de caça consumida sem o devido processamento sanitário.

sistema climático estão implicadas no atual conflito sírio (Kelley *et al.*, 2015, p. 3241).

Da mesma forma, estudos como o de Omoleke, Mohammed e Saidu (2016) evidenciam como a ação humana (sobrepesca empresarial com caráter predatório e ambientalmente irresponsável) impactou o meio ambiente e, de forma cruzada, condicionou migrações de povos tradicionais para outras áreas, submetendo-os aos riscos de infecção viral:

Além disso, a diminuição da captura de peixes, resultante da sobrepesca por embarcações chinesas e europeias subsidiadas, tem incentivado a caça de animais selvagens e o consumo de carne de caça (como fonte alternativa de proteínas) em várias comunidades pesqueiras ao longo da costa oeste da África. Além disso, em algumas aldeias rurais africanas, as dificuldades econômicas, o desemprego, as secas e a diminuição da fertilidade do solo (e, portanto, a redução da produção agrícola) têm levado vários habitantes a recorrer à caça de animais selvagens e ao comércio de carne de caça, que constituem redes de segurança cruciais para seus lares vulneráveis (Omoleke; Mohammed; Saidu, 2016, p. 31).

É desta forma que o uso interdisciplinar de modelos de previsão climática, glaciológica, meteorológica *et Cetera* pode auxiliar e ampliar a compreensão de fenômenos políticos e geopolíticos, servindo de elemento adicional para identificação das motivações de mudança de comportamento de um estado. No caso mais específico do Ártico, sua sujeição à multi-disciplinaridade é evidente para a academia. Como sintetizam Le Mièrre e Mazo (2013, p. 19):

Do ponto de vista global, o Ártico tem sido uma periferia geográfica, cultural e imaginária, e à medida que se torna mais central, esse legado informa uma gama de visões e mentalidades às vezes sobrepostas, às vezes conflitantes em relação à região. Para muitas pessoas, é muitas coisas: pátria; uma *terra incognita*; um ímã para emissários culturais e turistas; um celeiro de recursos; um pino geográfico num mapa e um termômetro ambiental; um laboratório científico; e um teatro para operações militares.

Os referidos autores destacam ainda que “para entender as implicações estratégicas das mudanças [climáticas] no Ártico, sejam econômicas, políticas ou militares, é necessário primeiro entender as condições iniciais – o estado atual do Ártico – e como o ambiente regional está previsto para mudar”, incluindo projeções científicas para o clima regional no contexto das mudanças climáticas (Le Mièrre; Mazo, 2013, p. 20). É por isso que entendemos ser viável – e positiva – a utilização de elementos metodológico-analíticos das Ciências da Terra para um trabalho de

Estudos Estratégicos internacionais, campo por excelência transdisciplinar. Dito isso, passemos à análise proposta para o capítulo.

3.1 A ALTERAÇÃO DA CRIOSFERA PELA MUDANÇA CLIMÁTICA E SEUS EFEITOS NO AMBIENTE POLAR ÁRTICO: DEGELO E AUMENTO DAS CONDIÇÕES DE NAVEGABILIDADE

Como já visto anteriormente neste capítulo, a mudança climática que afeta o planeta tem apresentado efeitos ainda mais drásticos no Ártico, que vem sofrendo graves impactos em seu ecossistema (Choudhary; Saalim; Khare, 2021; Stroeve; Meier, 2011, 2021), ao mesmo tempo em que tem aberto novas fronteiras de exploração econômica e logística em virtude da redução da criosfera no círculo polar ártico (Hogg; Fonoberova; Mezic, 2020). Como afirmam Stroeve e Meier (2011, p. 442):

Nas últimas décadas, o Ártico aqueceu a uma taxa aproximadamente duas vezes maior do que o restante do planeta. Como resultado, mudanças significativas estão ocorrendo na cobertura de gelo marinho do Ártico, com possíveis implicações não apenas regionais, mas também para o clima global.

Gascard *et al.* (2017, p. S355) apontam para esse mesmo sentido, ao afirmar que “um elemento fundamental da mudança climática no Ártico é o rápido declínio na cobertura do gelo marítimo, e sua espessura, em particular a partir dos anos 2000”. Os autores continuam a análise afirmando, sobre projeções futuras baseadas em séries históricas:

No que diz respeito à navegação no Ártico, a extensão do gelo marinho, sua concentração e espessura são elementos muito importantes. Do ponto de vista climático, o volume de gelo marinho, que combina extensão, concentração e espessura, é o elemento-chave. Com base em um dos modelos de sistema terrestre mais relevantes do IPCC para prever a extensão, a concentração e a espessura do gelo marinho no Ártico, e referindo-se ao Sistema de Modelagem e Assimilação de Gelo Oceânico Pan-Ártico (PIOMAS, do acrônimo em inglês) e ao volume de gelo marinho recentemente estimado a partir dos Dias de Temperatura de Congelamento (FDD, do acrônimo em inglês), avaliamos a capacidade preditiva potencial dos modelos para apoiar o transporte marítimo através do Oceano Ártico nas próximas três décadas. Tanto o PIOMAS quanto o FDD confirmam uma perda drástica de volume de gelo marinho no Ártico de cerca de 75% no final da estação de verão (setembro), quando se compara o volume de gelo marinho dos anos recentes com aqueles obtidos há 35 anos. Isso resulta de uma redução de 50% tanto na extensão do gelo

marinho quanto na espessura do gelo marinho ao longo de todo o Oceano Ártico e durante um período de 35 anos. As estimativas baseadas no volume de gelo marinho do PIOMAS e do FDD confirmam que a drástica redução do volume de gelo marinho no Ártico (e, conseqüentemente, da extensão e da espessura do gelo marinho) é principalmente devido a uma diminuição no crescimento do gelo no inverno, que não compensa mais a perda de gelo no derretimento do verão. As simulações climáticas do CMIP5 confirmam a tendência de redução do gelo marinho durante a maior parte dos anos ao longo dos próximos 30 anos, facilitando o transporte marítimo através do Oceano Ártico (Gascard *et al.*, 2017, p. S367).

Essa alteração das dinâmicas de distribuição, permanência, resistência e espessura do gelo – em especial marítimo – tem afetado a percepção que os estados territoriais polares têm em relação à região ártica, em especial de visão renovada da região como uma fronteira de expansão econômica, nova rota naval de integração global (Zhou *et al.*, 2021), e nova região de tensionamento geopolítico. Tal mudança de percepção deriva do fato de que um dos efeitos mais significativos que o derretimento dos blocos de gelo do Ártico tem trazido é a ampliação das condições de navegabilidade regional, permitindo a operacionalidade na superfície e no leito marinho por períodos prolongados não apenas no verão, mas também no inverno (outroza impossível por questões de natureza). É o que afirmam Wang *et al.* (2016, p. 127-129):

As mudanças climáticas globais estão derretendo o gelo marinho do Ártico e melhorarão a navegabilidade das passagens árticas. A abertura da rota ártica facilitará a exploração e o desenvolvimento dos recursos árticos, o que pode aliviar a crise energética, mas também pode desencadear uma “guerra dos recursos árticos” mundial. [...] À medida que o gelo marinho do Ártico derrete, a navegabilidade das passagens árticas melhorará. [...] O derretimento acelerado do gelo marinho está encurtando o tempo de abertura das passagens e aumentando o número de dias navegáveis. [...] Como motor para a abertura das passagens árticas, as mudanças climáticas globais podem estender o número de dias navegáveis, aumentar a capacidade de carga e reduzir a necessidade de quebra-gelo, o que levaria a um aumento constante nas taxas de tráfego para navios comerciais.

No mesmo sentido é a lição de Zhou *et al.* (2021, p. 1-2), para quem:

O clima do Ártico está mudando rapidamente e aquecendo a mais de duas vezes a taxa dos latitudes mais baixas, o que é conhecido como amplificação ártica. O aumento da temperatura no Ártico é mais intenso na superfície do mar e é acompanhado pelo derretimento do gelo marinho. A extensão do gelo marinho no Ártico durante o verão tem mostrado uma tendência acentuadamente descendente desde os anos 1990, e o oceano provavelmente estará livre de gelo sazonalmente até meados do século XXI. A redução da cobertura de gelo marinho resulta em uma distância de navegação mais curta entre o Atlântico e o Pacífico, e a navegação

comercial no Ártico se tornará cada vez mais viável nas próximas décadas. As novas passagens transárticas emergentes, ou seja, a Rota do Mar do Norte (NSR) ao longo da costa norte da Rússia e a Passagem do Noroeste (NWP) através do Arquipélago Ártico Canadense (CAA), trazem enormes benefícios econômicos para a indústria de transporte marítimo internacional. Comparado com rotas tradicionais (por exemplo, passagens pelo Estreito de Malaca e pelo Canal de Suez), a distância entre a Ásia e a Europa pode ser reduzida em cerca de 40%.

Da mesma forma que essa percepção de navegabilidade e operacionalidade afeta a visão positiva do estado em relação aos benefícios a serem explorados com o degelo, a possibilidade de operacionalidade de superfície por prolongados períodos de tempo – inclusive no inverno – afeta negativamente a percepção de vulnerabilidade estratégica, tendo em vista que um mar navegável e operacional na maior parte do tempo abre espaço para a incursão de força expedicionária em desembarque anfíbio transportado por meio naval.

Isto porque o degelo acelerado na região do Ártico torna aquele oceano não apenas navegável, mas sobretudo manobrável, dois elementos fundamentais para operações navais no campo militar (MacDonald, 2022). A OTAN, em manual recente sobre operações navais, indica inclusive que “o primeiro princípio de *seamanship* é manter liberdade de manobra na presença do gelo [...] mantendo o navio movendo-se lentamente, trabalhando *com* e não *contra* o gelo, e sendo paciente, já que o gelo não respeita calendários” (OTAN, 2007, p. 143). Percebe-se que essa conjuntura tem gradualmente mudado, à medida em que a *ausência* de gelo torna o mar mais manobrável, e o gelo menos um obstáculo impeditivo e sim apenas mais um elemento da condição operacional atual. Adicionalmente, reduz-se a necessidade de operação de navios especiais para uso ártico, seja da *Polar Class* definida pela Associação Internacional de Sociedades de Classificação (IACS), seja mediante operação em conjunto com quebra-gelos polares, fazendo com que navios de guerra tradicionais (*i.e.*, de uso geral em qualquer mar, sem especificidades de uso polar) possam se tornar operacionais também em ambiente polar.

Isto faz com que a compreensão das alterações da criosfera marítima no Ártico – questões relativas ao degelo, à navegabilidade, e à espessura e idade do gelo geolocalizado – torna-se fundamental para identificar os dados que sustentam as mudanças de percepções dos estados – em especial da Rússia – em relação à sua relativa segurança ou insegurança pela mudança da natureza ártica causada pelas mudanças climáticas. Desta forma, o objetivo desta seção é exatamente

identificar como a Rússia vem tendo sua percepção de oportunidade econômica e insegurança geopolítica alterada em virtude da redução do gelo espesso em seu litoral, da maior operacionalidade naval no Ártico durante os meses de inverno, da menor presença de gelo em locais outrora congelados, e das previsões de continuidade/mudança dessa tendência de redução da criosfera marítima nos próximos anos em virtude dos cenários de mudança climática e aquecimento global.

Para tanto, utilizar-se-á os resultados científicos de outras pesquisas que aplicaram uma técnica matemática denominada *Koopman Mode Decomposition* (KMD) para a compreensão da mecânica de fluidos, que vem apoiando a construção de previsão de cenários dinâmicos relacionados ao gelo marítimo polar (Fonoberova *et al.*, 2018).

A Koopman Mode Decomposition (KMD) é uma ferramenta matemática bem adequada para analisar o comportamento dinâmico do gelo marinho, pois identifica estruturas espaciais importantes e sua dependência temporal complexa a partir de grandes conjuntos de dados, como os disponíveis para o gelo marinho. O conjunto de dados considerado mais adequado para estudo e previsão com a KMD são as medições de concentração de gelo marinho baseadas em satélite do Índice de Gelo Marinho do NSIDC, devido principalmente ao longo e contínuo período de tempo (1979 até o presente) e às grandes regiões geográficas sobre as quais esses dados estão disponíveis (Fonoberova *et al.*, 2018, p. 2).

Como já mencionado, o *Koopman Mode Decomposition* (KMD) é uma técnica de modelagem matemática que permite a análise de sistemas dinâmicos complexos a partir de sua decomposição do sistema num conjunto de modos que capturam o processo evolutivo desse sistema ao longo do tempo, encontrando padrões matemáticos latentes que permitam a previsão de cenários futuros com base em tendências passadas associadas à dinamicidade fenomenológica (Fonoberova *et al.*, 2018, 2020). Esse método tem sido aplicado no estudo da evolução histórica e da previsão de cenários futuros da evolução, do derretimento e da movimentação do gelo marinho nos pólos do planeta Terra, e tem como grande vantagem a sua capacidade de capturar as dinâmicas ocultas do sistema sem necessariamente uma compreensão mais ampla e detalhada dos processos físicos em questão (Fonoberova *et al.*, 2018), em especial naqueles processos cuja complexidade fenomenológica ainda os coloca além da fronteira do conhecimento produzido até então, em termos de dados maciços. Esse é o caso da dinâmica de movimentação de gelo marinho (Fonoberova *et al.*, 2020).

A técnica KMD tem sido amplamente utilizada para estudar o movimento do gelo marinho nos pólos, inclusive no Ártico, e tem obtido sucesso na identificação de padrões de movimentação do gelo marinho e na construção de modelos preditivos do comportamento da criosfera que consideram movimentos mais rápidos ou mais lentos, e prazos curtos ou longos. Esse tipo de modelagem permite que se compreenda não apenas as tendências de movimentação do gelo marinho, mas de sua concentração, espessura e demais condições dinâmicas (como salinidade) que afetam a navegação – facilitando-a ou dificultando-a – de forma desigual ao longo de um território, contíguo ou não (Fonoberova *et al.*, 2020). Tais modelos têm apresentado um alto nível de precisão, e seus dados podem apoiar de forma cruzada a compreensão da percepção que estados têm sobre potenciais e sobre ameaças ao seu território a partir de uma região geográfica sujeita a um regime de natureza dinâmico e complexo como o da criosfera.

No caso do presente trabalho, em que será feita uma análise da *alteração de percepções* do estado da Rússia em relação ao seu espaço de atuação geopolítica no Ártico, precisou-se de um modelo climatológico de avaliação da criosfera polar ártica aplicado por cima de mapas, demonstrando graficamente e cartograficamente a evolução negativa do espaço de gelo marítimo no extremo norte do planeta, motivo pelo qual optou-se pelos estudos seminais de Fonoberova *et al.* de 2018 e 2020, cruzando-o com avaliação anterior feita por Stroeve e Meier em 2011, cujas metodologias e escopo estão destacados a seguir:

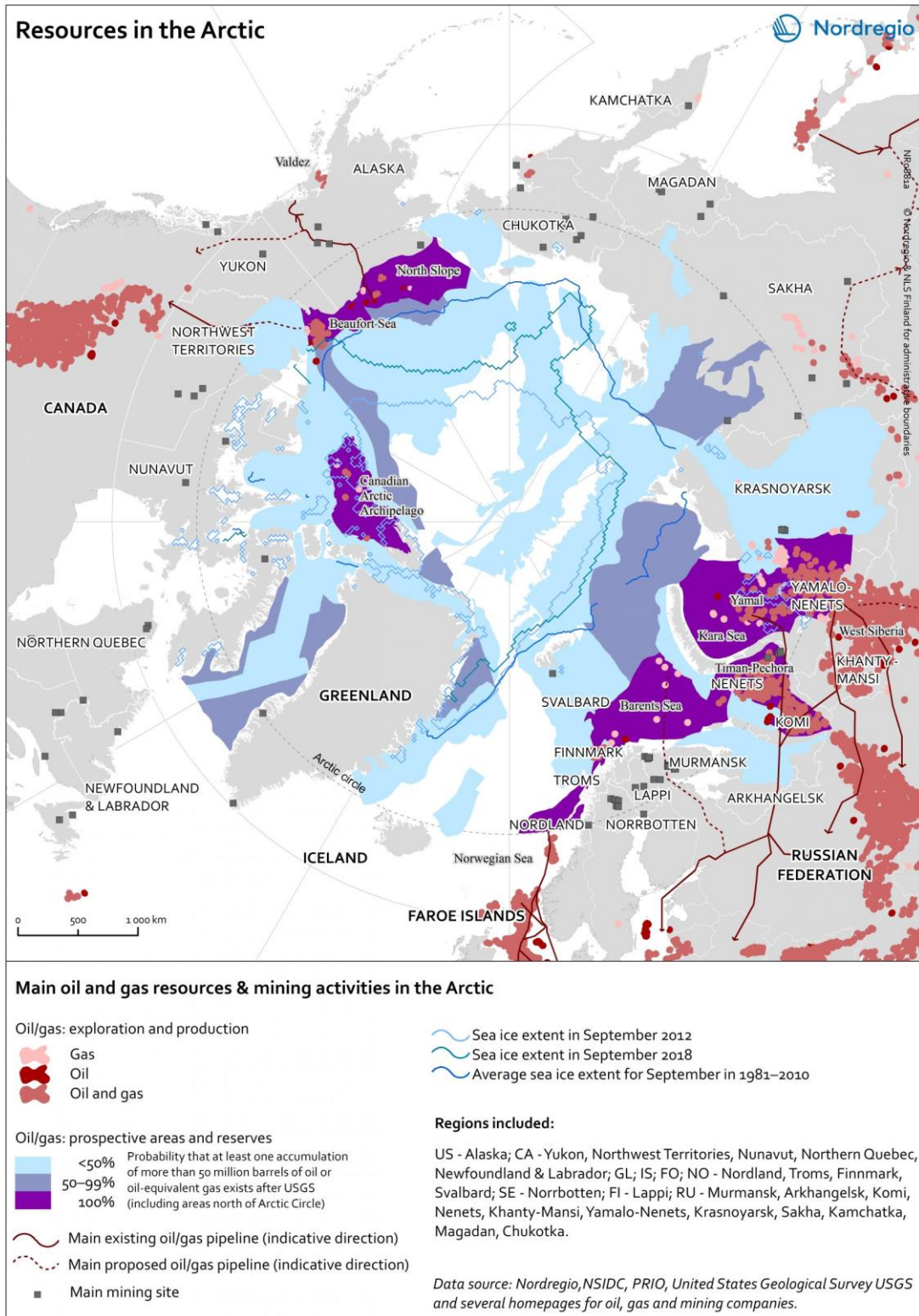
O KoopmanModeDecomposition (KMD) foi aplicado aos dados de satélite sobre a concentração e espessura do gelo marinho para os hemisférios norte e sul, com o objetivo de obter uma compreensão mais profunda das dinâmicas temporais e espaciais do comportamento do gelo marinho e prever seu comportamento futuro. [...] A redução da extensão da cobertura de gelo marinho no Ártico nas últimas décadas teve efeitos negativos sobre a vida selvagem ártica e as comunidades locais, além de potencialmente abrir novas regiões para o comércio marítimo e exploração de recursos naturais. O futuro do comportamento do gelo marinho é, portanto, de grande importância por razões ambientais, econômicas e de segurança nacional (Fonoberova *et al.*, 2018, p. 1-2).

Ao mesmo tempo em que a cobertura espacial do gelo de verão está diminuindo, a espessura do gelo também está afinando [...] a espessura média do gelo ártico caiu de 3,46 metros em 1980 para 1,89 metros em 2008, uma redução total de 1,75 metros (Stroeve; Meier, 2011, p. 446).

Para entender a importância desses dados na percepção da Rússia sobre o Ártico, é importante destacar que a região se destaca em abundância de recursos naturais terrestres e marítimos. Esse potencial foi inicialmente verificado nos estudos seminais de Gascard *et al.* (2009), feitos para o USGS, mas posteriormente foram ampliados (e amplificados) por outros estudos, inclusive na Rússia (Gusev, 2022; Kontorovich *et al.*, 2010; Dobretsov e Pokhilenko, 2010; Safonov, 2010; Poselov *et al.*, 2012). Na figura 1, elaborada pelo Instituto Nordregio da Suécia (Turunen, 2019) pode-se identificar que tanto as áreas com reservas confirmadas de petróleo e gás quanto aquelas com potencial de existência superior a 50% estão majoritariamente nos territórios pertencentes à Rússia, ou em áreas sujeitas a disputas territoriais (no Estreito de Behring e no Mar do Norte). Alguns desses recursos no meio marítimo – em especial aqueles situados entre o Mar de Barents e o Mar de Kara – estão localizados em áreas que outora estavam cobertas de gelo, mas que em 2012 e 2018 (anos de medição do nível máximo do gelo marinho pela pesquisadora) já não mais estavam cobertos por gelo marinho. Estudos mais recentes (Jin *et al.*, 2023; Rantanen *et al.*, 2022; Chylek *et al.*, 2022; Isaksen *et al.*, 2022; McChrystall *et al.*, 2021; Chen *et al.*, 2021; Choudhary *et al.*, 2021; Hogg; Fonoberova; Mezić, 2020 *et al.*, 2020; Serreze; Meier, 2019), a partir de dados das agências espaciais e ambientais dos EUA (NASA, NOAA, NSIDC) e da Europa (ESA) têm demonstrado que os efeitos das mudanças climáticas têm aumentado aceleradamente na região polar, e que tais áreas acima referidas passam por acelerado processo de derretimento de gelo marítimo, demora nas taxas de reposição desse mesmo gelo nos períodos de inverno, e o consequente afinamento dessas camadas de gelo, replicando a Amplificação do Ártico e sofrendo com redução significativa da criosfera.

Houve, portanto, tanto no período em questão quando nos anos seguintes, uma diminuição significativa da extensão de cobertura de gelo marítimo na região, como efeito da mudança climática que afetou o ambiente ártico (Jin *et al.*, 2023; Rantanen *et al.*, 2022; Chylek *et al.*, 2022; Isaksen *et al.*, 2022; McChrystall *et al.*, 2021; Chen *et al.*, 2021; Choudhary *et al.*, 2021; Hogg; Fonoberova; Mezić, 2020 *et al.*, 2020; Serreze; Meier, 2019).

Figura 1 - Recursos no Ártico: Principais recursos de petróleo e gás, e atividades de mineração no Ártico



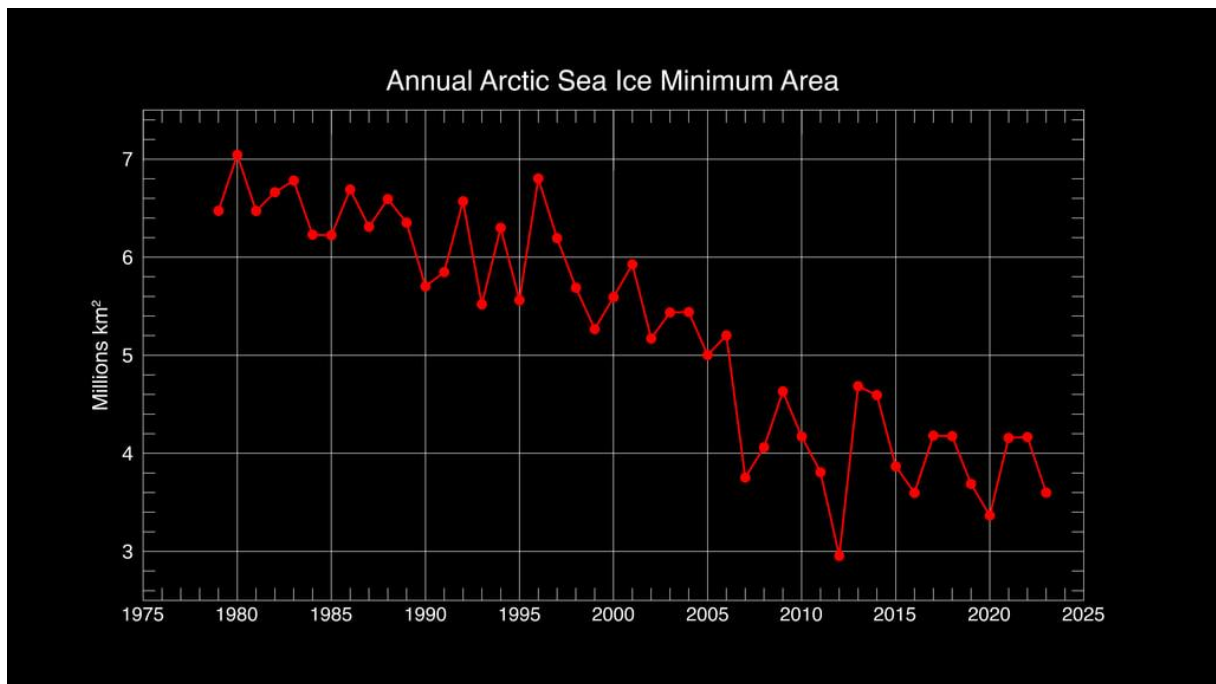
Fonte: Turunen (2019).

É importante destacar que existem dois dados fundamentais para a medição da criosfera pelas Ciências da Terra que possuem relevância para o presente

trabalho: a extensão mínima absoluta e média do gelo marítimo no Ártico – que representa os meses de verão, onde a operacionalidade em geral é dificultosa, porém possível – e os dados de gelo e neve acumulados no ano (espessura do gelo, profundidade da neve, densidade da neve).

A figura 2 traduz em gráfico a extensão mínima do gelo marinho no Ártico entre 1979 (quando a série histórica começou a ser medida) e 2023, e mostra uma tendência histórica de queda dessa área mínima, de quase 7 milhões de quilômetros quadrados em 1979/1980 para menos de 4 milhões de metros quadrados em 2023, uma perda territorial equivalente à Índia ou à Argentina.

Figura 2 - Área anual mínima de extensão do gelo marítimo no Ártico entre 1979 e 2023



Fonte: NASA (2024a).

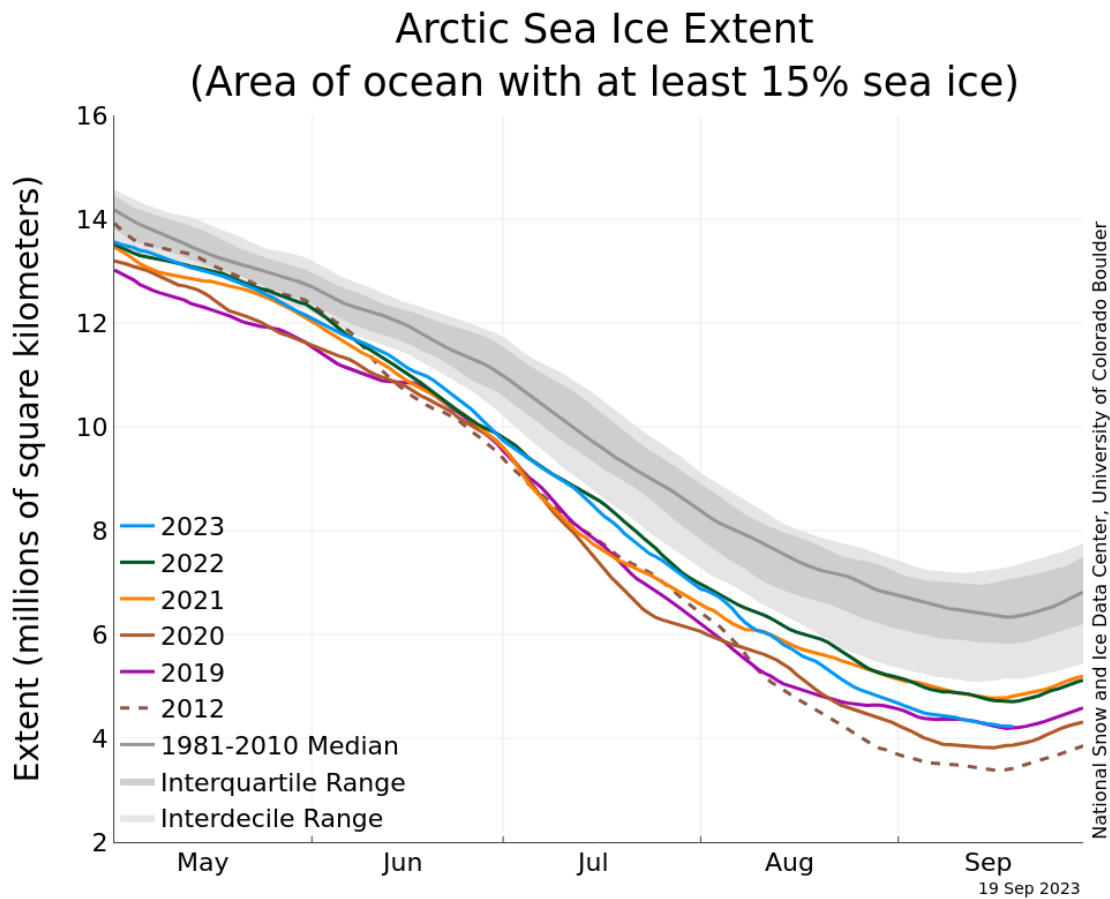
Na figura 3 podemos ver, com detalhes comparativos, o processo de evolução da extensão do gelo marítimo – seu mínimo e seu máximo ao longo do ano - em perspectiva histórica, com comparação da média 1981-2010 com 2012 (ano de medição da menor extensão do gelo marítimo polar) e com os anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.

Pode-se observar que no caso dos meses em que o gelo tem sua extensão mínima (meados do outono, pegando os efeitos do verão que encerra na primeira metade do mês de setembro no hemisfério norte) houve uma redução drástica entre

as medições de setembro na média história 1981-2010 e setembro de 2023, que no gráfico praticamente equipara-se ao ano de 2019 (terceiro pior resultado histórico), aproximando-se dos dois piores resultados históricos de degelo marítimo polar ártico (2012 e 2020).

Atualmente, já existem regiões do Ártico que, no período final do verão e início do outono já está completamente livre de gelo, tornando a navegabilidade quase total nesse período.

Figura 3 – Extensão do gelo marítimo no Ártico ao longo do verão (período de menor cobertura criogênica), com comparativos da média da série histórica (1981-2010) com os anos de 2012 (mínimo histórico absoluto), e o intervalo 2019-2023



Fonte: NSIDC (2023).

Esses resultados de 2023 são ainda piores quando consideramos que foi o segundo ano pós-Pandemia de Covid-19, quando momentaneamente as emissões de gases para a atmosfera foram drasticamente reduzidas em virtude das políticas de *lockdown* implementadas pelos estados na luta contra o Coronavírus (Steinbrecht

et al., 2021), na teoria implicando numa desaceleração momentânea do processo de aquecimento derivado do acúmulo dos gases de efeito estufa (GEE).

Essa redução, no entanto, não se refletiu no Ártico por alguns fatores.

Primeiramente, a despeito da paralisação das atividades industriais na Rússia por alguns meses, com redução de emissão de fases e impacto na estabilização da temperatura do ar (Panicker *et al.*, 2023), o período de fechamento das indústrias foi curto (dois meses), não havendo impacto na mudança estrutural das temperaturas do Ártico.

Em segundo lugar, questões específicas relativas ao próprio processo de retroalimentação da Amplificação Ártica tornaram inócuos os efeitos do *lockdown*, por conta da dinâmica trans-anual do fenômeno, *i.e.*, 2020 ainda estava sofrendo os efeitos de 2019, e assim sucessivamente (Panicker *et al.*, 2023; Yang *et al.* 2020).

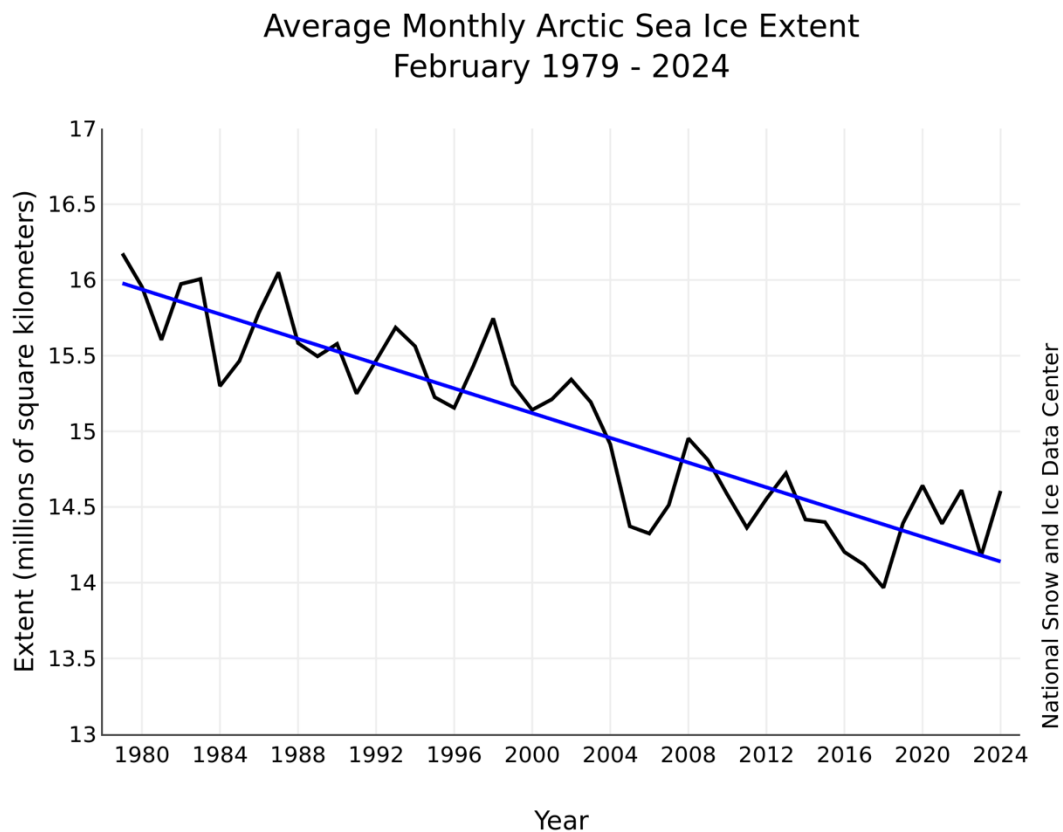
Por fim, apesar das previsões relativamente otimistas em relação à rápida resposta do clima à redução de emissões em virtude do *lockdown* (Yang *et al.*, 2020), já existiam paralelamente outras previsões indicando o contrário: que algumas questões específicas do *lockdown*, e em especial da retomada da atividade econômica em velocidade maior do que a anterior (para compensar os meses de paralisação), estariam gerando um efeito contrário, de contribuição para a aceleração do degelo polar (Kennel; Yulaeva, 2020)

A tendência de diminuição de gelo pode ser vista na figura 4, que mostra a evolução histórica da média mensal de extensão do gelo marítimo no Ártico entre 1979 e 2024, com aumento de incidência de mínimas históricas a partir de 2004.

Neste ano de 2004 o gelo marítimo no Ártico atingiu uma extensão de 15 milhões de km², em tendência de baixa (um quarto de século antes eram mais de 16 milhões), e esse valor nunca mais foi atingido, nem em momentos de inverno rigoroso como o ano de 2008.

Também pode ser visto na figura 4 que o *lockdown* durante a pandemia de Covid-19 (2020-2021) praticamente não impactou na tendência de diminuição de gelo marítimo polar, tratando-se essas variações gráficas em 2021, 2022, 2023 e projeções para 2024 dos processos naturais de esfriamento e aquecimento do planeta.

Figura 4 - Média mensal da extensão do gelo marítimo no Ártico (1979-2024)



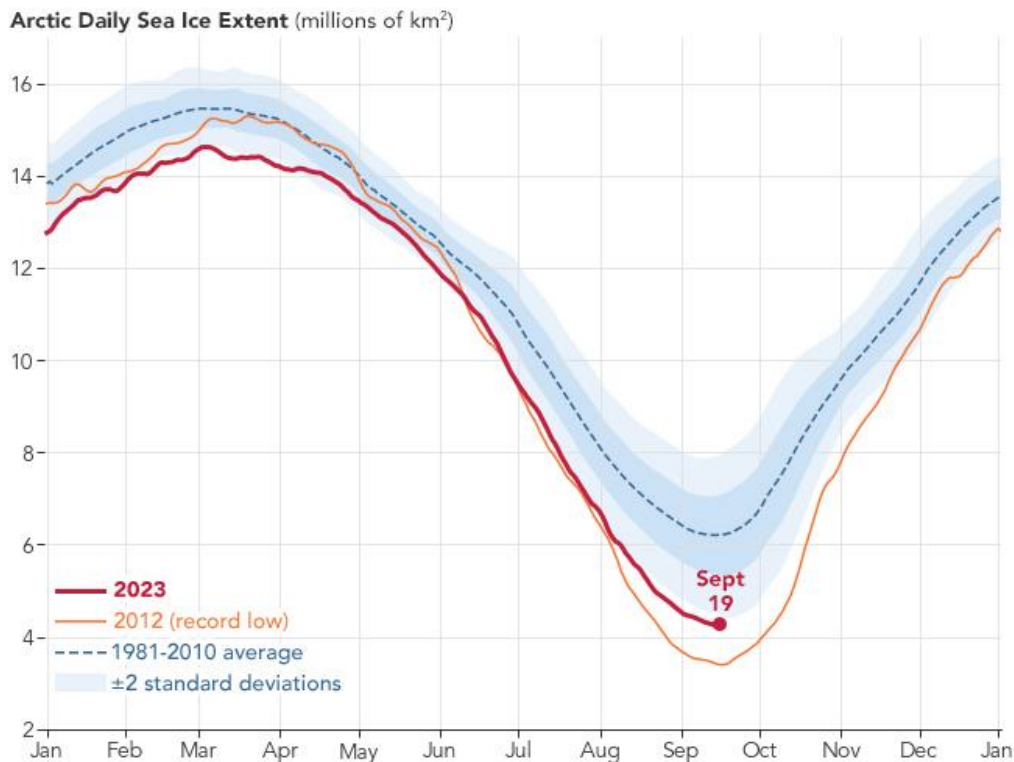
Fonte: NSIDC (2024).

A medição da variação diária do gelo marítimo no Ártico também demonstra essa tendência de queda, a despeito da pandemia: a figura 5 demonstra como o ano de 2023, segundo após o fim da pandemia, teve a média de extensão diária do gelo em 19 de setembro (início de outono, sofrendo os efeitos do verão que finalizou) mais baixa que a média dos anos 1981-2010, afastando-se da linha mínima do desvio padrão da média pluridecenal (1981-2010) e aproximando-se, para baixo, da mínima histórica do *annus horribilis* de 2012.

Se olharmos o gráfico da figura 5 com foco na extensão máxima do gelo marítimo (em março, fim do inverno e início da primavera), o quadro é ainda mais dramático: no ano de 2023 a extensão máxima do gelo marítimo do Ártico foi mais baixa de que de 2012, o ano com pior resultado geral de redução glaciológica na região polar norte. Projeções de pesquisas recentes (Jin *et al.* 2023; Rantanen *et al.*, 2022; Zhou; Wang; Huang, 2022; Zhou *et al.*, 2021; Wu; Li, 2021; Hogg; Fonoberova; Mezic, 2018, 2020) indicam que o Ártico pode estar com

navegabilidade elevada também no inverno até o ano de 2050, e até o final do século potencialmente não haverá mais gelo multianual de longa duração e espessura (*MYI* superior a 3 anos), a depender da quantidade de graus centígrados que o planeta aqueça nesse período.

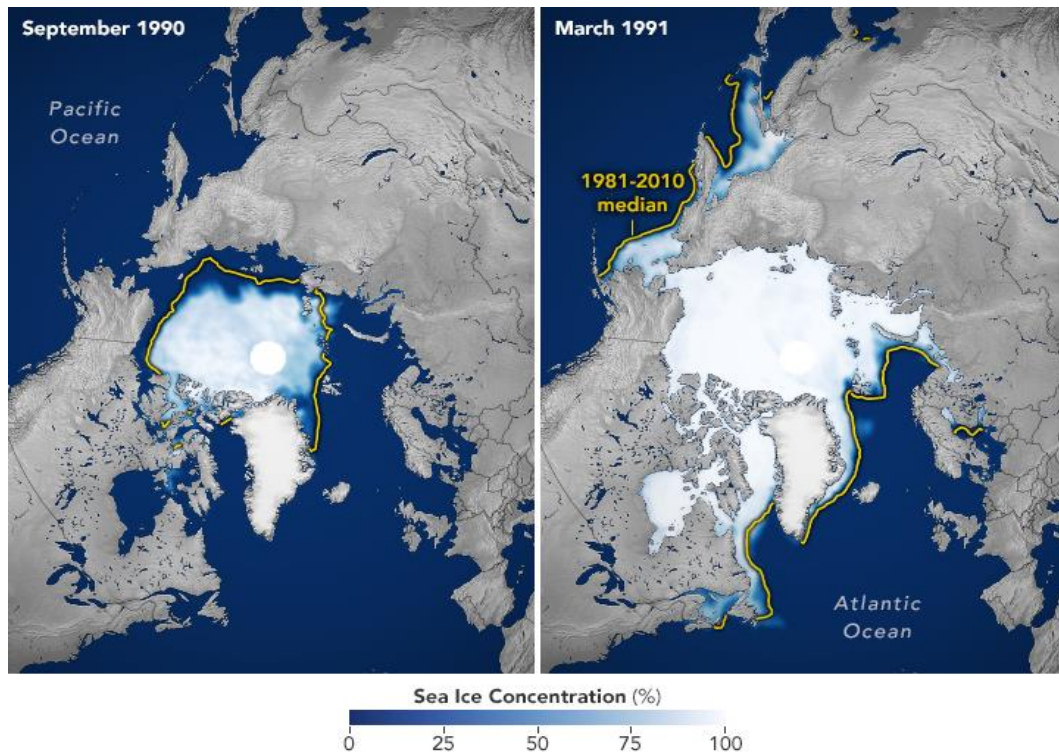
Figura 5 - Média diária da extensão do gelo marítimo no Ártico em três intervalos interpretativos: 2023 (6º resultado mais baixo da história), 2012 (resultado mais baixo da história, e faixa média da série histórica 1981-2010)



Fonte: NASA (2024b).

A redução significativa de gelo marítimo – seja no inverno, seja no verão - nas áreas adjacentes às costas dos estados árticos é evidenciada por mapas constantes nas figuras 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12. Nestes mapas, que serão analisados em seguida, pode-se ainda ver que houve um maior impacto de redução criogênica na costa da Rússia, por motivos de natureza (circulação das correntes marítimas árticas, bacias de drenagem de rios siberianos, questões relativas ao *permafrost*) mas com impactos logísticos (aumento da navegabilidade e das janelas operacionais no Ártico), econômicos (abertura de espaços para exploração mineral subaquática) e também geopolíticos (aumento da sensação de vulnerabilidade da Rússia em virtude dos dois elementos anteriores).

Figura 6 - Extensões mínima (setembro) e máxima (março) do gelo marítimo no Ártico nos anos de 1990 e 1991



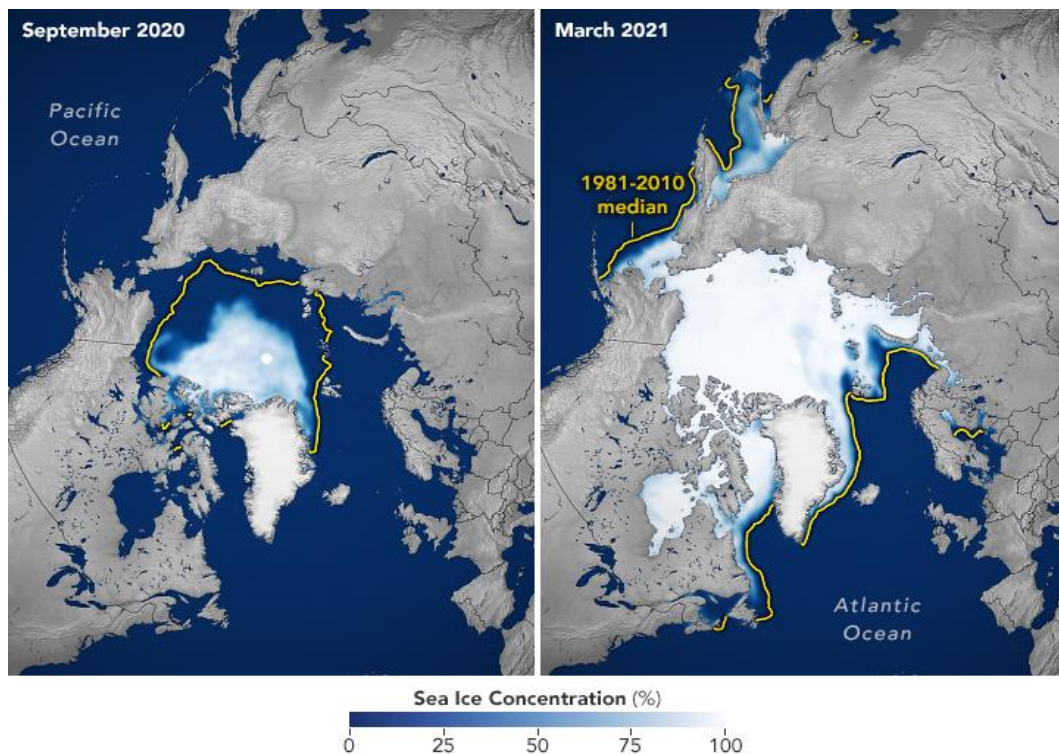
Fonte: NASA (2022).

Na figura 6, que considera o intervalo de extensão mínima (setembro de 1990, fim do verão e início de outono) e máxima (março de 1991, fim do inverno e início da primavera), percebe-se que – apesar de redução criogênica em toda extensão do Ártico – houve pouca redução em relação aos limites da linha média de extensão na média histórica (1981-2010). A Amplificação Ártica já estava em ação, mas ainda não havia se agravado. Mesmo a costa da Rússia – que por já explicados motivos de natureza sofre mais com o degelo que os demais países do Ártico – ainda estava com parte considerável de seu território, mesmo no verão, com gelo marítimo considerável entre os arredores do arquipélago de Severnaya Zemlya até a região próxima do arquipélago de Novaya Zemlya (e no inverno toda essa região estava congelada em 1990/1991).

Trinta anos mais tarde, no biênio 2020-2021, o quadro seria completamente diferente: como visto na figura 7, os limites do gelo marítimo estão situados muito abaixo dos limites da linha de extensão criogênica na média histórica (1981-2020),

sendo a extensão mínima (setembro de 2020) significativamente menor que em 1990, e praticamente nenhum território costeiro da Rússia possui mais gelo considerável no período do outono (fim do verão, em setembro). Destaque-se que mesmo no final do inverno (março de 2021) as áreas entre Novaya Zemlya (Rússia) e Svalbard (Noruega) contam com a presença de menos gelo, e menos espesso.

Figura 7 - Extensões mínima (setembro) e máxima (março) do gelo marítimo no Ártico nos anos de 2020 e 2021

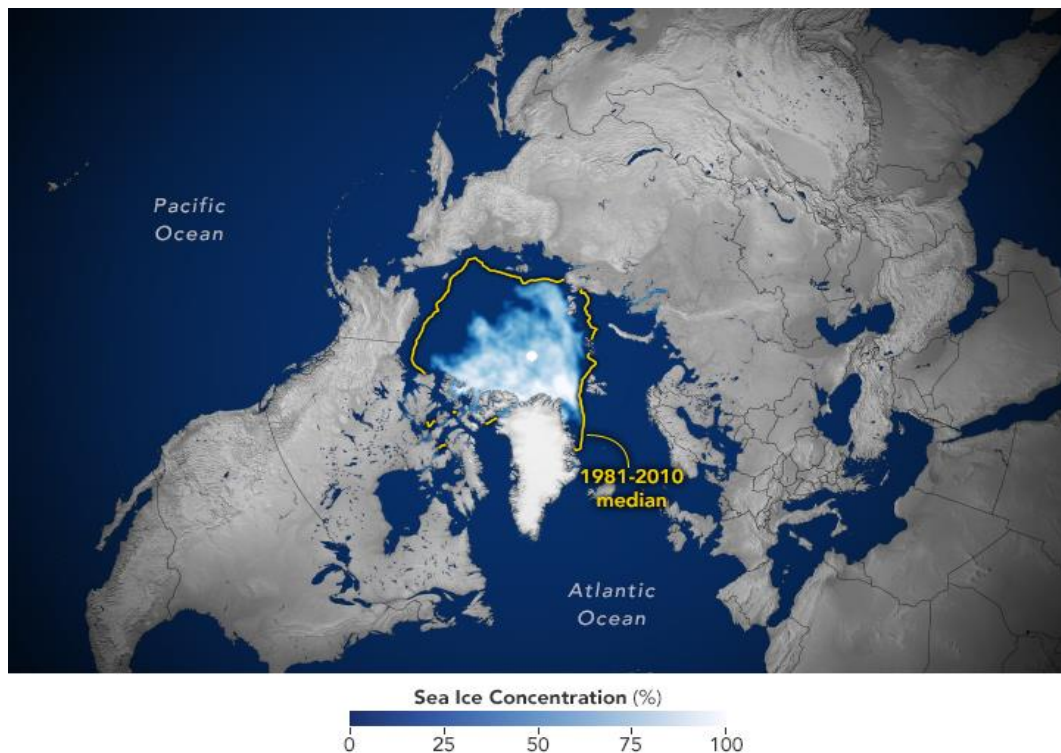


Fonte: NASA (2022).

Já em setembro de 2023 (fim do verão, período de mínima extensão do gelo marítimo polar, visto na figura 8), a situação vista é, por assim dizer, dramática: destaca-se nessa figura o fato de que a área de gelo marítimo está não apenas consideravelmente menor que a média histórica (1981-2010), mas também sofreu variação aguda em relação a dois anos antes (2021, figura 7) não apenas em relação à área de extensão mínima, mas também – e que pode ser visto comparando-se a tonalidade branca mais suave da figura 8 em relação à figura 7 – com gelo menos espesso e mais fragmentado, efeito que não apenas retroalimenta

a Amplificação Ártica, mas também amplia as possibilidades de navegabilidade transpolar, retroalimentando os medos de Moscou de um espaço possível para uma incursão expedicionária de algum dos seus adversários (receio que, como será visto no capítulo 5, já existe desde pelo menos a União Soviética, mas possui raízes na Rússia Imperial).

Figura 8 - Extensão mínima do gelo em setembro de 2023



Fontes: NASA (2024c, 2024d).

Ao compararmos graficamente os espaços mínimos de extensão do gelo polar ártico em 1990, 2020 e 2023, percebemos claramente que o gelo marinho na costa da Rússia foi o que sofreu a mais drástica redução histórica, o que pode ajudar a entender o motivo da mudança de postura geopolítica de Moscou na região ao longo das últimas décadas. Isto ocorre, como dito anteriormente, por questões relativas a:

- a) circulação oceânica externas (fluxos de correntes marítimas conectadas ao Atlântico ou Pacífico) no Ártico;

- b) circulações oceânicas internas (fluxos de correntes próprias do oceano polar Ártico: o Giro Beaufort e a Corrente Marítima Transpolar);
- c) questões de salinidade e reposição de água doce no Ártico (que possuem bacias de drenagem muito próprias e peculiares);
- d) trilha do vento, que empurra os blocos de gelo para costa do Canadá e Groenlândia e para longe da Rússia, facilitando a compactação do gelo de primeiro ano pelo processo de *rafting* e do gelo de multi-ano pelo processo de *ridging*.

Imagens de satélite, colocadas em perspectiva histórica pela NASA, demonstram visualmente as alterações criológicas no Ártico em quatro anos-chave da medição de extensão mínima do gelo marítimo polar: 1979, quando a medição satelital do gelo polar teve início; 1989, com uma década de observação (e dados processados graficamente desde 1981); 2022 e 2023 (dois últimos anos de medição disponível).

Na figura 9 (ano de 1979), observa-se que a extensão de gelo ainda cobria partes da costa da Rússia entre a Ilha Wrangle e o arquipélago de Severnaya Zemlya. Na figura 10 (ano de 1989), percebe-se recessão do gelo entre a Ilha Wrangel e as Ilhas Novas da Sibéria. Nessas duas décadas os problemas climáticos do mundo estavam em crescimento e aceleração, mas os efeitos ainda eram sentidos pontual e lentamente, e a compreensão sistêmica da mudança climática ainda estava em andamento, se não no meio científico, pelo menos no meio político (Ribeiro, 2001).

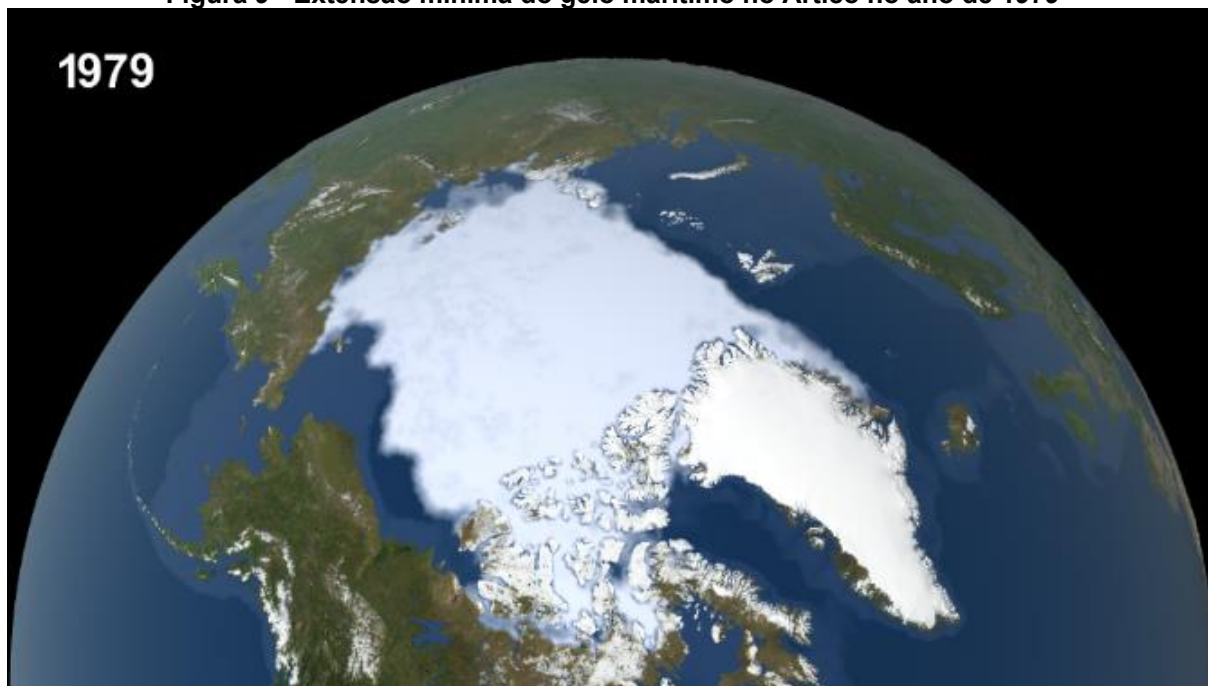
Na figura 11 (ano de 2022), o gelo marítimo polar na costa da Rússia já havia praticamente desaparecido de toda a costa russa entre a Ilha Wrangel até a costa leste do arquipélago de Severnaya Zemlya, e a oeste deste arquipélago até Novaya Zemlya (compreendendo quatro grandes mares costeiros russos sem gelo no fim do verão: Mar de Kara, Mar Laptev, Mar do Leste Siberiano, e Mar de Chukchi).

Por fim, na figura 12 (ano de 2023), apenas um ano após a medição anterior, também as águas polares entre Severnaya Zemlya e o arquipélago da Terra de Francisco José começam a demonstrar, na projeção satelital, perda ou afinamento de gelo marítimo.

As figuras 11 e 12 ainda ajudam a demonstrar cartograficamente que, a despeito da paralisia das atividades industriais durante o *lockdown* da Pandemia e Covid-19, houve pouco ou nenhum efeito prático em relação à perda da criosfera

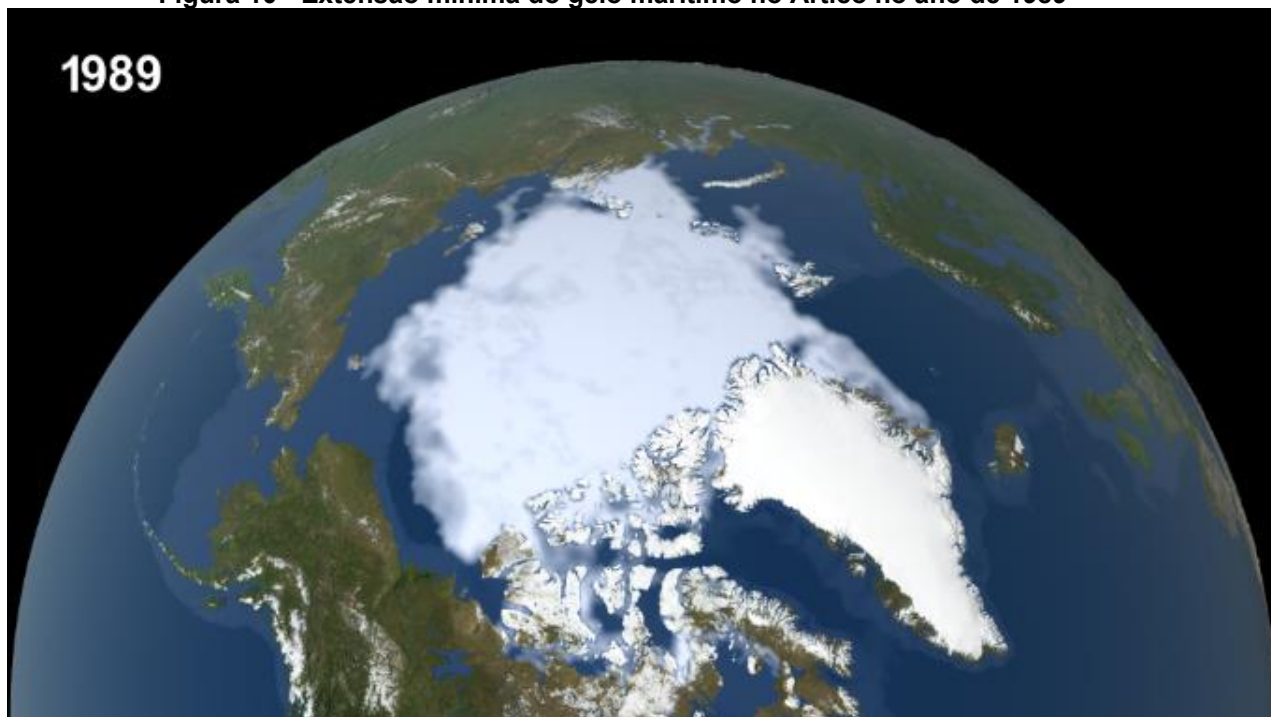
ártica. Isso significa que a tendência de queda da concentração de gelo marítimo no Ártico – conforme indicada nos gráficos constantes nas figuras 2, 3, 4 e 5 – segue inalterada, em que pese a momentânea redução de emissão de GEE entre 2020 e 2021.

Figura 9 - Extensão mínima do gelo marítimo no Ártico no ano de 1979



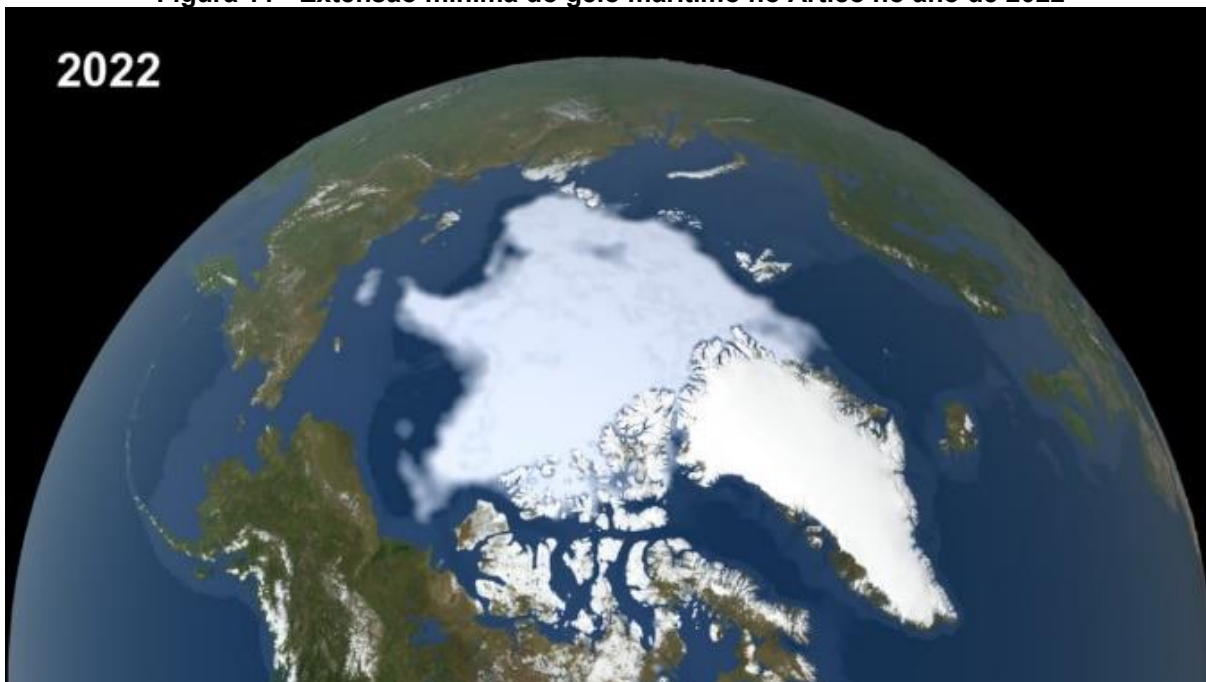
Fonte: NASA (2024d).

Figura 10 - Extensão mínima do gelo marítimo no Ártico no ano de 1989



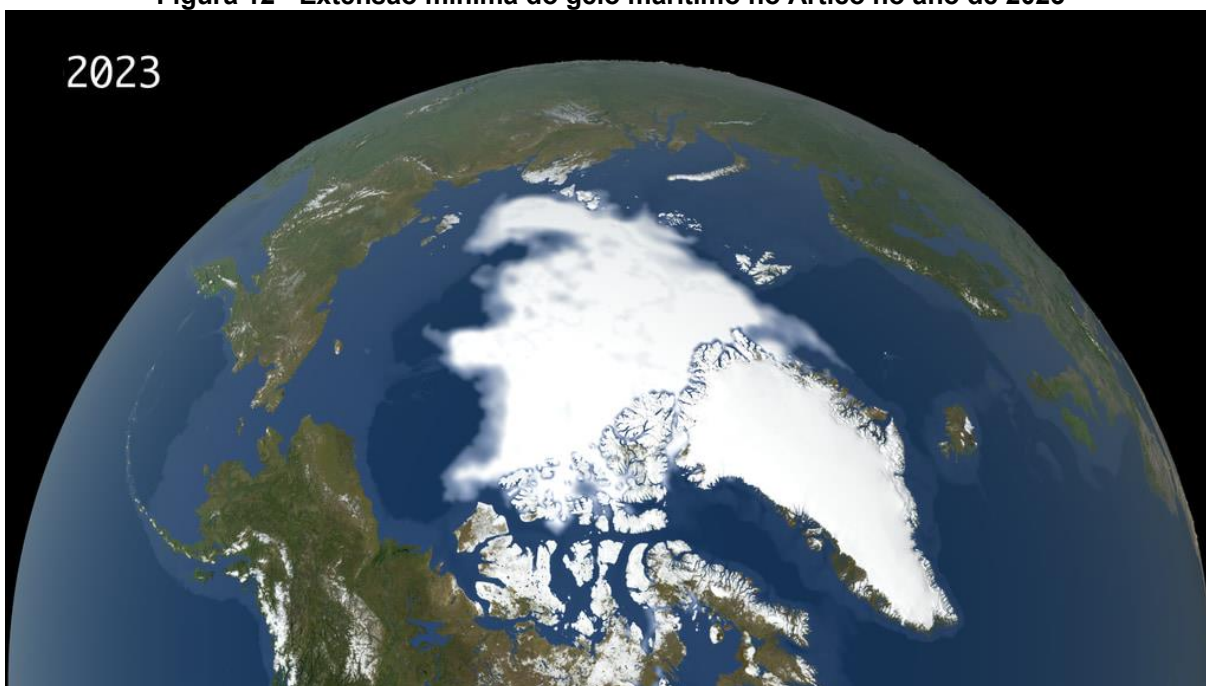
Fonte: NASA (2024d).

Figura 11 - Extensão mínima do gelo marítimo no Ártico no ano de 2022



Fonte: NASA (2024d).

Figura 12 - Extensão mínima do gelo marítimo no Ártico no ano de 2023

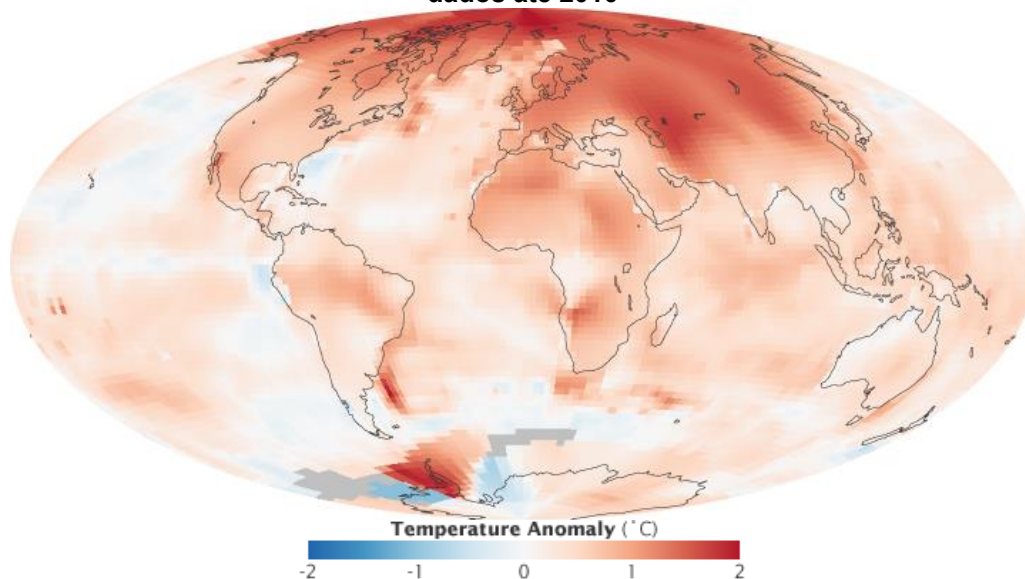


Fonte: NASA (2024d).

É importante destacar que, a partir da análise dos dados contidos nas imagens acima, de maneira integrada, percebe-se que a extensão mínima do gelo marinho no Ártico entre 1979 (quando a série histórica começou a ser medida) e 2023 foi reduzida em praticamente 3 milhões de quilômetros quadrados, caindo de

quase 7 milhões de quilômetros quadrados em 1979/1980 para próximo de 4 milhões de metros quadrados em 2023/2024, uma perda territorial equivalente ao território da Índia ou da Argentina. Isto porque o Ártico, mais do que outras regiões da Terra, sofreu e sofre mais profundamente com as mudanças climáticas (Jin *et al.* 2023; Rantanen *et al.*, 2022; McChrystall *et al.*, 2021; Chen *et al.*, 2021; Choudhary; Saalim; Khare, 2021; Zhou, 2021; Hogg; Fonoberova; Mezic, 2020; Serreze *et al.*, 2016; Stroeve; Meier, 2011). Esse fenômeno, denominado de anomalia de temperatura, está correlacionado com a Amplificação do Ártico, o já mencionado processo de retroalimentação de aquecimento global na região polar norte. Essa discussão fenomenológica será retomada adiante, mas antes é importante destacar (e comentar) alguns mapas que indicam o processo de evolução – e agravamento – da anomalia térmica no norte do planeta.

Figura 13 – Anomalia da temperatura do planeta causada por efeitos da mudança climática, dados até 2010



Fonte: NASA (2024a).

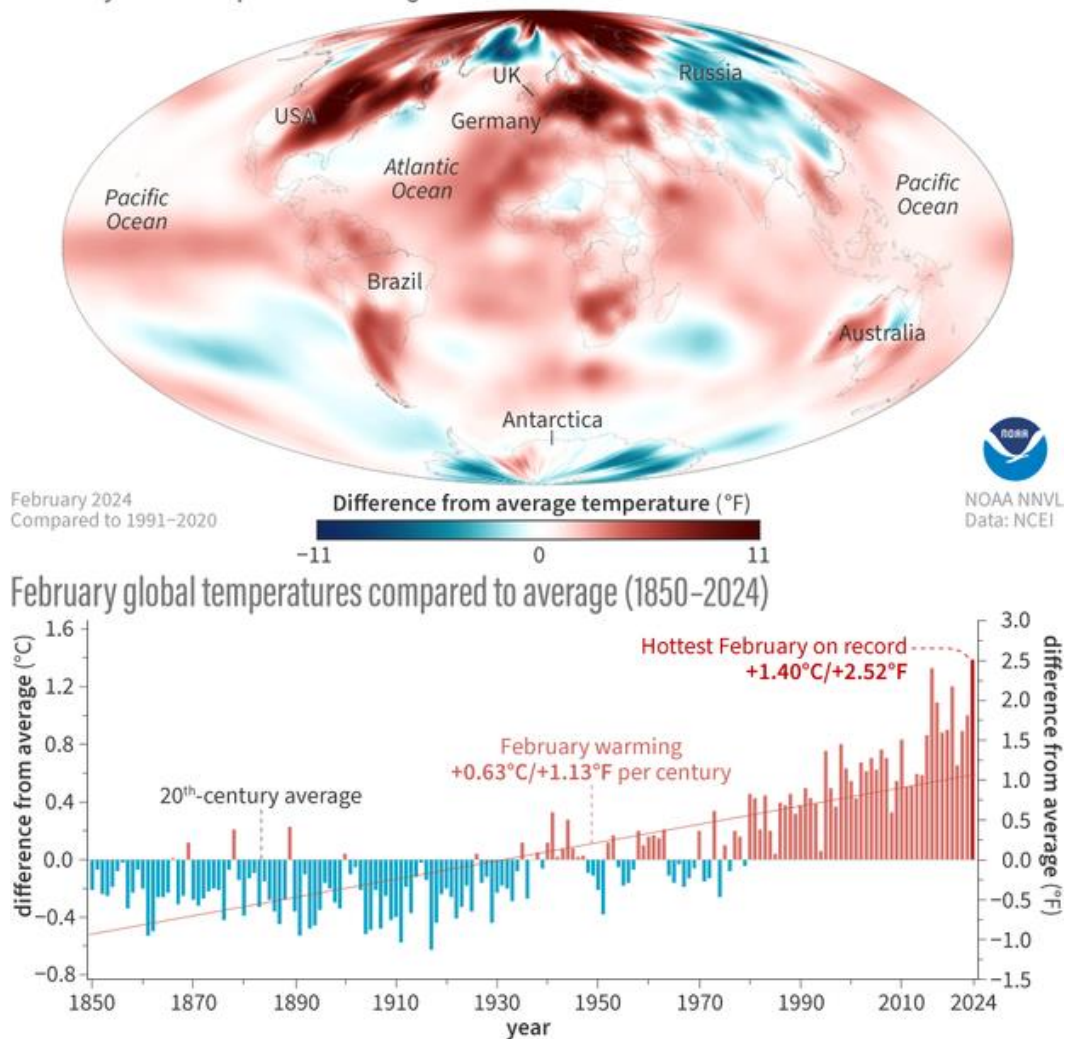
A figura 13 traz a ilustração dos dados coletados pela NASA em relação à anomalia térmica no planeta até 2010. As manchas mais vermelhas indicam maior aquecimento, e a escala abaixo da imagem indica a variação (em graus Celsius). Em todo o planeta havia, até 2010, uma tendência de aquecimento gradual, com poucas áreas sujeitas a variação negativa de temperatura, nos mares do entorno da Antártica e adjacências, na Costa Leste dos EUA, e algumas áreas ao longo do Oceano Pacífico. Algumas áreas do globo, no entanto, sofreram uma tendência mais

drástica de aumento: a Península Antártica, uma faixa de mar entre a foz do Rio da Prata e as Ilhas Falklands, e uma grande área contínua na América do Norte, Europa e Ásia que tem o Oceano Ártico como ponto central, e mais quente.

Quando pegamos os dados consolidados até 2010 (figura 13) e comparamos com os dados consolidados até o final do inverno de 2024 (figura 14), percebemos que houve um deslocamento das faixas de calor (e tendência de aumento de temperatura) em praticamente todas as áreas anteriormente indicadas no gráfico de 2010. Todas exceto uma: o Ártico, cuja tendência de aquecimento não apenas foi mantida, mas agravada.

Figura 14 – Anomalia da temperatura do planeta causada por efeitos da mudança climática, dados de fevereiro de 2024 comparados à média histórica desde 1850

February 2024 compared to average

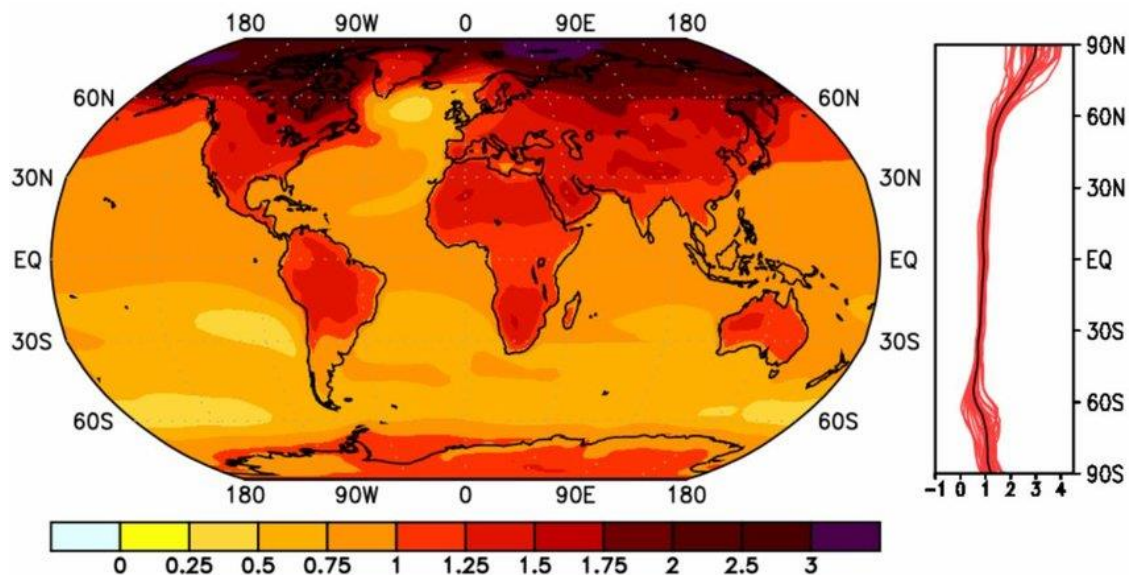


Fonte: NOAA (2024).

Nesse sentido, o agravamento do aquecimento no Ártico pode ser visto ainda na permanência, desde os anos 1980, de uma sequência de recordes de aumento de temperatura inexistente até então (como se depreende da figura 14, até o final da década de 1970 ainda havia alguns anos com queda efetiva de temperatura, ainda que intercalada com longos períodos de aquecimento; a partir de 1980 não houve mais nenhum ano com queda efetiva da temperatura).

Projeções futuras feitas por Smith *et al.* (2018, p. 28) indicam essa manutenção de tendência até o final do século XXI (figura 15)

Figura 15 – Projeção futura de Amplificação Ártica para o intervalo 2080-2099, medido e normalizado com os dados do intervalo 1981-2000



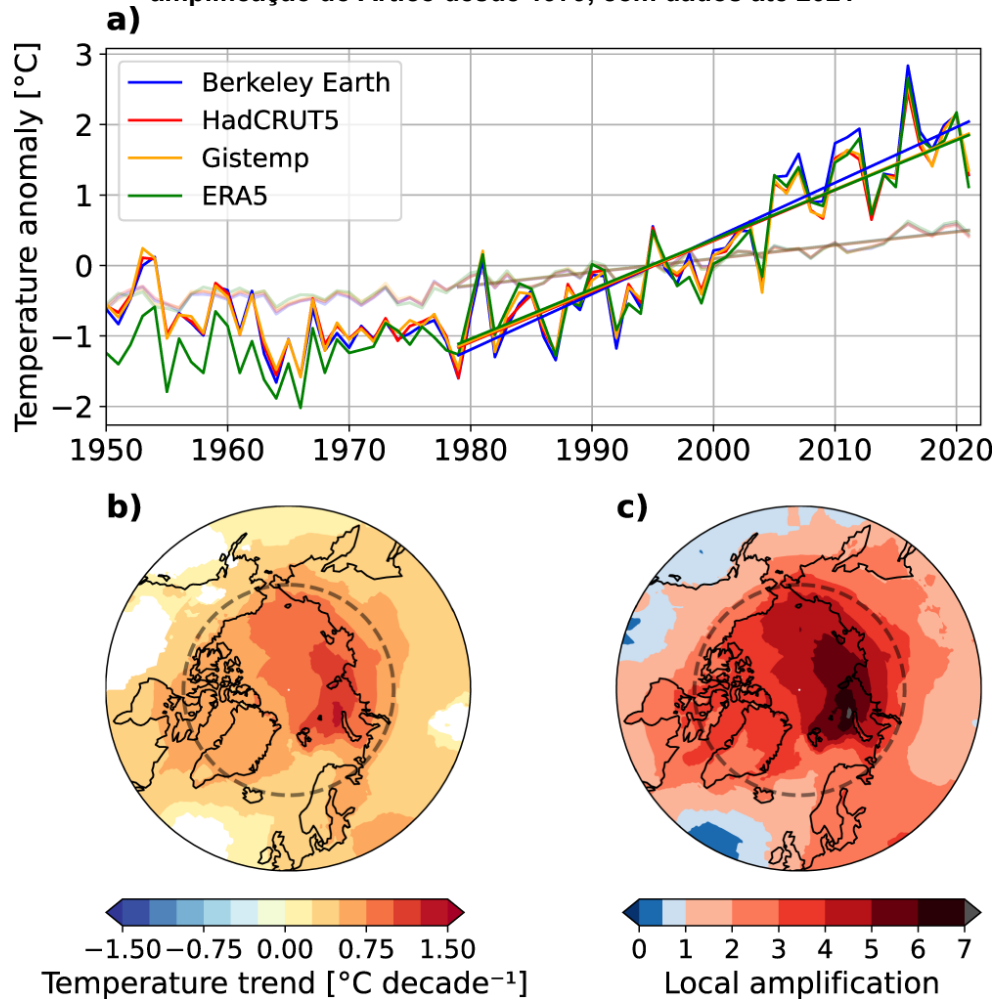
Fonte: Smith *et al.* (2018, p. 28).

Essas tendências apresentadas por Smith *et al.* (2018, p. 28), longe de serem alarmistas, são confirmadas (em janelas temporais mais curtas) por outros estudos que analisaram a evolução histórica e, a partir dessas tendências, construíram projeções lineares. Destacam-se nesse campo as pesquisas de Rantanen *et al.* (2022, p. 2), constante na figura 16, e os estudos de Labe (2024), apresentados na figura 17.

No primeiro caso, apresentado na figura 16, Rantanen *et al.* (2022, p. 2) utilizaram dados de quatro diferentes conjuntos de dados (*datasets*) de medição de anomalia de temperatura (Berkeley Earth, HadCRUT5, Gistemp e ERA5) para identificar a tendência de crescimento da anomalia de temperatura a partir da série

histórica entre 1979 e 2021. A partir desses dados, mostrados na figura 16 (a), construíram dois mapas de tendência decadal (b) e padrões de amplificação local (c), evidenciando a costa da Rússia mais uma vez como o território sujeito ao maior índice de anomalia, e conseqüentemente amplificação ártica.

Figura 16 – Gráfico mostrando a evolução histórica e tendência linear crescente de amplificação do Ártico desde 1979, com dados até 2021



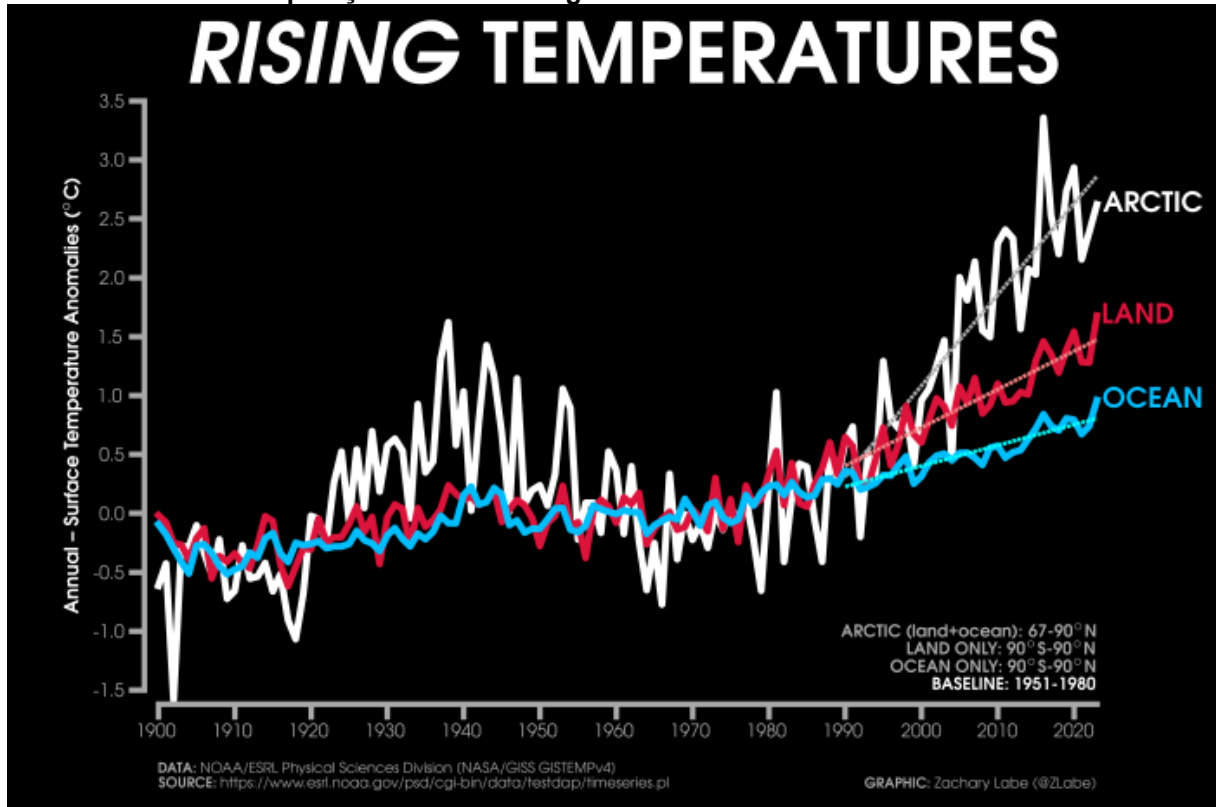
Fonte: Rantanen *et al.* (2022, p. 2).

No segundo caso, apresentado na figura 17, Labe (2024) trouxe graficamente um cruzamento de dados da NOAA comparando a tendência de anomalia de temperatura no Ártico com as tendências gerais do planeta, considerando anomalia térmica sobre os oceanos (linha azul) e sobre áreas terrestres (linha vermelha).

Nesse gráfico fica evidenciada a tendência, já apresentada anteriormente, de crescimento das temperaturas polares árticas mais aceleradamente quando comparada ao resto do planeta (Sharapov, 2023; Jin *et al.* 2023; Chen *et al.*, 2023;

Rantanen *et al.*, 2022; McChrystall *et al.*, 2021; Chen *et al.*, 2021; Choudhary; Saalim; Khare, 2021).

Figura 17 – Evolução histórica 1900-2023 das tendências anômalas de variação de temperatura no Ártico em comparação com a média global sobre zona terrestre e sobre os oceanos



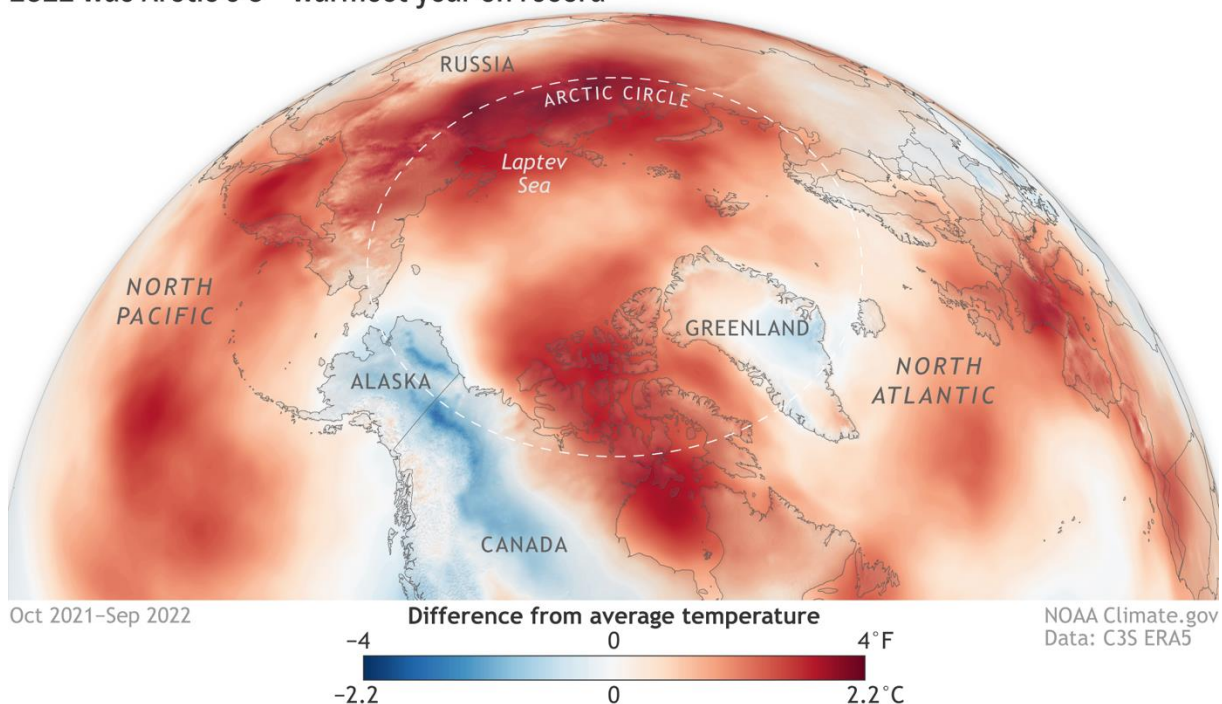
Fonte: Labe (2024).

A tendência de aceleração da amplificação ártica vem sendo medida e percebida por diferentes agências de diferentes países do mundo. A NOAA, Agência Oceanográfica dos Estados Unidos, publicou recentemente um mapa (figura 18) baseado nos levantamentos da base de dados GISTEMP, da NASA, indicando as variações positivas e negativas de temperatura por área no Ártico para o ano de 2022, e evidenciando comparativamente que média mundial de crescimento médio da temperatura (linha cinza) vem sendo sucessivamente superada pela média de crescimento de temperatura do Ártico (linha vermelha) desde 2004, sendo que após 2015 a média global nunca mais superou e média polar ártica.

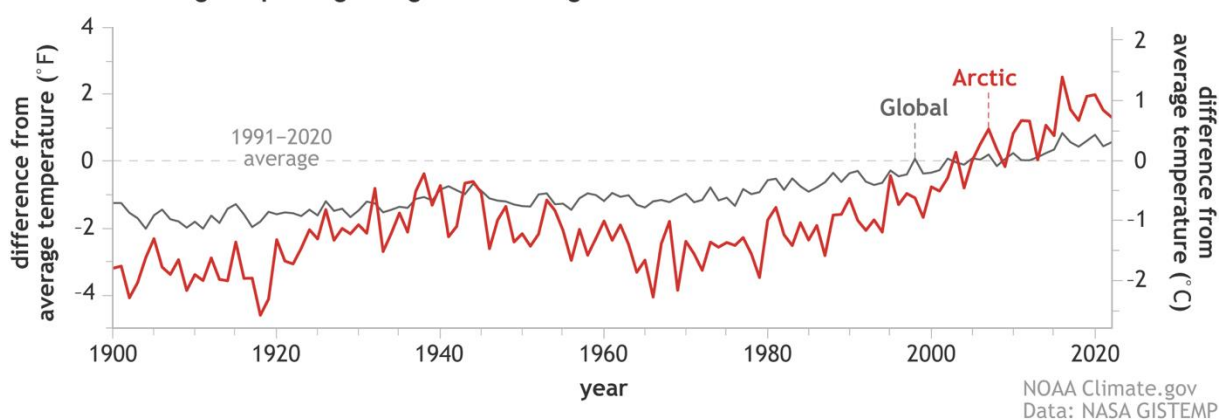
Esse fenômeno de aquecimento contínuo do Ártico em percentual superior à média mundial não havia ocorrido nunca antes na história da humanidade, e foram episódicos os poucos períodos em que a média ártica de temperatura foi maior que a global, concentrados na década de 1930 e por fatores de circulação atmosférica

(Overland; Wang, 2005, p. 3), não por fatores ligados ao antropoceno: “O que contribui para a natureza interdecadal da década de 1930 é um padrão particular de anomalias de pressão ao nível do mar e temperatura no inverno de 1928-1935. Essas temperaturas são uma resposta a um vale de baixa pressão que se estende da Islândia para o oeste sobre o Canadá”.

Figura 18 – Mapa indicando as variações positivas e negativas de temperatura por área no Ártico para o ano de 2022, seguindo de gráfico mostrando a evolução do aquecimento global comparado, com a média mundial (cinza) e do Ártico (vermelho)
2022 was Arctic's 6th-warmest year on record



Arctic warming outpacing the global average

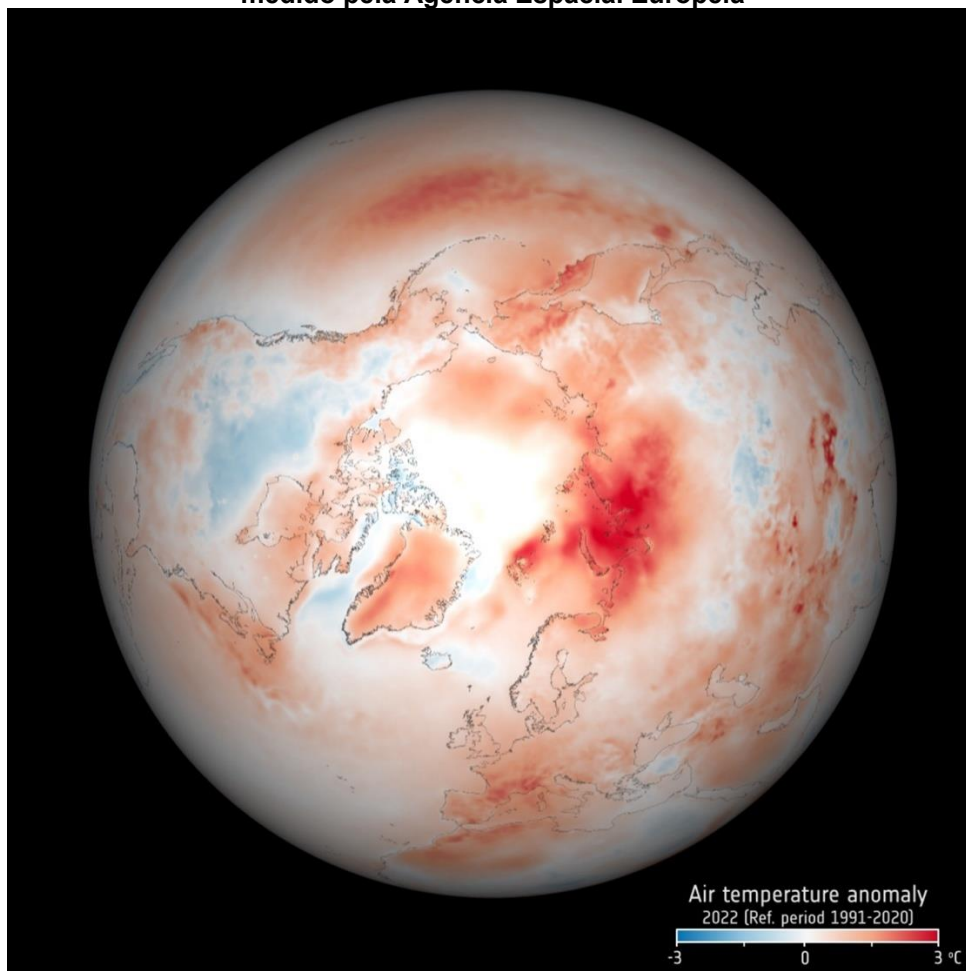


Fonte: NOAA (2022).

Nota: Percebe-se que, a partir de 2005, o aquecimento do Ártico passou a superar, anualmente e como regra, a média de aquecimento do resto do mundo.

Esses dados da NOAA americana corroboram estudo anterior da Agência Espacial Europeia (ESA – European Space Agency), que identificaram a mesma tendência para o ano de 2022 com base na média dos anos 1991-2020. Da mesma forma que nas projeções anteriores de outros estudos e agências, a ESA identificou um padrão de anomalia térmica na região polar ártica, com maior incidência na costa da Rússia.

Figura 19 - Anomalia da temperatura do ar em 2022, com base referencial na média 1991-2020, medido pela Agência Espacial Europeia

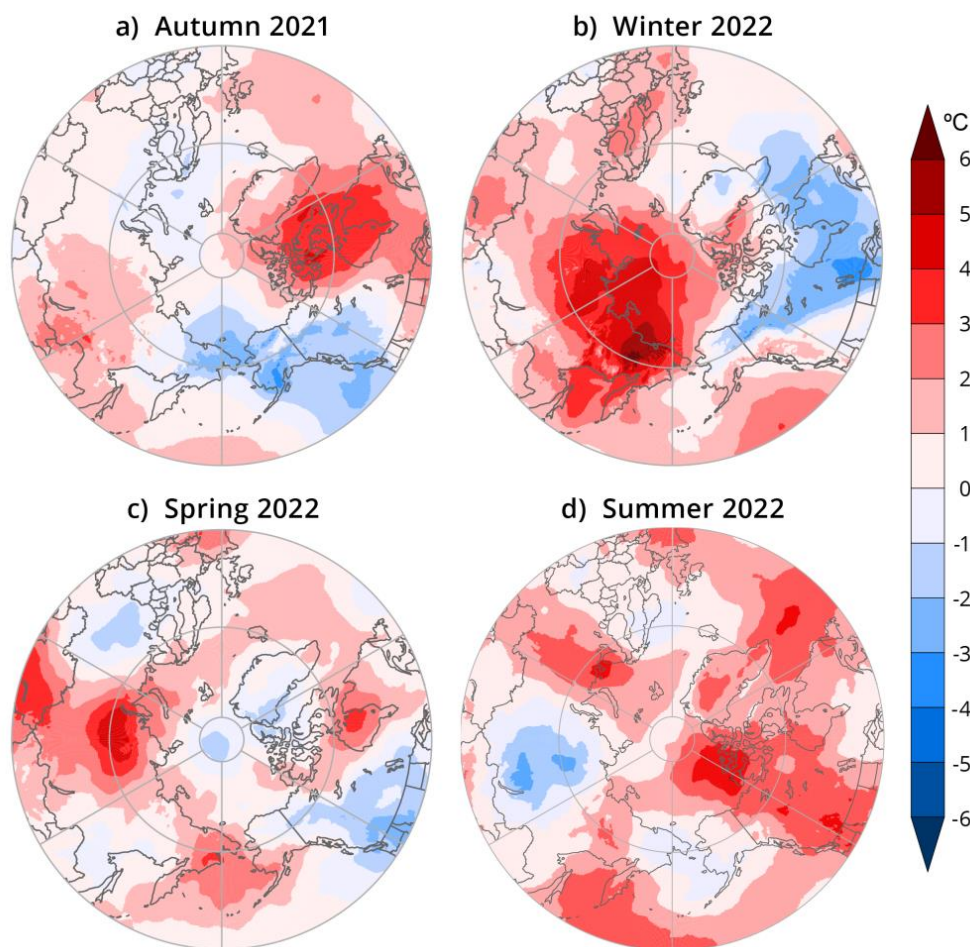


Fonte: ESA (2023).

Por fim, pesquisa recente de Druckenmiller, Thoman e Moon (2022) para a NOAA traz novamente a tendência de maior anomalia de temperatura sobre o território da Rússia, no período do inverno. Perceba-se que a fase mais aguda da anomalia térmica sobre o território da Rússia ocorre exatamente no inverno, com áreas em 2022 atingindo variações de até +6°C em relação à média do período 1981-2010. Esse estudo teve particular relevância não apenas por seu período

recente de apuração (2022), mas porque, embora publicado pela NOAA, foi realizado pelos autores com dados produzidos pelos serviços climáticos e meteorológicos dos EUA e da União Europeia (Druckenmiller; Thoman; Moon, 2022).

Figura 20 - Dados de anomalia do ar próximo à superfície do Ártico, transição de 2021 para 2022



Fonte: NOAA (2022).

As tendências de aumento exponencial e sucessivo das temperaturas médias no Ártico, atualmente, devem-se a fatores da ação antrópica (emissão de GEEs) que aceleraram o processo de Amplificação do Ártico (Sharapov, 2023; Isaksen *et al.*, 2022; Chylek *et al.*, 2022; Rantanen *et al.*, 2022; McChrystall, Serreze *et al.*, 2021). À medida que o planeta aquece como um todo, o frágil ecossistema do Ártico também sofre os efeitos, mas com um potencial de retroalimentação superior às demais regiões do mundo, e com isso uma aceleração de aquecimento quando comparado aos demais ecossistemas do planeta.

Em primeiro lugar, o ciclo hidrológico de evaporação e transporte de vapor na atmosfera ártica (McChrystall, Serreze *et al.*, 2021) aumenta a temperatura relativa, e abre fendas no gelo. Essas fendas reduzem a refratividade do gelo branco e implicam em aumento do aquecimento das águas escuras, aumentando as fendas no gelo e gerando uma nova rodada do ciclo de amplificação. Com um aumento do vapor na atmosfera, há tendência do aumento do ciclo de chuvas – em vez de ciclo de neve – piorando o cenário e criando no Ártico uma condição de aquecimento superior aos 1.5°C projetados pelo IPCC.

Em segundo lugar, e relacionado ao ciclo hidrológico, está a redução da presença de nuvens durante o inverno ártico, o que contribui para a evaporação de água (Chylek, 2022), acumulação de vapor na atmosfera, e os efeitos retroalimentados do item anterior.

Em terceiro lugar, a mudança geral na temperatura dos oceanos ao redor do globo altera a dinâmica de temperatura das correntes marítimas – bem como sua salinidade – afetando assim aquelas que adentram o Ártico através do Atlântico Norte e do Pacífico (Rantanen *et al.*, 2022).

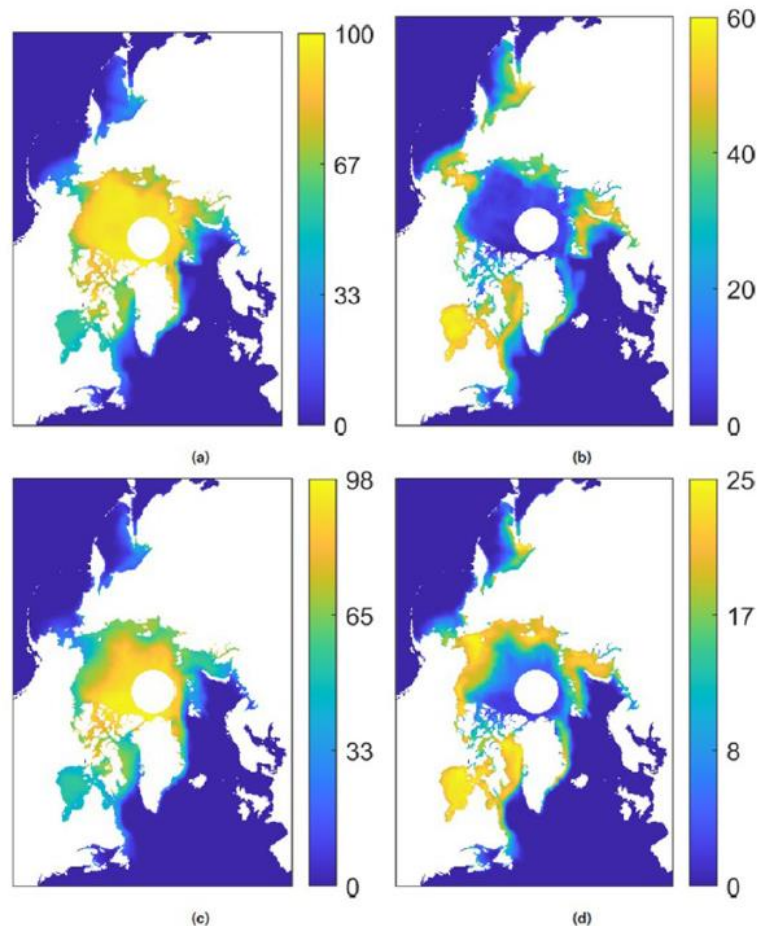
Em último, mas não menos importante, a alteração de vapor atmosférico e salinidade, e consequente alteração do ciclo hidrológico, afeta aceleradamente o gelo polar, degradando-o, tornando-o menos espesso e menos durável, e impedindo a formação ou reposição de gelo multi-ano (Rantanen *et al.*, 2022), criando todo um processo de retroalimentação já mencionado acima: menos gelo, menos refração da luz solar, mais aquecimento das águas, mais evaporação de água, maior acúmulo de vapor na atmosfera, mais chuvas, menos neve, maior temperatura e – consequentemente – menos gelo, o que reinicia o ciclo.

Esse ciclo repete-se na terra e no leito oceânico, onde grandes quantidades de metano estão armazenadas em camadas de *permafrost* (solo que permanece congelado por 2 anos ou mais), e são gradualmente liberadas à medida em que não apenas o gelo marítimo, os glaciares, e o gelo terrestre (feito de neve compostada), mas também o *permafrost*, derretem. E todo esse metano retorna à atmosfera, onde produz efeitos dos gases de efeito estufa, amplificando enormemente o ciclo retroalimentado de aquecimento e degelo (Isaksen *et al.*, 2022; Chylek *et al.*, 2022; Rantanen *et al.*, 2022; McChrystall, Serreze *et al.*, 2021).

Quando pegamos os dados relativos às anomalias de temperatura no Ártico e sua evolução histórica, e fazemos uma análise cruzada com a aplicação de KMD

feita por Fonoberova *et al.* (2020, p. 4) – que considera a complexidade da dinâmica e processos envolvendo o gelo marinho, para então estruturar projeções de futuro com base em dados históricos e levantamentos estatísticos - vemos que efetivamente a maior parte da perda de gelo marinho se deu na costa da Rússia, tanto em termos de variação anual quanto da cobertura média conforme vemos na figura 7 (como já dito anteriormente, questões geográficas e físico-científicas contribuem para esse fenômeno no Ártico russo em comparação com o Ártico canadense/groenlandês).

Figura 21 - Tendências de variação de gelo marítimo no Ártico em dois períodos de tempo: 1979-1983 e 2014-2018



Fonte: Fonoberova *et al.* (2020).

Nota: *Koopman Mode Decomposition* representando a média e a variação anual de concentração de gelo marinho em uma janela temporal de 5 anos. (a) Cobertura média no período de 1979 a 1983; (b) Variação anual no período de 1979 a 1983; (c) Cobertura média no período de 2014 a 2018; (d) Variação anual no período de 2014 a 2018. As unidades da barra de cores são concentração percentual.

Importante notar que, na imagem acima, as maiores variações percentuais (indicando maiores perdas de território de gelo marinho em áreas de circulação

marítima aberta e facilitada fica na costa da Rússia³⁶ (a variação na costa oposta fica na baía Rei George, fechada no território canadense, e no espaço entre a Baía de Baffin e o Mar de Labrador, entre o Canadá e a Groenlândia).

Além dessas variações, a aplicação do KMD em relação à espessura do gelo, profundidade da neve e densidade da neve mostram que a costa russa também sofre reveses nesse sentido. Isto porque, no campo da glaciologia, o gelo marinho é formado por um processo térmico de congelamento das águas marítimas, e que ganha densidade pelo depósito e sucessiva acumulação de neve ao longo do tempo na sua superfície (Silva, 2015; Grotzinger Jordan, 2013; Botkin; Keller, 2011; Teixeira *et al.*, 2009; Odume Barrett, 2007).

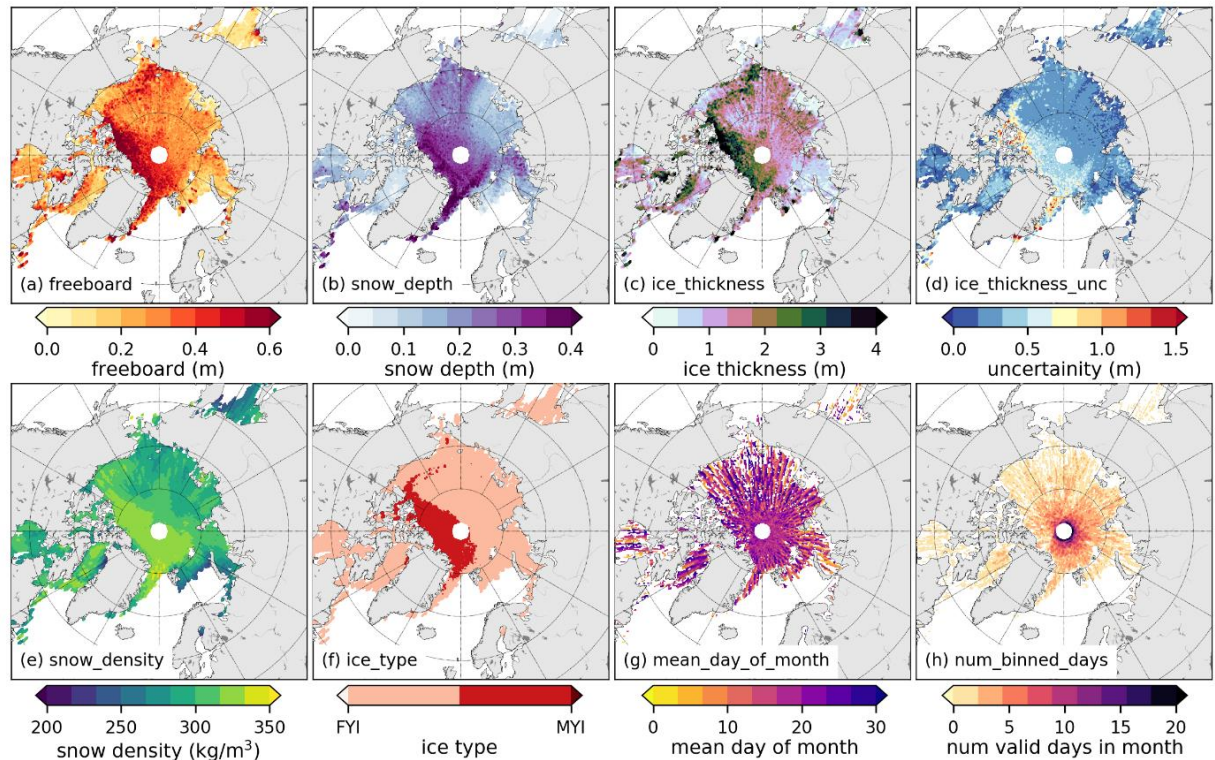
Quanto mais submetido a baixas temperaturas uma localidade marítima está, mais espesso será o gelo, mais profunda e mais densa será a neve.

Por outro lado, se uma região está submetida a alterações positivas de temperatura, a tendência de derretimento faz com que o gelo nessa região seja menos espesso (portanto mais sujeito a quebra natural ou por ação humana, através de embarcações), a neve menos profunda e menos densa.

A figura 22 mostra que a costa da Rússia possui, na maior parte da sua extensão (em especial nos mares de Kara e Barents, sujeitos a maiores variações de temperatura) e no inverno (Petty *et al.*, 2020) neve menos funda (gráfico “b”), gelo menos espesso (gráficos “c” e “d”), bem como gelo de primeiro ano (*first-year ice*, FYI) na sua quase totalidade se comparado a gelo de múltiplos anos (*multi-year ice*, MYI), conforme gráfico “f” da figura 8, já relacionados com questões de geografia e física da costa russa.

³⁶ Proporcionalmente, a costa da Rússia vem sofrendo as maiores taxas de crescimento de temperatura ao largo de sua costa, até mesmo quando comparada com a Baía de Baffin e Mar de Labrador, entre Canadá e Groenlândia. Na costa russa, o Mar de Kara e o Mar de Barents têm registrado as maiores taxas de aquecimento da água, gerando derretimento e quebra de placas de gelo, segundo dados da NASA, acesso em <https://earthobservatory.nasa.gov/images/82591/arctic-waters-keep-warming-in-2013>. A geografia explica esse fenômeno: padrões de circulação oceânica (em especial do Giro Beaufort e da Corrente Marítima Transpolar), salinidade, temperatura da água, bacias de drenagem para o Ártico, e também a direção dos ventos fazem com que os processos de *ridging* – que tornam o gelo mais espesso a partir de sua compactação em blocos – sejam mais intensos na costa do Canadá e da Groenlândia do que na costa da Rússia. Esse gelo mais compactado – *multi-year ice* – está menos sujeito a derretimento total no verão, reduzindo assim chance de retroalimentação do degelo que o *first-year ice* causa em virtude do seu desfazimento. Ao se quebrar, o *first-year ice*, tipo predominante na costa da Rússia, permite que a refração da luz solar não mais ocorra na superfície branca do gelo. No lugar, as águas escuras do Oceano Ártico absorvem a luz solar, aumentando a temperatura e contribuindo ainda mais para o degelo. E sua característica de *first-year ice* dificulta o processo de *ridging*, fomentando no máximo um processo de *rafting* que nem sempre é suficiente para dar ao gelo a espessura para resistir à alteração de temperatura e ao degelo do verão polar.

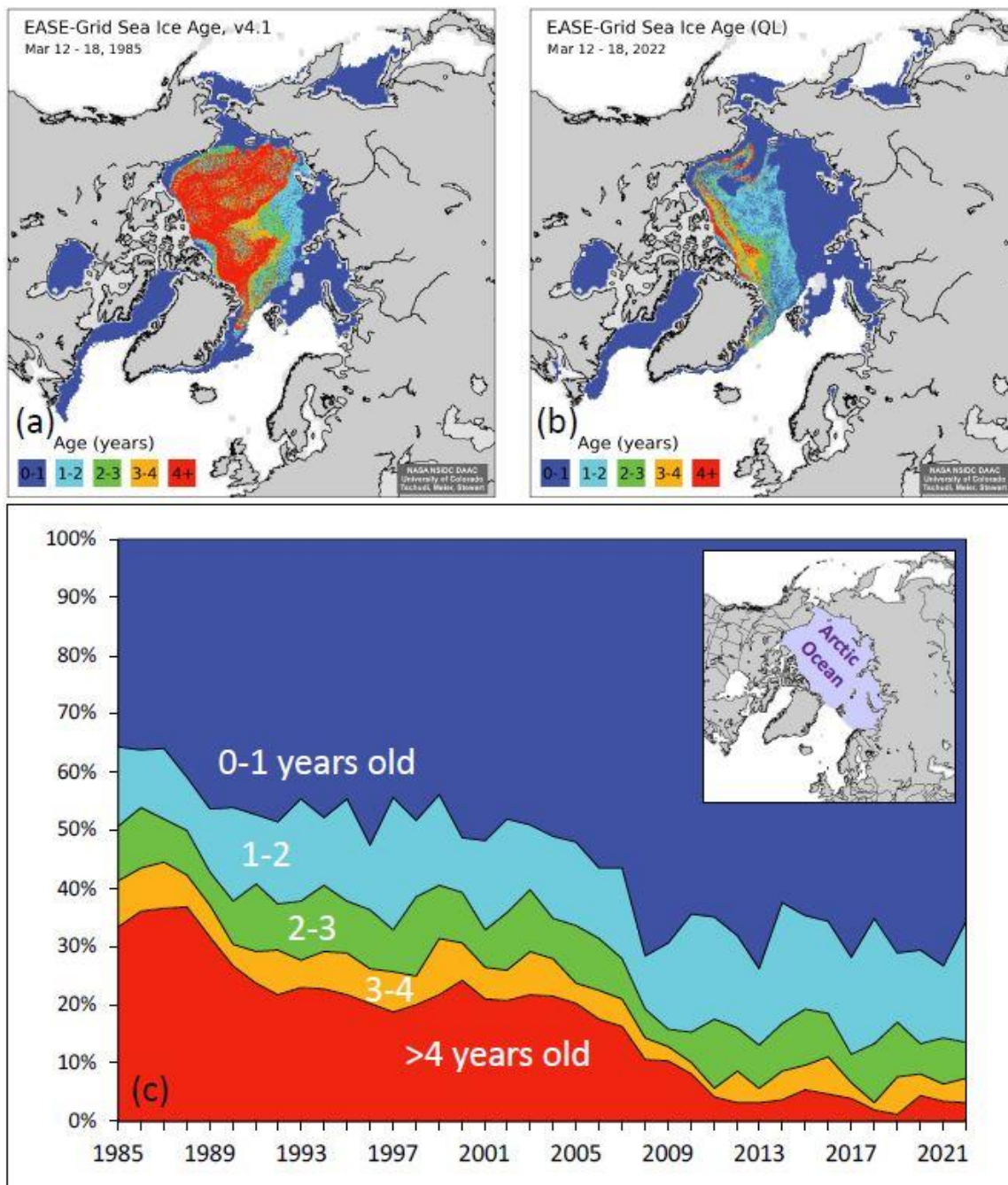
Figura 22 – Estimativas de espessura de gelo no inverno Ártico



Fonte: Petty *et al.* (2020).

Essa tendência é também apontada pela NOAA para o Ártico: o gelo de primeiro ano, mais fino e portanto mais fraco, aumentou exponencialmente nos últimos anos, correspondendo a praticamente 65% do gelo marinho da região polar ártica em 2022 (figura 23). Por sua vez, os gelos mais espessos, formados tanto por *ridging* quanto por *rafting*, seguem com tendência de queda, exceção para o gelo de 1-2 anos, que apresentou crescimento consideravelmente expressivo entre 2021 e 2022. Apesar disso, a tendência geral da série histórica é que o afinamento de gelo siga como uma constante na região, entremeada por períodos curtos de crescimento relativo de gelo mais “antigo”. Mas, pela tendência observada na figura 23, bem como com base nos estudos mais recentes (Sharapov, 2023; Jin *et al.* 2023; Chen *et al.*, 2023; Rantanen *et al.*, 2022; McChrystall *et al.*, 2021; Chen *et al.*, 2021; Choudhary; Saalim; Khare, 2021) existe a possibilidade de que, até o final do século XXI, o gelo de multi-ano superior a 4 anos deixe de se formar, prejudicando o sistema polar e seu equilíbrio, e impactando negativamente para o aumento da Amplificação Ártica, com efeitos potencialmente devastadores para o planeta.

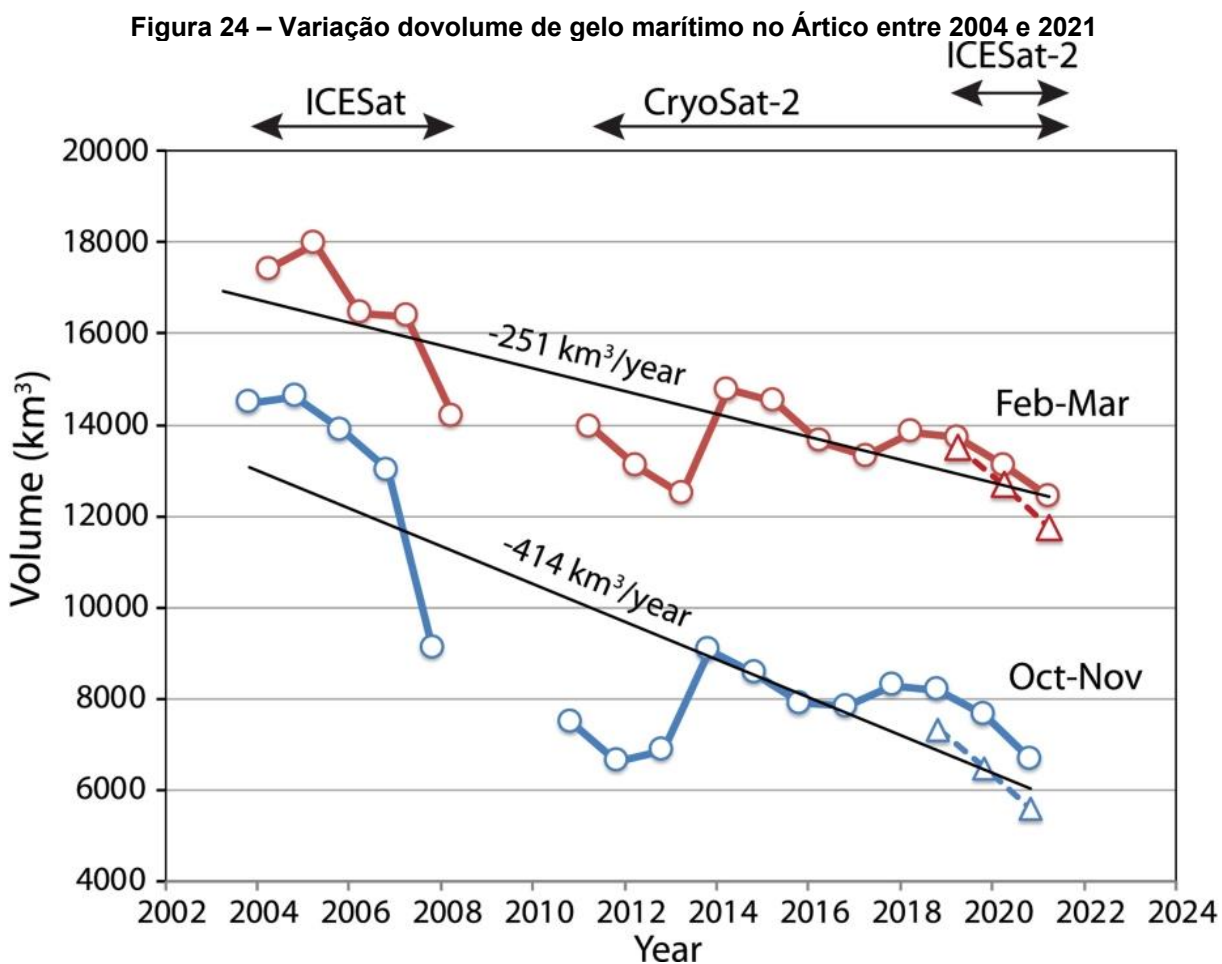
Figura 23 – Percentual de gelo marinho no Oceano Ártico para a semana de 12 a 18 de março (fim do inverno) no intervalo de 1985 a 2022



Fonte: NOAA (2022); NASA (2022).

A tendência de afinamento do gelo pode ainda ser vista nos estudos de medição de volume de gelo polar feitos por três diferentes satélites de acompanhamento do gelo marítimo polar: o ICESat (2003-2010, missão dos EUA), o CryoSat-2 (2010-2021, missão da UE), e o ICESat-2 (2018-2021, missão dos EUA). Nos dados coletados pelos três satélites, houve tendência acelerada de perda de volume de gelo marítimo no Ártico entre 2004 e 2008, e – apesar de um ganho de

volume entre 2013 e 2014 - a tendência de queda prosseguiu, de maneira menos acentuada mas ainda assim constante, após 2014, atingindo níveis mínimos históricos em 2021.



A perda de volume de gelo marítimo causa um sem-número de problemas de ordem climática. O gelo de primeiro ano, quando muito segmentado, dificulta a formação de gelo de segundo ano e gelo multi-ano, já que não consegue se recompor em quantidade e área suficiente para – a partir da pressão do vento e das correntes marítimas – passar pelo processo de *rafting* e consequente formação de camadas mais espessas de gelo (Serreze, 2004). Tal constatação de afinamento do gelo é reafirmada em Sharapov (2023), importante referência russa no estudo das mudanças climáticas no Ártico: com a cobertura de gelo marítimo cada vez mais fina, a retroalimentação da Amplificação Ártica traz com consequências naturais de impacto global, impacto esse negativo e que afeta a própria estabilidade do sistema climático global.

Apesar do fato de todos esses dados demonstrarem inequivocamente que a mudança climática tem afetado profundamente a região do Ártico em ritmo mais acelerado que outras regiões do planeta – e o Ártico russo mais do que as demais áreas do Ártico – de uma forma negativa, há uma outra perspectiva que os Estados polares têm observado: a das vantagens econômicas advindas desse degelo. A abertura física no gelo, se de um lado retroalimenta a Amplificação Ártica, do outro lado abre inúmeras possibilidades tanto de exploração econômica subaquática quanto de exploração de fluxos navais de transporte em virtude da predominância de gelo marinho de baixa espessura na maior parte do Ártico, em especial na costa russa, oportunidade que tem sido percebida – e explorada – por Moscou.

No entanto, pra além dessas vantagens econômicas ou da sombra de uma catástrofe ambiental, uma outra perspectiva surge nas preocupações e planejamentos da Rússia, uma de natureza geopolítica: a possibilidade de maior navegabilidade (Zhou *et al.*, 2021) em virtude desse gelo mais fino por mais tempo durante o ano traz para a Rússia o aumento da sensação de insegurança, porque aquela fronteira outrora inexpugnável por sua natureza extrema torna-se, com a mudança climática, um mar gelado de navegação possível, inclusive para uma eventual força expedicionária inimiga que busque intentar um ataque anfíbio de grande escala aproveitando-se da nova dinâmica ambiental polar ártica, preocupação que aliás vem marcando a mentalidade russa desde os tempos da União Soviética. Nesse sentido, o jurista soviético Lakhtine (1928), ao tratar de questões de demarcação do território soviético no Ártico, afirmou que os interesses da URSS no Ártico iam além de questões jurídicas internacionais, descambando para questões de exploração econômica mas, sobretudo, para uma importante questão estratégica defensiva, “o desejo de proteger sua costa norte de um possível ataque inimigo” (Lakhtine, 1928, p. 14-15). Naturalmente, esse pensamento esboçado pelo jurista soviético tem conexão com a experiência recente da URSS de guerra civil com intervenção de potências estrangeiras, mas não se pode negligenciar a mentalidade tradicional russa de se ver como “Fortaleza Sitiada” (Yablokov, 2018; Lipman, 2015) em toda e qualquer situação, seja essa real ou não.

Em outro artigo posterior, o mesmo Lakhtine (1930) repete os argumentos, falando em “apreensão pela segurança de suas fronteiras territoriais do norte” (p. 703), e indicando que “a URSS especialmente, como um grande estado do norte, tem espaço para ansiedade sobre a segurança de sua imensa costa setentrional e

suas ilhas situadas no Oceano Ártico e adjacentes à costa russa” (p. 703). No entanto, e estranhamente ao padrão soviético de culpar o imperialismo capitalista pelas ameaças territoriais à Rússia, Lakhtine (1930, p. 703) justifica essa apreensão soviética pela presença de expedições científicas estrangeiras na costa russa entre 1922 e 1928. A mudança de discurso não é, no entanto, completamente exótica: como será visto no capítulo 5, a visão geral da Rússia como “Fortaleza Sitiada” (Yablokov, 2018; Lipman, 2015) cria ameaças – reais ou imaginárias – independentemente da verossimilhança ou até da razoabilidade fática. Mesmo expedições científicas – em que pese o risco permanente de “infiltração” dessas expedições por espiões, um medo aliás frequente do aparato de segurança soviético – podem ser alvo de desconfiança, ou taxadas de inimigas da Rússia, por conveniência política momentânea.

Se em 1922, quando o Ártico ainda era uma terra inóspita e inexpugnável, já existia um receio de “um possível ataque inimigo” pelo Ártico (Lakhtine, 1928, p.15), a partir do início do século XXI, em virtude do degelo polar, essa percepção aguçou-se, dessa vez com um fundamento científico efetivo: segundo Cao *et al.* (2022, p. 2), “as rotas de navegação através do Ártico têm se tornado cada vez mais navegáveis em anos recentes em virtude da retração do gelo marítimo, sobretudo condicionada por degelo antecipado e demora de recongelamento após o outono, assim como o afinamento do gelo marítimo”, podendo já em meados do século XXI não haver mais gelo em certas partes do Ártico durante uma considerável parte do ano (Zhou; Wang; Huang, 2022).

Ao buscar cruzar os modelos preditivos anteriormente usados com novos modelos e novos dados coletados sobre o ambiente polar, os referidos autores encontraram um resultado condizente com outras pesquisas climatológicas: a navegabilidade nas rotas trans-Árticas está aumentando em taxas muito mais aceleradas do que previsões de modelos anteriores, devido ao ritmo anômalo de degelo polar em virtude da mudança climática (Cao *et al.*, 2022). Tais taxas são aplicáveis tanto aos casos de navios com requisitos específicos de navegação polar (os navios *Polar Class*) quanto os navios tradicionais de navegação em águas oceânicas abertas (os navios *Open Water*).

Naturalmente, essa navegabilidade ampliada ainda está adstrita ao que os especialistas chamam de “temporada de navegação polar” (*polar shippingseason*, conforme Cao *et al.*, 2022), mas podem ser expandidas tanto temporalmente, com

uma expansão por mais meses dessa temporada, quando anormalmente em invernos particularmente quentes no Ártico.

Também Stevenson *et al.* (2019, p. 83) chegaram, alguns anos antes, à mesma conclusão da comunidade científica polar: o Ártico, segundo os autores, teria projeções de verões sem gelo marítimo entre a metade e o final do presente século, com expectativa de crescimento acelerado do fluxo de navegação tanto na Rota do Mar do Norte/Passagem Nordeste (pela Rússia) quanto na Passagem Noroeste (pelo Canadá). Adicionalmente, os autores ainda confirmam que uma nova rota – a Rota Transpolar – também pode potencialmente ser aberta até meados do século XXI.

Min *et al.* (2022, p. 5-6) chamam essas novas rotas mencionadas por Stevenson *et al.* de “corredores navais árticos emergentes”, e afirmam que, embora a navegabilidade no Ártico *ainda* esteja num estado limitado durante a maior parte do ano, a “perda dramática de gelo marítimo” fará a navegação trans-Ártica possível num médio espaço de tempo, podendo chegar a um curto ou mesmo curtíssimo espaço de tempo se os cenários do IPCC se confirmarem. Os autores ainda afirmam que “a área navegável de setembro seguirá aumentando até 2050 para navios de águas oceânicas abertas, e até 2040 para navios de classe polar 6 em todos os cenários” (Min *et al.*, 2022, p. 2), e em 2070 navios de classe polar poderão navegar normalmente durante todo o ano, independentemente da condição climática *in loco*.

Apesar de discordarem do *quando*, Chenet *al.* (2023 e 2021) concordam com Minet *al.* (2022) em relação à *certeza de ocorrência* do fenômeno. Para aqueles autores, a navegação livre em setembro ocorrerá em 2060. Mas estes autores expandem o raio de análise, estipulando que a diminuição na espessura de gelo marítimo irá se expandir das tradicionais áreas de degelo ártico para a região da Groenlândia e além.³⁷

³⁷ A importância do Ártico para atores de fora da região é tão grande que se reflete nos estudos sobre o tema. Não é foco do presente trabalho, mas este pesquisador percebeu que desde 2015/2016 tem havido um número crescente de autores e acadêmicos chineses debruçando-se e publicando bastante – e com bastante qualidade – sobre o Ártico, em especial questões de natureza, recursos naturais e navegabilidade. Isto se deve, possivelmente, ao crescente interesse que a República Popular da China – ela mesma um membro observador do Conselho do Ártico – tem na região, tanto pra questões de logística (já que o Ártico faz com que a rota naval entre Ásia-Pacífico e Atlântico seja encurtada em quase 40%) quanto por questões de exploração de recursos naturais, afinal o Ártico possui uma área de águas internacionais não sujeitas à soberania de nenhum estado ribeirinho.

Segundo Li e Lynch (2023, p. 1), “as Arctic sea ice continues to retreat, the seasonally navigable Arctic expected by mid-century or earlier is likely to facilitate the growth of polar maritime and coastal development”. Esse crescimento, ainda segundo os autores, tem a possibilidade de trazer claros benefícios econômicos e logísticos. Nesse sentido, a integração de modelos de simulação de cenários climáticos e de gelo marítimo podem ajudar na quantificação de elementos necessários ao planejamento da navegação polar:

Informações dos modelos do sistema climático global são úteis para entender a resposta física às transformações dramáticas no Ártico e oferecem perspectivas para orientar decisões em direção a ações mais eficazes de mitigação, adaptação e gerenciamento de riscos. Por exemplo, ao integrar o conhecimento sobre o gelo marinho de modelos de circulação geral (GCMs) em uma estrutura de modelagem geoespacial de transporte, é possível quantificar avaliações como o acesso alterado aos oceanos, os riscos do gelo para a tomada de decisões operacionais e o planejamento estratégico, e a resposta climática ao transporte marítimo futuro no Ártico (Li; Lynch, 2023, p. 2).

Os autores então avançam sobre a análise de navegabilidade no Ártico em quatro cenários previstos pelo UNFCCC, com base no critério dos chamados *Shared Socioeconomic Pathways (SSP)*³⁸: “the Shared Socioeconomic Pathways (SSPs) [...] integrate dimensions reflecting global development across population, energy transitions, land use change, and air pollution emissions [and] represent a comprehensive assessment of future emissions pathways” (Li; Lynch, 2023, p. 3). Os quatro cenários consideram taxas de emissão altíssimas, altas, médias e baixas de CO₂ para a atmosfera, segundo as medições feitas pela ONU, e são melhor explicadas cientificamente da seguinte forma:

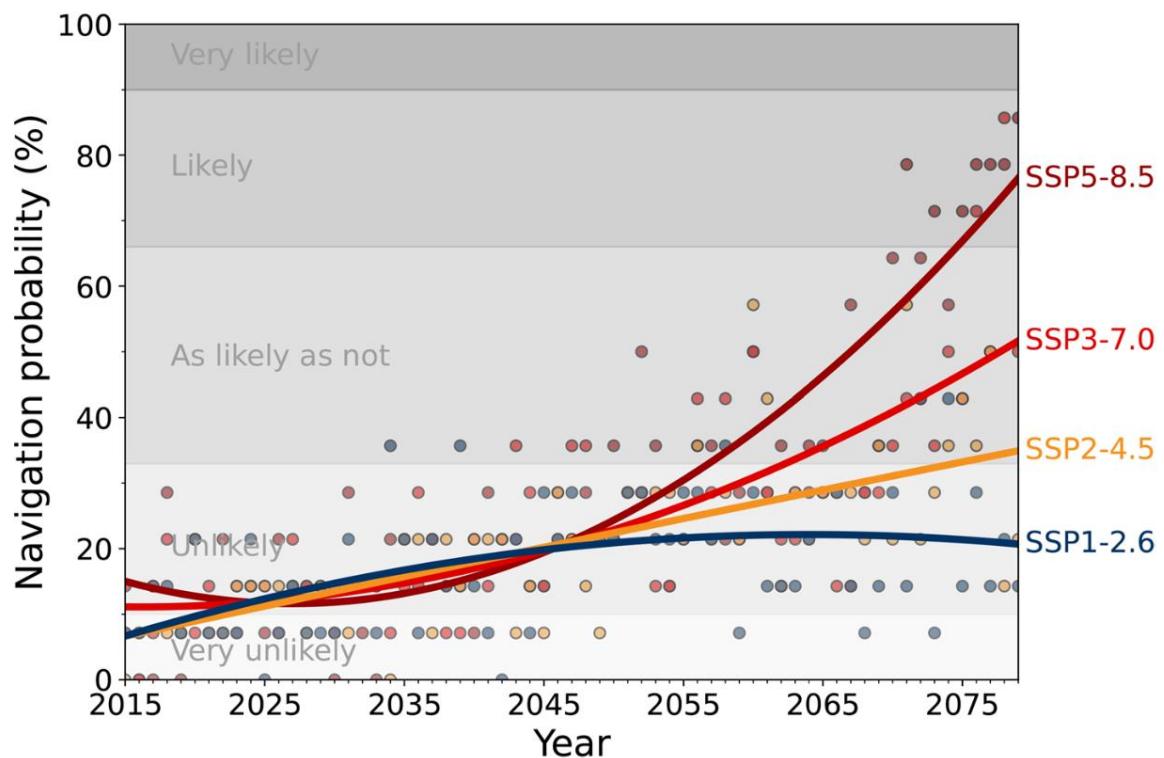
As descrições de cada cenário em relação à intensidade dos principais agentes de força estão detalhadas na Quadro S2. Especificamente, os quatro cenários SSP são cenários com altas emissões de gases de efeito estufa (GEE) (SSP5-8.5 e SSP3-7.0), nos quais as emissões de CO₂ são aproximadamente duplicadas até 2050 e 2100, respectivamente. Estes cenários representam o extremo superior e o intervalo médio a alto da gama de trajetórias futuras; um cenário com emissões intermediárias de GEE (SSP2-4.5), no qual o nível de emissões de CO₂ permanece inalterado até 2050; e um cenário com baixas emissões de GEE (SSP1-2.6), no qual as

³⁸ As numerações dos cenários SSP utilizam um critério científico de taxa de radiação absorvida na Terra, com média de medição desde 1750, ano que o IPCC considera como pré-industrial, até 2100. Nesse caso, os números significam o aumento de Watts por Metro Quadrado em cada um dos cenários, na média dessa janela de tempo: SSP1-2.6 significa aumento de 2,6W/m²; SSP2-4.5 significa aumento de 4,5W/m²; SSP3-7.0 significa aumento de 7,0W/m²; e SSP5-8.5 significa aumento de 8,5W/m².

emissões de CO₂ caem para zero líquido após 2050. Notavelmente, entre os quatro cenários, o SSP3-7.0 representa um cenário de controle de poluição fraco, com altas emissões de forçadores climáticos de curta duração (SLCFs) em particular, seguido pelo SSP2-4.5 (moderado), e SSP5-8.5/SSP1-2.6 (forte). No período de meio de século (2041–2060), o aquecimento global de 2 °C em relação ao nível histórico (1850–1900) é muito provável de ser excedido sob o cenário de emissões muito altas (SSP5-8.5), provável de ser excedido sob o cenário de altas emissões (SSP3-7.0), e mais provável do que não ser excedido sob o cenário de emissões intermediárias (SSP2-4.5). De acordo com o recentemente divulgado Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a trajetória de emissões mais provável está entre o SSP3-7.0 e o SSP2-4.5. [IPCC 2021] (Li; Lynch, 2023, p. 4).

Com base nesses quatro cenários, são feitas pelos autores projeções sobre os índices de navegabilidade no Ártico, visto na figura 25.

Figura 25 – Probabilidade de navegabilidade no Ártico considerando quatro cenários climáticos do IPCC



Fonte: Li e Lynch (2023, p. 11).

Considerando que os próprios autores indicam, com base no relatório do IPCC da ONU, que os cenários mais prováveis de ocorrer – levando em consideração a conjuntura atual – são aqueles do SSP3-7.0 e SSP2-4.5, as taxas de ampla navegabilidade no Ártico estarão acima dos 30% até 2080 (SSP2-4.5) e acima de 50% até 2080 (SSP3-7.0). Caso o pior cenário (SSP5-8.5) se desdobre,

essa taxa de navegabilidade pode chegar a 80% (Li; Lynch, 2023, p.11). Crucial lembrar, que conforme mapas ao longo do presente capítulo demonstram, a maior parte da criosfera desaparecida fica na costa da Rússia. Assim, por projeção lógica, a maior navegabilidade também ocorrerá na costa da Rússia. Li e Lynch (2023, p. 13), destacam esse fato, e já mencionam possíveis questões de territorialidade marítima que podem surgir em relação à UNCLOS

Até o final do século, enquanto os cenários de opções de mitigação para o desenvolvimento baseado em combustíveis fósseis (SSP5-8.5) e rivalidade regional (SSP3-7.0) são virtualmente certos (>99%) e prováveis (83%), respectivamente, de evitar as águas territoriais russas, os cenários de meio-termo (SSP2-4.5) e sustentabilidade (SSP1-2.6) resultam em uma janela de oportunidade mais limitada. Isso tem consequências para o regime da UNCLOS, e particularmente para a aplicabilidade do Artigo 234 sobre mares cobertos de gelo (Li; Lynch, 2023, p. 13).

Outros estudos anteriores já haviam indicado essa tendência de aumento exponencial da navegabilidade ártica a partir de projeção de modelos climáticos e de padrões de comportamento do gelo marítimo no Ártico. Gupta (2021, p. 568), ao fazer um estudo sobre esse índice de navegabilidade no Ártico, afirma que essas projeções servem tanto à orientação de navegação de navios de classe polar (PC, ou navios quebra-gelo), bem como navios de águas abertas (OW), sendo os navios PC mais suscetíveis a terem navegabilidade plena durante todo o ano, pela redução da criosfera no Ártico:

É importante observar que o índice de navegabilidade do gelo marinho realiza uma avaliação exclusiva das perspectivas de navegação durante as estações cobertas de gelo no Ártico, cobrindo os dois cenários extremos (pico do inverno e início da formação do gelo). No entanto, navios que não são quebra-gelo podem navegar, quando possível, por áreas de água aberta do Oceano Ártico durante outras estações, como o verão, através de polínias, fendas e assim por diante. Os resultados mostram que há perspectivas consideráveis para que quebra-gelos naveguem pelo Polo Norte em ambas as estações, com poucos ou nenhum obstáculo (Gupta, 2021, p. 568).

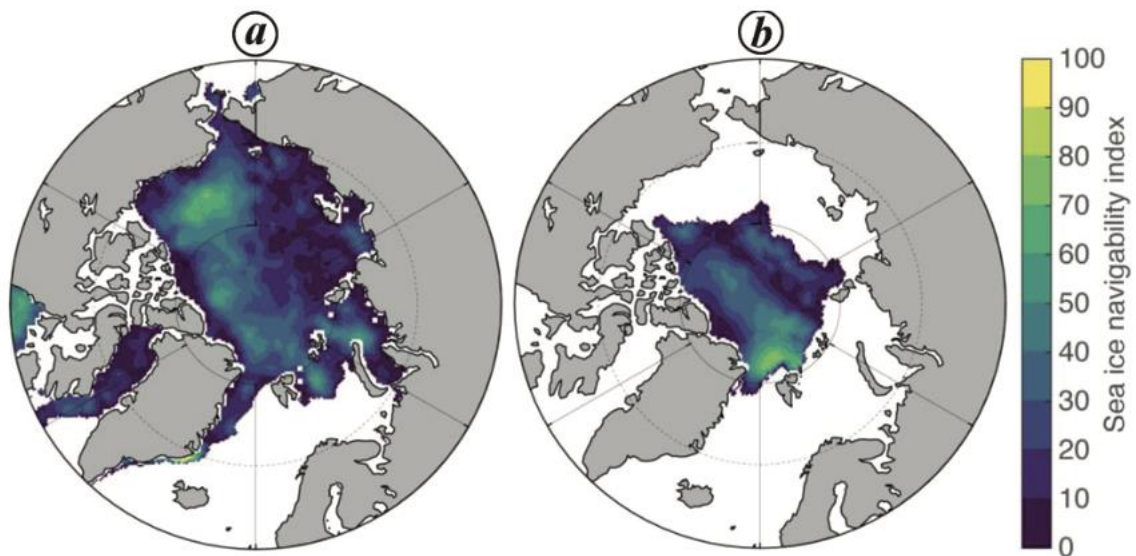
O mesmo autor, então, debruça-se na explicação científica sobre a relação entre a espessura do gelo e os índices de navegabilidade:

A quantidade de fluxo de gelo que passa por uma área de 625 km² determina a navegabilidade em gelo marinho de acordo com a equação (1). Quanto maior o fluxo de gelo disponível, maior a possibilidade de vulnerabilidade do gelo marinho. Se o fluxo de gelo é zero, isso indica que o gelo marinho não está se movendo e, independentemente da espessura do

gelo, pode ser arriscado navegar através dele. Na equação (1), a concentração de gelo varia entre 80% e 100%. Concentrações de gelo zero ou baixas indicam que há água aberta suficiente e que deve haver pouca ou nenhuma dificuldade na navegação; portanto, o índice de navegabilidade do gelo marinho avalia apenas a possibilidade quando a concentração de gelo é alta. Outra condição para a derivação do índice de navegabilidade do gelo marinho é que a redução do gelo multianual no Ártico facilita o acesso a regiões que anteriormente eram inacessíveis. Assim, a suposição baseada em observações subjacentes é que a cobertura de gelo ártico consiste principalmente em gelo de primeiro ano (menos de cerca de 1,5 m de espessura) e gelo de segundo ano (cerca de 2 m de espessura). A velocidade do gelo é quase zero nas zonas de gelo perene ou regiões de gelo rápido (Figura 1); portanto, o índice de navegabilidade do gelo marinho é próximo de zero para essas regiões (Gupta, 2021, p. 568).

Baseado nessa correlação entre espessura do gelo e navegabilidade, Gupta (2021, p. 568) constrói uma projeção cartográfica do Ártico indicando aquelas áreas – obviamente na costa da Rússia, por motivos explicados acima – em que haveria navegação plena de águas abertas durante o verão e o início de outono (figura 26).

Figura 26 – Índice de navegabilidade no Ártico com base na estrutura da criosfera marítima



Fonte: Gupta (2021, p. 568).

Percebe-se, da análise do mapa acima, que toda a costa da Rússia é plenamente navegável, acessível e manobrável durante um período do ano, que tende a se estender cada vez mais à medida em que a cobertura da criosfera marítima diminui com a mudança climática (Gupta, 2021).

A vulnerabilidade percebida pela Rússia, portanto, torna-se ainda maior, já que a inexistência de gelo nas saídas do Oceano Pacífico (via Estreito de Behring) e

do Oceano Atlântico (via Mar do Norte e Passagem de GIUK) tornam uma operação expedicionária viável de ambos os lados, podendo inclusive sair tanto do Mar de Beaufort, entre Canadá e Alaska (EUA), quanto de qualquer lugar em que a OTAN tenha base entre a Groenlândia e a costa da Noruega.

Outros dois estudos merecem ser mencionados aqui no trabalho, não apenas por sua importância científica³⁹ *per se*, mas também pelo fato de serem dois trabalhos de origem chinesa, portanto afastados do viés Euro-Atlânticista: os estudos de Chen *et al.* (2021) e Na *et al.* (2022).

Chen *et al.* (2021) parte da análise dos mesmos cenários SSP do IPCC utilizados por Li e Lynch (2023), mas trabalha com a possibilidade de *worst case scenario* SSP5-8.5. Nesse cenário, segundo os autores, “ao passo em que a extensão de gelo marítimo apresenta uma ampla possibilidade de redução, diante das projeções atuais de emissão de GEE e do próprio processo de mudança climática”, há uma forte tendência de “desaparecimento completo do gelo mais antigo” (*i.e.* superior a 4 anos), com conseqüente “declínio de concentração e volume de gelo marítimo”, e a possibilidade de navios PC e OW circularem livremente no Ártico entre os meses Agosto e Outubro já a partir de 2045 (Chen *et al.*, 2021, p. 5473).

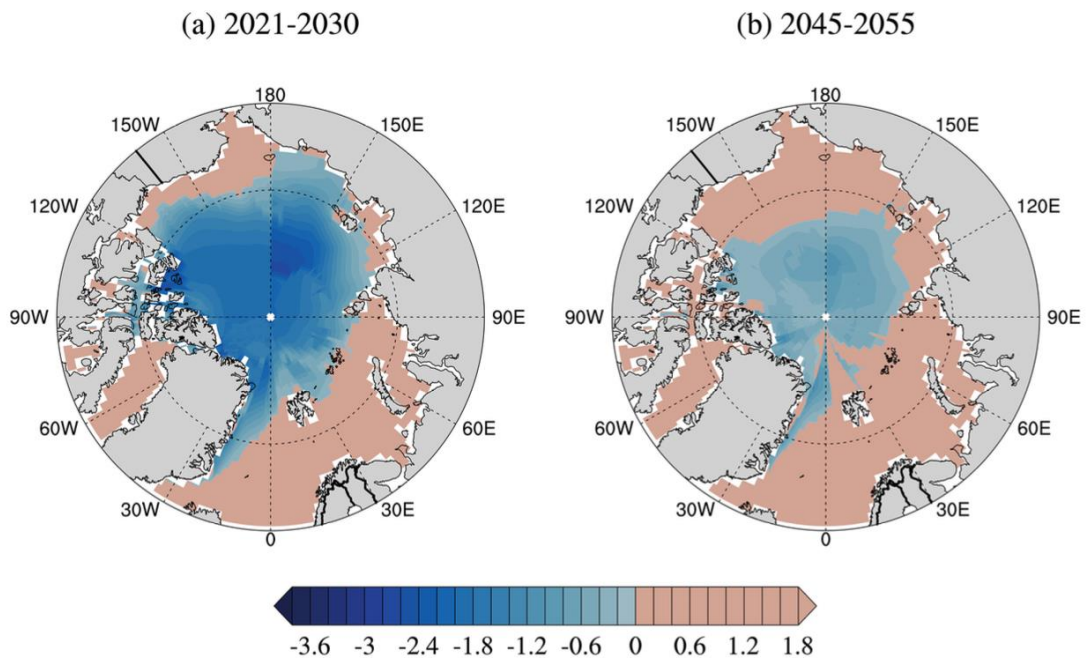
Um detalhe importante precisa ser trazido: Chen *et al.* (2021, p. 5475) não utilizam todos os tipos de navios de classe polar em suas projeções, mas apenas os de PC3 (que suporta até gelo de segundo ano – SYI, ainda que sem limite de espessura, apenas de densidade) e de PC6 (que suporta gelo de primeiro ano – FYI com limite de espessura de 1 metro e 20 centímetros), além dos navios de águas abertas (OW, que não suportam mares congelados, apenas mares “cinza” com presença de blocos soltos ou ligeiramente congelados de gelo de até 15 centímetros de espessura).

Essa diferença é significativa, porque apenas os navios PC2 e PC1 suportam camadas grossas de gelo, o que significa que a projeção de navegabilidade feita por Chen *et al.* (2021) já prevê navegabilidade ampla pra navios com pouco ou nenhum

³⁹ Em que pese a existência de profícua base acadêmica sobre o tema, considerável parte dos autores “clássicos” nessa área têm origem de pesquisador em universidades da Europa, Estados Unidos, ou países da Ásia-Pacífico com viés relativamente ocidental (Austrália, Nova Zelândia e Coreia do Sul). Somente a partir da década de 2010 é que estudos não-ocidentais sobre o Ártico começaram a florescer com força dentro de perspectivas epistemológicas não-ocidentais, geralmente em universidades chinesas. Daí a importância de menção a esses estudos. Não que a China seja isenta ou não possua viés. Longe disso. Mas trazer outras perspectivas apoiam na solidificação do conhecimento e na melhor estruturação da perspectiva da nossa pesquisa.

suporte a operações no gelo espesso do inverno. As figuras 27 e 29, elaboradas por Chen *et al.* (2021, p. 5479), demonstram gráfica e cartograficamente essa tendência: no primeiro caso, o mapa do Ártico mostra os padrões de navegabilidade crescente nas janelas temporais de 2021-2030 (figura 27, a) e de 2045-2055 (figura 27, b), considerando para ambos os casos o cenário SSP5-8.5⁴⁰; no segundo caso, da figura 28, mostra duas projeções de taxas de navegabilidade do Ártico para navios de águas abertas (OW) e de classe polar 6 (PC6) nas mesmas janelas temporais, mas utilizando dois cenários (SSP5-8.5 e SSP2-4.5).

Figura 27 – Índices de navegabilidade do Ártico para navios de águas abertas em setembro, em duas janelas temporais (2021-2030 e 2045-2055), no cenário IPCC SSP5-8.5



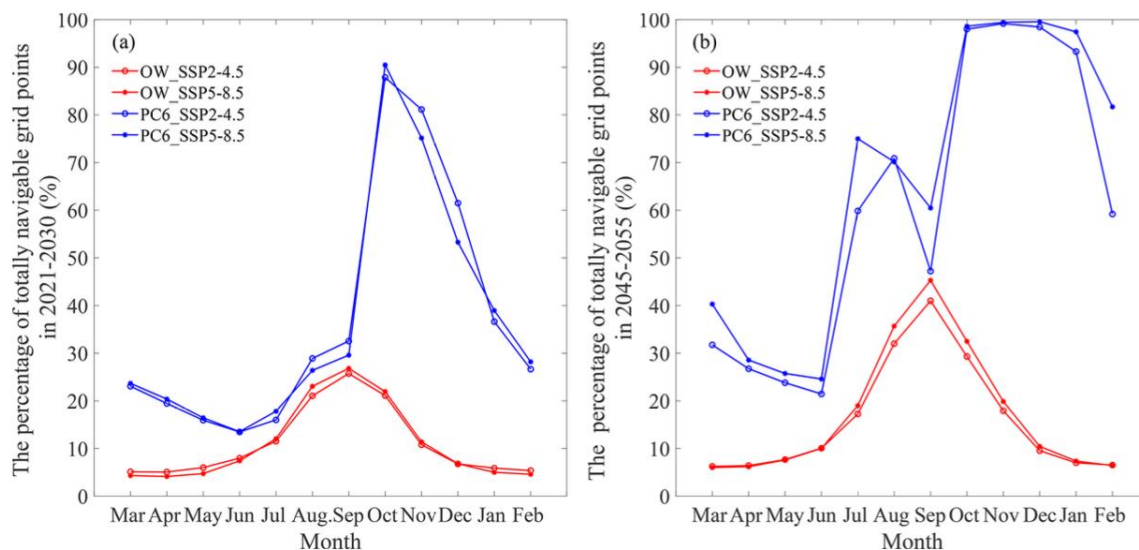
Fonte: Chen *et al.* (2021, p. 5479).

Destaque-se na figura 27 o fato de que são consideradas possibilidades de navegabilidade *apenas* para navios de águas abertas, *i.e.*, sem preparo especial para navegação em gelo (restrito às classes polares). Por fim, na figura 28, destaca-se uma tendência similar de ampliação das condições de navegabilidade dos navios PC6 e OW, em dois cenários IPCC diferentes, destacando a ampliação da operacionalidade no Ártico para qualquer classe de navio ao longo da maior parte do ano. Chen *et al.* (2021, p. 5479) ainda concluem que, se o cenário IPCC SSP5-8.5 se concretizar – e os autores indicam que com a atual tendência esse cenário já não é

⁴⁰ Ver nota 57.

mais apenas hipotético, mas possível - já não haverá mais gelo marítimo no Ártico, no final do verão, até o ano de 2011.

Figura 28 – Percentual de espaços de navegabilidade para navios de classe polar 6 (PC6) e de águas abertas (OW), em duas janelas temporais (2021-2030 e 2045-2055), em dois cenários IPCC (SSP5-8.5 e SSP2-4.5)



Fonte: Chen *et al.* (2021, p. 5479).

Por fim, os estudos de Na *et al.* (2022) aprofundam nessa avaliação da navegabilidade do Ártico focando na área específica da Passagem Nordeste (aquela que cruza o território marítimo e/ou a ZEE da Rússia, indicando que o gelo marítimo ainda é o grande desafio operacional nessa região (Na *et al.*, 2022, p. 455). Os autores, no entanto, destacam a transformação que a região vem passando ao longo das últimas décadas, em virtude da mudança climática:

A extensão do gelo marinho no Ártico mostrou uma diminuição significativa nos últimos 40 anos, com a maior redução ocorrendo no mês de setembro. A espessura média do gelo marinho perto do final da temporada de derretimento em seis regiões diminuiu em 2,0 m, ou cerca de 66%, ao longo de seis décadas [...] Recentemente, a tendência na Oscilação Ártica (AO) em direção à polaridade de alto índice observada sobre as águas árticas resultou no afinamento do gelo marinho (An *et al.* 2022, p. 455-456).

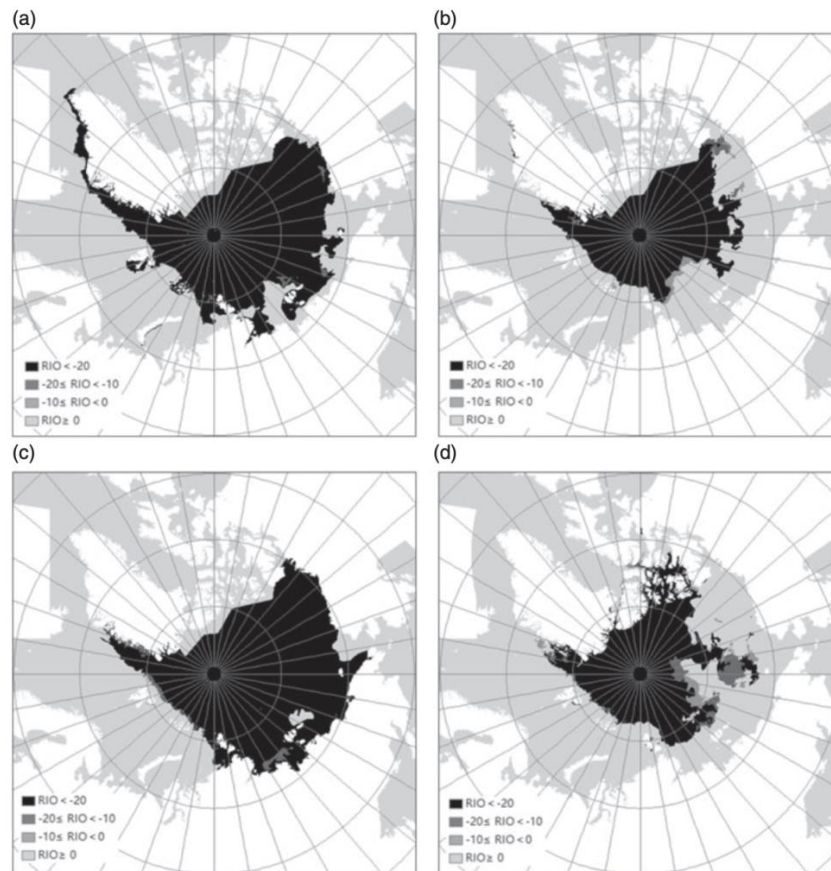
A inovação do estudo de Na *et al.* (2022), no entanto, foi de avaliar critérios de risco operacional no Ártico a partir da dinâmica de transformação do gelo marítimo (*i.e.* sua redução espacial e afinamento).

Estudos anteriores mostraram que uma compreensão básica das condições do gelo marinho nas águas árticas foi estabelecida, e é de grande valor

prático estudar o risco de navegação enfrentado pelos navios nas águas árticas a partir da perspectiva de uma janela navegável. As rotas seguidas pelos navios nas águas árticas enfrentam diferentes ambientes hidrometeorológicos, e os diferentes trechos ao longo da rota podem representar riscos de navegação variados para navios de uma classe de gelo específica. No entanto, há pouca pesquisa relevante conduzida para quantificar tais riscos de navegação e fornecer recomendações de manobra para os navios sob diferentes riscos de navegação ao longo da rota (An *et al.* 2022, p. 456).

Partindo desta perspectiva, Na *et al.* (2022, p. 456) trouxeram o conceito de Resultados do Índice de Risco (em inglês RIO, *Risk Index Outcomes*), utilizado pelo Sistema de Indexação das Avaliações de Risco e Limite Operacional (em inglês POLARIS, *Polar Operational Limite Risk Assessment System*) da Organização Marítima Internacional (em inglês IMO, *International Maritime Organization*) e, com base nos critérios estruturados no RIO do POLARIS/IMO, construíram um mapa de riscos para operação de navios multiclasse (OW e PC), e três gráficos de janelas operacionais para navios classe polar 1 (PC1, o mais forte e resistente dos navios polares), medidos *in loco* entre 2015 e 2016 (anos em que os efeitos da mudança climática já eram severos, mas ainda não catastróficos como os que surgiram a partir de 2021).

Figura 29 – Resultados do Índice de Risco POLARIS/IMO, com dados projetados de 2015 e 2016 para a janela de medição 2011-2020



Fonte: An *et al.* (2022, p. 462).

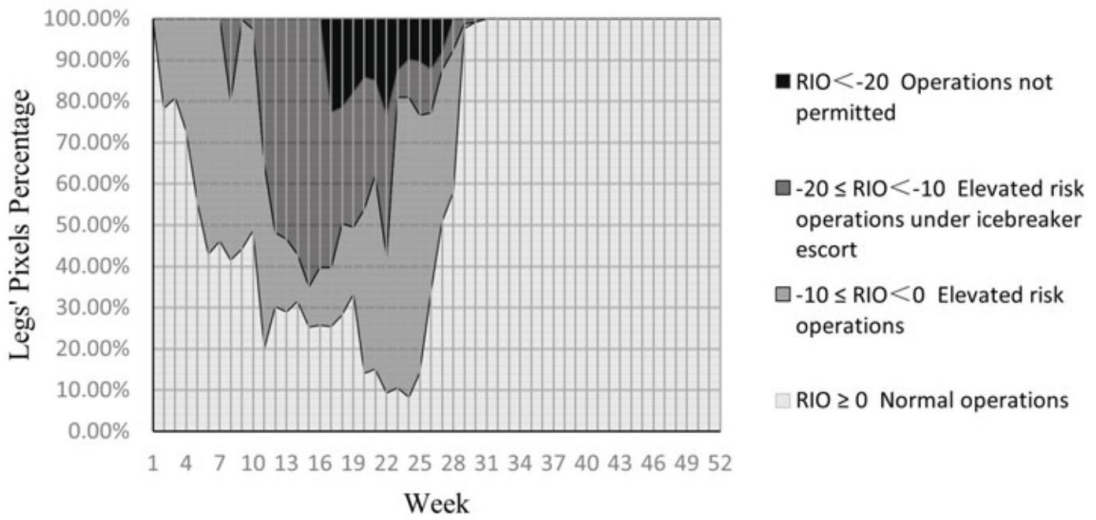
A figura 29 pode ser explicada da seguinte forma: primeiramente, os mapas (a) e (c) representam a extensão máxima do gelo no fim do inverno (março), enquanto os mapas (b) e (d) representam a extensão mínima do gelo no fim do verão (setembro), considerando os anos de 2015 e 2016; em segundo lugar, a graduação de cores indica o risco de navegação, sendo as áreas mais claras representam menor risco de navegação, sendo $\text{RIO} \geq 0$ (cinza claro) áreas de operação normal; $-10 \leq \text{RIO} < 0$ (cinza médio) áreas de risco de operação com navegação *solo*; $-20 \leq \text{RIO} < -10$ (cinza escuro) áreas de elevado risco de operação mesmo com escolta de quebra-gelo; e $\text{RIO} < -20$ (preto) áreas cuja operação de quebra-gelos é, em si, de altíssimo risco, não sendo recomendada a navegação (Na *et al.* 2022, p. 462). Da análise da figura 29 podemos concluir que, durante os períodos de verão, praticamente toda a costa da Rússia está sujeita a condições normais ou com risco de navegação *solo*.

Já a figura 30 mostra a operacionalidade comparada de navios de classe polar 1A (os mais robustos navios de operação no Ártico) na costa da Rússia em

três cenários: mares em condições de baixa concentração de gelo marítimo; mares em condições normais de gelo marítimo; e mares em condições extremas de gelo marítimo.

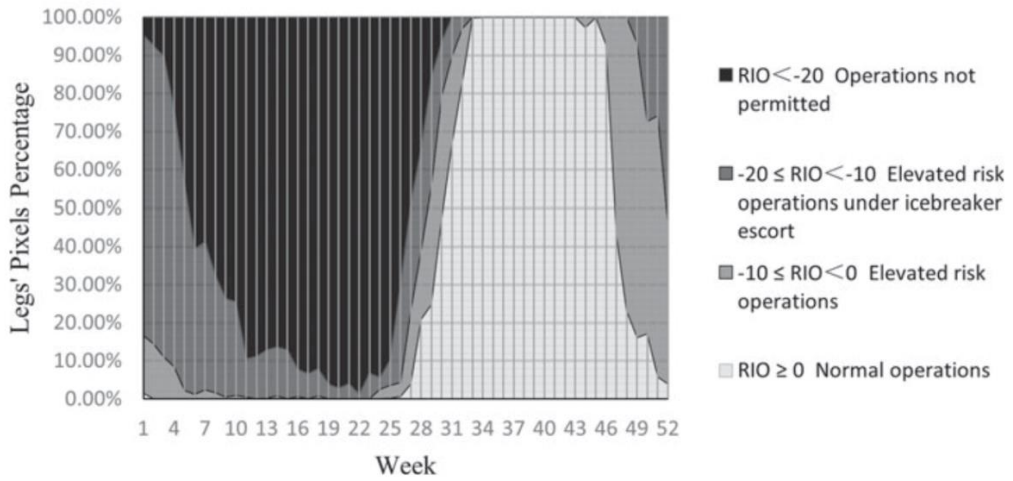
Figura 30 – Janelas de navegabilidade de navios polares PC1A em três condições de gelo marítimo: baixa concentração (a), concentração normal (b), e concentração extrema (c)

Navigable window under light sea ice conditions - 1A ice class ship

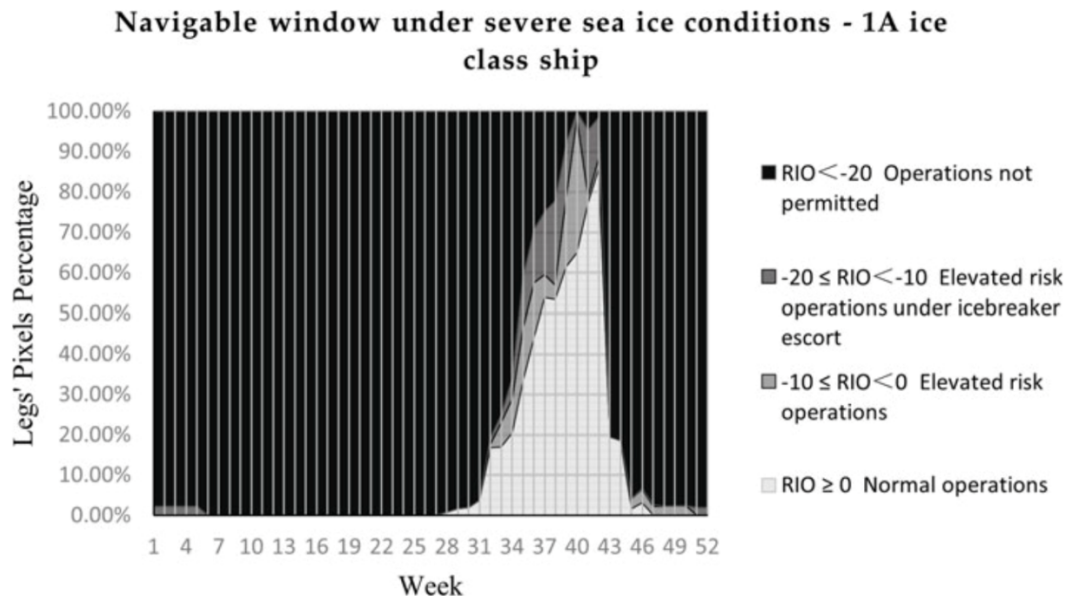


(a)

Navigable window under normal sea ice conditions - 1A ice class ship



(b)



Fonte: Na *et al.* (2022, p. 466-467).

Desses gráficos podemos trazer dados importantes: primeiramente, que navios de classe polar 1A têm operacionalidade ampla durante todo o ano em condições de baixa concentração de gelo, conforme figura 30(a); operacionalidade ampla em pelo menos metade do ano em condições normais de concentração de gelo, conforme figura 30(b); e alguma operacionalidade no final do verão em condições extremas de concentração de gelo, conforme figura 30(c). Ocorre que os cenários climáticos, de Amplificação Ártica e de redução acelerada da criosfera tornam os casos de condição de baixa concentração de gelo marítimo mais frequente, seguida de concentração normal de gelo marítimo. A concentração extrema, embora possível de ocorrer, é cada vez mais uma exceção, diante do fato de que depois de 2004 não houve mais variação negativa da média de temperatura do Ártico (ver figura 14).

Em virtude desses novos cenários que os estudos climatológicos e glaciológicos indicam, de redução da criosfera e aumento da navegabilidade no Ártico, as nações com território polar começaram a rever seus planos estratégicos de ação marítima na região (MacDonald, 2022; Foggoe Gosnell, 2022; Titley, 2010), bem como seus manuais de operações navais (U.S. Navy, 2022; OTAN, 2017). E cada vez mais esses países têm apontado a Rússia como oponente geopolítico regional, e se preparado para diversos cenários, incluindo um conflito no Ártico. A Rússia, por sua vez, tem feito o mesmo (Zysk, 2020). Paralelamente, todos os estados árticos (mas em especial a Rússia, seguida dos Estados Unidos, Canadá e

o Reino Unido, conectado ao Ártico pelo *GIUK Gap*⁴¹) vêm realizando exercícios cada vez mais frequentes, e aproveitando-se das melhores condições de navegabilidade para ampliar tais operações na região. O aumento de ações da Rússia no Ártico, muitas delas de caráter agressivo (ou, como se verá mais adiante nesta pesquisa, utilizando-se da estratégia de Defesa Ativa), têm feito com que a OTAN – em bloco ou individualmente – venham ampliando as respostas à Rússia na forma de aumento de patrulhamento de área e exercícios multinacionais.

Os Estados Unidos, principal adversário da Rússia no mundo – e no Ártico – tem visto a mudança climática como ameaça não apenas pelas questões ambientais já tradicionalmente aventadas, mas sobretudo porque ameaçam a estabilidade global, inclusive a política. É a reflexão que trazem Strawa *et al.* (2020, p. 622):

O aquecimento global antropogênico está acelerando a perda sem precedentes de gelo marinho no Ártico, gelo terrestre e neve, além do descongelamento do permafrost. O Ártico desempenhou um papel essencial na regulação do clima global, o que resultou em um clima historicamente moderado que ajudou a fomentar nossa civilização. Agora, o aquecimento global está perturbando essa estabilidade, ameaçando sistemas socioeconômicos, ambientais e políticos globais que colocam em risco a segurança nacional dos EUA.

Strawa *et al.* (2020) prosseguem na análise, buscando um viés integrado entre estratégia securitária e análise dos efeitos das mudanças climáticas, chegando às mesmas conclusões de que degelo acelerado no Ártico, aumento de navegabilidade e operacionalidade regional, e o virtual desaparecimento do gelo no final do verão até o final do século, são fatores que influenciam uma mudança de ação dos atores regionais *vis a vis* a Rússia, sendo a amplificação ártica pano de fundo para o aumento de tensionamento estratégico e militar no Ártico, em especial entre Estados Unidos e Rússia, com claras ameaças (na visão desses autores) à segurança nacional dos EUA:

Enquanto a temperatura média global aumentou cerca de 1°C, o Ártico experimentou um aquecimento de cerca de 2°C no mesmo período. O rápido aquecimento no Ártico resultou em uma perda dramática de gelo marinho. A área de gelo marinho ártico no final do verão de 2019 foi a segunda menor desde que as observações por satélite começaram em 1979. Essas mudanças estão ocorrendo rapidamente. Na maioria das simulações de aquecimento global futuro, o Oceano Ártico se torna praticamente livre de gelo marinho (área de gelo marinho <1 milhão de

⁴¹ Área de circulação naval entre Groenlândia, Reino Unido e Islândia (o acrônimo em inglês vem de Greenland-United Kingdom-Iceland).

quilômetros quadrados) em setembro pela primeira vez antes do ano de 2050. [...] Essas mudanças também estão aumentando as tensões na área, ameaçando a segurança nacional dos EUA. Desde o fim da Guerra Fria, o Ártico tem sido amplamente o domínio dos povos indígenas, da natureza e da pesquisa científica. Embora as comunidades militares considerem a região um teatro de operações, o clima severo e o gelo marinho predominante tornaram as operações extremamente difíceis. Os EUA tradicionalmente não dedicaram muitos recursos à região. [...] A possibilidade de um verão ártico sem gelo tornará possíveis passagens de água clara no Ártico pela primeira vez na história humana, potencialmente abrindo a região para navegação comercial, extração mineral, pesca e turismo, aumentando assim as tensões na região. Se todas as nações disputarem o acesso a essas rotas marítimas abertas e recursos naturais, isso mudará o equilíbrio de poder na região. Tanto a Rússia quanto o Canadá propuseram cobrar pela passagem pela Rota do Mar do Norte (NSR) e pela Passagem do Noroeste (NWP), respectivamente. [...] Vários estados estão respondendo a um dos mais dramáticos e significativos motores das consequências das mudanças climáticas ao redor do mundo — o derretimento do Ártico — não aumentando a cooperação para enfrentar as mudanças climáticas, mas sim manobrando para obter vantagens geoestratégicas. Por exemplo, a Rússia está se movendo agressivamente para expandir e garantir sua posição no Ártico. Como a Rússia não possui portos de água quente com acesso ao oceano aberto, deve depender de suas instalações árticas para acesso direto ao mar (Strawa *et al.*, 2020, p. 623, 626-627).

Aqui cabem alguns comentários sobre o longo excerto acima, retirado da obra de Strawa *et al.* (2020, p. 626-627).

Em primeiro lugar, os autores indicam que tem havido uma transição no tipo de relação internacional travada no Ártico: se outrora havia uma tendência de pautar os relacionamentos entre nações polares com base em comunidades indígenas, meio ambiente e pesquisas científicas (trazendo assim uma maior cooperação), até pela enorme dificuldade operacional militar na região, o gradual degelo tem tendido a modificar essa relação, abrindo espaço para navegação comercial e exploração de recursos (mineração, pesca, hidrocarbonetos) e, conseqüentemente, para a competição entre nações, num jogo de *great power politics*.

Não à toa, os autores afirmam que a corrida para explorar tais recursos liberados pela abertura do gelo podem alterar o equilíbrio de poder na região, já que os países têm buscado responder às oportunidades e desafios da mudança climática global não por crescente cooperação no tratamento temático da mudança climática, mas, ao contrário, por manobras individuais na busca de vantagens geoestratégicas (Strawa *et al.*, 2020, p. 627).

E a Rússia, nesse aspecto, tem – segundo os autores – se posicionado de forma agressiva “para expandir e assegurar sua posição no Ártico [...] considerando que a Rússia não tem portos de águas quentes com acesso a oceanos abertos,

dependendo, portanto, de instalações no Ártico para acesso direto ao mar⁴² (Strawa *et al.*, 2020, p. 627).

Isso se reflete no incremento de bases aeronavais russas por todo o Ártico, conforme Strawa *et al.* (2020, p. 628):

A reativação de bases aéreas e terrestres, oficialmente para fins de busca e salvamento, também possui capacidades de pista para lidar com as frotas de bombardeiros e caças da Rússia. A Rússia retomou patrulhas de caças e testou o míssil hipersônico Kinzhal Dagger na região. O governo russo atualmente possui mais de 50 aeroportos e portos na região ártica.

Ao fazermos uma comparação cruzada de três elementos – degelo marítimo, iniciativas de expansão econômica na frente marítima ártica⁴³, e iniciativas de expansão militar no Ártico, que será mais detalhadamente feito no último capítulo por sua relação direta com a hipótese da presente tese – podemos perceber que o compasso de crescimento das iniciativas de expansão econômicas da Rússia têm sido muito mais lentas do que as iniciativas de expansão militar, indicando um intento de Moscou de expandir suas capacidades ofensivas no Ártico como consequência *antes* de uma percepção de insegurança geopolítica que de uma percepção de necessidade de proteção de ativos.

Se fosse o caso de proteção de ativos, o foco do incremento da segurança estaria no campo naval e de interdição territorial (A2/AD⁴⁴), e não no campo

⁴² Aqui cabe um breve comentário explicativo: por “águas quentes” os autores não querem dizer “águas de temperaturas quentes”, mas sim “águas que não congelam em nenhum momento e que portanto possuem operacionalidade naval integral durante todo o ano”. E ao mencionar que a Rússia não tem acesso a esses portos, eles fazem questão de indicar “portos de águas quentes *com acesso a oceano aberto*”, porque as demais bases navais russas fora do Ártico ou não possuem operacionalidade plena e desimpedida, ou estão em mar fechado. Esses casos podem ser aplicados à **Frota do Báltico** (que possui operacionalidade diminuída pelo clima e por passar pelo Golfo da Finlândia, dominado pela OTAN), à **Flotilha do Cáspio** (flotilha em mar fechado), à **Frota do Mar Negro** (baseada em Sebastopol, cidade em si já contestada por ter sido tomada em 2014 da Ucrânia, sendo uma frota naval de mar fechado – Negro – que leva a outro mar fechado – Mediterrâneo – e só então ao oceano, e ainda passa por estreitos controlados por países da OTAN ou aliados: Bósforo/Dardanelos na Turquia, Gibraltar em Portugal/Reino Unido/Espanha/Marrocos, e o Canal de Suez, do Egito, que embora não seja membro da OTAN tem proximidade estratégica com os Estados Unidos), e por fim à **Frota do Pacífico** (apesar de sua sede estar situada em Fokino, próximo à fronteira com a Coreia do Norte e China, suas bases estão situadas bem mais ao norte, na Península de Kamchatka, próxima do Estreito de Behring, e portanto de operacionalidade reduzida, apesar de ser acessível ao Oceano Pacífico).

⁴³ Essa referência específica à frente *marítima* do Ártico é importante porque, na frente *terrestre* a Rússia já tem uma extensa rede de investimentos e projetos econômicos desde a era soviética. Tais iniciativas econômicas foram incrementadas com a entrada de capital estrangeiro após o fim da URSS em 1991, e mantiveram-se crescentes até a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, quando alguns desses investimentos foram paralisados no todo ou em parte.

⁴⁴ Acrônimo em inglês que significa Anti-Access / Area Denial, ou Antiacesso / Negação de Área. O A2/AD é um conjunto de estruturas, estratégias e ações táticas cujo objetivo central é negar – pela

aeroespacial (a capacidade e velocidade de resposta a agressão é maior no meio aeronáutico que no meio naval). E a instalação de capacidades dissuasórias (como aeronaves capazes de transportar e lançar os mísseis hipersônicos Kinzhale Dagger), inclusive expansão de pistas de pouso em arquipélagos árticos (esse tema será mais trabalhado no capítulo 5) para criar condições de operação de bombardeiros estratégicos, demonstram que – apesar da dissuasão ser um movimento de agressão com propósito alegado de defesa – a alteração do comportamento russo no Ártico ocorreu do cooperativismo soviético e pós-soviético para a agressividade geoestratégica putinista, de caráter expansionista, embora no discurso mantenha-se como “Defesa Ativa”⁴⁵.

Cabe aqui dizer que do lado ocidental também houve um recrudescimento de ações no Ártico - exercícios navais e novas políticas (Choi; Harris, 2021) – em resposta à crescente ameaça russa na região, dos desdobramentos da Guerra da Ucrânia, e também em virtude da necessidade de projeção de poder sobre ativos econômicos por parte de Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e países europeus.

Essas ações ocidentais têm afetado a percepção negativa de Moscou sobre os a rivalidade regional – que já vinha deteriorando-se a partir de 2008 com a Guerra Russo-Georgiana, mas teve seu ponto mais baixo com a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 – e o crescente isolamento russo, aliado ao aumento de ações de *deterrencee brinkmanship* de ambos os lados no Ártico, são suficientes não apenas para tornar uma reação agressiva russa possível e provável, mas também para aumentar o risco de uma “escalada inadvertida” (Zysk, 2022) que pode levar a uma guerra entre OTAN e Rússia (esse tópico será retomado no capítulo 5).

Para isso, precisamos analisar os impactos geopolíticos que a mudança climática tem trazido para a Rússia no Ártico, e como a abertura à navegabilidade

via da tecnologia e do uso maciço de força militar cinética e cibernética – acesso do inimigo à plena operacionalidade no território de um país determinado, ou numa área determinada desse país. É uma movimentação dissuasória, com caráter defensivo, mas que possibilita uma “paralisia” das forças inimigas e favorece manobras de ataque e disrupção de forças expedicionárias. No caso do Ártico russo, A2/AD incluiria o aumento de navios-patrolha costeiros, vetores aéreos de guerra antissubmarino, sistemas de radar, e aeronaves táticas de interceptação. No entanto, as ações russas na área (como a ampliação da pista de pouso da base militar de Nagurskoye) incluem o aumento de capacidade de bombardeiros estratégicos – de alcance transcontinental – e o incremento da força de submarinos lançadores de mísseis e torpedos nucleares, capacidades que, em si, carregam caráter ofensivo, não defensivo.

⁴⁵ O tom e os temas dos discursos de Putin ao longo das suas décadas de governo indicam esse aumento de agressividade. Esse tema será retomado no capítulo 5, mas aqui cabe uma marcação do discurso divisor de águas nesse sentido: o discurso de Putin na Conferência de Segurança de Munique de 2007.

aumenta as percepções de ameaça por parte dos países inimigos no imaginário político de Moscou ao mesmo tempo em que multiplica suas oportunidades econômicas e apoia seus pleitos territoriais marítimos perante a UNCLOS. É o que veremos na seção a seguir.

3.2 CARTOGRAFIA ECONÔMICA E GEOPOLÍTICA DAS ALTERAÇÕES TERRITORIAIS NO TERRITÓRIO RUSSO ORIUNDAS DA MUDANÇA CLIMÁTICA

O degelo do Ártico tem trazido para a região uma nova cartografia econômica e geopolítica, com afetações e impactos no imaginário cartográfico dos planejadores políticos de Moscou. Isto porque a predominância de gelo menos espesso e áreas sem gelo durante uma maior parte por ano tem feito com que a Rússia perceba uma oportunidade econômica ocorrendo simultaneamente a um aumento de ameaça de incursão estrangeira, que potencialmente utilizaria as rotas navais do Ártico para uma ação contra a *heartland* da Federação Russa.

Para entender a formação dessa mentalidade é fundamental entender como as mudanças climáticas – já discutidas nas seções anteriores - criaram uma nova cartografia econômica e geopolítica na região polar. É o que faremos na presente seção.

As rotas navais do Ártico são vitais para o comércio global, porque conectam a Europa e América do Norte à Ásia utilizando um caminho mais curto do que as rotas tradicionais via Canal do Panamá, ou via Mediterrâneo-Canal de Suez-Mar Vermelho (Zhou *et al.*, 2021; Gascard *et al.*, 2017; Wang *et al.*, 2016). Até poucas décadas atrás, a navegação pelas águas do extremo norte da Terra era difícil para a maioria das embarcações, e impossível para algumas maiores, porque as águas do Ártico ficavam congeladas a maior parte do ano, e cobertas com gelo espesso (MYI, ou *multi-year ice*, ou gelo de múltiplos anos, com 3 ou mais anos de acúmulo glaciológico). Com o derretimento das grandes placas de gelo do Ártico e a dificuldade de recuperação de gelo MYI, as companhias de navegação enxergaram a oportunidade de operar grandes embarcações nessa nova rota, incluindo aquelas de águas abertas que não compõem a categoria de *Polar ClassShip*, não sendo, portanto, apropriados para operar em ambientes com excesso de gelo (Li; Lynch, 2023; Na *et al.* 2022; Chen *et al.*, 2021).

O Ártico tornou-se, assim, uma região uma opção mais atrativa para o comércio global por representar uma rota mais curta e mais barata entre Europa/América do Norte e Ásia (Li; Lynch, 2023), os três grandes eixos do mercado global de produção de bens industriais e serviços. As passagens Noroeste (via Canadá) e Nordeste (via litoral da Rússia) são as principais rotas árticas na atualidade, sendo a da Rússia facilitada pelo litoral relativamente limpo de obstáculos insulares, diferentemente do Canadá, cuja geografia excessivamente recortada e com variações repentinas de profundidade e corrente marítima nem sempre é fácil de ser transposta.

Também a questão ambiental é um ativo a favor da Rússia, já que o gelo marinho na costa do Canadá é mais espesso e menos sujeito a grandes variações anuais. Como já visto na seção anterior, isso ocorre em virtude da própria estrutura climatológica, da oceanografia e da própria geografia polar norte, com o Giro de Beaufort, as correntes de vento do Oceano Ártico, e do regime de correntes extrapolares que adentram a região ártica influenciando os processos de *rafting* e *ridgingem* direção à costa canadense e no sentido contrário da costa russa.

A figura 30 traz as rotas possíveis de serem utilizadas pelas companhias de navegação no Oceano Ártico, muitas delas já amplamente exploradas para navegação comercial, científica e militar. Tais rotas, como visto na seção anterior, têm se tornado ainda mais viáveis com a redução drástica do gelo marítimo em virtude da mudança climática. Destas rotas, como já visto, a Rota Nordeste – via Rússia – é aquela cuja maior operacionalidade se apresenta, pela redução da criosfera marítima que vem se acentuando desde pelo menos 2004, em especial no período do verão (Li; Lynch, 2023; Na *et al.* 2022; Chen *et al.*, 2021).

Figura 31 – Rotas navais do Ártico



Fonte: Berger (2016).

O avanço do degelo na região ártica, no entanto, além de facilitar a navegação nessas rotas já estabelecidas (favorecendo assim um crescimento na escala, na quantidade e no tamanho das embarcações que cruzam o Círculo Polar em direção à Ásia, ou a partir da Ásia até Europa e América do Norte), pode criar – como já visto nas projeções da seção anterior - até 2050 uma nova rota mais rápida, porque não teria recortes de litoral e seria quase que integralmente linear: a rota Transpolar, que atravessaria o Círculo Polar bem em seu meio, conectando linearmente o Estreito de Behring à passagem de GIUK. Isso poderá tornar essa a rota mais curta, eficiente e barata para transportar bens e insumos entre Europa,

América do Norte e Ásia, embora alguns pesquisadores mencionados anteriormente diverjam sobre se essa janela operacional se daria em 2050 (Min *et al.* 2022) ou em 2100 (Chen *et al.* 2021, 2023; Li; Lynch, 2023).

O aumento do fluxo logístico pelo Ártico traz inúmeros desafios: além das questões de riscos ambientais e de violação dos direitos de comunidades originárias da região para instalação de infraestruturas críticas de apoio à atividade logística e portuária na região (Gupta, 2021), existem claras implicações para as relações internacionais regionais (e mesmo globais) por conta das antigas disputas territoriais na região congelada do Ártico, que estão recrudescendo à medida que o gelo derrete, com possibilidade de exploração de tarifas sobre o transporte marítimo, operações portuárias, mas sobretudo com a crescente disputa pelos os recursos naturais subaquáticos que podem ser mais facilmente explorados com a recessão da criosfera. Menos gelo significa, para essas atividades econômicas, maior eficiência, menor risco, menor custo e maiores lucros.

Por esse motivo, os desdobramentos das mudanças climáticas no território marítimo e no gelo do Ártico têm servido de motivação para que países reafirmem sua soberania jurisdicional ou questionem a soberania de outros países da região, ou mesmo questionem marcos normativos internacionais dessa atividade, como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), algo que a Rússia fez muito recentemente, mesmo após ter, no ano de 2023, uma decisão favorável⁴⁶ da Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU em relação à cordilheira subaquática de Lomonosov e (parcialmente) de Mendeleev (CLCS, 2023; Todorov, 2023).

A relevância dessa disputa, além de questões de natureza diplomática e geopolítica, envolve exploração de potenciais econômicos subaquáticos, que vão desde pescado até minerais, passando evidentemente pelo setor de hidrocarbonetos. Esse talvez seja o recurso mais relevante no curto prazo, já que além de a Rússia ser o 2º maior produtor de petróleo (Kreil, 2023) e de gás natural (EIA, 2024) do mundo, o país depende fortemente da exportação dessa *commodity*

⁴⁶ Em dezembro de 2023 a Rússia não conseguiu ser re-eleita para o Conselho da Organização Marítima Internacional em virtude da Guerra da Ucrânia (Tuckett e Rowlands, 2024, acesso em <https://www.rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/drifting-away-russias-dissatisfaction-law-sea>). Em virtude dessa derrota diplomática, o país anunciou – apesar de meses antes ter seu pleito territorial marítimo satisfeito pela CLCS – não apenas sua insatisfação com a UNCLOS, mas uma ameaça de retirar-se do arranjo marítimo internacional, assim como as ameaças que havia feito em 2023 em relação ao Conselho do Ártico.

para composição do seu Produto Interno Bruto (PIB), tanto na série histórica, com média de 20% do PIB russo composto pela exportação de hidrocarbonetos, quanto nos dois anos após o início da Guerra da Ucrânia, em que a exportação de hidrocarbonetos correspondeu a 42% (2022) e 32% (2023) do total do PIB russo, a despeito das sanções ocidentais (Yermavok, 2024, pp. 8-9).

Isso significa que, se analisarmos as ações russas dentro de uma ótica Gilpiniana, o papel majoritário dos hidrocarbonetos na composição do PIB russo faz com que os benefícios marginais de ampliação na exploração de petróleo e gás no Ártico em regra superam enormemente os custos marginais, inclusive aqueles custos de tensionamento e rivalidade com o ocidente. E a prova dessa relação é que, a despeito das sanções ocidentais (Yermavok, 2024), a Rússia segue exportando petróleo e burlando as sanções econômicas através do amplo uso de uma frota (Roth, 2023) de navios ilegalmente registrados (Katanich, 2023) – a chamada *Russian Dark/Shadow Fleet* (Braw, 2024; Parker, 2024) – e esquemas de transferência de petróleo ilegal em alto-mar para ocultação da origem e evasão das sanções (Kin, 2023) e do *price cap* implementado pelo G7.

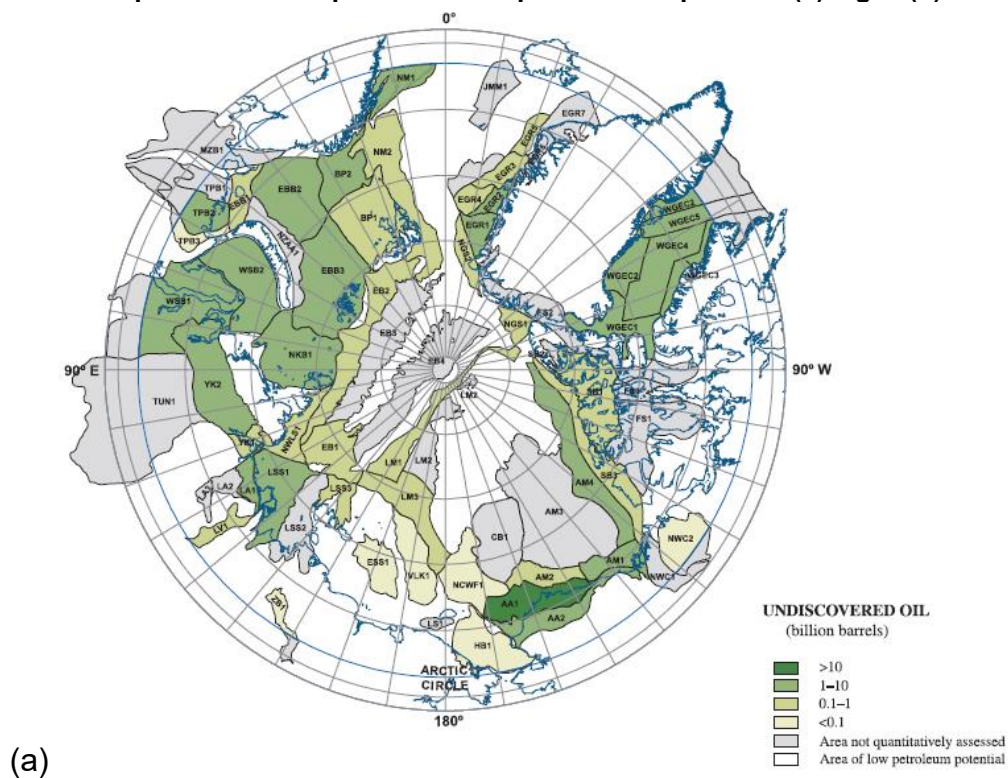
O Ártico, nesse sentido, é uma nova fronteira de exploração petrolífera, com reservas potenciais que podem chegar a 30% de gás natural e 13% petróleo em relação ao total mundial, com a maior parte concentrada em território russo (Gautier *et al.*, 2009, 2011):

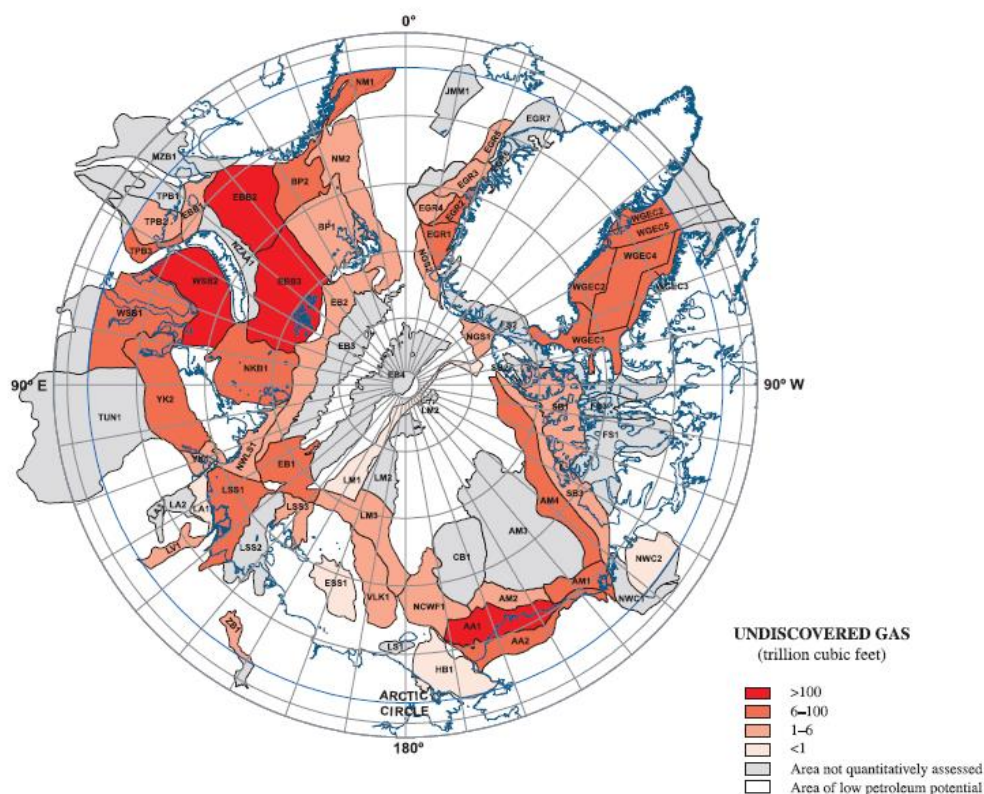
Utilizando uma metodologia probabilística baseada em geologia, o Serviço Geológico dos Estados Unidos avaliou a área ao norte do Círculo Polar Ártico e concluiu que cerca de 30% do gás não descoberto do mundo e 13% do petróleo não descoberto do mundo podem ser encontrados lá, principalmente no offshore a menos de 500 metros de profundidade. O gás natural não descoberto é três vezes mais abundante do que o petróleo no Ártico e está em grande parte concentrado na Rússia (Gautier *et al.*, 2009, p. 1175).

Esses estudos, realizados pelo USGS em 2009 e 2011, identificaram também depósitos em áreas adjacentes ao território marinho russo e à sua ZEE. Isso, somado ao pleito russo perante a UNCLOS (vitorioso em 2023) sobre a extensão da plataforma continental russa para além dos limites legais da ZEE, gera um cenário potencialmente conflitivo, já que recursos que estariam em águas internacionais ou mesmo em águas situadas em ZEE de outros estados poderiam, com base nessa decisão (e outros precedentes legais como o da Corte Internacional de Justiça no

caso *Nicaragua v. Colômbia*, também de 2023), serem considerados russos por direito, e acabarem por estimular ações mais assertivas (e expansionistas) da Rússia em relação a outras áreas contestadas ainda não submetidas a julgamento pela CIJ ou pela CLCS.

Figura 32 - Mapeamento feito pelo USGS do potencial de petróleo (a) e gás (b) no Ártico





(b)

Fonte: Gautier *et al.* (2009, p. 1176-1177).

O aprofundamento das análises dos autores, feito em estudo posterior em 2011, destacou mais uma vez que “Embora grandes acumulações de gás sejam esperadas no Alasca, no Canadá e na Groenlândia, o gás não descoberto está altamente concentrado no território russo, e seu desenvolvimento poderia reforçar a posição estratégica preeminente desse país” (Gautier *et al.*, 2011, p. 160). Ou seja: a Rússia, por estar com a maior parte das reservas potenciais de hidrocarbonetos no Ártico, pode ter um reforço na sua posição estratégica global (já destacada), motivo que – sob a ótica da teoria de Gilpin (2012) – justificaria ações mais agressivas, tendo em vista que os benefícios marginais superariam os custos marginais de tensionamento naquele caso.

Outroponto de tensão potencial na região tem sido a riqueza mineral em ambientes terrestre e subaquático, tema que vem atraindo bastante interesse dos cientistas a serviço do Estado russo (Gusev, 2022; Kontorovich *et al.*, 2010; Dobretsov; Pokhilenko, 2010; Safonov, 2010; Poselov *et al.*, 2012), bem como cientistas a serviço de outros países do Ártico (e fora dele, sobretudo chineses). Para além das zonas metalogênicasterrestres na Sibéria russa destacadas em pesquisas ao longo da primeira década do século XXI (Dobretsov; Pokhilenko, 2010;

Safonov, 2010), a pesquisa subsequente explorou a necessidade de ampliar os estudos exploratórios da plataforma continental russa sob o Oceano Ártico, já que a geologia subaquática local traz indícios geológicos de reservas potenciais de metais de valor econômico naquela região, em especial na cordilheira subaquática de Mendeleev (Gusev, 2022) e Lomonosov (Poselov *et al.*, 2012; Artyushkov, 2010).

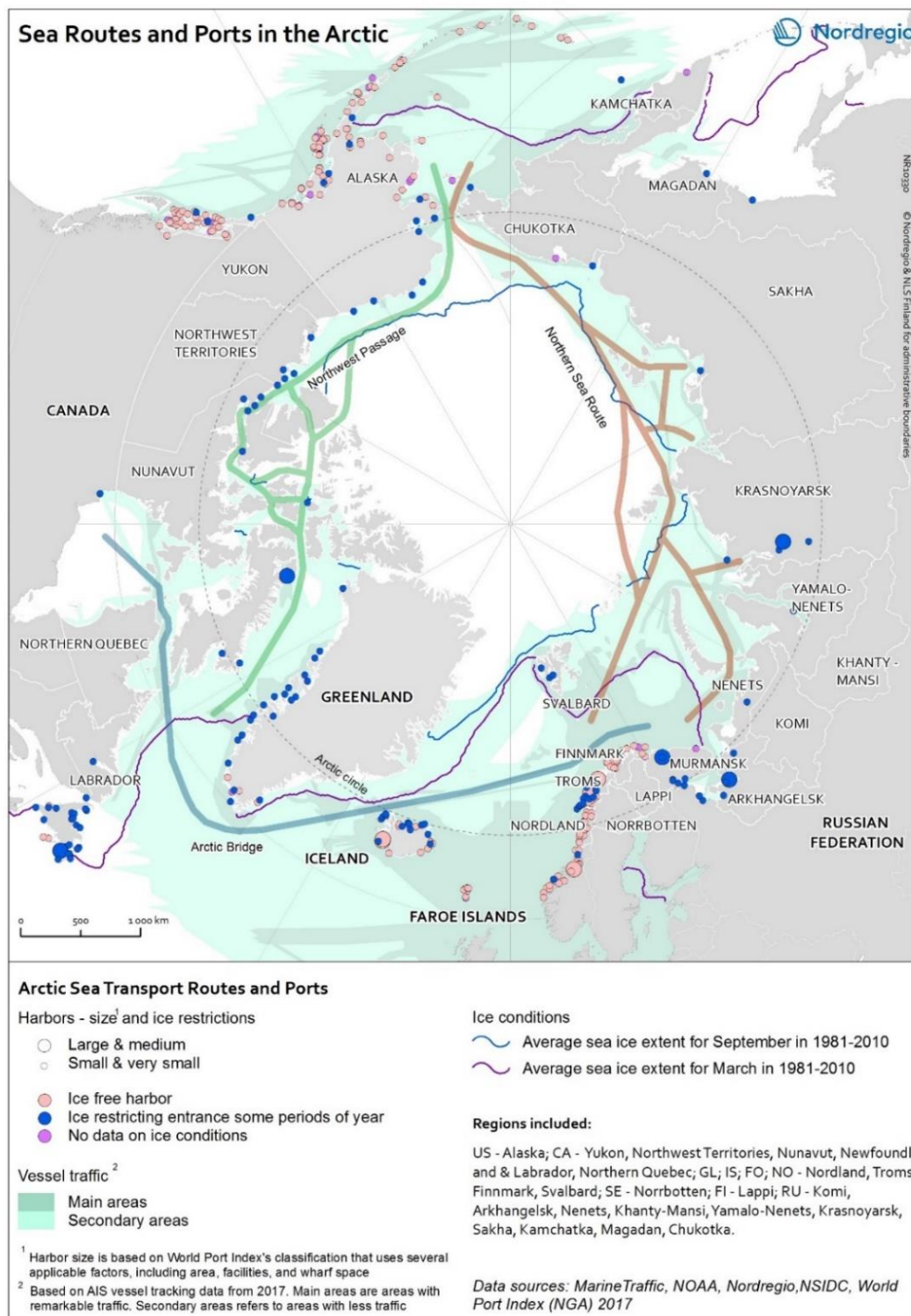
As Cordilheiras subaquáticas de Lomonosov e Mendeleev, dois conjuntos de montanhas subaquáticas localizada ao longo do Oceano Ártico, estendendo-se da Rússia ao Canadá, costumavam ser geograficamente definidas como extensões da plataforma continental da América do Norte. Isso, no entanto, gerou questionamentos por parte da Rússia, que levou o caso à Comissão de Limites da Plataforma Continental, invocando bases científicas (com argumentos fortes e consistentes) e alegando que aquelas cordilheiras eram, na realidade, extensões da plataforma continental eurasiática partindo da Rússia (Federação Russa, 2023).

Na submissão russa feita à CLCS, acatada em março de 2023 e implementada em agosto deste mesmo ano, a Rússia se baseia no parágrafo 8 do artigo 76 da UNCLOS (e nas suas submissões anteriores de 2001 e 2015) para demandar o reconhecimento da exclusividade russa sobre regiões adjacentes ao Mar de Laptev, incluindo solo e subsolo. A CLCS, por sua vez, reconheceu que ambas as cordilheiras têm origem geológica na plataforma continental eurasiática, portanto aceitando o pleito russo de extensão (ainda que parcial) de sua plataforma continental: “A Subcomissão analisou os dados e informações submetidos, incluindo a análise de bandas de gradiente, e confirmou a continuidade morfológica da Cordilheira Lomonosov e do elevado Mendeleev-Alpha desde a Plataforma Siberiana Oriental até o leito oceânico de alta profundidade das bacias de Amundsen e Makarov” (CLCS, 2023, p. 12).

A importância estratégica dessas duas cordilheiras subaquáticas, para além de ser uma zona de manobrabilidade e ocultação de submarinos, é, como já visto, econômica: além do petróleo e gás mapeados por Gautier *et al.* (2009, 2011), descobertas em décadas recentes (Sharma, 2018; Fleener, 2013) indicam que a região é rica também em minérios estratégicos, sendo assim uma região importante para fornecimento de fontes de energia e insumos estratégicos tanto para a Europa quanto para Ásia e América do Norte.

Também podem ser encontrados nesta região recursos de pesca em grande quantidade, superando inclusive as reservas de pescado do Mar do Norte (Janicki, 2012).

Figura 33 - Rotas navais e portos no Ártico



Fonte: Turunen (2019b).

Nesse sentido, o fato de a Rússia ter – no fim do verão, sobretudo – uma maior área naval descoberta, bem como uma infraestrutura portuária mais robusta nas proximidades das Cordilheiras de Lomonosov e Mendeleev (figura 33), faz com que, ainda que sua ZEE esteja parcialmente estendida para além das 200 milhas em virtude da decisão recente da CLCS, o Estado russo seja aquele com maior e melhor capacidade de exploração e extração desses recursos.

Evidentemente, parte considerável desse potencial econômico ainda está sujeito à verificação efetiva *in loco* e a possibilidade financeira e tecnológica dos países de explorá-la (Gautier, 2009). Mas a sua comprovação probabilística de existência – incluindo explorações preliminares, como as destacadas por Gautier (2011) - faz com que esse seja um ponto de tensionamento importante, porque apenas mera possibilidade de existência dessas riquezas subaquáticas – e seu potencial de exploração pela Rússia e demais países da região – faz com que novas cartografias econômicas e geopolíticas sejam construídas e afetem os relacionamentos dos países, modificando os seus comportamentos geopolíticos regionais e criando pontos de fricção, atrito e potencialmente de guerra.

O início desse tensionamento na região tem sido a revisão, por parte da Rússia, dos seus documentos reguladores da política regional ártica, que abandonaram nos últimos anos a perspectiva cooperativa esboçada na Iniciativa de Murmansk de 1987 (quando ainda era União Soviética) para adotar uma postura mais agressiva e de fricção provocada. Tudo isso passa pelo questionamento da própria UNCLOS e dos instrumentos normativos que regulam a região. É o que veremos na próxima seção.

3.3 IMPACTOS GEOGRÁFICOS E NORMATIVOS NA NOVA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL ÁRTICA DA RÚSSIA E A NOVA IMAGINAÇÃO CARTOGRÁFICA DA RÚSSIA SOBRE O ÁRTICO

Embora o processo de evolução histórica das iniciativas normativas russas para o Ártico não seja o objeto central de estudo da presente pesquisa, é fundamental apontar como algumas dessas ações históricas da Rússia em tempos relativamente recentes tiveram impacto em termos geográficos, ou foram influenciados por questões geográficas. Assim, a presente seção tratará de algumas

dessas ações como encadeamento histórico até as posições atuais da Rússia em relação à região polar ártica.

De início, mostra-se fundamental entender que desde que a União Soviética iniciou seu processo de expansão econômico-militar para o Ártico, a ideia de um “domínio do norte” manteve-se como pedra fundamental da política russa para a região, sob o nome de *Severnoe Osvenie*. Esse foi um princípio da política externa soviética herdado pela Federação da Rússia, e que tem sido base das ações de Moscou na região, seja do ponto de vista cooperativo, seja do ponto de vista competitivo.

Esse princípio cria uma dualidade de interesses da Rússia no extremo norte, que mesclam desenvolvimento econômico e proteção da soberania, partindo do pressuposto de que a região é abundante em recursos naturais e, portanto, devem ser de um lado utilizadas para garantir o crescimento econômico e industrial da Rússia – bem como sua soberania – mas do outro lado ser utilizado para incrementar a segurança regional russa diante dos inimigos, que na visão do poder moscovita estariam interessados em tomar a região em virtude da sua capacidade econômica (Thompson, 2009).

A opção por cooperação ou conflito depende, no entanto, das percepções que a Rússia tem em relação à ação dos demais países, tanto no cenário do Ártico quanto no cenário global. O princípio do *Severnoe Osvenie* reforça a segurança regional da Rússia para garantia de fruição de benefícios econômicos e garantia de proteção contra incursões estrangeiras, mas está vinculado à visão de longo prazo que Moscou desenhar em relação aos vizinhos. As recentes adesões de Suécia e Finlândia – tradicionalmente neutros – à OTAN alteram esse cenário, e associado às mudanças climáticas tem influenciado a posição atual de Moscou e feito a Rússia abandonar sua postura cooperativa adotada desde pelo menos a Iniciativa de Murmansk de 1987.

Essa iniciativa foi lançada ainda na Era Soviética por Mikhail Gorbachev, para que através da promoção de cooperação internacional e colaboração entre países polares do norte, a região do Ártico se tornasse uma zona de cooperação, em vez de uma fronteira da então Guerra Fria (como será visto em capítulos posteriores, a guerra nuclear Americano-Soviética, baseada em mísseis balísticos intercontinentais e bombardeiros nucleares de longo alcance, eram operacionalizadas em termos táticos através do espaço aéreo e submarino do Ártico).

Esta ação veio, portanto, num momento de busca de redução de tensões e promoção de coexistência pacífica⁴⁷ na região. A União Soviética, como grande ator regional do Ártico, passava por questões econômicas e políticas sensíveis, e o então líder soviético Mikhail Gorbachev buscava reformismo através da *glasnost* e da *perestroika*. Para conseguir capital político para tocar as reformas internas, ele optou por reduzir o tensionamento com o Ocidente, e utilizou o espaço comum do Ártico como ícone simbólico para, através da diplomacia, atingir seus objetivos ao nível internacional sem perder protagonismo.

Outros países do Ártico aderiram ao processo – Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia e os Estados Unidos – e iniciaram um diálogo amplo de cooperação com a URSS, que teve como passos consequentes a consolidação da Estratégia de Proteção do Ártico (de 1991) e a Declaração de Ottawa de 1996, que criou o Conselho do Ártico.

A Estratégia de Proteção do Ártico de 1991 foi um programa ambiental desenvolvido pelo governo da Finlândia para lidar com os desafios do meio ambiente frágil do Ártico, que vinha passando por problemas derivados de exploração econômica, em especial do setor petrolífero, responsável em 1989 pelo derramamento de milhares de litros de petróleo do navio Exxon Valdez (embora as discussões sobre a proposta finlandesa já tivessem sido iniciadas em 1989, o acidente com o petroleiro acrescentou uma motivação factual ao desejo dos estados com preservação ambiental no Ártico).

Esse programa focava em quatro áreas fundamentais: conservação, desenvolvimento sustentável, pesquisa e monitoramento, e não negava a possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas na região, mas previa a necessidade dessa exploração ser feita em bases ambientalmente sustentáveis, de forma a não prejudicar o meio ambiente. Seus princípios e propostas serviram de base para a Declaração de Ottawa de 1996 e para a criação do Conselho do Ártico, inaugurando um período longo de cooperação polar dos países da região.

Nessa conjuntura, o fim da Guerra Fria em 1989 e o colapso da União Soviética em 1991 impediram – por força da perda do poderio soviético de outrora - quaisquer demandas ou questionamentos territoriais da sucessora soviética, a

⁴⁷ Coexistência pacífica foi colocada aqui em minúsculo para representar sua literalidade de existência comum em paz, e não é uma referência à política de Coexistência Pacífica que foi política concreta da Era Khrushchev (anos 1950).

Federação da Rússia, cuja perda de poder relativo (Mearsheimer, 2014; Snyder, 1991) a tornou um país politicamente forçado a aceitar os termos do sistema internacional sem possibilidade de negociação, já que o poder soviético de outrora não mais podia ser usado. Os questionamentos territoriais na região polar não haviam desaparecido, mas na época a Rússia pós-soviética não tinha poder suficiente para usar da força e de medidas de *brinkmanship*, algo que só retornou para as possibilidades de Moscou após a ascensão de Vladimir Putin ao poder em 1999.

Foi, então, nesse espírito cooperativo – e de alguma forma com a postura de submissão política da Rússia ao sistema internacional e regional sob forte influência do Ocidente - que foi concebida e assinada a Declaração de Ottawa de 1996, que criou o Conselho do Ártico (Arctic Council, 1996), fórum intergovernamental cujo objetivo é promover a cooperação, coordenação e interação entre os seus oito membros originários, trinta e oito membros-observadores (entre estados, ONGs e organizações internacionais), além das comunidades originárias permanentemente representadas no Conselho (Arctic Council, 1996).

Alguns pontos são importantes de serem destacados na Declaração de Ottawa de 1996 (DO1996).

Em primeiro lugar, já no preâmbulo da DO1996 ficam claros alguns dos paradigmas diferenciais do fórum: preocupação com o bem-estar dos povos nativos do Ártico (incluindo menção expressa aos povos e comunidades originárias da região), comprometimento com desenvolvimento econômico e social sustentável, preocupação com saúde e bem-estar cultural, preocupação em preservar o meio ambiente ártico e sua biodiversidade, o foco em uso sustentável dos recursos naturais regionais, o reconhecimento da importância da cooperação, e por fim o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais dos povos originários do Ártico como forma de sustentar os pilares da ciência e pesquisa circumpolar.

Em segundo lugar, ao estabelecer o Conselho do Ártico como *fórum de cooperação de alto nível* (e não organização internacional com personalidade jurídica própria), a DO1996 em seu artigo 1º, estabelece as funções e ações específicas de competência do Conselho:

- a) prover meios para promoção de cooperação, coordenação e interação entre os Estados Árticos, com o envolvimento de comunidades indígenas

- árticas e outros habitantes do Ártico em assuntos comuns, em particular questões de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental do Ártico;
- b) supervisionar e coordenar os programas estabelecidos sob a Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico: Programa de Avaliação e Monitoramento do Ártico (AMAP); Conservação da Flora e Fauna do Ártico (CAFF); Proteção do Ambiente Marinho Ártico (PAME); e Prevenção, Preparação e Resposta a Emergências (EPPR);
 - c) adotar termos de referência para, e supervisionar e coordenar, um programa de desenvolvimento sustentável;
 - d) disseminar informação, encorajar a educação e promover o interesse em temas relacionados ao Ártico.

De início destacam-se alguns elementos: primeiramente, a colocação do envolvimento das comunidades indígenas, da proteção ambiental, da ciência e da educação no texto principal da declaração, como parte da função primordial de ação dos Estados-membros. Isso mostra o caráter cooperativo no qual a DO1996 foi escrita, e o Conselho do Ártico criado.

Um detalhe importante nesse artigo da DO1996: o seu item (a) possui uma nota de rodapé que diz expressamente que “o Conselho do Ártico não deve lidar com assuntos relacionados à segurança militar. A opção dos declarantes por usar *shouldnot* em vez de algum termo mais proibitivo (como *shallnot* ou *isprohibited*) tem relação com o fato de que algumas atividades sob tutela do Conselho – como regulação de navegação ártica de superfície ou submarina, operações de busca e salvamento, bem como a operacionalização de estações científicas duais civil-militares - são temas que transbordam a esfera civil e se aproximam de gestão militar ou por militares. Entendemos que essa opção linguística se deu para não travar o trabalho do Conselho nesses pontos, mas a regra expressa é excluir do Conselho do Ártico quaisquer deliberações de natureza *principal e direta* militar e de segurança militar.

No artigo 2 estão estabelecidos os membros do Conselho do Ártico. Aqui mais uma novidade: além dos Estados Árticos – membros permanentes – Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia, Suécia e Estados Unidos, a DO1996 estabelece como Participantes Permanentes, três associações de povos originários do Ártico (Conferência Circumpolar Inuíte, Conselho Saami e Associação de Minorias Indígenas do Norte, Sibéria, e Extremo Oriente da Federação Russa),

deixando ainda aberta a possibilidade futura de adesão de outras organizações de povos originários árticos que pudessem representar:

- a) povos indígenas únicos residindo em mais de um Estado Ártico;
- b) mais de um povo indígena residente em um único Estado Ártico.

Apesar dessa liberdade, a decisão para adesão de uma associação dessa natureza é exclusiva do Conselho. De qualquer forma, a DO1996 deixa claro que a categoria de Participante Permanente “foi criada para prover participação ativa e total consulta aos representantes dos povos indígenas do Ártico” (Arctic Council, 1996).

O artigo 3 define ainda a possibilidade de participação de Membros Observadores, que possam contribuir com o trabalho do Conselho, a ser concedido a:

- a) Estados não-Árticos;
- b) Organizações Intergovernamentais e Interparlamentares globais e regionais;
- c) Organizações Não-Governamentais.

Os demais artigos da DO1996 são regulamentares básicos das atividades do Conselho, merecendo destaque para o fato de que, nos termos do artigo 7, as decisões do Conselho precisam ser por *consenso* e só incluem os Membros (i.e. os Estados Membros), e devem ocorrer em reuniões ministeriais bienais.

Em termos de estrutura, além do Secretariado do Conselho do Ártico (instância administrativa e de comunicação que presta apoio à Presidência Rotativa e aos Estados-Membros), existem também um Secretariado de Povos Indígenas (para prover apoio administrativo aos Participantes Permanentes), cinco Grupos de Trabalho⁴⁸, dois Grupos de Especialistas⁴⁹, e onze Forças-Tarefas⁵⁰.

⁴⁸ ACAP – Arctic Contaminants Action Program; AMAP – Arctic Monitoring and Assessment Programme; CAFF – Conservation of Arctic Flora and Fauna; EPRR – Emergency, Prevention, Preparedness and Response; PAME – Protection of the Arctic Marine Environment; e SDWG – Sustainable Development Working Group.

⁴⁹ Grupo de Especialistas em Carbono Negro e Metano (criado em 2015, ainda ativo), criado para avaliar o progresso do *Framework* de Ação para mitigação de liberação de carbono e metano no Ártico; e Grupo de Especialistas em Gerenciamento Baseado em Ecossistemas (criado em 2011 e finalizado com sucesso em 2013), criado para desenvolver recomendações para que os Estados Membros possam orientar suas políticas públicas de gerenciamento de ecossistemas no Ártico.

⁵⁰ TFAMC – Arctic Marine Cooperation; TFICA – Improved Connectivity in the Arctic; TFTIA – Telecommunications Infrastructure in the Arctic; SCTF – Enhancing Scientific Cooperation in the Arctic; TFOPP – Arctic Marine Oil Pollution Prevention; TFBCM – Black Carbon and Methane; TFBCF – Facilitate the Creation of a Circumpolar Business Forum; TFII – Institutional Issues;

Destaque-se que o Conselho do Ártico se constitui como uma plataforma de concertação entre os estados, para discutir desafios e oportunidades tidas com a mudança climática e o conseqüente derretimento do gelo polar, inclusive os impactos sociais das comunidades originárias afetadas, além de lidar com questões relativas à navegação marítima local.

Por isso, como dito, abriu-se a possibilidade de países extra-Ártico, ONGs, organismos internacionais e mesmo associações de comunidades originárias fazerem parte do Conselho do Ártico, como pode ser visto no quadro 1.

Quadro 1 – Membros do Conselho do Ártico, com indicação de *status* e data de adesão

País	Status	Adesão
Canadá	Membro permanente Componente originário dos <i>Arctic Five</i> , países litorâneos do Ártico	Signatário original da Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico (1991) e da Declaração de Ottawa (1996)
Dinamarca	Membro permanente Componente originário dos <i>Arctic Five</i> , países litorâneos do Ártico	Signatário original da Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico (1991) e da Declaração de Ottawa (1996)
Estados Unidos	Membro permanente Componente originário dos <i>Arctic Five</i> , países litorâneos do Ártico	Signatário original da Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico (1991) e da Declaração de Ottawa (1996)
Noruega	Membro permanente Componente originário dos <i>Arctic Five</i> , países litorâneos do Ártico	Signatário original da Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico (1991) e da Declaração de Ottawa (1996)
Rússia	Membro permanente Componente originário dos <i>Arctic Five</i> , países litorâneos do Ártico	Signatário original da Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico (1991) e da Declaração de Ottawa (1996)
Finlândia	Membro permanente Componente originário dos <i>Arctic Eight</i> , países com território dentro do Círculo Polar Ártico (>latitude 66°33')	Signatário original da Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico (1991) e da Declaração de Ottawa (1996)
Islândia	Membro permanente Componente originário dos <i>Arctic Eight</i> , países com território dentro do Círculo Polar Ártico (>latitude 66°33')	Signatário original da Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico (1991) e da Declaração de Ottawa (1996)
Suécia	Membro permanente Componente originário dos <i>Arctic Eight</i> , países com território dentro do Círculo Polar Ártico (>latitude 66°33')	Signatário original da Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico (1991) e da Declaração de Ottawa (1996)
Alemanha	Estado observador	Acessão na Reunião Ministerial de Iqaluit, 1998
Países Baixos	Estado observador	Acessão na Reunião Ministerial de Iqaluit, 1998
Polônia	Estado observador	Acessão na Reunião Ministerial de Iqaluit, 1998
Reino Unido	Estado observador	Acessão na Reunião Ministerial de Iqaluit, 1998
França	Estado observador	Acessão na Reunião Ministerial de Barrow, 2000
Espanha	Estado observador	Acessão na Reunião Ministerial de Salekhard, 2006
China	Estado observador	Acessão na Reunião Ministerial de Kiruna, 2013
Índia	Estado observador	Acessão na Reunião Ministerial de Kiruna, 2013
Itália	Estado observador	Acessão na Reunião Ministerial de Kiruna, 2013

Japão	Estado observador		Acesso na Reunião Ministerial de Kiruna, 2013
Coreia do Sul	Estado observador		Acesso na Reunião Ministerial de Kiruna, 2013
Singapura	Estado observador		Acesso na Reunião Ministerial de Kiruna, 2013
Suíça	Estado observador		Acesso na Reunião Ministerial de Fairbanks, 2017
Conselho Internacional para a Exploração dos Mares (ICES)	Entidade Intergovernamental Interparlamentar observadora	ou	Acesso na Reunião Ministerial de Fairbanks, 2017
Federação Internacional das Sociedades Cruz Vermelha e Crescente Vermelho (IFRC)	Entidade Intergovernamental Interparlamentar observadora	ou	Acesso na Reunião Ministerial de Barrow, 2000
Organização Marítima Internacional (IMO)	Entidade Intergovernamental Interparlamentar observadora	ou	Acesso na Reunião Ministerial de Rovaniemi, 2019
União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)	Entidade Intergovernamental Interparlamentar observadora	ou	Acesso na Reunião Ministerial de Barrow, 2000
Conselho Nórdico de Ministros (NCM)	Entidade Intergovernamental Interparlamentar observadora	ou	Acesso na Reunião Ministerial de Barrow, 2000
Corporação Nórdica de Finanças Ambientais (NEFCO)	Entidade Intergovernamental Interparlamentar observadora	ou	Acesso na Reunião Ministerial de Reykjavik, 2004
Comissão de Mamíferos Marinhos do Atlântico Norte (NAMMCO)	Entidade Intergovernamental Interparlamentar observadora	ou	Acesso na Reunião Ministerial de Barrow, 2000
Comissão OSPAR	Entidade Intergovernamental Interparlamentar observadora	ou	Acesso na Reunião Ministerial de Fairbanks, 2017
Comitê Permanente de Parlamentares da Região Ártica (SCPAR)	Entidade Intergovernamental Interparlamentar observadora	ou	Acesso na Reunião Ministerial de Iqaluit, 1998
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/UNDP)	Entidade Intergovernamental Interparlamentar observadora	ou	Acesso na Reunião Ministerial de Inari, 2002
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/UNEP)	Entidade Intergovernamental Interparlamentar observadora	ou	Acesso na Reunião Ministerial de Iqaluit, 1998
Organização Meteorológica Mundial (OMM/WMO)	Entidade Intergovernamental Interparlamentar observadora	ou	Acesso na Reunião Ministerial de Fairbanks, 2017
Conselho Nórdico Ocidental (WNC)	Entidade Intergovernamental Interparlamentar observadora	ou	Acesso na Reunião Ministerial de Fairbanks, 2017
Comitê de Assessoramento para a Proteção do Mar (ACOPS)	Organização Não-Governamental		Acesso na Reunião Ministerial de Barrow, 2000
Instituto Ártico da América do Norte (AINA)	Organização Não-Governamental		Acesso na Reunião Ministerial de Reykjavik, 2004
Associação Mundial dos Pastores de Renas (AWRH)	Organização Não-Governamental		Acesso na Reunião Ministerial de Barrow, 2000
União Circumpolar de Conservação (CCU)	Organização Não-Governamental		Acesso na Reunião Ministerial de Barrow, 2000
Comitê Científico Internacional do Ártico (IASC)	Organização Não-Governamental		Acesso na Reunião Ministerial de Iqaluit, 1998
Associação Internacional de Ciências Sociais do Ártico (IASSA)	Organização Não-Governamental		Acesso na Reunião Ministerial de Barrow, 2000
União Internacional para Saúde Circumpolar (IUCH)	Organização Não-Governamental		Acesso na Reunião Ministerial de Iqaluit, 1998
Grupo de Trabalho Internacional para Assuntos de Povos Originários (IWGIA)	Organização Não-Governamental		Acesso na Reunião Ministerial de Inari, 2002
Fórum do Norte (NF)	Organização Não-Governamental		Acesso na Reunião Ministerial de Iqaluit, 1998
Oceana	Organização Não-Governamental		Acesso na Reunião Ministerial de Fairbanks, 2017
Universidade do Ártico (UARctic)	Organização Não-Governamental		Acesso na Reunião Ministerial de Inari, 2002
Programa Ártico do Fundo Global para a Natureza (WWF)	Organização Não-Governamental		Acesso na Reunião Ministerial de Iqaluit, 1998
Associação Internacional dos Aleutas	Representação permanente comunidade de povos originários	de	Acesso em 1998
Conselho dos Athabaskan do Ártico	Representação permanente comunidade de povos originários	de	Cooperação <i>ad hoc</i> , recebeu <i>status</i> de membro consultivo permanente em 2009, durante a Ministerial de Tromso
Conselho Internacional Gwich'in	Representação permanente comunidade de povos originários	de	Cooperação <i>ad hoc</i> , recebeu <i>status</i> de membro consultivo permanente em 2009,

Conselho Circumpolar Inuíte	Representação permanente de comunidade de povos originários	durante a Ministerial de Tromso Incorporado ao Conselho do Ártico em virtude de sua participação na Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico, que foi posteriormente convertida em Conselho do Ártico
Associação Russa dos Povos Indígenas do Norte (RAIPON)	Representação permanente de comunidade de povos originários	Cooperação <i>ad hoc</i> , recebeu <i>status</i> de membro consultivo permanente em 2009, durante a Ministerial de Tromso
Conselho Saami	Representação permanente de comunidade de povos originários	Cooperação <i>ad hoc</i> , recebeu <i>status</i> de membro consultivo permanente em 2009, durante a Ministerial de Tromso. Está relacionado à Associação Mundial dos Pastores de Renas (AWRH)
União Europeia	Solicitação de estado observador	Solicitação feita na Reunião Ministerial de Kiruna, 2013, ainda pendente
Albânia	Solicitação de estado observador	Solicitação feita em 2015, ainda pendente
Brunei	Solicitação de estado observador	Solicitação feita em 2015, ainda pendente
Montenegro	Solicitação de estado observador	Solicitação feita em 2013, ainda pendente
Macedônia do Norte	Solicitação de estado observador	Solicitação feita em 2013, ainda pendente
Sérvia	Solicitação de estado observador	Solicitação feita em 2013, ainda pendente
Turquia	Solicitação de estado observador	Solicitação feita em 2015, ainda pendente
Îemen	Solicitação de estado observador	Solicitação feita em 2015, ainda pendente
Irlanda	Solicitação de estado observador	Solicitação feita em 2020, ainda pendente

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Conselho do Ártico (2024).

Uma vez criado o Conselho do Ártico, com funções específicas de Estados-Membros e de Participantes Permanentes, necessitava-se (ou melhor, impunha-se por força do art. 6 da DO1996) a criação de *Rules of Procedure*, o que foi feito durante a 1ª Reunião Ministerial do Conselho do Ártico, em Iqaluit (Canadá) em 1998 (e revisado quinze anos depois, durante a 8ª Reunião Ministerial do Conselho do Ártico em Kiruna, Suécia, no ano de 2013).

Nestas *Rules of Procedure* foram detalhadamente definidos os conceitos de Estados Árticos, Participantes Permanentes, Observadores, Presidência e Secretariado. Definiu-se ainda a sede do Secretariado na cidade de Tromso, Noruega. Reafirmou-se a decisão por *consenso dos membros* (confirmando o poder decisório apenas para os *Arctic Eight*, ficando os Participantes Permanentes – povos originários – apenas com função consultiva). Manteve-se a bianualidade das Reuniões Ministeriais, e a rotatividade no exercício da presidência do Conselho, também bianual. Permitiu-se, ainda, emenda às *Rules of Procedure* também mantido o critério de *consenso dos Arctic Eight* para essas emendas (embora não de forma expressa como consenso, mas na forma de “these Rules may be amended by a decision of *all the Arctic States*”, art. 48 das *Rules of Procedure*).

Além disso, e considerando que o Ártico sofre influência natural de outras regiões, abriu-se a possibilidade de o Conselho do Ártico manter relações com outras organizações e instituições internacionais, além de corpos de governança

regional e de comitês executivos/implementativos de acordos internacionais, conforme quadro a seguir:

Quadro 2 – Relações do Conselho do Ártico com outras Organizações Internacionais, Instituições Internacionais, Comitês Executivos/Implementativos de Acordos Internacionais, e Corpos de Governança Internacional e/ou Regional

Nome	Natureza	Tema
Acordo Africano-Eurasiano sobre Aves Aquáticas (AEWA)	Acordo Internacional	Fauna
Fórum de Cooperação de Guardas-Costeiras do Ártico	Corpo de Governança Regional	Navegação Marítima
Conselho Econômico do Ártico	Corpo de Governança Regional	Economia
Comissão Hidrográfica Regional do Ártico	Corpo de Governança Regional	Navegação Marítima Ciência
Associação de Cientistas Polares Iniciais (APECS)	Associação Científica	Ciência
Parceria Australasiana-Asiática Oriental para Rotas Migratórias de Pássaros (EAAFP)	Associação Científica	Ciência Fauna
Sistema Global de Informação sobre a Biodiversidade (GBIF)	Associação Científica	Ciência Meio Ambiente
Sistema de Informação sobre a Biodiversidade dos Oceanos (OBIS)	Associação Científica	Ciência Meio Ambiente Oceanografia
Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas	Acordo Internacional	Clima
Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CBD)	Acordo Internacional	Fauna e Flora
Convenção das Nações Unidas sobre Espécies Migratórias (CMS)	Acordo Internacional	Fauna

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Conselho do Ártico (2024).

Apesar de sua importante missão institucional, o Conselho do Ártico tem sofrido com o crescente tensionamento entre a Rússia e o bloco ocidental desde a invasão da Crimeia ucraniana pela Rússia em 2014. Sua estrutura tem sido utilizada para troca de acusações, tendo os sete outros membros além da Rússia suspenso brevemente sua participação neste fórum em virtude da invasão russa à Ucrânia 2022 (Paul; Swistek, 2022) e do fato de a presidência rotativa naquele momento estar com a própria Federação Russa. O processo de transição da presidência do Conselho do Ártico, da Rússia para a Noruega, também foi tenso⁵¹ e marcado por acusações de ambos os lados (bloco ocidental acusando Moscou e vice-versa) de usarem o Conselho para criação de narrativas geopolíticas próprias, sendo a Rússia a principal acusadora⁵².

⁵¹ Um marco simbólico da tensão foi de que nenhum país ocidental enviou à Rússia, presencialmente, delegações ou autoridades para essa transição presidencial do Conselho do Ártico. Apenas a Noruega enviou, e mesmo assim apenas o embaixador para o Ártico (que assumiu em nome de seu país a presidência do Conselho). As delegações dos demais países ocidentais participaram virtualmente da reunião, realizada na cidade russa de Salekhard. Fonte: <https://www.highnorthnews.com/en/russia-risk-weakening-arctic-council-should-not-be-underestimated>

⁵² Apesar dos discursos e comunicados oficiais da Rússia, há uma clara discrepância entre a imagem de paz que esses discursos passam e as ações daquela nação na região. No discurso de transferência da presidência do Conselho do Ártico da Rússia para a Noruega, o chanceler russo Sergey Lavrov afirmou que “trabalho efetivo e o futuro do Conselho do Ártico como um todo vai

Essa evolução histórica de cooperação e tensionamento tem influenciado a visão e imaginação cartográfica da Rússia para o Ártico, refletindo-se assim em dois documentos fundamentais para a compreensão desse processo: os Princípios Básicos da Política Estatal da Federação da Rússia para o Ártico até 2020 (de 2008) e os Princípios Básicos da Política Estatal da Federação da Rússia para o Ártico até 2035 (de 2020).

Ambos os documentos - que serão tratados em capítulos seguintes - são a consolidação de uma política externa assertiva da Rússia para o Ártico, retomando parte dos princípios da *Severnoe Osvenieda* era soviética.

Desde o advento de Putin ao poder em Moscou, a Rússia vem implementando diversas políticas focadas em ampliar sua presença no Ártico, e de questionar arranjos territoriais e normas como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). Essas políticas têm sido influenciadas pela percepção russa do potencial econômico da região, sua importância estratégica em termos logísticos, bem como sua importância existencial para a própria segurança russa.

Um dos pilares principais de execução dessa política tem sido a ampliação das capacidades militares na região do Ártico, incluindo a reativação de antigas bases soviéticas, a criação de novas bases militares e estações estatais de pesquisa, expansão de bases regionais, além do aumento da capacidade naval submarina e de superfície, e por fim o constante uso de exercícios militares como ferramenta de diplomacia de prestígio e, em alguma medida, dissuasão e ameaça (Zysk, 2022).

Tais esforços são parte dos planos russos para, congregando ao uso da força os pleitos jurídicos internacionais na CLCS, defender seus pleitos de ampliação territorial, inclusive em relação às Cordilheira de Lomonosov e Mendeleev, cujo reconhecimento pela CLCS em 2023 como sendo uma extensão da plataforma continental eurasiática – portanto confirmando o pleito russo – tornou essa

depender se nós conseguiremos em conjunto encontrar oportunidades de continuar com um diálogo civilizado para preservar o Ártico como território de paz, estabilidade e cooperação construtiva”. Nessa mesma semana, na semana anterior, e na semana seguinte, a Marinha Russa baseada na Frota do Mar realizou pelo menos 11 ações militares e exercícios ofensivos na região, incluindo exercícios de treinamento com tiro real contra alvos aéreos, navais e terrestres. Para o discurso de Lavrov: <https://www.highnorthnews.com/en/lavrov-arctic-councils-future-depends-whether-civilized-dialogue-can-continue>. Para os treinamentos militares russos: <https://www.highnorthnews.com/en/russian-northern-fleet-frequent-exercises-barents-sea-and-white-sea>

possibilidade ainda mais real, fortalecendo a estratégia diplomática da Rússia para a região e possibilitando um aumento da pressão militar russa sobre os demais *players* regionais.

Assim, a conjunção de expansionismo militar, expansionismo econômico e ações assertivas da diplomacia em órgãos multilaterais tem sido o condão com o qual a Rússia executa sua política externa a partir de sua visão de mundo (a *mirrossiskii*).

Para tanto, o foco central do questionamento russo no sistema internacional é relativo à forma de demarcação do território marítimo e subaquático, o que leva a Rússia, de um lado, a se apoiar na UNCLOS para seus pleitos territoriais, e do outro a questionar fortemente a UNCLOS por refletir um arranjo de poder focado no Ocidente.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) foi criada em 1982 mas só entrou em vigor em 1994, quando atingiu as 60 ratificações exigidas para sua *entry into force*. É um corpo normativo de governança dos mares e oceanos, e cobre uma vastidão de assunto que vão desde o uso à conservação dos oceanos.

Em seu preâmbulo, a UNCLOS expressamente se coloca como ferramenta para “solucionar [...] todas as questões relativas ao direito do mar [...] conscientes de que os problemas do espaço oceânico estão estreitamente inter-relacionados e devem ser considerados como um todo” (Nações Unidas, 1982).

Para muito além de regular apenas questões operacionais marítimas (que na realidade ficam mais a cargo dos estados ribeirinhos e da Organização Marítima Internacional, esta em caráter mais opinativo e consultivo), a UNCLOS atendeu à necessidade do Direito do Mar de estipulação, criação e regulamentação:

[...] de novos conceitos para exprimir novas realidades, tornando-o um direito técnico, ou melhor, um direito a serviço da técnica, cartográfica, científica, geográfica, geológica, biológica e até da ciência da administração, utilizando-se dos conceitos dessas ciências, que passaram a fazer parte do mundo jurídico, como a gestão econômica dos recursos biológicos e minerais, a representação geográfica e geológica dos mares, a pesquisa científica marinha, a manutenção e o equilíbrio da biosfera e os limites máximos e mínimos conjoinados nas margens de segurança para o aproveitamento dos recursos vivos, bem assim para o alijamento de poluentes e outros (Fiorati, 1997, p. 135).

Percebe-se que a UNCLOS congregou em seu bojo uma quantidade enorme de temas interrelacionados de fundamental importância para o Direito do Mar, inclusive “a necessidade de delimitar as zonas marítimas pertencentes ou sob a influência dos Estados e o grau de controle que cada Estado teria sob a respectiva zona delimitada, seja ela o mar territorial, a zona contígua, a plataforma continental, a zona econômica exclusiva, o alto-mar ou o fundo do mar” (Fiorati, 1997, p. 135), muito por influência de outras áreas do conhecimento sobre o Direito, entre elas a Ciência Política, as Relações Internacionais, a Oceanografia etc.

Menezes (2015, p. 34) também aponta para o perfil multitemático da UNCLOS:

A Convenção estabeleceu uma estrutura legal detalhada para regular todo o espaço do oceano, seus usos e recursos, contendo normas disciplinadoras sobre o mar territorial, a zona contígua, a plataforma continental, a zona econômica exclusiva e o alto-mar. Fornece regras para a proteção e preservação do ambiente marinho, para a pesquisa científica, para o desenvolvimento e transferência da tecnologia marinha para a exploração dos recursos do oceano e de seu subsolo, delimitando os limites da jurisdição nacional para cada matéria; também consolidou princípios costumeiros que devem ser observados pelos Estados na utilização conjunta dos espaços marítimos, como a liberdade do mar, o exercício da jurisdição interna dos Estados dentro de limites do mar adjacente ao Estado e a caracterização da plataforma continental.

Adicionalmente, a UNCLOS também criou um mecanismo complexo de solução de conflitos e controvérsias, com quatro alternativas de livre escolha dos países-membros da Convenção: o Tribunal Internacional do Mar, a Corte Internacional de Justiça, o Tribunal Arbitral (anexo VII da UNCLOS) ou o Tribunal Arbitral Especial (anexo VIII da UNCLOS) (Menezes, 2015, p. 35).

A adesão dos estados à UNCLOS – embora com a demora que só a fez entrar em vigor em 1994 – deveu-se à força das Nações Unidas na transição do fim da Guerra Fria, à “Era dos Tratados” que marcou o fim da bipolaridade e a crescente cooperação em torno do Direito Internacional Público, bem como a compreensão, por parte dos Estados, de que esse novo contexto internacional exigia uma nova regulamentação de uma área já extremamente importante (o mar), mas cada vez mais importante em virtude da globalização em aceleração (Menezes, 2015).

Adicionalmente, pensamos que também o desenvolvimento científico do período permitiu maior exploração do mar como fonte de recursos econômicos, inclusive subaquáticos, e isso tornava-se então uma fonte potencial de conflitos que

teriam efeitos devastadores sobre a economia à medida que fossem surgindo. Daí a necessidade de regulamentação, origem última da adesão dos estados à UNCLOS.

O impacto dessa importância é sentido na relação entre *membership* do Conselho do Ártico (ou pedido de acesso) e adesão à UNCLOS: conforme o quadro 3, dos Estados Árticos apenas os Estados Unidos estão de fora da Convenção do Mar, e dentre os pleiteantes a adesão, apenas a Turquia também está fora. Dos 30 países com relações no Conselho do Ártico, apenas dois estão de fora (sendo os EUA entre os Estados Árticos e a Turquia entre os estados solicitantes). Isso representa menos de 7% do total de países com relações no Conselho. Apesar disso, o fato de os EUA – único Estado Ártico a ficar de fora da UNCLOS - serem a superpotência mundial e maior economia do globo dá um peso significativo a essa falta de adesão, criando potencialmente atritos por recursos marítimos e delimitação territorial até mesmo com seus aliados.

Quadro 3 – Comparativo de membros do Conselho do Ártico em relação à participação na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS)

PAÍS	MEMBRO DO CONSELHO DO ÁRTICO?	STATUS NO CONSELHO DO ÁRTICO	ESTADO-PARTE DA UNCLOS?
Canadá	Sim	Permanente	Sim, por ratificação
Dinamarca	Sim	Permanente	Sim, por ratificação
Estados Unidos	Sim	Permanente	Não
Noruega	Sim	Permanente	Sim, por ratificação
Rússia	Sim	Permanente	Sim, por ratificação
Finlândia	Sim	Permanente	Sim, por ratificação
Islândia	Sim	Permanente	Sim, por ratificação
Suécia	Sim	Permanente	Sim, por ratificação
Alemanha	Sim	Observador	Sim, por acesso
Países Baixos	Sim	Observador	Sim, por ratificação
Polônia	Sim	Observador	Sim, por ratificação
Reino Unido	Sim	Observador	Sim, por acesso
França	Sim	Observador	Sim, por ratificação
Espanha	Sim	Observador	Sim, por ratificação
China	Sim	Observador	Sim, por ratificação
Índia	Sim	Observador	Sim, por ratificação
Itália	Sim	Observador	Sim, por ratificação
Japão	Sim	Observador	Sim, por ratificação
Coreia do Sul	Sim	Observador	Sim, por ratificação
Singapura	Sim	Observador	Sim, por ratificação
Suíça	Sim	Observador	Sim, por ratificação
União Europeia	Não	Solicitante	Sim, por ratificação
Albânia	Não	Solicitante	Sim, por acesso
Brunei	Não	Solicitante	Sim, por ratificação
Montenegro	Não	Solicitante	Sim, por sucessão (Sérvia)
Macedônia do Norte	Não	Solicitante	Sim, por sucessão (Iugoslávia)
Sérvia	Não	Solicitante	Sim, por sucessão (Iugoslávia)
Turquia	Não	Solicitante	Não
Iêmen	Não	Solicitante	Sim, por ratificação
Irlanda	Não	Solicitante	Sim, por ratificação

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da UNCLOS (2024).

Esses conflitos potenciais (alguns deles já tendo virado contencioso) gravitam em torno das delimitações territoriais que incidem sobre os mares em virtude da UNCLOS. São pautas de soberania dos estados, e envolvem os conceitos de Mar Territorial, Zona Contígua, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental. Embora o presente trabalho não seja focado em Direito Internacional Público, a descrição (e discussão) desses conceitos é importante.

Mar territorial, segundo a UNCLOS (art. 2º), é o mar adjacente de um estado costeiro que estende-se além do seu território e de suas águas interiores, ou de suas áreas arquipelágicas no caso de estados-arquipélago, sobre o qual o estado costeiro guarda total soberania, não apenas sobre o mar, mas sobre espaço aéreo, leito marinho e subsolo desse mar. O art. 3º da UNCLOS, por sua vez, estabelece essa área de mar territorial como tendo um limite *de 12 milhas marítimas medidas a partir das linhas de base* (definida no art. 5º da Convenção como sendo a medida linear da água em maré baixa, ou baixa-mar). Existem outros detalhes da UNCLOS de acordo com a complexidade do recorte geográfico da costa, ou da presença de outros estados ribeirinhos na face oposta do mar (caso de baías ou estuários transnacionais), mas não é objetivo da presente pesquisa debruçar-se sobre essas peculiaridades. A soberania do estado costeiro sobre esse mar territorial é absoluta, garantindo a UNCLOS no entanto o direito à passagem inocente de embarcações civis por esse território.

Zona Contígua, por sua vez, é uma faixa de 12 milhas marítimas adicionais adjacentes à linha final do mar territorial de um estado, sobre a qual o estado exerce uma soberania forte, porém não absoluta. Nessa zona, a atividade do estado costeiro é mais regulatória, fiscalizatória, e de aplicação da lei, nacional e internacional.

Zona Econômica Exclusiva, segundo a convenção, é uma linha de 200 milhas medida a partir da baixa-mar dentro da qual o estado costeiro tem direito exclusivo de exploração de recursos aquáticos e subaquáticos. Estão contidos dentro da ZEE o Mar Territorial (milha 0 a 12) e a Zona Contígua (milha 13 a 24), mas a partir da 24ª milha (e até a 200ª milha) o estado passa a ter somente direito de *exploração econômica*, não mais de exercício de soberania de forma absoluta.

Após o final da ZEE o mar passa a ser considerado internacional, sem soberania de estados. Aqui há que se considerar o conceito trazido pela UNCLOS de *Plataforma Continental*: formação geológica/geomorfológica de prolongamento do

território continental no fundo do oceano, que mantém uma continuidade e similaridade aos padrões geológicos do continente costeiro (Crawford, 2019). Nesse caso, a Zona Econômica Exclusiva poderia se estender para além das 200 milhas com a comprovação de que essa faixa adicional estaria compondo a *plataforma continental* costeira, sendo portanto sua continuação (Crawford, 2019). No entanto, uma Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLCS) foi definida pela UNCLOS para cuidar desse reconhecimento, a ser feito mediante comprovação científica.

No caso do Ártico, as delimitações territoriais marítimas estão relacionadas tanto à demarcação do território marítimo quanto questões de extensão de plataforma continental, como pode ser visto no quadro 4.

Quadro 4 – Disputas territoriais marítimas ativas no Ártico, derivadas da interpretação da UNCLOS por seus membros

REGIÃO	NATUREZA DA DISPUTA	PAÍSES ENVOLVIDOS	ALEGAÇÃO
Mar de Beaufort, entre o Yukon e o Alaska	Delimitação de fronteira	Canadá e Estados Unidos	Canadá demanda uma extensão marítima da fronteira terrestre entre o Yukon e o Alaska, com impactos na ZEE, com área em disputa de 21.440 km ²
Passagem Noroeste	Status do território marítimo	Canadá e Estados Unidos	Canadá alega que a passagem noroeste é água interna sujeita a soberania e controle canadenses, EUA alegam ser estreito internacional sujeito a liberdade de navegação
Svalbard	Delimitação de Zona Econômica Exclusiva (ZEE) Recursos de pesca	Noruega e Rússia	Noruega e Rússia discordam da demarcação da ZEE aplicável à região de Svalbard, cada país demandando ampliação de sua ZEE e acesso exclusivo a recursos de pesca
Cordilheira Subaquática de Lomonosov	Delimitação de Zona Econômica Exclusiva (ZEE) Recursos minerais e hidrocarbonetos subaquáticos	Estados Unidos, Canadá, Dinamarca, Noruega e Rússia	Os cinco países do Ártico demandam extensão da sua plataforma continental com base em demarcações individuais feitas sobre suas ZEEs. As alegações envolvem identificação da origem geológica da cordilheira, cuja continuidade poderia definir cientificamente a extensão da plataforma. Em 2023 o pleito da Rússia foi atendido, e essa cordilheira foi reconhecida como extensão da plataforma continental eurasiática.
Cordilheira subaquática de Mendeleev	Delimitação de Zona Econômica Exclusiva (ZEE) Recursos minerais e hidrocarbonetos subaquáticos	Rússia	A Rússia solicitou o reconhecimento da aplicação da regra de 200 milhas náuticas de ZEE na região da Cordilheira Subaquática de Mendeleev, alegando se tratar de uma extensão do continente eurasiático. Em 2023 o pleito da Rússia foi atendido, e essa cordilheira foi reconhecida como extensão da plataforma continental eurasiática.
Cordilheira de Eirik	Delimitação de Zona Econômica Exclusiva (ZEE) Recursos minerais e hidrocarbonetos subaquáticos	Dinamarca e Canadá	Dinamarca alega questões geológicas para demarcação a seu favor dessa região.
Ilhas do Mar de Barents	Delimitação de Zona Econômica Exclusiva (ZEE) Recursos pesqueiros, questões ambientais e recursos subaquáticos, além do controle de tráfego	Rússia e Noruega	Apesar do acordo firmado em 1976 sobre a ZEE entre as ilhas norueguesas e russas no Mar de Barents, a zona cinzenta formada entre essas ilhas segue como disputa delimitadora de território

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da ONU, da IMO, e do Center for Naval Analysis (2024).

O uso da UNCLOS pela Rússia em seus pleitos é feito de forma flexível.

De um lado, a Rússia tenta restringir ao máximo a operacionalidade polar de outros estados em relação à navegação, à exploração de recursos econômicos do mar, ou mesmo à colocação de cabos de dados e comunicação em partes específica do Oceano Ártico, em especial naquelas regiões que estão diretamente vinculadas ao seu pleito sobre as Cordilheiras de Lomonosov e Mendeleev. Do outro lado, a Rússia reclama para si liberdade de navegação sobre territórios que Moscou considera “alto mar” (mas que eventualmente são territórios contestados por outros estados), com *claim*s territoriais específicos ou eventuais demandas relativas à livre exploração de recursos, em especial hidrocarbonetos ou

recursos pesqueiros. Quando é desafiada em seu intento, a Rússia lança mão de mecanismos de *seabed warfare*⁵³ para interromper comunicações e fluxos de produtos feitos pela via submarina⁵⁴ ou ameaçar, com submarinos e outras embarcações de superfície, os fluxos logísticos na região. Análise específica de capacidades será feita no quinto capítulo, mas cabe destacar que – na Europa e possivelmente ao nível global – a Rússia é o país melhor posicionado nesse tipo de equipamento, com o submarino de águas profundas AS-31 Losharik destacando-se nessa área.

Outro ponto importante na discussão russa sobre demarcação marítima no Ártico relaciona-se com as potenciais mudanças de fronteira naval em virtude do degelo marítimo, que pode gerar aumento no nível das águas e, portanto, impacto na linha de baixa-mar (a partir de onde marca-se o mar territorial do Estado). Nesse sentido, e entendendo que essa alteração pode diminuir o alcance da ZEE russa num eventual aumento significativo do nível das águas, a Rússia buscou reforçar outro dos seus pleitos no Ártico: o da demarcação da plataforma continental sobre as Cordilheiras de Lomonosov e Mendeleev.

No arrazoado russo, como visto anteriormente neste capítulo, as Cordilheiras subaquáticas de Lomonosov e Mendeleev que prolongam-se através do Ártico entre a Rússia e o Canadá, não mais seriam definidas como extensões da plataforma continental da América do Norte, mas sim da Eurásia. Ao levar o caso à Comissão de Limites da Plataforma Continental, invocando bases científicas (com argumentos fortes e consistentes), Moscou conseguiu comprovar parcialmente que aquelas cordilheiras seriam extensões da plataforma continental eurasiática partindo da Rússia (Federação Russa, 2023).

Como já visto, na submissão russa feita à CLCS em 2023 (com termos baseados em pleitos anteriores, de 2001 e 2015) a Rússia se baseia no parágrafo 8 do artigo 76 da UNCLOS para demandar o reconhecimento da exclusividade russa sobre regiões adjacentes ao Mar de Laptev, incluindo solo e subsolo. O

⁵³ *Seabed warfare*, ou “guerra no leito marinho”, pode ser definida como o conjunto de operações navais submarinas relacionadas à disrupção de estruturas militares e não-militares plantadas no leito marinho, como cabos de comunicação telegráfica, telefônica e de internet, gasodutos submarinos, redes de distribuição energética submarinas, ativos de prospecção de petróleo e gás natural etc. Recentemente, casos como a sabotagem dos gasodutos Nord Stream 1 e 2 (2022) e a ruptura de cabos de dados submarinos entre Estônia e Suécia (2023) levantaram a suspeita sobre a Rússia, que é o único país europeu com capacidade de operar no leito marinho, utilizando-se da plataforma submarina de alta profundidade AS-31 Losharik.

⁵⁴ Bloomberg (Bochove, 2024).

reconhecimento feito pela CLCS de que ambas as cordilheiras têm origem geológica e morfológica na plataforma continental eurasiática (CLCS, 2023, p. 12), consolidou a posição russa baseada na UNCLOS e deu a Moscou fundamento jurídico para proteção de sua soberania.

Ocorre que uma outra decisão internacional de 2023 – desta vez pela Corte Internacional de Justiça no caso *Nicaragua v. Colômbia* – criou uma nova perspectiva para que a Rússia siga questionando os limites territoriais no Ártico. A discussão entre Nicarágua e Colômbia, resumidamente, travou-se em torno dos regimes que regulam a Zona Econômica Exclusiva e seu processo de delimitação (CIJ, 2023), em especial no que é tecnicamente chamado de *Instabilidade Costeira*, conceito segundo o qual as mudanças no nível do mar implicam e mudanças da linha de base (ou de baixa-mar), e portanto impactam na delimitação do mar territorial, zona contígua, e ZEE de um Estado (Árnadóttir, 2022). A discussão entre Nicarágua e Colômbia era, portanto, de como a mudança no nível do mar havia alterado a demarcação a partir da linha de base, e de como essa alteração (devido à mudança climática) havia dado à Nicarágua direito a regiões da ZEE que estariam em área outrora colombiana.

A CIJ, no entanto, negou à Nicarágua esse reconhecimento sob alguns fundamentos.

O primeiro deles, que existem duas formas de consideração da plataforma continental na UNCLOS: a plataforma continental dentro dos limites da ZEE, cujos direitos de exploração de solo e subsolo marinho são do Estado costeiro, demarcados pela linha de base (baixamar) e, portanto, sujeitos às alterações da linha costeira; e os limites exteriores da plataforma continental, demarcados a partir da estrutura morfológica e geológica vinda do continente, que dá ao país de onde esse prolongamento geológico sai o direito de estender para além das 200 milhas náuticas a sua ZEE, motivo pelo qual essa última forma de delimitação não sofre efeitos da subida do nível do mar (CIJ, 2023). A instabilidade costeira, portanto, aplica-se somente nos casos que não envolvem discussão morfológica de base geológica.

O segundo deles, de que a ZEE baseada no pleito de limites exteriores da plataforma continental só pode ocorrer quando não houver jurisdição de um Estado sobre aquela área. E nesse ponto o argumento da CIJ fortalece novos pleitos expansivos da Rússia. Isso porque algumas das áreas territorialmente contenciosas

no Ártico – daquelas que envolvem a Rússia - estão sujeitas a pleitos (*claims*) de diversos países, mas não estão sujeitas à jurisdição específica de um Estado. Isso pode levar a Rússia a uma posição propositalmente paradoxal: por um lado, apoiar-se na UNCLOS para garantir o reconhecimento da extensão da sua plataforma continental nos casos das Cordilheiras de Mendeleev e Lomonosov; por outro lado, denunciar a UNCLOS, questionar a aplicabilidade da instabilidade costeira, e pleitear como russos determinados territórios marítimos considerados anteriormente aos efeitos do degelo marítimo no nível do mar.

Já existe um movimento russo nesse sentido: logo após ter reconhecido seu pleito sobre as Cordilheiras de Lomonosov e Mendeleev em 2023, a Rússia anunciou seu descontentamento com a UNCLOS (Tuckett; Rowlands, 2024) e ameaça retirar-se do regime marítimo internacional (Vereykina, 2024). A isso acrescenta-se mais um detalhe: a denúncia e retirada russa da UNCLOS seria aplicável apenas à região do Ártico (Cooper; Chuffart, 2024), mantendo-se os direitos russos de pleito com base neste regime em outros lugares do mundo.

Essa discussão das fronteiras marítimas tem sido uma das mais espinhosas questões no Ártico, e refletem uma visão da Rússia de “tensionamento para questionamento e expansão territorial”.

Por esse motivo, a relevância da UNCLOS para o Ártico é central. Mas não apenas a UNCLOS: por se tratar de região que interconecta três oceanos (Ártico, Atlântico e Pacífico), que sofre influência climatológica e meteorológica global (e no sentido contrário também influencia o resto do mundo), e que se conecta a várias sistemas e subsistemas naturais (migração de peixes, de aves, de microorganismos aquáticos etc) ou humanos (conexão logística entre Atlântico e Pacífico), o Ártico gradualmente passou a ser objeto, e a sofrer influência, de acordos internacionais não necessariamente específicos para regiões polares, mas que regulam pauta importante para a região.

Quadro 5 – Tratados e Acordos Internacionais aplicáveis ou relevantes para o Ártico

NOME	TEMÁTICA	TIPO	ANO	PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS PERMANENTES DO CONSELHO DO ÁRTICO
Tratado de Svalbard	Soberania	<i>Hard Law</i> Vinculante	1920	Todos
Convenção Internacional para a Regulação da Pesca de Baleias	Fauna e flora	<i>Hard Law</i> Vinculante	1946	Todos, exceto Canadá (denunciou)
Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo	Poluição Óleo	<i>Hard Law</i> Vinculante	1954	Nenhum (todos eram até a década de 1980, quando se retiraram)
Convenção de Genebra sobre o	Poluição	<i>Hard Law</i>	1958	Dinamarca, Finlândia, EUA e

Alto-mar	Rejeitos radioativos	Vinculante		Rússia ratificaram. Canadá e Islândia assinaram mas não ratificaram. Suécia e Noruega não assinaram.
Tratado da Antártica	Soberania Meio ambiente Cooperação científica Ambiente polar	<i>Hard Law</i> Vinculante	1959	Todos
Convenção sobre Responsabilidade dos Operadores de Navios Nucleares	Operação Navios Nucleares Responsabilidade Civil	<i>Hard Law</i> Vinculante	1962	Nenhum (nunca foi ratificada, não entrou em vigor)
Convenção Internacional das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial	Direitos sociais	<i>Hard Law</i> Vinculante	1965	Todos
Pacto das Nações Unidas para Direitos Cívicos e Políticos	Direitos políticos Direitos cívicos	<i>Hard Law</i> Vinculante	1965	Todos
Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	Direitos sociais Direitos econômicos Direitos culturais	<i>Hard Law</i> Vinculante	1966	Todos, exceto EUA (não ratificou)
Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo	Poluição Óleo Responsabilidade Civil	<i>Hard Law</i> Vinculante	1969	Todos, exceto EUA
Convenção Internacional Relativa à Intervenção em Alto Mar nos Casos de Baixas por Poluição por Óleo	Poluição Óleo Operacional Medidas resposta de	<i>Hard Law</i> Vinculante	1969	Todos, exceto EUA
Emendas à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo, Relativa à Colocação de Tanques e Limitação do Tamanho de Tanques	Poluição Óleo	<i>Hard Law</i> Vinculante	1971	Todos, exceto EUA
Convenção Internacional relativa ao Estabelecimento de um Fundo Internacional para Reparação de Danos por Poluição por Óleo	Poluição Óleo Operacional Responsabilidade Civil	<i>Hard Law</i> Vinculante	1971	Todos, exceto EUA
Convenção para a Prevenção de Poluição Marítima por Alijamentos de Navios e Aeronaves	Poluição Medidas Preventivas	<i>Hard Law</i> Vinculante	1972	Todos
Convenção para a Prevenção de Poluição Marítima por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias	Poluição Medidas Preventivas	<i>Hard Law</i> Vinculante	1972	Todos
Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies Selvagens de Fauna e Flora em Perigo (Convenção de Washington)	Fauna e flora	<i>Hard Law</i> Vinculante	1973	Todos
Acordo sobre Conservação de Ursos Polares (Acordo de Oslo)	Fauna e flora	<i>Hard Law</i> Vinculante	1973	Todos, exceto Finlândia, Islândia e Suécia
Protocolo Relativo à Intervenção em Alto-Mar nos Casos de Poluição Marinha por Substâncias além do Óleo	Poluição Operacional Medidas resposta de	<i>Hard Law</i> Vinculante	1973	Todos exceto Canadá
Convenção Internacional para Prevenção da Poluição Causada por Navios (MARPOL)	Poluição Operacional Medidas preventivas	<i>Hard Law</i> Vinculante	1973	Todos (para o Anexo IV: todos exceto EUA)
Convenção relativa à Poluição Marinha de Origem Telúrica	Poluição	<i>Hard Law</i> Vinculante	1974	Todos, menos Rússia e EUA
Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar	Operacional Resgate	<i>Hard Law</i> Vinculante	1974	Todos
Primeiro Protocolo à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição	Poluição Óleo Responsabilidade Civil	<i>Hard Law</i> Vinculante	1976	Todos, exceto EUA

por Óleo				
Primeiro Protocolo à Convenção Internacional relativa ao Estabelecimento de um Fundo Internacional para Reparação de Danos por Poluição por Óleo	Poluição Óleo Operacional Responsabilidade Civil	<i>Hard Law Vinculante</i>	1976	Todos, exceto EUA
Convenção sobre a Responsabilidade Civil por Dano Decorrente de Poluição por Óleo, Resultante de Exploração e Exploração de Recursos Minerais do Subsolo Marinho	Poluição Óleo Mineração subaquática Responsabilidade Civil	<i>Hard Law Vinculante</i>	1977	Todos
Protocolo à Convenção Internacional para Prevenção da Poluição Causada por Navios (MARPOL)	Poluição Operacional Medidas preventivas	<i>Hard Law Vinculante</i>	1978	Todos (para o Anexo IV: todos exceto EUA)
Convenção sobre Poluição Transfronteiriça e de Longa Distância do Ar	Poluição Mudança climática	<i>Hard Law Vinculante</i>	1979	Todos
Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento no Mar	Operacional Resgate	<i>Hard Law Vinculante</i>	1979	Todos
Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS)	Direito do mar	<i>Hard Law Vinculante</i>	1982	Todos, exceto EUA
Segundo Protocolo à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo	Poluição Óleo Responsabilidade Civil	<i>Hard Law Vinculante</i>	1984	Todos, exceto EUA
Segundo Protocolo à Convenção Internacional relativa ao Estabelecimento de um Fundo Internacional para Reparação de Danos por Poluição por Óleo	Poluição Óleo Operacional Responsabilidade Civil	<i>Hard Law Vinculante</i>	1984	Todos, exceto EUA
Convenção da OIT sobre Povos Tribais e Indígenas (OIT C169)	Direitos sociais Direitos econômicos Direitos culturais	<i>Hard Law Vinculante</i>	1989	Apenas Dinamarca e Noruega
Convenção Internacional sobre o Preparo, Resposta e Cooperação em caso de Poluição por Óleo	Poluição Óleo Cooperação Medidas de preparo Medidas de resposta	<i>Hard Law Vinculante</i>	1990	Todos
Convenção Internacional sobre a Cooperação, Prevenção e Combate à Poluição por Hidrocarbonetos	Poluição Hidrocarbonetos Cooperação Medidas de preparo Medidas de resposta	<i>Hard Law Vinculante</i>	1990	Todos
Convenção sobre Avaliação de Impacto Ambiental no Contexto Transfronteiriço (Convenção de Espoo)	Poluição Mudança climática	<i>Hard Law Vinculante</i>	1991	Todos, exceto Rússia, Islândia e EUA (não ratificaram)
Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico	Meio ambiente Específico do Conselho do Ártico	<i>Hard Law Vinculante</i>	1991	Todos
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (UNFCCC)	Poluição Mudança climática	<i>Hard Law Vinculante</i>	1992	Todos
Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica	Fauna e flora	<i>Hard Law Vinculante</i>	1992	Todos, exceto EUA (não ratificou)
Convenção para Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste	Fauna e flora Meio Marinho/Mar	<i>Hard Law Vinculante</i>	1992	Todos, menos Rússia e EUA
Código Internacional para Transporte de Gás	Transporte Substância perigosa	<i>Hard Law Vinculante</i>	1993	Todos
Convenção das Nações Unidas sobre a Pesca	Fauna e flora Atividade	<i>Hard Law Vinculante</i>	1995	Todos

	Pesqueira Meio Marinho/Mar			
Convenção sobre Responsabilidade e Reparação por Danos Relacionados com o Transporte de Substâncias Perigosas e Nocivas por Mar	Substâncias Perigosas Responsabilidade Civil	<i>Hard Law</i> Vinculante	1996	Apenas a Rússia
Declaração de Ottawa para o Estabelecimento do Conselho do Ártico	Fundação de OI Específico do Conselho do Ártico	<i>Hard Law</i> Vinculante	1996	Todos
Protocolo de Kyoto	Poluição Mudança climática	<i>Hard Law</i> Vinculante	1997	Todos, exceto Canadá (denunciou) e EUA (não ratificou)
Código Internacional de Gestão de Segurança	Operacional	<i>Hard Law</i> Vinculante	1998	Todos
Protocolo da Basileia sobre Responsabilidade e Reparação de Danos Resultantes do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito	Resíduos perigosos Transporte e armazenamento Responsabilidade Civil	<i>Hard Law</i> Vinculante	2000	Suécia, Dinamarca e Finlândia
Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes	Poluição Mudança climática	<i>Hard Law</i> Vinculante	2001	Todos, exceto EUA (não ratificou)
Convenção sobre o Controle de Sistemas Antivegetativos Nocivos nos Navios	Operacional	<i>Hard Law</i> Vinculante	2001	Todos exceto Islândia
Convenção Internacional para o Controle e Gerenciamento de Águas de Lastro e Sedimentos de Navios	Poluição Fauna e flora Direito do mar	<i>Hard Law</i> Vinculante	2004	Canadá, Dinamarca ⁵⁵ , Noruega, Suécia e Rússia (Finlândia não ratificou, Islândia e EUA não são signatários)
Código Marítimo Internacional de Transporte de Mercadorias Perigosas	Operacional Regulação Substâncias perigosas	<i>Hard Law</i> Vinculante	2006	Todos
Diretrizes para os Navios que Operam em Águas Polares	Direito do mar Regulação de navegação Poluição Meio ambiente	<i>Soft law</i> Recomendatória	2009	Não aplicável - recomendatória
Requisitos Internacionais para Navios Operando em Águas Polares	Direito do mar Regulação de navegação Poluição Meio ambiente	<i>Soft law</i> Recomendatória	2009	Não aplicável - recomendatória
Acordo de Cooperação em Busca e Salvamento Marítimo e Aeronáutico no Ártico	Cooperação polar Específico do Conselho do Ártico	<i>Hard Law</i> Vinculante	2011	Todos
Convenção UNEP Minamata sobre Mercúrio	Poluição	<i>Hard Law</i> Vinculante	2013	Apenas Estados Unidos (Islândia não é signatária, os demais não ratificaram)
Acordo de Cooperação em Prontidão e Resposta contra Poluição Marinha por Óleo no Ártico	Cooperação polar Específico do Conselho do Ártico Poluição Meio Ambiente	<i>Hard Law</i> Vinculante	2013	Todos
Código Internacional para Navios Operando em Águas Polares (Código Polar da Organização Marítima Internacional)	Direito do mar Regulação de navegação Poluição Meio ambiente	<i>Hard Law</i> Vinculante	2015	Todos
Acordo de Paris	Poluição Mudança climática	<i>Hard Law</i> Vinculante	2015	Todos
Acordo para o Incremento da Cooperação Científica Internacional no Ártico	Cooperação polar Cooperação científica Específico do Conselho do Ártico	<i>Hard Law</i> Vinculante	2017	Todos

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Organização das Nações Unidas, do Arctic Portal, e Santos (2016, p. 193-197).

⁵⁵ Regras desse tratado aplicam-se de forma diferente a dois domínios dinamarqueses: Ilhas Faroer e Groenlândia. A adesão nesse caso aplica-se apenas à *mainland* norueguesa.

Com os questionamentos russos à UNCLOS – mesmo após a vitória do pleito territorial russo em 2023 – abre-se a possibilidade de que Moscou inicie um processo sistemático de questionamento de outros acordos internacionais no Ártico, tensionando ainda mais um cenário já geopoliticamente complexo.

Diante da complexidade das questões trazidas pela UNCLOS; dos impactos da mudança climática sobre o Ártico; da potencial alteração das fronteiras marítimas causadas pelo degelo polar; da degradação relacional entre o Ocidente e Moscou desde 2014 (e agravamento em 2022, com a invasão da Ucrânia pela Rússia); e por fim da crescente tensão no Ártico, a Rússia lança mão de estratégias de imaginação cartográfica para exigir ampliação territorial marítima polar ao mesmo tempo em que amplia seu perfil e comportamento agressivos na região, tema que será tratado no último capítulo. Para entender como isso condiciona a nova geopolítica da Rússia para o Ártico, importante iniciar com a compreensão da dinâmica histórica de ocupação russa contemporânea dessa região polar, para ao final procedermos à análise final do trabalho. É o que faremos no capítulo a seguir.

4 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A NOVA GEOPOLÍTICA DA FEDERAÇÃO RUSSA PARA O ÁRTICO

Como já visto nos capítulos anteriores, o Ártico tem sido a região no mundo mais afetada pela mudança climática, com impactos severos em seu ecossistema, no modo de vida dos povos originários da região, nas dinâmicas de navegabilidade. Apesar de todos esses efeitos negativos, há por parte dos atores regionais – inclusive da Federação Russa – uma percepção de que o processo de redução da criosfera no círculo polar ártico pode ser uma oportunidade de expansão econômica e de integração global. Já que a ampliação das condições de navegabilidade regional permite a operacionalidade naval prolongada e a abertura do mar para exploração de recursos subaquáticos.

A Amplificação Ártica tem atraído a atenção e a ação da Rússia e dos demais países que dividem o espaço polar, permitindo a expansão de operações extrativas de hidrocarbonetos, expansão de pesca industrial, ampliação das operações logísticas transoceânicas (utilizando o Ártico como conexão mais curta entre os oceanos Atlântico e Pacífico). Isso, por um lado, atua como fato da natural competição inter-estatal de natureza econômica, mas por outro lado submete a região – já historicamente marcada por ciclos de disputas territoriais – a novos tensionsamentos de ordem não apenas econômica, mas militar.

Da mesma forma, também como já visto nos capítulos anteriores, o patriotismo integrativo de base nacionalista da Rússia criou as condições necessárias para uma auto-visão russa internacional que recoloca Moscou no centro geopolítico global, como ator relevante e poderoso, tendo ou não paralelos na realidade fática. De qualquer sorte, o Ártico ganha destaque central nessa forma de auto-visão, para além da construção imagética e identitária: é uma nova fronteira econômica e militar, na qual a Rússia deve se basear para apoiar o seu desenvolvimento e defesa, considerando aqui que o país segue sendo um dos países importantes e poderosos do mundo, apesar de suas contradições internas.

Para consolidação desse processo no Ártico mostraram-se como fundamentais algumas iniciativas políticas adotadas no âmbito da Federação Russa, também já trabalhadas ao longo dos capítulos anteriores: ações baseadas no estadismo (*gosudarstvennost*), com centralização e fortalecimento da autoridade política como forma de manutenção de integridade e ordem no nível interno;

proativismo na afirmação dos interesses da Rússia no plano internacional, com retomada de iniciativas da era soviética; retomada de incentivos estatais naquela região; reestruturação e recuperação das capacidades militares regionais no Ártico; reconstrução imagética polar como área preferencial russa; por fim, a retomada de um discurso nacionalista de base antiocidental.

Esses elementos se interconectaram com outros desdobramentos políticos da Rússia ao longo da primeira década do século XXI. Antes de prosseguirmos na análise da geopolítica russa para o Ártico, é importante a conectarmos com uma visão geral da política russa nesse período.

A eleição de Putin nos anos 2000 não trouxe, inicialmente, uma dinâmica de rivalidade com o Ocidente. No entanto, questões relacionadas à Invasão do Iraque pelos EUA em 2003, a Revolução Laranja na Ucrânia em 2004, e aos protestos contra Putin na sequência das eleições russas em 2011 alteraram a percepção de Moscou – e de Putin em particular - em relação à integração e articulação com o Ocidente. O discurso feito por ele na Conferência de Segurança de Munique, em 2007, trouxe esse novo tom: o de que a Rússia não se submeteria a nenhuma ordem forçada pelos EUA, ao passo em que buscaria construir sua própria visão de ordem europeia e mundial (Putin, 2007).

A invasão do Iraque pelos EUA em 2003, evidentemente, foi o pano de fundo para a construção desse discurso, e não sem razão: o desafio à ordem internacional feito unilateralmente por Washington tornou-se *leitmotif* do questionamento àquela. De qualquer sorte, e a despeito da presença desse fator-Iraque no discurso de 2007, o que estava em jogo naquele momento era a percepção russa – e de Putin em especial – de que o Leste Europeu deveria ser uma zona sujeita à influência da Rússia, não dos EUA, e de que o Kremlin não aceitaria outra alternativa.

Havia, ainda, o receio de que Geórgia e Ucrânia entrassem para a OTAN, e isso ficou claro ao longo dos anos de 2007 e 2008, com as contra-marchas das negociações para adesão daqueles países ao bloco militar ocidental. De qualquer sorte, mesmo com o posicionamento da OTAN de que nem Ucrânia nem Geórgia entrariam no bloco naquele momento (houve congelamento dos mecanismos de adesão), a Rússia empreendeu uma guerra já em 2008 contra a Geórgia, revertendo garantias dadas na década de 1990 por Yeltsin em relação ao *status* daqueles ex-estados do bloco soviético.

A decisão para essa invasão levou em conta o cálculo gilpiniano de que o benefício desse conflito seria maior que o custo, algo que se mostrou efetivamente real, tanto em virtude da conjuntura internacional geopolítica, dos desdobramentos da crise financeira global, bem como do enfraquecimento relativo da Europa e dos EUA, que precisaram amenizar as sanções contra Moscou para evitar retroalimentação ou agravamento da crise financeira global (os EUA nesse período ainda vivenciavam um agravamento das insurgências no Iraque em 2007-2008, com necessidade de remanejamento de tropas do Afeganistão para aquele país).

A vitória militar e política na Geórgia ajudou na consolidação interna de poder de Putin e seu grupo político. Como as sanções ocidentais em virtude da invasão da Geórgia (2008) foram pontuais, de curta duração, e bastante inefetivas, Moscou sentiu-se confortável em atuar mais assertivamente em termos geopolíticos, e voltou-se para as eleições ucranianas de 2010 na tentativa de manter aquele país na esfera de influência russa. A vitória de Viktor Yanukovich nesta eleição deu a Putin algum alento, já que o presidente-eleito da Ucrânia pendia mais para o lado russo que para o ocidental, embora tenha prosseguido no intento de um acordo de comércio com a União Europeia. Ocorre que, com o avanço dessas negociações entre Kiev e Bruxelas, Moscou precisou intervir, oferecendo um pacote de ajuda financeira de US\$ 15 bilhões e benefícios no preço do gás (Walker, 2013) em substituição ao acordo com a Europa.

Essa ação de Moscou criou problemas internos para o presidente Yanukovich, e gerou os protestos do Euromaidan que terminaram com sua deposição no início de 2014. Diante dessa conjuntura desfavorável, e enxergando – com ou sem razão – interferência ocidental nesse processo, Putin então mobilizou suas forças para incorporar a Crimeia à Rússia, numa operação controversa que envolveu ações de ocultação operacional e *plausibledeniability*, evitando assim uma violação direta do Direito Internacional e revestindo o processo de uma suposta legitimidade com base na autodeterminação dos povos da península. O receio de Putin era que os reflexos da deposição de Yanukovich e da onda antirrusa na Ucrânia afetassem a posição estratégica da Rússia na região, em especial com o fato de que uma das principais bases navais russas situavam-se naquela península, em território ucraniano cedido mediante acordo para a Marinha Russa (a base de Sebastopol).

A ação russa na Crimeia foi feita com base num “cálculo gilpiniano” de

custos marginais *versus* benefícios marginais, e teve na experiência anterior da invasão da Geórgia uma importante lição: a de que, num mundo globalizado, as sanções do Ocidente contra a Rússia seriam temporárias e inefetivas, dando mais liberdade ao Kremlin para atuar na perseguição dos seus objetivos de poder.

A geopolítica da Rússia nos seus vários eixos de ação, assim, tornou-se responsiva a esse tipo de cálculo puro de poder. E Moscou passou a orientar-se por essa avaliação marginal de custos e benefícios de maneira ainda mais incisiva no plano externo. No Ártico não foi diferente: ano de 2007 foi marcado pela instalação de uma bandeira russa no leito marinho do Oceano Ártico, na expedição Arktika. Apesar de ainda não estar claro, aquela ação representava uma alteração substancial na posição polar russa, buscando esticar a linha relacional regional que havia sido estabelecida ainda no período soviético. Putin estava mais uma vez fazendo cálculos de benefícios marginais *versus* custos marginais, e ampliando suas ações desafiadoras no Ártico.

Contudo, precisava-se de uma justificativa interna para esse tipo de tensionamento, sobretudo por conta da integração crescente entre o mercado e a sociedade russa e seus contrapartes europeus.

Assim é que o discurso oficial do Kremlin de que a OTAN empreendia um “expansionismo antirrusso” retornou, já na fala de Putin em Munique em 2007, como pauta central das políticas russas para o exterior. E esse passou a ser o principal bastião da geopolítica russa desde então. A nova geopolítica russa para o Ártico, consolidada nos documentos de 2008 e 2020, é resultado direto desse processo político.

É isto que iremos analisar no presente capítulo. E aqui será defendida a hipótese do presente trabalho, de que a Rússia efetivamente está aumentando seu comportamento agressivo no Ártico, a partir da percepção de Moscou do aumento de oportunidades econômicas e, simultânea e paradoxalmente, de vulnerabilidade estratégica criadas pelo novo cenário de degelo marítimo causado pela mudança climática na região, ao aliar percepção identitária do Ártico como zona preferencial russa com desconfiança paranoide em relação aos países ocidentais.

Para tanto, adotaremos a seguinte organização do capítulo:

Na primeira seção, será feita uma breve retrospectiva do histórico da ocupação russa do Ártico desde os seus primórdios pré-russos, ainda na fase da *Rus* de Kiev, passando pela Moscóvia e Czarado, até chegar ao Império, passando

pelo período da Era dos Descobrimentos (1400-1500), incluindo os ciclos de explorações geográficas polares (1500-1700), o período de consolidação territorial do Império Russo (1700-1800), e o “Longo Século XIX”⁵⁶ (1800-1914), até o período de transição do Império Russo para a União Soviética (1917).

Na segunda seção, será feita uma análise da consolidação territorial ártica na Rússia Soviética durante os primeiros anos de formação e Guerra Civil (1917-1921), a era leninista (1921-1924), a era stalinista até a Segunda Guerra Mundial no século XX (1924-1945) e em sua continuação durante os anos iniciais a Guerra Fria (1947-1954). Em sequência, ainda na mesma seção, será feita uma digressão sobre o período soviético pós-Stalin (1954 em diante) até a fase final de colapso do modelo de Guerra Fria (1989) e do próprio fim da União Soviética (1991), com seus impactos substanciais sobre a política russa para o Ártico. Este recorte temporal detalhado se justifica pelo fato de que o desenvolvimento gradual da política russa para o Extremo Norte sofreu influência de fatores internos e externos à Rússia, incluindo fatores tecnológicos derivados de conjunturas geopolíticas (como o desenvolvimento de aviação estratégica e de mísseis balísticos durante a Guerra Fria), e que tornou a fronteira norte da Rússia gradualmente uma “fronteira quente” em termos geopolíticos e militares, já que era o ponto de encontro estratégico entre os dois blocos geopolíticos liderados respectivamente pelos Estados Unidos e pela URSS. Adicionalmente, a segmentação desses vários períodos é derivada do nosso objetivo de pormenorizar algumas questões de política interna da URSS *vis a vis* seus desafios internacionais, que influenciaram a condução das políticas públicas e estratégicas de ocupação regional por enviados de Moscou.

Na terceira seção do capítulo, far-se-á uma análise da apropriação do espaço polar ártico pela sucessora da União Soviética, a Federação Russa, em três momentos: durante a gestão de Boris Ieltsin (1991-1999), durante o primeiro período do governo de Vladimir Putin (2000-2008) e durante a sucessão de gestões de Dmitri Medvedev (2008-2012) e o segundo período do governo de Vladimir Putin (2012-2022), encerrando em 2022 em virtude de dois fatores geopolíticos chave: a Guerra da Ucrânia (ainda em andamento em finais de 2023) e a edição da Estratégia da Federação Russa para o Ártico até 2035, publicada no primeiro semestre de 2023.

⁵⁶ Utilizamos aqui o conceito de “Longo Século XIX” definido por Eric Hobsbawm em sua “Era dos Impérios”, em virtude da similaridade geopolítica dos processos de conflito europeu derivado das políticas das grandes potências do período.

Essa divisão temporal tripartite, que parte da divisão bipartite elaborada por Thompson (2009), justifica-se como cronologia que abarca os períodos de declínio, reconstrução e expansão da Política da Federação Russa para o Ártico, e em paralelo com os períodos de aproximação, distanciamento e ruptura da Rússia com o bloco ocidental.

Na quarta seção retomaremos brevemente a discussão sobre as oportunidades econômicas no Ártico conforme percebidas pelos atores regionais, indicando o processo de evolução dos estudos americanos de 2009 para os estudos russos posteriores, para ao final estruturarmos nossa compreensão sobre um dos fatores do cálculo gilpiniano das ações russas.

Na quinta seção vamos analisar os documentos da Federação Russa fundamentais para compreensão da sua estratégia para o Ártico, em especial as Estratégias de 2008 e 2020, bem como outros documentos e discursos presidenciais que indicam a mudança negativa de tom de Moscou em relação à sua ação regional. Tais documentos e discursos serão postos em perspectiva da degradação relacional com o Ocidente, conectando a discussão da segunda seção com a da quarta seção.

Na sexta seção retomar brevemente a análise da escalada e degradação relacional entre Rússia e Ocidente a partir do discurso de Putin na Conferência de Segurança de Munique (2007), passando por uma rápida avaliação processual das guerras da Geórgia (2008), Crimeia (2014) e da invasão da Ucrânia (2022).

Na sétima e última seção faremos uma análise da distribuição de capacidades da Rússia no Ártico, das suas possibilidades de projeção de poder, *vis a vis* com suas estratégias regionais e globais de ação militar Defesa Ativa.

Ao final, será feita a conclusão do presente capítulo, demonstrando que a Rússia tem se tornado mais agressiva no Ártico, a partir de cálculos feitos por Moscou de benefícios e custos marginais de sua ação desafiadora ao sistema internacional, numa conjuntura específica e com um custo de oportunidade que a liderança daquele país considera factível.

Antes de iniciarmos o capítulo, no entanto, pensamos ser importante fazer um breve comentário. O presente trabalho não tem como foco central a análise da história do Ártico como macrorregião, nem da Rússia como estado. O foco é na nova geopolítica da Rússia, e ao falar em “nova” precisamos fazê-lo definindo o que seria a “velha” geopolítica.

O uso da história do Ártico e da Rússia neste trabalho está sendo feito com propósitos instrumentais, e portanto serão feitos de maneira interativa, mas não de forma exaustiva. Não serão trabalhadas com profundidade de Historiador questões mais específicas, nem do Ártico individualmente, nem da Rússia isoladamente. As histórias da ocupação humana no Ártico serão tratadas *pari passu* com o processo histórico de ocupação russa na região polar. Assim, elementos da história do Ártico que não envolvam a Rússia não terão destaque central neste capítulo. Da mesma forma, momentos cruciais da Rússia enquanto Estado que não tenham relação direta com – nem desdobramentos para – o Ártico poderão ter espaço no trabalho, mas o terão de forma subsidiária. Assim, eventuais lapsos temporais da análise são propositais, de maneira a não perdermos o foco analítico do presente trabalho.

Evidentemente, autores renomados de história geral do Ártico (McCannon, 2012; McGhee, 2005; entre outros) e história geral da Rússia (Bushkovich, 2012; Hosking, 2011; Semyonov, 1944; entre outros) servirão de base para o presente capítulo, associados a outros acadêmicos cuja pesquisa histórica, sociológica ou antropológica sobre a região polar são destacadas e relevantes (Naumov, 2006; Millar, 2004; entre outros). Para aprofundamento na história específica do Ártico e da Rússia, recomendamos a leitura destes autores e das obras aqui citadas. Mas repetimos o *disclaimer*: o objetivo deste capítulo histórico é fornecer bases fundamentais, porém breves, para a análise central desta obra, não sendo o presente capítulo uma tentativa intensiva de revisão de toda a história do Ártico nem da Rússia.

Dito isso, passemos à primeira seção deste capítulo.

4.1 “A ÚLTIMA TERRA IMAGINÁRIA”: DESCOBERTA E EXPLORAÇÃO DO ÁRTICO NAS VÁRIAS RÚSSIAS PRÉ-SOVIÉTICAS (900 d.C – 1917)

Antes de iniciar a seção, é importante justificar o motivo de um período temporal histórico tão prolongado para a cobertura do presente capítulo, indo da formação dos rudimentos de Estado russo antes dos anos 900 d.C. até o ano de 2024.

A importância do Ártico na geopolítica da Rússia não é fato recente, e remonta ao próprio processo de expansão, ocupação e consolidação do território polar na era imperial (Bushkovich, 2012) e mesmo antes dela (McCannon, 2012).

Apesar de ser uma região que aparenta ser geograficamente isolada, o Ártico é uma área comum que conecta as “duas” Rússias – europeia e asiática – em virtude de sua posição não apenas na divisão geográfica russa, mas também considerando a sua posição latitudinal no globo terrestre (Hønneland, 2016; Kaplan, 2013; Wood, 2011) e a própria curvatura do orbe.

Embora a ocupação russa no Ártico tenha se dado de forma *relativamente* menos violenta do que nas demais regiões do Império Russo (Bushkovich, 2012), a assimilação posterior dos povos originários à Rússia – e sua submissão ao poder estatal de Moscou – se deu de maneira similar à dos demais povos do Ártico, envolvendo russificação cultural para o exercício dos direitos básicos de cidadania imperial, soviética e federativa (Thompson, 2009).

O meio ambiente hostil do Ártico, no entanto, criou dificuldades diversas para a Rússia, e sua missão de dominação (ou domínio) do Norte – *osvoenie severa* – nunca chegou a se completar de maneira plena sem uma política de concessões para os povos circumpolares, cuja assimilação através de russificação forçada foi associada a um conjunto de benefícios nem sempre estendidos a outros povos da Rússia, das regiões geograficamente menos hostis à ocupação humana como o Cáucaso (Mello Neto, 2016; Thompson, 2009).

Adicionalmente, por se tratar de uma última fronteira humana de exploração e domínio possível na Rússia, o Ártico tornou-se parte de uma política de ocupação de caráter extraordinário por parte de Moscou, trazendo a necessidade de criação de um projeto específico para a apropriação territorial regional que envolvia algumas benesses para migrantes de outros lugares da Rússia serem atraídos para a região polar, uma forma de gestão política diferencial para os territórios árticos, bem como uma dinâmica de concessões econômicas para diminuir a resistência dos povos locais àquela forma de ocupação (Thompson, 2009).

Por esses motivos especiais e extraordinários, compreender a atual geopolítica da Rússia para o Ártico passa necessariamente pelo entendimento desse processo de apropriação do espaço polar por parte de Moscou, e sua incorporação à unidade estatal russa.

Também aqui mostra-se fundamental um esclarecimento: nossa menção às “várias Rússias” tem relação com o fato de que, no período compreendido, a estrutura política do que viria a ser considerada Rússia passou por inúmeras transições não apenas de pessoas, mas de sua própria natureza. A então *Rus* de

Kiev tornar-se-ia Moscóvia (com a ascensão de Moscou em detrimento de Novgorod, que por sua vez já havia substituído Kiev), posteriormente incorporaria tradições da Horda Dourada Mongol e dos Khanatos regionais para se tornar Czarado (com o reinado dos Ivãs, III e IV), chegando à fase Imperial, que teria duas grandes fases, com o declínio e queda da dinastia Rurik e a ascensão da dinastia Románov, que duraria até 1917, quando foi derrubada pela URSS. Assim, diante da diversidade de contextos históricos, cenários políticos e geopolíticos, optamos por mencionar nessa seção a ideia de “várias Rússias”. Dito isso, passemos à história.

A incorporação do Ártico à Rússia se confunde com o processo de anexação da Sibéria por Novgorod e posteriormente Moscou. A região já era conhecida dos povos que compunham a *Rus* pelo menos desde o século XI, onde pode ser encontrada a primeira menção da Sibéria nas *Crônicas de Novgorod* (1032). (Millar, 2004; Naumov, 2006). Outros povos, como Bretões e Irlandeses, já sabiam da existência de terras gélidas ao norte da Europa (McGhee, 2005), conhecimento que foi levado até mesmo a Carlos Magno, rei dos francos e primeiro imperador do Sacro Império Romano (McGhee, 2005). Da mesma forma, as tribos *vikings* da Escandinávia se lançaram à exploração da região próxima ao círculo polar ártico, com destaque para Gardar Svavarsson e Floki Vilgerderson (McGhee, 2005). No entanto, neste período da história, os poucos relatos remanescentes com alguma verossimilhança ou comprovação histórica indicam como ponto máximo de exploração a Islândia, feita por Bretões, Irlandeses e Escandinavos.

É possível que outros povos – em especial os originários da América do Norte – tenham explorado o Ártico desde antes do ano 1000 d.C., em especial a partir da Groenlândia, do território canadense e do Alaska, mas não existem, registros históricos destes povos (problema que se estende aos povos originários da Sibéria pré-russa) em virtude da tradição majoritariamente oral de identidade e memória história desses povos (McCannon, 2012). De qualquer sorte, a chegada efetiva dos europeus na região do Ártico (McCannon, 2012) no século XVI – em especial a expedição de Martin Frobisher e Christopher Hall em 1576 - promoveu esse “encontro” de povos, em especial com os Inuítes, caçadores-coletores que habitam o norte do continente americano entre a Groenlândia o Alaska (McGhee, 2005).

Foram os russos, no entanto, que tiveram maior papel na exploração do Ártico (McCannon, 2012), e nisso diferiram dos demais povos europeus por alguns fatores.

O primeiro deles é a proximidade geográfica que a então nascente Rússia (na transição entre *Rus*, Moscóvia e Czarado) tinha do Ártico. Nisso, russos se aproximavam dos Escandinavos e dos habitantes das Ilhas Britânicas (centrais na passagem de *GIUK*⁵⁷). No entanto, enquanto a geografia da Escandinávia e das Ilhas Britânicas era de descontinuidade e isolamento (por fiordes ou pela insularidade), o que favoreceu a exploração do Ártico através de embarcações e na direção oeste, a “Rússia”⁵⁸ mantinham continuidade territorial com o Ártico, favorecendo exploração terrestre em direção a leste (McCannon, 2012).

O segundo deles é a questão da formação territorial e política dos estados nascentes: enquanto nas Ilhas Britânicas e na Escandinávia já havia ocorrido uma forma de centralização de poder – ainda que não necessariamente uma conformação dos estados nórdicos ou da Inglaterra como conhecemos contemporaneamente – na “Rússia” essa centralização e conformação ainda estavam num lento processo de maturação, que teria início por volta do ano 1000 d.C. e só se consolidado em meados do século XVI, quando o Czarado da Rússia definiu a centralidade política de Moscou no arranjo de poder eslavo do norte (Mello Neto, 2016).

O terceiro deles é a questão de uma certa “limitação” da expansão da “Rússia” em termos territoriais: nação eminentemente terrestre, a Rússia se via limitada ao sul e a oeste por povos caucasianos e asiáticos, e a leste pela cordilheira dos Urais. O norte, a despeito de ter natureza hostil e extrema, era uma região lógica de expansão livre e desimpedida para os povos russos, enquanto outros povos insulares (Bretões/Ingleses) ou continentais (Francos/Franceses, Italianos⁵⁹,

⁵⁷ A passagem de GIUK (ou GIUK Gap) é uma região de transição marítimo-insular próxima ao círculo polar que engloba Groenlândia, Islândia e Reino Unido (United Kingdom no inglês, formando assim a sigla GIUK).

⁵⁸ Utilizarei em alguns momentos o nome Rússia entre aspas, porque no período referido (anteriormente ao século XIV) não havia uma Rússia como unidade política e identitária, nem como país. Havia sim a estrutura política da *Rus*, posteriormente Moscóvia e posteriormente Czarado da Rússia, que foram as estruturas políticas que originaram o Império Russo e a Rússia Moderna e Contemporânea.

⁵⁹ Europeus ocidentais e do sul tiveram papel relativamente importante na descoberta do Ártico do lado americano. O veneziano Giovanni Caboto, a serviço do rei inglês Henrique VII, descobriu em 1497 a terra de Newfoundland, atual Canadá. Em 1500 o português João Fernando, a serviço da coroa lusitana, alcançou a Groenlândia. No entanto, o foco nas Índias e nas demais possibilidades territoriais do continente americano ao sul fez com que os reinos da Europa Ocidental e do Sudoeste abandonassem as explorações ao extremo norte e se focassem na expansão marítima a sul ou à consolidação de territórios habitáveis nos atuais Canadá e Estados Unidos. As duas únicas exceções notável são a do explorador holandês Willem Barentsz, que tentou em 1594 e 1595 cruzar a passagem nordeste (pela Rússia), porém ficou aprisionado no Mar de Kara e morreu nessa expedição, e do mercador e explorador inglês Henry Hudson, que a serviço da

Portugueses, Holandeses e Espanhois) que se lançaram em expedições ao redor do mundo, por ter acesso facilitado a águas não-congelantes durante todo o ano.

O registro histórico dos encontros europeus do norte com os povos do Ártico ficaram consolidados em narrativas de viagens feitas nas *Sagas* nórdicas (com especial destaque para as *Edda*), nas primeiras crônicas russas (da qual as já referidas *Crônicas de Novgorod* se destacam) e os contos irlandeses de viagens (chamados *immrama*). Esses relatos de viagem, no entanto, deixam claro que o objetivo de exploração se estruturava a partir de pura exploração geográfica, comércio ou expedição com fins religiosos.

É importante destacar que a centralidade do papel dos vikings na ocupação territorial do Ártico deu-se muito em virtude de discordâncias, na Escandinávia, sobre a centralização do poder monárquico (que naquele momento ocorria como parte do processo de formação dos estados nórdicos) e a necessidade de submissão dos povos vikings a uma autoridade centralizada.

Limites importantes foram cruzados nos séculos IX e X, quando os invasores e colonizadores vikings, impulsionados por desejo de aventura, superpopulação e uma teimosa recusa em se submeter a monarcas centralizadores, varreram o Norte [...] Muitos dos movimentos dos vikings remodelaram o cenário político da Europa ao criar novos estados, como na Irlanda, Normandia e a região Danelaw na Inglaterra. Outros dois lugares foram a Islândia e a Rússia (McCannon, 2012, p. 68).

Foi assim que, a partir do século VIII, diversos territórios outrora ocupados na região Ártica passaram a ser colonizados, começando pela Islândia nas primeiras décadas de 700 d.C. Apesar da colonização no século VIII, a característica ainda descentralizada dos vikings que ocuparam Reykjavik fizeram com que a nação da Islândia só fosse fundada em 870 d.C. por Ingólfur Arnarson. Mais ou menos nesse mesmo período as Ilhas Faroer (território insular pertencente à atual Dinamarca, assim como a Groenlândia) foram ocupadas.

Esses territórios serviram de base para um espalhamento de povos escandinavos⁶⁰ por toda a região do Ártico: a Islândia serviu de base para a

Rússia chegou próximo à Novaya Zemlya, embora essa região já fosse conhecida pelo menos desde o ano 1000 por povos da região. Posteriormente, o nome anglicizado do holandês daria o nome do Mar de Barents no norte da Rússia, e o de Hudson nomearia a baía e o estreito no Canadá, bem como o rio nos EUA (McCannon, 2012).

⁶⁰ Também a ocupação das Ilhas Britânicas foi fortemente influenciada por migrações vikings a partir da Escandinávia. Isso demonstra que, a despeito de não estar na zona do Ártico, o Reino Unido está conectado a esse ecossistema geopolítico, por fazer parte da chamada passagem de *GIUK*

ocupação viking da Groenlândia, e os povos varangianos de origem sueca fizeram parte da ocupação da Finlândia e Rússia (McCannon, 2012), e apoiaram na fundação da própria Rus de Kiev, que posteriormente se tornaria a base étnica, política e nacional da Rússia (Bushkovich, 2012). Ali, através dos lagos e florestas da Rússia setentrional, eles construíram as cidades de Staraya Ladoga (Aldeigji) e [Veliky] Novgorod (Holmgard) (McCannon, 2012, p. 69), a primeira cidade próxima ao Lago Ladoga na fronteira finlandesa (próxima a Petersburgo) e a segunda próxima à Península de Kola, já no círculo polar Ártico.

O referido povo varangiano (precursor dos ruskievianos, novgorodianos, moscovitas e, conseqüentemente, dos russos) promoveu o mapeamento rudimentar das rotas para norte e para leste em busca de riquezas já no século 9, mas os pioneiros na colonização da região norte da Rússia foram os novgorodianos:

O caminho para o nordeste havia sido traçado em parte pelos varangianos. Eles haviam penetrado já no século IX no país de Perm, em Biarmia, que se dizia possuir riquezas fabulosas, e por dois séculos haviam enviado expedições para lá [...] Os novgorodianos foram pioneiros na colonização do norte e vieram a si mesmos, como pioneiros o fazem, como portadores da civilização e como missionários (Semyonov, 1944, p. 5).

Os processos de formação primitiva das nações e de consolidação da sua presença na região do Ártico estavam mais ou menos concluídos por volta de 900 d.C.

No século IX, quase todos os estados europeus que agora consideramos nações árticas já haviam surgido: a Noruega sob a dinastia fundada por Harald Fairhair e seu filho Eirik Bloodaxe; a Rus' de Kiev sob os grandes príncipes que se dizia descendem de Rurik; a Suécia sob os herdeiros de Erik o Vitorioso, que uniram as terras de Svealand e Götaland (terra dos Geats de Beowulf); e a Dinamarca sob a família de Harald Bluetooth. Apenas a Finlândia não se concretizou, com a maior parte desse território passando sob domínio sueco após o tratado de Nöteborg em 1323 e permanecendo lá até o início dos anos 1800 (McCannon, 2012, p. 69).

Apesar disso, durante a Idade Média o controle efetivo de território no Ártico por parte destas nações – apesar de todo o interesse - era tênue, quando não inexistente. Apesar dos incentivos econômicos existentes para a ocupação da região – pescado, peles, madeira e alguns minerais preciosos – a dificuldade geográfica em

(ou GIUK *gap*), área naval entre Groenlândia (G), Islândia (I) e o Reino Unido (UK, do acrônimo em inglês para *United Kingdom*).

virtude do clima extremo e a fragmentação política feudal contribuíram para isolar o Ártico de uma ocupação mais efetiva por parte das nações que a bordeavam.

Ainda assim, e a despeito da natureza selvagem e extrema, os incentivos econômicos seguiam atraindo aventureiros e exploradores, considerando que “ainda havia riqueza a ser tomada no Norte, e terras para reivindicar, e pagãos para trazer para Cristo” (McCannon, 2012, p. 70). E isso, por si só, justificava o apoio que as nações passaram a dar para que tais aventureiros e exploradores, em seus nomes, ocupassem a região, seja de forma provisória (através de marcações de presença, marcos de fronteira ou “bandeiras fincadas”⁶¹), seja de forma permanente (através de assentamentos locais). O Ártico era, portanto, uma fronteira de expansão territorial, econômica e religiosa.

Na Europa da Alta Idade Média, as campanhas mais prolongadas de colonização ártica foram direcionadas ao noroeste da Rússia e suas regiões vizinhas e, mais a oeste, às ilhas atlânticas, incluindo Islândia e Groenlândia. Na Rússia, a entidade pioneira foi Novgorod, transformada entre os séculos IX e XII de um reduto viking para uma metrópole comercial próspera, cuja forma de governo local, embora não democrática no sentido moderno, era mais representativa do que qualquer outra disponível na Rússia, ou mesmo na maior parte da Europa (McCannon, 2012, p. 70).

No caso específico da Rússia (então no processo de consolidação da Rus com ascensão do poder novgorodiano), uma vez consolidada sua base de poder regional imediata, Novgorod iniciou um processo de expansão através dos Urais para leste: no início do século XII tinha o controle de toda a região entre o lago Ladoga e a foz do rio Dvina do Norte (no Mar Branco, próximo às atuais cidades de Severodvinsk e Arkhangelsk).

Entre os séculos XIII e XIV, Novgorod assumiu o controle do território costeiro ártico na maior parte da Karélia e da Península de Kola, chegando até a foz do rio Ob, na parte ocidental da Sibéria, e abrindo espaço para a colonização do arquipélago ártico de Novaya Zemlya (cujo conhecimento geográfico de sua existência remota ao século XI). Interessante notar que as iniciativas estatais de Novgorod – assim como no processo de expansão marítima dos países da Europa Ocidental – envolveu amplamente o uso de “saqueadores marítimos”, (*ushkuiniki*),

⁶¹ O uso do termo “fincar a bandeira” tem por intenção fazer uma conexão simbólica desses primeiros exploradores do Ártico com a expedição que a Rússia levou até o fundo do Oceano Ártico, fronteira ainda relativamente inexplorada, e com o ato de “fincar uma bandeira” no leito oceânico feito por um submarino russo no ano de 2007 pela expedição *Arktika*.

que por suas características mesclavam atos de piratas com o de saqueadores vikings, sendo utilizados nesse tipo de investida territorial até princípios do século XV, quando foram perseguidos e extintos pelo poder central novgorodiano (McCannon, 2012, p. 70-71).

O processo de ocupação do Ártico pela Rússia, especificamente, esteve profundamente associado à exploração de recursos naturais:

Muitas *commodities* atraíram Novgorod para o Norte: âmbar e mel das florestas; falcões-gerifaltes, enviados para caçar nas cortes nobres de toda a Europa; óleo de baleia e de foca; e marfim, retirado de morsas e ocasionalmente de narvais. Valorizado acima de tudo, porém, estava a riqueza da pele de animais, com esquilos, raposas, martas e zibelinas em alta demanda por toda a Europa e em outros lugares do mundo, e peles de foca e de urso também trazendo lucros bem-vindos. A extração de recursos na fronteira ártica trouxe os novgorodianos e, com o tempo, outros russos, em contato com os nativos que habitavam 'longe nas terras da meia-noite', como descreve as Crônicas de Nestor (McCannon, 2012, p. 71).

Esse processo de expansão para exploração de recursos naturais gerou, obviamente, conflitos com os povos indígenas locais: quando estes não aceitavam comerciar com os russos, sofriam retaliações e eventualmente eram mortos. O desgaste desse tipo de política “misturava comércio, derramamento de sangue e competição por recursos” (McCannon, 2012) foi gradualmente dando espaço para uma política (igualmente violenta) de assimilação cultural e religiosa, com processos de cristianização e subjugação cultural de povos nativos da região (McCannon, 2012), adotada pela Rússia entre os séculos XIV e XV. Curiosamente, os povos russos (ou de origem eslava) que seguiram para o norte nesse fluxo migratório de ocupação, gradualmente adotaram uma identidade própria, polar e ártica:

Ao chegarem ao Ártico, vários russos se integraram aos modos de vida locais. Entre eles, destacam-se os Pomores, ou ‘pessoas do mar’, descendentes dos novgorodianos e outros forasteiros que colonizaram a costa do Mar Branco e as bacias dos rios Dvina e Onega. Etnicamente eslavos, com uma cultura de fronteira distinta e uma considerável mistura com os nativos, os Pomores, em alguns aspectos, se assemelham a uma versão marítima e de clima frio dos Cossacos do Sul da Rússia e da Ucrânia (McCannon, 2012, p. 71).

Esse processo de conformação identitária polar, embora ocorrido nos primeiros assentamentos criados no Ártico no início do século XIV, perduraria – guardadas as devidas proporções e ajustamentos históricos – até o período

soviético, com um conjunto de forasteiros da região polar adquirindo uma identidade própria ao migrar para a região.

Se, de um lado, Novgorod conseguiu expandir os domínios e o conhecimento sobre a região ártica da “Rússia”⁶², do outro a ocupação territorial efetiva da região polar – enquanto domínio territorial de um estado - só ocorreria de maneira concreta e diretamente na fase final de existência do Grão-Ducado de Moscou (ou Moscóvia, então um protoestado europeu nascente), sob Ivan IV (o Terrível), que lançou as bases para a consolidação territorial russa sobre o Ártico no ano de 1533, após ter herdado o território ártico que Ivan III O Grande conquistou ao derrotar Novgorod e estabelecer a supremacia de Moscou sobre o amplo território eslavo.

É importante destacar que, no período entre os séculos XIV e XV, a Escandinávia passou por uma série de agitações políticas, com unificações e secessões de Estados em processo de formação, impactos da Peste Negra de 1349 na organização política local, unificação das coroas da Noruega, Suécia e Dinamarca entre as décadas de 1310 e 1380 d.C., bem como o processo confederativo da Liga Hanseática na Europa Setentrional entre o Mar do Norte e o Mar Báltico (McCannon, 2012). Essas agitações e (relativamente frequentes) alterações cartográficas e de poder facilitaram o processo expansionista da Rússia, que nesse período vivia uma centralização sem precedentes em torno do Estado da Moscóvia, que aproveitou a *fortuna* e a *virtú* para expandir seus domínios para norte e para leste. Esse processo fora liderado por Ivan III, que livrou-se do jugo mongol e subjugou Novgorod, ambos substituídos respectivamente pelos russos e por Moscou no controle do poder regional eslavo, inclusive sobre a região do Ártico (McCannon, 2012).

Mas vai ser sob Ivan IV que, em virtude do processo inicial de construção do Czarado da Rússia, outros territórios do Ártico são anexados à zona de poder moscovita, em especial aqueles entre a Península de Kola e o norte dos Montes Urais (Bushkovich, 2012; Millar, 2004), exceto aqueles que já haviam sido conquistados por Novgorod – *ushkuiniki*, uma espécie de “corsário” russo - nos séculos XIII e XIV em guerras contra suecos e noruegueses (McCannon, 2012) e absorvidos por Moscou na tomada de Novgorod (McCannon, 2012).

⁶² Ver nota 3 sobre a adoção do termo Rússia entre aspas.

Este processo é, inclusive, um dos elementos fundamentais para a estruturação da Rússia como estado imperial, concluído pelo mesmo Ivan IV em 1547. A agregação do Ártico no território russo está ligada, assim, ao próprio processo de surgimento da Rússia enquanto país (Bushkovich, 2012; Naumov, 2006; Thompson, 2009), e o papel de Ivan IV nessa empreitada em direção ao Norte merece destaque. É o que ensina McCannon (2012, p. 96):

Foi Ivan IV, ou o Terrível, mais lembrado pelos tormentos macabros que infligiu ao seu país, quem avançou na causa da supremacia ártica além deste ponto. Ele fez isso de duas maneiras cruciais. Primeiro, ao aceitar as propostas de Richard Chancellor em 1553 para o comércio entre a Rússia e a Inglaterra, possibilitou a criação da Companhia de Moscúvia da Inglaterra e, em 1584, a construção de Arkhangelsk no Dvina Norte. Arkhangelsk rapidamente superou a cidade Pomor de Kholmogory como o principal centro da região e continua sendo um dos dois portos mais importantes da Rússia ártica – o outro é Murmansk, fundado séculos depois no Kola. Igualmente importante foi a abertura da fronteira oriental por Ivan, começando com a conquista das cidades-estado tártaras de Kazan e Astrakhan em 1552 e 1556. Com esses inimigos removidos e com os Khanty e Mansi do lado próximo dos Urais pacificados, o caminho para a Ásia estava agora livre.

É interessante notar que o interesse de Novgorod – e posteriormente do Czarado – pelo norte era fundamentalmente relacionado à exploração de *commodities* e de rotas comércio (McCannon, 2012), além de ponta-de-lança para consolidação estratégica do território para Norte e para Leste, percepções que, guardadas as devidas proporções históricas, permanecem constantes no Ártico hoje. Este interesse comercial também foi compartilhado por outros países que buscaram a exploração do Ártico desde o século XVI, com destaque para os Países Baixos (Amsterdã em especial), a Inglaterra, a Noruega, a Dinamarca e, até certo ponto, a França. Apesar desse interesse inicial, seria apenas no século XIX que esses países se lançariam efetivamente numa “corrida pelo Ártico”.

O impacto da descoberta das Américas por Colombo, e dos caminhos alternativos para a Ásia através da circum-navegação africana pelos portugueses e circum-navegação sul-americana pelos espanhóis, não fez esmorecer o interesse europeu pelo Ártico. Muito pelo contrário: expedições polares passaram a buscar caminhos e rotas através do Ártico até a Ásia (McCannon, 2012):

Após a década de 1480, as rotas marítimas ao redor da África para Cathay e as Índias estavam abertas para os portugueses, e o inesperado desembarque de Cristóvão Colombo no Caribe entregou grande parte das

Américas às mãos dos espanhóis após 1492. Com a riqueza lendária do Oriente em jogo, era inevitável que os países com acesso ao Oriente buscassem maneiras mais rápidas de chegar lá, e aqueles sem acesso, como os ingleses, franceses e holandeses, estivessem ansiosos para encontrar suas próprias rotas. Assim, marinheiros de toda a Europa começaram a considerar que a Ásia poderia ser alcançada a partir do Atlântico navegando pelos mares árticos, seja ao longo da costa do norte da Eurásia ou através das águas ao norte das terras que Colombo trouxe à sua atenção. Assim começou a busca pelas Passagens do Nordeste e do Noroeste, uma busca que impulsionou grande parte da exploração ártica dos 400 anos seguintes (McCannon, 2012, p. 75).

O início da Era das Grandes Navegações⁶³ teve esse impacto em relação ao Ártico: a busca por exploração de novos lugares no mundo então desconhecidos fez com que a região polar se tornasse simultaneamente uma *área final* a ser descoberta e uma *passagem para novos mundos* a ser aproveitada. E esse processo, na visão de McCannon (2012, p. 75) definiu a região pelos 400 anos seguintes, com pioneiras iniciativas inglesas e portuguesas de envio de exploradores para buscar a passagem em 1497 (Giovanni Caboto, pela Inglaterra) e em 1500 (João Fernando e Gaspar Corte Real, por Portugal), posteriormente replicadas por outros países europeus, incluindo a Rússia, em seus processos de consolidação de seus respectivos Estados.

O processo, uma vez iniciado, não seria interrompido. Muitas mais expedições partiram para o noroeste durante o século XVI, acumulando dados valiosos para os cartógrafos europeus e semeando a América do Norte setentrional com suas primeiras colônias europeias. Um esforço paralelo enviou exploradores europeus para o nordeste, além da costa escandinava e para as águas frias da Rússia, com mercadores, caçadores e baleeiros a segui-los. Como em muitas partes remotas do mundo, o impacto do expansionismo ocidental seria sentido no Ártico ao longo da era moderna, tanto em termos humanos quanto ambientais (McCannon, 2012, p. 76).

O caso russo não foge à regra geral do desenvolvimento dos Estados europeus. Entre 1547 e 1689 os diversos czares russos que sucederam a Ivan IV

⁶³ Período também conhecido como Era dos Descobrimientos, marcou grosso modo a expansão das nações europeias entre os séculos XV e XVII. O termo destacado no texto principal – Grandes Navegações - tem sido preferível a Descobrimientos em virtude de todo o debate decolonial, que busca afirmar não terem sido as terras “descobertas”, porque já havia povos e civilizações morando nessas terras, mas sim exploração e apropriação territorial por parte dos Estados Europeus. Por isso preferimos utilizar o termo Era das Grandes Navegações. Outra questão importante é que esse período se sobrepõe e se interconecta com a chamada *Age of Sail*, que não tem tradução oficial na historiografia de língua portuguesa, mas pode ser livremente traduzida como Era da Navegação a Vela, período compreendido entre os séculos XV e XIX, quando o maior volume de navegação marítima era feita por barcos a vela. Por fim, também é fundamental recordar que esse período se intercala com a Era do Renascimento, num relacionamento causal-consequencial retroalimentado.

promoveram a expansão para os outros espaços territoriais da Sibéria, tanto como forma de subjugação dos nativos quanto com forma de conter, derrotar, dominar e ocupar o Khanato da Sibéria (Bushkovich, 2012; Millar, 2004), bem como dominar povos não-eslavos na região mais ao norte das estepes pré-Urais, inclusive aqueles povos descendentes dos novgorodianos, como os pomores (McCannon, 2012).

Essa necessidade expansiva e de dominação territorial vinha do próprio processo de formação do Estado russo, em sua conversão de Rus de Kiev em Czarado da Moscóvia, e posteriormente sua centralização na forma do Império Russo (Bushkovich, 2012). Como ensina McCannon (2012, p. 77), “a formação inicial do Estados modernos e a construção de impérios deu aos governos mais razão para impor sua vontade em territórios ultramarinos e periféricos”.

Da mesma forma, o processo de transição de poder russo entre Novgorod e Moscou foi fundamental na expansão para o Norte. Novgorod estava, então, no seu mais alto nível de prosperidade e poder, mas já começava a dar sinais das tensões que culminariam com seu colapso (Semyonov, 1944, p. 9-10). Esse período marcou um processo de expansão do comércio de Moscou em direção ao norte e ao leste, através da grande bacia do rio Volga para as cidades de Ustyug e Kazan. Moscou, da mesma forma, explorou a bacia do rio Dvina para gradualmente se apropriar de regiões e rotas de comércio pertencentes a Novgorod em direção ao Mar Branco e à Península de Kola, o que foi gradualmente dando à unidade de poder moscovita mais e mais poder, que culminaria em sua supremacia em relação a Novgorod (Hosking, 2011; Semyonov, 1944).

Por conta dessa necessidade consolidatória do então protoestado russo, tal expansão territorial servia também como forma de buscar ampliar fronteiras para consolidar o estado a partir de Moscou (Thompson, 2009), além de conter as tentativas de outros países de adentrar no espaço ártico, visto pela Rússia como preferencial seu (McCannon, 2012). Nesse contexto, a vitória de Moscou contra Novgorod na batalha do rio Shelon (1471) marcou o início do colapso da república novgorodiana, e a ascensão moscovita como núcleo de poder regional (Semyonov, 1944, p. 13).

Também nesse contexto, a expansão para a região siberiana teve um marco fundamental: a expedição preemptiva do cossaco Yermak Timofeyev contra o Khanato Sibir, entre 1581 e 1584, numa ação contratada por um nobre da Moscóvia, Maksim Stroganov, posteriormente validada por Ivan IV (McGhee, 2005, p. 61;

McCannon, 2012, p. 96). Uma vez consolidado o domínio sobre Novgorod, Moscou voltou-se contra as demais entidades políticas existentes na miríade territorial russa, com vistas à sua unificação em torno de um Estado.

É importante destacar que o Ártico era visto por todos os países Europeus de uma forma dual, já tratada anteriormente, como zona de passagem e de exploração, já que possuía “riquezas próprias que o tornavam mais do que apenas um caminho entre dois oceanos” (McCannon, 2012). Essa visão trouxe à região, desde sua exploração inicial, uma tendência geopolítica de conflitos, adormecidos tão somente enquanto a natureza hostil dificultasse sua efetiva ocupação e exploração de recursos naturais para além de pescado, caça de focas e de baleias, e exploração de peles e alguns poucos recursos florestais.

Entre 1689 e 1801, com a consolidação do estado russo já praticamente concluída, houve a incorporação dos territórios do chamado “Extremo Oriente Russo”, que compreendem extremo leste da Península de Behring e da Península de Kamchatka (Thompson, 2009).

Este período, também conhecido como Era das Explorações do Norte (Naumov, 2006), passa pelo governo de importantes figuras políticas dos séculos XVII, XVIII e XIX, entre eles o reinado de Pedro o Grande (1682-1725), que buscou firmar a Rússia como uma potência naval, mudou a capital para São Petersburgo para fortalecer a Marinha Russa, e foi financiador de diversas expedições⁶⁴. A competição com outros países pelo domínio do Ártico se intensificou já no início do século XVII, e conforme McCannon (2012, p. 93) afirma, “entre 1610 e 1640 as nações da Europa enviaram entre 500 e 600 navios por ano até Spitsbergen [ilha ártica na costa da atual Noruega] e para os mares Branco e de Barents”. Pedro o Grande herdou, portanto, um desafio considerável em relação à disputa por recursos econômicos e produtivos e rotas de comércio com países europeus. Posteriormente, a caça a focas e baleias tornou-se outro ponto de atrito, que legaria para o século XIX a “corrida pelo Ártico”.

Importante destacar que, na visão esboçada por McCannon (2012, p. 93), “a consolidação do estado significava maior controle sobre recursos naturais, e também sobre as populações nativas e periféricas”. Isto representou um ciclo de

⁶⁴ Os sucessores de Pedro deram continuidade a essa política, em especial Catarina I, Pedro II e Anna Ivanovna, que governaram a Rússia entre 1725 e 1740; Catarina, a Grande também daria continuidade a essa política em seu reinado (1762-1796).

retroalimentação na construção do Estado russo para o norte: consolidar o Estado para dominar o norte e, ao mesmo tempo, dominar o norte para consolidar o Estado.

A religião também teve um aspecto importante na ocupação do Ártico, em virtude da necessidade de cristianização das populações nativas daquela região. Essa necessidade, para além de uma demanda interna de cada Estado, envolveu também um contexto Europeu: os conflitos religiosos oriundos da Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero em 1517 impuseram a católicos, protestantes e ortodoxos a urgência de cristianizar a seu modo os povos nativos dos seus domínios longínquos do Norte (McCannon, 2012; Semyonov, 1944).

Do lado americano do Ártico a perspectiva foi diversa: apesar de um incentivo geral à cristianização, a baixa organização da infraestrutura das colônias francesas e inglesas da América do Norte (mormente do Canadá) fez com que a opção dos colonos tenha sido de extermínio, e não de cristianização, para evitar concorrências no mercado de peles, ou para eliminar fisicamente os concorrentes, muitos deles de origem indígena (McCannon, 2012). Isto porque numa conjuntura de baixa organização urbana e governamental, e do baixo controle social derivado dessas ausências, políticas aplicadas de cristianização ficaram em segundo plano ante a necessidade de sobrevivência e comércio. O extermínio físico tornou-se, assim, uma prática ligada aos objetivos comerciais, e usou a religião fundamentalmente como viés de confirmação de uma pretensa “alteridade selvagem” que precisaria ser destruída.

Da mesma forma, cremos que essa opção por extermínio em vez de cristianização se aplica ao continente americano em virtude da ausência, naquela região, de um processo de conflitos religiosos cristãos como os que estavam ocorrendo do outro lado do oceano, no continente europeu.

A América do Norte, aliás, foi um lugar de fuga para aquelas minorias religiosas que estavam sendo perseguidas na Europa, motivo pelo qual não houve – regra geral – espraiamento das guerras religiosas europeias para o outro lado do Oceano Atlântico – e do Ártico. Até mesmo exploradores como Martin Frobisher rivalizaram e brutalizaram nativos do extremo norte americano, embora outros como John Davis tenham buscado agir de forma diversa, e mantido relações relativamente cordiais com inuítes e esquimós (McCannon, 2012, p. 83-84).

Os períodos compreendidos entre o final do século XV e o final do século XVII representaram um inédito crescimento em expedições exploratórias organizadas por

países Europeus para o Ártico, para além de busca de recursos: novas terras propícias para ocupação eram buscadas, assim como passagens para a Ásia. A quadro abaixo traz algumas das principais expedições para o Ártico nesse período.

Quadro 6 - Lista de expedições oficiais de Estado para o Ártico nos séculos XVI e XVII, com indicação do respectivo ano, explorador, país de bandeira da expedição, e local encontrado

ANO	EXPLORADOR	PAÍS DE BANDEIRA	REGIÃO POLAR
1496	Grigoriilstoma	Moscóvia	Rússia e Noruega
1497	João Caboto	Inglaterra	Canadá
1499	William Weston	Inglaterra	Canadá
1500	João Fernando	Portugal	
1500-1501	Gaspar Corte Real	Portugal	Canadá
1502	Miguel Corte Real	Portugal	Canadá
1520-1521	João Fagundes	Portugal	Canadá
1524	Giovanni da Verrazano	França	Canadá e Estados Unidos
1527	Robert Thorne	Inglaterra	Canadá
1534	Jacques Cartier	França	Canadá
1535-1536	Jacques Cartier	França	Canadá
1541-1542	Jacques Cartier	França	Canadá
1553-1554	Hugh Willoughby	Inglaterra	Rússia
1576	Martin Frobisher	Inglaterra	Canadá
1577	Martin Frobisher	Inglaterra	Canadá
1578	Martin Frobisher	Inglaterra	Canadá e Groenlândia
1578-1579	MorgensHeinston	Reino da Dinamarca-Noruega	Groenlândia
1579	James Allday	Reino da Dinamarca-Noruega	Groenlândia
1580	Arthur Pet	Inglaterra	Rússia
1581	MorgensHeinston	Reino da Dinamarca-Noruega	Groenlândia
1585	John Davis	Inglaterra	Canadá e Groenlândia
1586	John Davis	Inglaterra	Canadá e Groenlândia
1587	John Davis	Inglaterra	Canadá e Groenlândia
1594	Willem Barentsz	Países Baixos	Rússia
1595	Cornelius Nay	Países Baixos	Rússia
1596-1597	Willem Barentsz	Países Baixos	Noruega e Rússia
1605-1607	John Hall	Reino da Dinamarca-Noruega e Inglaterra	Groenlândia
1607	Henry Hudson	Inglaterra	Canadá e Estados Unidos
1608	Henry Hudson	Inglaterra	Canadá
1609	Henry Hudson	Países Baixos	Canadá
1610	KondratiiKurochkin	Czarado da Rússia	Rússia
1610-1611	Henry Hudson	Inglaterra	Canadá
1612	William Baffin	Reino da Dinamarca-Noruega	Groenlândia
1615	William Baffin	Inglaterra	Canadá
1616	William Baffin	Inglaterra	Canadá
1619-1620	Jens Munk	Reino da Dinamarca-Noruega	Canadá
1633-1634	Ivan Ivanovich Rebrov	Czarado da Rússia	Rússia
1641	Dmitri Zyryan	Czarado da Rússia	Rússia
1646	Ivan Ignatyev	Czarado da Rússia	Rússia
1648	Semyon Dezhnev	Czarado da Rússia	Rússia
1649	Mikhail Stadukhin	Czarado da Rússia	Rússia
1686-1687	Ivan Tolstoukhov	Czarado da Rússia	Rússia

Fonte: elaborada pelo autor com base em McCannon (2012).

Nota: Destaque-se neste quadro que as expedições listadas não excluem eventuais missões comerciais de baleeiros, caçadores de focas ou exploradores de recursos econômicos, nem de *raids* vikings, que ocorreram no Ártico desde pelo menos o ano 900 d.C. O foco daquelas primeiras, diferentemente da busca comercial destas últimas, era a exploração e mapeamento feito em nome do monarca do respectivo estado, numa busca por novas terras e por uma passagem ao norte para a Ásia. Por esse motivo, deixaram extensos registros, diferentemente das milhares de expedições comerciais e extrativistas, que em geral deixaram pouco ou nenhum registro oficial direto.

Percebe-se que, já no início da Era das Grandes Navegações, e a despeito dos rigores e extremos da natureza que tornavam sua região parcialmente inexpugnável, o Ártico foi visitado com frequência por exploradores europeus, inicialmente no norte do atual Canadá para busca da passagem noroeste, e posteriormente no norte das atuais Noruega e Rússia, para busca da passagem nordeste. Além disso, inúmeros barcos pesqueiros, baleeiros e caçadores de focas singraram os mares polares do Ártico em busca de recursos, atingindo uma média de 400 por ano antes do fim do século XVI (McCannon, 2012, p. 82)⁶⁵. Já no início do século XVII, apenas entre os anos de 1610 e 1640, os países europeus chegaram a enviar entre 500 e 600 navios por ano apenas para Spitsbergen e para os mares de Barents e Branco (McCannon, 2012, p.93) em busca desses mesmos recursos naturais de fauna.

As expedições de Nay (1594), Barentsz (1596-1597), Dezhnev (1648) e Stadukhin (1649) foram especialmente importantes, porque consolidaram – separadamente - a cartografia e o conhecimento de alguns dos diversos mares que atualmente compõem a Rota Nordeste (Barents, Kara e Chukchi, além do estreito de Bering), e que inspirou as expedições seguintes. Sabia-se, assim, que havia outros mares ao longo da costa do Czarado da Rússia, e isso somente aumentou a vontade de outros navegadores para encontrar a passagem que conectaria os Oceanos Atlântico e Pacífico através do Oceano Ártico, bem como mapear a natureza, povos e recursos naturais do seu entorno.

Apesar disso, após a expedição de Istoma em 1496, outras iniciativas de exploração financiadas ou comissionadas por Moscou só retornariam após mais de um século, com Kurochkin em 1610. Isso se deve a dois elementos: primeiro, a transição conturbada da Moscóvia para o Czarado da Rússia no fim do século XV e ao longo do século XVI; segundo, o processo conturbado de transição da dinastia Rurik para a dinastia Románov, no final do século XVI e início do século XVII (McCannon, 2012; Hosking, 2011).

⁶⁵ A despeito de ser uma das maiores potências navais dos séculos XVI e XVII, e talvez em virtude de ter descoberto reservas de prata e ouro abundantes na América Central e do Sul, a Espanha ficou de fora desse processo de exploração do Ártico. McCannon (2012, p. 84) traz a informação de que é possível que o Rei Filipe II da Espanha tenha enviado em 1611 um explorador, Juan de Agramonte, para Newfoundland (atual Canadá) para explorações preliminares. No entanto, essa viagem de Agramonte é controversa na historiografia, e admite-se que pelos motivos citados acima Madrid não tenha se ocupado de explorar o Extremo Norte do globo.

Essas duas fases conturbadas de consolidação do Estado Russo tiveram desdobramentos concretos para o Ártico, mas de uma forma diferente: em vez de explorações para conhecimento do território, foram travados conflitos armados com os khanatos por todo o território europeu e asiático da Rússia, daí a ausência de expedições exploratórias.

Nesse período, as ações foram coordenadas para cumprir a resolução de Moscou em consolidar sua presença e ampliar seus domínios territoriais para leste, nordeste e sul, *pari passu* com a consolidação do Estado russo, promovidos pelo reinado dos Ivans (III e IV). O processo expansivo em direção ao Khanato Mongol de Kazan deu-se nos eixos nordeste, leste e sul de Moscou a partir da conquista de Kazan (1552): para nordeste em direção à Sibéria as conquistas de Tiumen (1586) e Tobolsk (1586/1587) coincidiram com as conquistas a leste e a sudoeste, respectivamente, de Samara (1586), Voronezh (1586), abrindo espaço para a futura expansão em direção à Sibéria mais profunda e ao extremo oriente russo (Hosking, 2011). Também nessa conjuntura a religião teve um papel fundamental na ocupação, russificação e construção imagética da vitória dos russos contra os “bárbaros”, sendo o exército de Ivan IV visto a partir de uma lógica religiosa-militar consagrada, como lembra Hosking (2011, p. 119), pela representação pictórica religiosa “Benditos sejam os guerreiros do Czar celeste” de 1552.

Tal representação artística, também chamada de “Igreja Militante”, foi feita para celebrar a tomada de Kazan por Ivan IV, e mostra um “Exército Cristão vitorioso, liderado por santos-guerreiros da antiga Rus e presidido pela Mãe de Deus, marchando de volta a Moscou com a cidade infiel de Kazan ao fundo, em chamas” (Hosking, 2011). Essa visão de proteção celestial dos russos *vis a vis* o paganismo destruído dos inimigos da Rússia irão marcar a construção imagética e produção cultural⁶⁶ deste país até os dias de hoje, não sendo diferente em relação à ocupação do Ártico.

A conjuntura geopolítica no Báltico no século XVI fez com que Ivan IV se voltasse para aquela região em particular, e para o norte em geral. A rivalidade com Dinamarca e Suécia de um lado, a união entre Polônia e Lituânia do outro, fragilizaram a posição de Moscou sobre a região, forçando uma transferência de

⁶⁶ A construção imagética da expansão territorial russa mesclou o estilo religioso bizantino ao barroco petrino para reproduzir a história da Rússia nos termos da trindade Ortodoxia-Autocracia-Nacionalidade, marca central da construção do país (sobre esse processo histórico-artístico, ver Mello Neto, 2016).

capacidades militares moscovitas do sul para o norte. Esse desarranjo geopolítico e os conflitos – internos e externos – derivados dos processos sucessórios de Ivan IV fizeram com que nesse período o Czarado da Rússia não tivesse uma política estatal de exploração do Ártico mais efetiva do que iniciativas mercantis relacionadas à *commodities*. Apesar disso – e a despeito do ataque a Moscou pelos Tártaros em 1571, que destruiu a cidade – a expansão e conquistas territoriais em direção aos Urais e à Sibéria permaneceram como marcas deste período, e lançariam as pontes da construção do Império por Pedro I no século seguinte (Hosking, 2011).

Os primeiros anos do século XVII trouxeram mais avanços territoriais no extremo norte, com consequente trabalho de registro cartográfico (McCannon, 2012). Uma coalizão entre Inglaterra e o Reino da Dinamarca-Noruega preparou e enviou três expedições à Groenlândia entre os anos de 1605 e 1607, liderados por John Hall. Essas expedições tiveram sucesso no estabelecimento de um fluxo de comércio com os nativos daquela ilha (McCannon, 2012). Também a França lançou-se no processo de colonização do Canadá, a partir do projeto *la Nouvelle France*, que incluiu a fundação das vilas de Port Royale (1605) e Québec (1608), que se tornariam pontos de atrito futuro entre Paris e Londres, já que no mesmo período algumas partes do interior do atual Canadá estavam sendo mapeadas por Henry Hudson (a partir de 1607) e uma sequência de outros ingleses (McCannon, 2012). Hudson chegou a explorar partes do Ártico europeu, chegando em 1608 às ilhas de Spitsbergen (na atual Noruega) e Novaya Zemlya (na atual Rússia).

Com a ascensão de Moscou como unidade central da política russa – e a *relativa*⁶⁷ pacificação do período - as expedições financiadas pelo então Czarado da Rússia tornaram-se mais frequentes neste século XVII, tendo como pioneira a expedição de Kondratii Kurochkin, de 1610, que ao explorar a bacia do rio Pyasina

⁶⁷ Utilizamos aqui o termo “relativa pacificação” porque o século XVII foi bastante turbulento na consolidação da Rússia como Império, e na superação do Czarado da Rússia, mas o chamado “Tempo das Dificuldades” (ou, em russo, *smuta*) terminou já em 1613, quando a dinastia Rurik foi substituída pela dinastia Románov. Terminada esse tempo da *smuta*, e apesar das eventuais conspirações palacianas – que seguem sendo tendências dos arranjos internos de poder russo até os dias de hoje - o que passou a ocorrer foi o processo natural de transições de poder, a criação do Patriarcado de Moscou e todo o caminho para o reinado de Pedro I (O Grande) como co-czar (a partir de 1682), czar (a partir de 1696), e como imperador (a partir de 1721). A “tranquilidade” referida nesse período tem também relação com o processo geopolítico europeu: a Paz da Vestfália de 1648 trouxe uma maior estabilidade regional, e embora não tenha suprimido conflitos armados, encapsulou-os, evitando assim um espraiamento regional de conflitos no continente europeu, embora não nas colônias ultramarinas europeias nas Américas, África e Ásia.

chegou até o Mar de Kara (Lantzeff, 1973). Nesse momento, inclusive, o foco dos países europeus havia mudado, migrando da exploração da passagem do extremo norte até a Ásia para a exploração do comércio de *commodities* com os nativos do norte (McCannon, 2012), e exploração das colônias consolidadas nas Américas, África, no Subcontinente Indiano e no Sudeste Asiático. Essa política colonial sobre o Ártico, inclusive, tem uma racionalidade estatal concreta: ocupar o território polar significa mais acesso a recursos ou, como coloca McCannon (2012, p. 94), “a jurisdição sobre os mares do Ártico significam acesso adicional a baleias, mamíferos marinhos, rotas comerciais e alguns dos territórios pesqueiros mais desejados” da região. Mineração também tornou-se, no século XVII, uma atividade crescentemente atrativa no Ártico, com a Suécia – pioneira em mineração polar desde os anos 1300 – ampliando suas atividades mineradoras entre 1634 e 1702 (McCannon, 2012, pp.94-95), inclusive prata e chumbo, em parceria com o povo Sami.

A Rússia, por outro lado, manteve-se no intento de – sem descuidar do comércio com os nativos – avançar na busca de uma passagem até a Ásia cruzando o Oceano Ártico, e a partir da década de 1630 todas as mais relevantes expedições exploratórias⁶⁸ para o Extremo Norte foram financiadas pela “Rússia” (então ainda um Czarado). A região polar, aliás, teve papel central para sua própria construção estatal, podendo-se afirmar que “durante esse período, nenhum país se engajou mais em atividades de construção nacional do que a Rússia” (McCannon, 2012, p. 95).

Tal processo conduziu aos avanços do século XVIII, em que mais e mais exploradores buscaram ampliar seu conhecimento geográfico e cartográfico da região, na tentativa de encontrar uma passagem para o Oceano Pacífico. Entre as expedições para o Ártico, no século XVIII, que merecem maior destaque estão aquelas lideradas pelo explorador Vitus Behring entre 1725 e 1730 (Primeira Expedição Kamachatka), e entre 1733 e 1743 (Segunda Expedição Kamachatka), que serviram para mapear e consolidar o domínio territorial russo sobre vários lugares ao longo da costa norte da Rússia (Naumov, 2006) até o Pacífico e o Alaska. Nesta última expedição destacam-se ainda as importantes participações de oficiais da Marinha Imperial Russa, entre eles Semion Chelyuskin, e dos primos Khariton e

⁶⁸ Importante destacar que todos os países seguiram enviando majoritariamente expedições comerciais para a região durante o século XVII, mas apenas a Rússia manteve-se focada simultaneamente em expedições comerciais e de cunho exploratório, buscando a passagem para a Ásia – que seria encontrada por uma missão russa no início do século XVIII.

Dmitry Laptev, cujos nomes foram homenageados em pontos geográficos no Ártico (Cabo Chelyuskin, Mar e Estreito de Laptev).

Durante esse período, a própria fase final de consolidação dos estados europeus (e sua transmutação em impérios) fez com que muitos deles iniciassem processos de consolidação política efetiva desses territórios, “impondo sua vontade em territórios ultramarinos e periféricos” (McCannon, 2012, p. 77), embora ainda sofrendo fortemente com as limitações causadas pela natureza hostil do Ártico.

Nesse sentido, o século XVIII marcou o processo acelerado de expansão do território da Rússia, e sua construção política enquanto império eurasiático, e pode-se considerar que o domínio político sobre o território ártico da Rússia já estava quase consolidado nesse período. As únicas mudanças ocorridas (para mais, não para menos) foram no reinado de Alexandre I, quando foram descobertas e exploradas as Ilhas Novas da Sibéria (1809), e no reinado de Alexandre II, quando o Alasca foi vendido para os Estados Unidos (1867) (Naumov, 2006).

É importante destacar que a incorporação territorial do Ártico à Rússia seguiu o mesmo padrão de subjugação e russificação forçada de povos minoritários (McCannon, 2012). Esse padrão tem sido uma constante na história da expansão territorial da Rússia desde os tempos de formação originária do estado russo (Mello Neto, 2016; Hosking, 1998; Thompson, 2009), muito em razão da diversidade étnica que marcou e marca os territórios do país, em especial aqueles territórios fronteiriços do Cáucaso, Extremo Norte e Extremo Leste.

No caso específico da região polar, os conjuntos de minorias chamados de “Povos do Norte” - minoritários até no nome, já que em russo são chamados de “povos numericamente pequenos do Norte”, ou *malochislennyenarody severa* - foram submetidos, tanto no período imperial quanto após a Revolução Russa de Outubro de 1917, a políticas especiais para que absorvessem a “tríade nacional russa imperial” (ortodoxia, autocracia e eslavofilia) e posteriormente o comunismo⁶⁹ (Mello Neto, 2016). Esse período foi marcado por um intenso processo de russificação forçada realizada a partir de educação compulsória, coletivismo produtivo e administrativo, e combate às religiões tradicionais e ao xamanismo (Millar, 2004).

⁶⁹ Socialismo soviético seria um termo mais apropriado para se adequar às fases de transição de regime proposta por Karl Marx, segundo as teorias da Ciência Política. No entanto, a historiografia ocidental adotou o uso do termo comunismo para definir o regime geral da União Soviética entre 1917 e 1991, então manteremos essa tradição conceitual.

Esse processo de russificação mudou o curso do desenvolvimento histórico da Sibéria (Naumov, 2006), com crescimento populacional derivado de migração (Naumov, 2006) e maneiras forçadas de incorporação da população local a partir de um processo intenso de “inclusão forçada” de outros povos no sistema sócio-cultural russo (Wood e FRENCH, 1989; Wood, 2011; Thompson, 2009). O estado teve papel fundamental em todo esse processo, por ser a entidade controladora da educação, cultura e serviços públicos, cujo acesso está vinculado – desde os tempos imperiais – à comprovação de domínio do idioma, cultura e religião⁷⁰ russos.

Os séculos XVII, XVIII e XIX, portanto, podem ser vistos como um *continuum* dos processos de invasão, ocupação, exploração, incorporação e exploração originados nos séculos XIV e XV. Durante esse período, a imaginação cartográfica sobre o Ártico permaneceu em grande parte constante, ocupando um espaço central no pensamento europeu, ainda que “a sabedoria popular tenha sido informada por um misto de medo, ignorância e crescente familiaridade” (McCannon, 2012, p. 89), um padrão que ampliava a visão medieval sobre a região. O Ártico, assim, seguiu sendo visto como uma “última terra imaginária” (McGhee, 2007), até que as expedições científicas do século XIX rompessem esse padrão mitológico para justificar cientificamente uma corrida interestatal para o Pólo Norte, passando a apresentar realisticamente a região polar como de natureza extrema, portanto subjugável pela ciência, pela tecnologia e pelo espírito aventureiro dos exploradores.

De qualquer sorte, houve nesse período um elemento diferencial, e que alteraria a forma de relacionamento do povo europeu – mais especificamente de *um* povo em especial, o russo – com o espaço do Ártico: a nova unidade política que surgiu com o Império Russo, e que deu contornos próprios ao processo de ocupação polar do Extremo Norte.

Como já visto anteriormente, a Rússia já vinha se formando enquanto Estado desde a *Rus* de Kiev, passando pela transição da Moscóvia e do czarado. A superação da fase da *smutae* a consolidação da transição entre as dinastias Rurik e Románov, o czar (posteriormente imperador) Pedro I (o Grande) utilizou a ampliação territorial para consolidar não apenas seu poder na Rússia, mas também para

⁷⁰ A questão da religião como elemento “obrigatório” na identidade russa teve um hiato no período entre 1917 e 1991, com a União Soviética, em virtude de sua base intelectual marxista-leninista, defensora do ateísmo e do afastamento das questões religiosas da gestão do estado. Após o fim da União Soviética a importância da religião foi paulatinamente retomada por Moscou, com um crescimento substancial sob Putin.

construir uma unidade nacional a partir de uma identidade russa que a aproximasse dos impérios ocidentais sem, no entanto, se afastar da característica de eurásianismo que seguiria definindo a Rússia até os dias de hoje (Bushkovich, 2012; Hosking, 2011). O Ártico teve papel central nesse processo, sobretudo através do processo de conquista da Sibéria pela Rússia.

Sobre esse processo, é importante destacar que ele inicia-se anteriormente ao reinado de Pedro I, se arrastando desde o século XV quando os khans que ocupavam a região entraram em linha de atrito com Moscou (Naumov; Collins, 2006). A derrota e subjugação do khanato de Kazan (1552) fez com que outros khans decidissem aderir a um sistema russo similar à vassalagem do medievo ocidental. Essa tendência, no entanto, foi refutada pelo khan siberiano Kuchum, que ainda conspirou para o assassinato do embaixador russo no Khanato Siberiano em 1573 (Naumov; Collins, 2006, p. 55). O czar Ivan IV, então, autorizou o envio de tropas para a Sibéria em 1574, tropas que foram organizadas e lideradas – sob uma licença real – por mercadores da região dos Urais (Naumov; Collins, 2006, p. 56). Essa incursão ganhou o nome de Expedição Yermak, em homenagem a seu comandante, o cossaco Yermak Timofeyevich, e foi vitoriosa: a capital do khanato siberiano foi tomada em 1582, e – a despeito da morte em batalha de Yermak por tropas do khan Kuchum e da retirada momentânea das tropas russas então desorganizadas – o khanato siberiano foi finalmente destruído em 1598, fazendo com que as oposições siberianas à Rússia cessassem (Naumov; Collins, 2006).

Embora a visão geopolítica de Moscou para a região siberiana tenha surgido rudimentarmente com a formação do czarado sob Ivan IV, será com Pedro I – e na transição do czarado para o império – que a ocupação da Sibéria ganharia contornos geopolíticos e estratégicos mais definidos e concretos, tendo em vista não apenas a expansão do território russo como forma de acesso a terras e riquezas (McCannon, 2012, p. 89), mas também como forma de proteção do flanco oriental das estepes, o que incluiria a questão da guerra e da paz com a China nos limites do Extremo Oriente russo.

Nesse ínterim, Ivan IV travou conflitos armados contra a Suécia pela posse de territórios no Ártico – em especial a península de Kola, a Karélia, o arquipélago de Svalbard, a costa do Mar Branco, e regiões no entorno do mar Báltico – porém obteve revezes, que só seriam revertidos no século XVIII (McCannon, 2012, p. 90). A política de Ivan IV foi mantida por seus sucessores de forma mais ou menos

similar – inclusive em relação aos insucessos e derrotas estratégicas na Europa – até a ascensão de Ivan V e Pedro I no século XVII.

Em 1682, Pedro I ascende ao trono como co-czar, juntamente com seu meio-irmão Ivan V, por uma manobra política feita para garantir estabilidade. Este, no entanto, tinha saúde frágil, e estava sendo utilizado por sua irmã Sofia Miloslavskaja como instrumento de exercício indireto de poder desta, em detrimento de Pedro. Em 1689, temendo uma tentativa de golpe por parte de Sofia para tirá-lo do poder e garantir o czarado exclusivo para Ivan V, Pedro I organizou um contragolpe e eliminou essa oposição, prendendo Sofia e mantendo – formal e simbolicamente, para evitar rebeliões - seu meio irmão Ivan V no cargo de co-czar até a morte deste em 1696, quando Pedro assume como único czar (Hosking, 2011, p. 180-181). Esse conturbado processo de transição envolvia ainda questões identitárias mais profundas, com Sofia defendendo a eslavofilia e Pedro a ocidentalização e a construção do poderio europeu. A prisão de Sofia e a morte de Ivan acabaram com essa dicotomia ao nível do poder real, e abriu o caminho para Pedro I ocidentalizar a Rússia (Hosking, 2011).

É interessante notar que essa instabilidade se refletiu na virtual ausência de explorações financiadas pelo Czarado da Rússia ao longo do século XV e início do século XVI: a despeito da expedição de Grigori Istoma de 1496, o século XV não teve nenhuma expedição à costa russa financiada pelos russos, embora tenha sido profundamente explorada por expedições de bandeira holandesa (Barentszem 1594 e 1596-1597; e Nay em 1595) e inglesa (Willoughby em 1553-1554; e Pet em 1580). Foi apenas no início do século XVII – no final da *smuta*, com a transição da dinastia Rurik para os Románov – que aquele país retornou à exploração de seu Extremo Norte, com a expedição de Kurochkin em 1610, seguida pelas expedições de Rebrov (1633), Zyryan (1641), Ignatyev (1646), Dezhnev (1648), Stadukhin (1649) e Tolstoukhov (1686).

As expedições mais relevantes para a consolidação da Rússia sobre o Ártico, no entanto, viriam na Era Petrina e sua continuidade, em especial as duas expedições transárticas lideradas por Vitus Behring, chamadas Primeira e Segunda Expedição Kamachatka (respectivamente ocorridas 1725-1730 e 1733-1743)⁷¹.

⁷¹ Aqui cabe um breve comentário sobre a questão cronológica das expedições. Nenhuma das duas expedições lideradas por Vitus Behring foi realizada com o imperador Pedro I ainda em vida. A Primeira Expedição iniciou-se em janeiro de 1725, já com Pedro I muito doente e oscilando entre

É importante destacar que, apesar de seu foco no processo de ocidentalização (Hosking, 2011), Pedro I não descuidou dos Extremos Norte e Leste da Rússia. Muito pelo contrário: engajou-se de forma ativa na região para solucionar conflitos territoriais com a China, garantindo assim paz no Leste para consolidar seus planos para o Oeste, onde havia mais nações envolvidas, tornando o cenário mais complexo e multifacetado.

Aproveitando-se de todas as descobertas cartográficas russas – feitas por exploradores russos e não-russos - bem como das conquistas territoriais feitas ao longo dos séculos XVI e início do século XVII, o czar então deu início às suas reformas por toda a Rússia, o que incluiu a região do Ártico e Sibéria (McCannon, 2012). A posição de Pedro em relação à Sibéria e ao Extremo Norte era bem clara: aquele território era russo, e ele seguiria expandindo e defendendo a região durante seu reinado, o que levou a um conflito com a China em 1685 (Naumov; Collins, p. 65). O conflito durou até 1689 e terminou com o Acordo de Paz Sino-Russo de Nerchinsk, demarcando a fronteira entre os dois impérios e criando um princípio de diálogo diplomático que viria a “pavimentar o caminho para o desenvolvimento das relações” entre os dois países (Naumov; Collins, p. 68). E essa articulação com a China como forma de proteger o território da Sibéria seguiu sendo uma das diretrizes da política externa petrina (Naumov; Collins, p. 85).

As diretrizes petrinas ainda incluíam a construção de uma rede de fortificações ao longo da Sibéria e do Extremo Norte, como forma de garantir presença do poder russo, apoiar a administração regional, evitar o estímulo a rebeliões e separatismos, bem como manter distantes os eventuais inimigos externos, em especial a China. Ao contrário do que isso possa parecer, essa política específica para a Sibéria entra como parte do processo de ocidentalização e europeização proposto por Pedro I: ao garantir estabilidade nas fronteiras Leste e Norte, a Rússia conseguiria se centrar nos esforços para sua expansão geopolítica a Oeste e Sul, onde interesses de diversos atores internos e externos da Rússia, e

consciência e inconsciência. O imperador morreria no mês seguinte. A Segunda Expedição iniciou-se em 1733, quase oito anos após a morte de Pedro I. Apesar disso, ambas as expedições haviam sido concebidas pelo imperador bem antes de sua morte, e a primeira expedição chegou a ser comissionada e organizada pessoalmente por ele em 1724, tendo sido continuada com apoio de sua esposa Catarina I e seu neto Pedro II, que sucessivamente ocuparam o trono imperial entre 1725 e 1730. A Segunda Expedição foi realizada da forma que Pedro I havia planejado, tendo sido executada por duas imperatrizes que sucederam Pedro I no trono: sua sobrinha Ana da Rússia (ou Ana I, que reinou entre 1730 e 1740) e sua filha Isabel da Rússia (ou Isabel I, que reinou entre 1741 e 1762).

cenários geopolíticos complexos, ameaçavam os planos expansionistas de Moscou (Hosking, 2011; Naumov; Collins, 2006).

O próprio perfil de Pedro I, modernizador e admirador das ciências (McCannon, 2012, p. 113) tornou-o um apoiador e financiador preferencial de expedições científicas e cartográficas para o Ártico. Adicionalmente, seu esforço para tornar a Rússia também uma potência naval (Hosking, 2011; Bushkovich, 2011) consolidou-se na criação, em 1701, da Escola de Navegação em Ciências Matemáticas em Moscou, e em 1713 da Escola da Guarda Naval (ou Academia Naval) em São Petersburgo (McCannon, 2012; Hosking, 2011).

O apreço de Pedro I pelas ciências e o estímulo à criação destas escolas navais tornaram o Ártico uma região por excelência para as atividades navais russas. A consolidação dessas instituições foram pano de fundo para as futuras expedições Kamchatka – ambas transárticas, lideradas pelo explorador dinamarquês Vitus Behring – que exploraram o Extremo Oriente russo pelo Ártico, descobrindo a passagem transoceânica entre Atlântico e Pacífico (McCannon, 2012). Todas essas expedições contaram, em maior ou menor número, com oficiais da Marinha Imperial Russa, e dariam a esta força naval não apenas a experiência de exploração polar, mas também o interesse científico para além da perspectiva puramente militar. Tal mentalidade continuou a ser replicada mesmo após o fim do Império, com sua sucessora direta a URSS e a sucessora soviética, a Federação Russa.

Mesmo a morte de Pedro I em 1725 não interrompeu essa sequência de expedições exploratórias ao Extremo Norte. Primeiramente, porque Pedro I as idealizou, e antes de morrer apoiou o comissionamento e preparação das mesmas por Vitus Behring. Segundo porque seus sucessores diretos deram sequência aos seus projetos em relação ao Ártico: as duas grandes expedições lideradas por Vitus Behring em 1725-1730 e 1733-1743 foram apoiadas respectivamente pela imperatriz Catarina I, a imperatriz consorte de Pedro I que reinou entre 1725 e 1727; pelo imperador Pedro II, o neto de Pedro I que reinou entre 1727 e 1730; pela imperatriz Ana da Rússia, sobrinha de Pedro I que reinou entre 1730 e 1740; e por Isabel da Rússia, filha de Pedro I que reinou entre 1741 e 1762 (Okhuizen; Armstrong, 2022; Bushkovich, 2012; Hosking, 2011; Naumov, 2006; Lantzeff; Pierce, 1973).

O século XVIII seria marcado por questões geopolíticas relevantes para a Rússia, em especial no relacionamento diplomático com a Suécia, em virtude do desdobramento de conflitos e guerras que esses dois países vinham travando desde

o final do século XV pelo controle do Mar Báltico, do Golfo da Finlândia, e da região da Karélia adjacente ao Mar Branco (Hosking, 2011). Essas questões geopolíticas desaguariam em três grandes conflitos entre esses dois países: a Grande Guerra do Norte (1700-1721) pelo controle de acesso do Mar Báltico e da Karélia (região entre o Golfo da Finlândia e o Mar Branco, no Ártico, tomada pela Suécia no século XVII); a Guerra Russo-Sueca de 1741-1743, que terminou com vitória russa e resultou no Tratado de Abo; e a Guerra Russo-Sueca de 1788-1790, que terminou com empate tático mas vitória estratégica da Suécia e resultou no Tratado de Värälä (Bushkovich, 2012; Hosking, 2011). Esses conflitos iniciaram-se no reinado de Pedro I e foram encerrados durante o reinado de Catarina II.

A despeito de o reinado de Catarina a Grande (1762-1796) ter sido majoritariamente focado na continuação do processo de ocidentalização iniciado por Pedro I mais de meio século antes, houve importantes desdobramentos no Ártico ou em seu espaço geopolítico imediato: questões fronteiriças da Sibéria com a China, do Extremo Leste com o Japão (próximo aos Mares de Behring e Okhotsk), e os desdobramentos dos conflitos do Mar Báltico em relação à região ártica da Karélia destacam-se como principais iniciativas geopolíticas de relevância para o espaço polar russo.

Foi também durante o início do reinado de Catarina II que os resultados da expedição de Savva Loshkin ao sul de Novaya Zemlya puderam ser utilizados para consolidação final desse território ao Império Russo (Zeember, 2001). Esses achados de Loshkin, consolidados pelo governo russo durante Catarina II, foram fundamentais para as expedições científicas em torno de Novaya Zemlya no século XIX.

Quadro 7. lista das principais expedições para o Ártico nos séculos XVIII e XIX, com indicação do respectivo ano, explorador, país de bandeira da expedição, local encontrado, objetivo atingido ou fato ocorrido

ANO	EXPLORADOR	PAÍS DE BANDEIRA	REGIÃO POLAR
1725-1730	Vitus Behring	Império Russo	Primeira Expedição Kamchatka, Transártica, chegou ao Estreito de Behring entre Rússia e Alaska
1733-1743	Vitus Behring	Império Russo	Segunda Expedição Kamchatka, Transártica, chegou às ilhas Aleutas, Kurila (próximo ao Japão), e explorou grande parte do Pacífico Norte e costa do Alaska
1741-1742	Savva Loshkin	Expedição comercial sem bandeira, posteriormente aproveitada pelo Império Russo	Novaya Zemlya
1760-1762	Savva Loshkin	Expedição comercial sem bandeira, posteriormente	Novaya Zemlya

		aproveitada pelo Império Russo	
1765-1766	Vasily Chichagov	Império Russo	Spitsbergen (Svalbard) ⁷²
1768-1769	Fedor Rozmyslov	Império Russo	Estreito de Matochkin, NovayaZemlya
1773	Ivan Lyakhov	Império Russo	Ilha Kotelny
1773	Constantine Phipps	Império Britânico	Primeira grande expedição científica não-russa, liderada pela Real Marinha Britânica. Alcançou o ponto mais alto de latitude até então: 80°48'N
1776-1780	James Cook	Império Britânico	Terceira Viagem de James Cook, mapeou o mar na costa do Alaska, cruzou o estreito de Behring e chegou ao Mar de Chukchi. Bloqueado pelo gelo ao tentar navegar para a Sibéria, Cook retornou para o Pacífico.
1785-1794	Joseph Billings	Império Russo	Sibéria Oriental e Ilhas Aleutas
1790-1791	Samuel Bentham	Império Russo	Bacia fluvial do rio Ob e Mar Branco
1800	Yakov Sannikov	Império Russo	Ilha Stolbovy
1806-1808	Ivan Popov	Império Russo	Bacia dos rios Pechora, Ob, Usa, Sob e Yenisei
1809-1811	Yakov Sannikov	Império Russo	Ilhas Novas da Sibéria
1815-1818	Otto von Kotzebue	Império Russo	Expedição Rurik ao Estreito de Behring
1820-1824	FyodorMatyushkin	Império Russo	Mar Oriental Siberiano
1821-1823	PyotrAnjou	Império Russo	Ilhas Novas da Sibéria
1821-1824	FyodorLitke	Império Russo	Mar de Barents e NovayaZemlya
1826	Frederick Beechey	Império Britânico	Costa do Alaska e Estreito de Behring
1827	Baltazar Mathias Keilhau	Noruega	Primeira Expedição Norueguesa ao Ártico
1827	William Parry	Império Britânico	Spitsbergen (Svalbard). Essa expedição alcançou o ponto latitudinal mais elevado até então, 82°45'N
1829-1833	John Ross	Império Britânico	Canadá. Foi o primeiro explorador a localizar cartograficamente o Pólo Magnético Norte
1832-1835	PyotrPakhtusov	Império Russo	NovayaZemlya
1836	George Back	Império Britânico	Canadá
1837	Karl von Baer	Império Russo	NovayaZemlya
1845	John Franklin	Império Britânico	Busca pela passagem Noroeste, via Canadá. Essa expedição ficou conhecida como "Expedição Perdida de Franklin", porque seus navios – o HMS Erebus e o HMS Terror – ficaram presos no gelo e impossibilitados de retornar à Inglaterra. Os 11 anos seguintes a essa expedição foram marcados por inúmeras expedições de busca a John Franklin e sua tripulação. No entanto, a maioria dos restos mortais da tripulação só foram encontrados ao longo do século XX, e os destroços dos navios foram encontrados em 2014 (HMS Erebus) e 2016 (HMS Terror).
1848	James Clark Ross	Império Britânico	Expedição de busca à Expedição Perdida de Franklin
1848	John Rae e Sir John Richardson	Império Britânico	Expedição Ártica Era-Richardson, de busca à Expedição Perdida de Franklin
1848	William Pullen, Thomas Moore e Henry Kellett	Império Britânico	Expedições de busca à Expedição Perdida de Franklin

⁷² Até o ano de 1925 o arquipélago de Svalbard era chamado pelo nome de Spitsbergen, quando foi mudado pela Noruega. Atualmente, Spitsbergen é o nome dado à principal ilha do arquipélago de Svalbard, região de soberania norueguesa e direitos especiais russos. Assim, preferimos utilizar Spitsbergen para as referências ao arquipélago até 1924, para manter a precisão histórica do nome de acordo com a época, mas colocar o nome atual entre parênteses, para não atrapalhar a compreensão por parte do leitor sobre qual território estamos tratando. Esse arquipélago é fundamental para compreender a geopolítica polar russa porque, embora esse seja um território soberano da Noruega – membro da OTAN – a Rússia detém direito de exploração preferencial e direta de recursos minerais em duas cidades desse arquipélago: Barentsburg e Pyramiden. Isso é altamente relevante porque se trata de duas áreas de influência russa dentro do território da OTAN, até porque Svalbard faz parte da Noruega, mas não possui status de dependência ultramarina, sendo regulada por normas próprias. Retomaremos essa questão mais adiante.

1850	John Ross	Império Britânico	Expedição de busca à Expedição Perdida de Franklin
1850-1851	Edwin de Haven	Estados Unidos	Primeira Expedição de Grinnell, de busca à Expedição Perdida de Franklin. Restos mortais de alguns dos membros da Expedição Perdida de Franklin foram encontrados no Canadá
1851	William Kennedy	Particular, financiada pela viúva de John Franklin, mas navegando sob bandeira inglesa	Expedição de busca à Expedição Perdida de Franklin
1852	Edward Inglefield	Particular, financiada pela viúva de John Franklin, mas navegando sob bandeira inglesa	Expedição de busca à Expedição Perdida de Franklin
1852-1853	Edward Belcher	Império Britânico	Expedição de busca à Expedição Perdida de Franklin. Foi a última expedição oficial da Marinha Britânica com objetivo central de encontrar a Expedição perdida de Franklin
1853-1855	Elisha Kane	Estados Unidos	Segunda Expedição de Grinnell, de busca à Expedição Perdida de Franklin.
1857-1859	Francis McClintock	Particular, financiada pela viúva de John Franklin, mas navegando sob bandeira escocesa	Expedição Ártica de McClintock, de busca à Expedição Perdida de Franklin. Foi a expedição que descobriu, em terra, o fim que levaram os tripulantes da Expedição Perdida de Franklin, ao encontrar uma mensagem escrita de um dos tripulantes daquela missão, e mais restos mortais da tripulação
1858	Otto Martin Torell	Suécia	Spitsbergen (Svalbard)
1860-1861	Israel Hayes	Estados Unidos	Expedição Americana ao Ártico em busca águas abertas do Oceano Ártico. Foi interrompida pela Guerra Civil Americana
1860-1862	Charles Francis Hall	Estados Unidos	Primeira Expedição de Hall, em busca da Expedição Perdida de Franklin
1861	Otto Martin Torell	Suécia	Spitsbergen (Svalbard)
1861-1862	Otto von Krusenstern	Império Russo	Mar de Kara
1863-1868	Charles Francis Hall	Estados Unidos	Segunda Expedição de Hall, em busca da Expedição Perdida de Franklin
1868	Adolf Erik Nordenskiöld	Suécia	Extremo Norte de Spitsbergen (Svalbard)
1868	Carl Koldewey	Prússia	Primeira Expedição Polar Norte Alemã, alcançou Spitsbergen (Svalbard)
1869-1870	Carl Koldewey	Prússia	Segunda Expedição Polar Norte Alemã, alcançou o nordeste da Groenlândia e coletou extenso acervo botânico polar
1871	Benjamin Leigh Smith	Império Britânico	Primeira Expedição de Smith, para Spitsbergen (Svalbard)
1871-1873	Charles Francis Hall	Estados Unidos	Expedição Polaris, primeira das grandes expedições dos EUA para alcançar o Pólo Norte. Embora tenha fracassado em atingir esse ponto, foi a expedição que chegou mais próxima daquela britânica de William Perry em 1827: 82°29'N
1872	Benjamin Leigh Smith	Império Britânico	Segunda Expedição de Smith, para Spitsbergen (Svalbard)
1872-1874	Karl Weyprecht e Julius Prayer	Império Austro-Húngaro	Expedição Austro-Húngara ao Pólo Norte. buscava a Passagem Nordeste, mas fracassou nesse objetivo. No entanto, descobriu e explorou a Terra de Francisco José
1873	Benjamin Leigh Smith	Império Britânico	Terceira Expedição de Smith, para Svalbard. O principal resultado dessa expedição foi o salvamento do explorador sueco Adolf Erik Nordenskiöld, que havia ficado preso no gelo com sua tripulação
1875-1876	George Nares	Império Britânico	Expedição Ártica Britânica, buscava atingir o Pólo Norte. Fracassou no intento, mas mapeou e estudou profundamente as costas da

			Groenlândia e da Ilha de Ellesmere, no Canadá
1875	Adolf Erik Nordenskiöld	Suécia	Primeira Expedição ao Rio Yenisey feita por mar.
1876	Adolf Erik Nordenskiöld	Suécia	Segunda Expedição ao Rio Yenisey feita por mar.
1876-1878	Henrik Mohn e Georg Ossian Sars	Noruega	Expedição Norueguesa aos Mares do Norte
1877-1878	Henry Williamson Howgate	Estados Unidos	Expedição Preliminar Polar Howgate, financiada pelas Forças Armadas dos EUA para propósitos científicos. Serviu de preparação para a Expedição Ártica Howgate em 1880, que seria financiada por particulares.
1878-1880	Adolf Erik Nordenskiöld	Suécia	Expedição Vega. Foi a primeira a cruzar por mar a Passagem Nordeste. Completou a circum-navegação eurasiática, além de ter tido sucesso em coletar inúmeros dados científicos, incluindo botânicos, hidrográficos, astronômicos e zoológicos
1879-1882	George W. De Long	Estados Unidos	Expedição Jeanette. Buscava águas abertas do Oceano Ártico, tentando alcançar o que a Expedição Hayes de 1860 não havia conseguido. Fracassou.
1880	Benjamin Leigh Smith	Império Britânico	Quarta Expedição de Smith, para a Terra de Francisco José
1881-1882	Benjamin Leigh Smith	Império Britânico	Quinta Expedição de Smith, para a Terra de Francisco José. Fracassou.
1881-1884	Adolphus Greely	Estados Unidos	Expedição Lady Franklin Bay, financiada pelas Forças Armadas dos EUA. Quebrou o recorde latitudinal de Perry (1827) ao atingir a latitude de 83°24'N, ao largo da costa da Groenlândia
1882-1883	Andreas Peter Hovgaard	Dinamarca	Expedição Dijnpna, cruzou o Mar de Barents, Novaya Zemlya e Mar de Kara. Foram feitos estudos botânicos importantes em Novaya Zemlya
1883-1885	Gustav Frederik Holm e Thomas Garde	Dinamarca	Expedição Umiak. Explorou a costa sudeste da Groenlândia navegando a partir de canoas árticas usadas por povos nativos desde tempos ancestrais. Foi a expedição que melhor mapeou e interagiu com povos nativos do Ártico.
1886	Robert Edwin Peary	Financiada pelo próprio explorador, sem bandeira	Peary tentou cruzar a Groenlândia por terra, e embora tenha fracassado, aprendeu o suficiente para preparar sua segunda expedição ao Ártico. Essa é considerada a Primeira Expedição de Peary, embora não tenha sido especificamente uma expedição oficial organizada por instituições, e sim uma iniciativa pessoal do explorador
1888-1889	Fridtjof Nansen	Noruega	Primeira expedição a cruzar o território da Groenlândia
1891-1892	Robert Edwin Peary	Financiada por instituições científicas dos Estados Unidos	Expedição Peary à Groenlândia, que somada às descobertas da expedição de Nansen, concluíram que a Groenlândia era uma ilha, não uma península continental. É também conhecida como Segunda Expedição de Peary.
1892	Alfred Björling e Evald Kallstenius	Suécia	Buscou ser a primeira expedição a alcançar o Pólo Norte. Fracassou.
1893-1895	Robert Edwin Peary	Estados Unidos	Terceira Expedição de Peary, focada prioritariamente no mapeamento da Groenlândia. Eventualmente, se fosse possível, a missão poderia se lançar na busca pelo Pólo Norte. A primeira missão teve sucesso, a segunda fracassou.
1893-1896	Fridtjof Nansen	Noruega	Primeira Expedição Fram, tentou alcançar o Pólo Norte geográfico navegando com apoio da corrente Leste-Oeste do Oceano Ártico. Não

			atingiram o objetivo, mas superaram o recorde latitudinal anterior, alcançando 86°13.6'N
1894-1897	Frederick Jackson	Particular, financiada pelo empresário britânico Alfred Harmsworth	Expedição Jackson-Harmsworth, buscou comprovar a hipótese de que a Terra de Francisco José era um prolongamento de terra que iria até o Pólo Norte. Fracassou nesse intento, mas avançou o mapeamento da Terra de Francisco José, e influenciou expedições do século XX.
1895-1896	Carl Frederick Wander	Dinamarca	Expedição Oceanográfica Ingolf, teve como objetivo estudar, medir e mapear questões oceanográficas na Islândia e Groenlândia.
1897	Salomon Andrée	Suécia, em parceria com a Real Academia Sueca	Tentativa de alcançar o Pólo Norte de balão, primeira feita pelo ar. Fracassou, mas serviu de modelo para futuras explorações do Ártico feitas pelo ar.
1898-1902	Otto Sverdrup	Noruega	Segunda Expedição Fram, explorou intensamente o Ártico Canadense.
1898-1902	Robert Edwin Peary	Estados Unidos	Expedição Peary ao Pólo Norte, fracassou em atingir o objetivo.

Fonte: elaborado pelo autor com base em McCannon (2012).

Nota: Neste quadro há que se destacar que tais expedições tiveram, em sua quase totalidade, interesses estratégicos e territoriais dos estados do Ártico, ou científicos, abandonando aquele padrão de explorações puramente comerciais desconectadas de iniciativas estratégicas estatais.

Novaya Zemlya seria, inclusive, um dos pontos de atrito entre a Rússia ao longo do século XIX, juntamente com o arquipélago de Svalbard, motivo de atrito com a Suécia e com a Alemanha por direitos de mineração (a solução para esse conflito viria em 1920, durante as discussões do Tratado de Versalhes, quando foi firmado o Tratado de Svalbard, que será detalhado mais adiante neste capítulo).

As expedições polares dos séculos XVIII e XIX, como visto comparativamente no quadro Y, ajudaram no processo de compreensão e descoberta territoriais que definiriam o padrão de ocupação ártica posterior. Isso porque, além de descobrir os territórios, os exploradores descobriram os limites e potenciais da sobrevivência humana em região tão inóspita e com natureza extrema (McCannon, 2012).

Aquela dinâmica de ocupação do Ártico que se iniciou durante os processos de formação do estado russo ao longo dos séculos XV, XVI e XVII evoluiu para processos de expansão comercial, ocupação territorial efetiva, exploração científica e geográfica durante os séculos XVIII, XIX e XX (McCannon, 2012). Seria um processo contínuo e incontornável, já que aquela região – inóspita por natureza – ao mesmo tempo afastava e atraía o Estado e seus operadores. Isso porque, à necessidade de ocupação efetiva do território para garantia de soberania opunha-se fortemente a natureza extrema e hostil do território, que tornava hercúleo qualquer trabalho de ocupação e mesmo deslocamento polar. Isso se manteria uma

dificuldade constante para a Rússia em seu processo de efetivação de sua soberania sobre o Ártico.

Com a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, isso ganharia outros contornos estratégicos, em especial com o acelerado desenvolvimento naval do século XIX e do início do século XX. A aviação e as tecnologias submarinas desenvolvidas a partir do final do século XIX e início do século XX – mas mais fortemente durante a Primeira e Segunda Guerras Mundiais (respectivamente 1914-1919 e 1939-1945) transformariam sobremaneira a forma de ocupação polar. Esse tema será tratado na próxima seção.

Ao longo do “longo século XIX” (Hobsbawm, 2012), a construção e consolidação aceleradas das novas tecnologias e da ciência moderna, impulsionadas que foram pela própria Revolução Industrial então em curso e pela ideologia positivista então em vigor, deram às Ciências um foco central para a própria soberania do Estado. Passava-se a ver, nas Ciências, um sustentáculo para o desenvolvimento amplo dos países.

Para atingir essa finalidade, os próprios Estados iniciaram a construção (ou reformulação) de estruturas educacionais que pudessem dar suporte a esses avanços, *vis a vis* com todo o investimento ocasional que já vinha sendo feito desde o fim do século XVIII pelo setor privado (*i.e.* pela nascente indústria) em pesquisas científicas, embora nesse primeiro momento não houvesse foco no desenvolvimento científico *per se*, como parte de uma política coesa, mas sim como investimento privado em ferramental de industrialização (Hobsbawm, 2012). Foi somente com a ação estatal efetiva, na forma de política de Estado – adotada posteriormente às agitações liberais dos anos de 1848 e dos processos conflituos da Unificação Alemã de 1871 – que a Ciência foi colocada como estratégia nacional (Hobsbawm, 2012). Evidentemente, o interesse científico por parte dos Estados europeus e a cooperação científica internacional deram-se anteriormente, com academias científicas surgidas já desde o século XVII e XVIII (Launius; Fleming; Devorkin, 2010). Mas é com a conjunção entre Ciência e Revolução Industrial que tais comunidades ganhariam uma forma de atuação mais complexa na esfera internacional (Hobsbawm, 2012; Launius; Fleming; Devorkin, 2010).

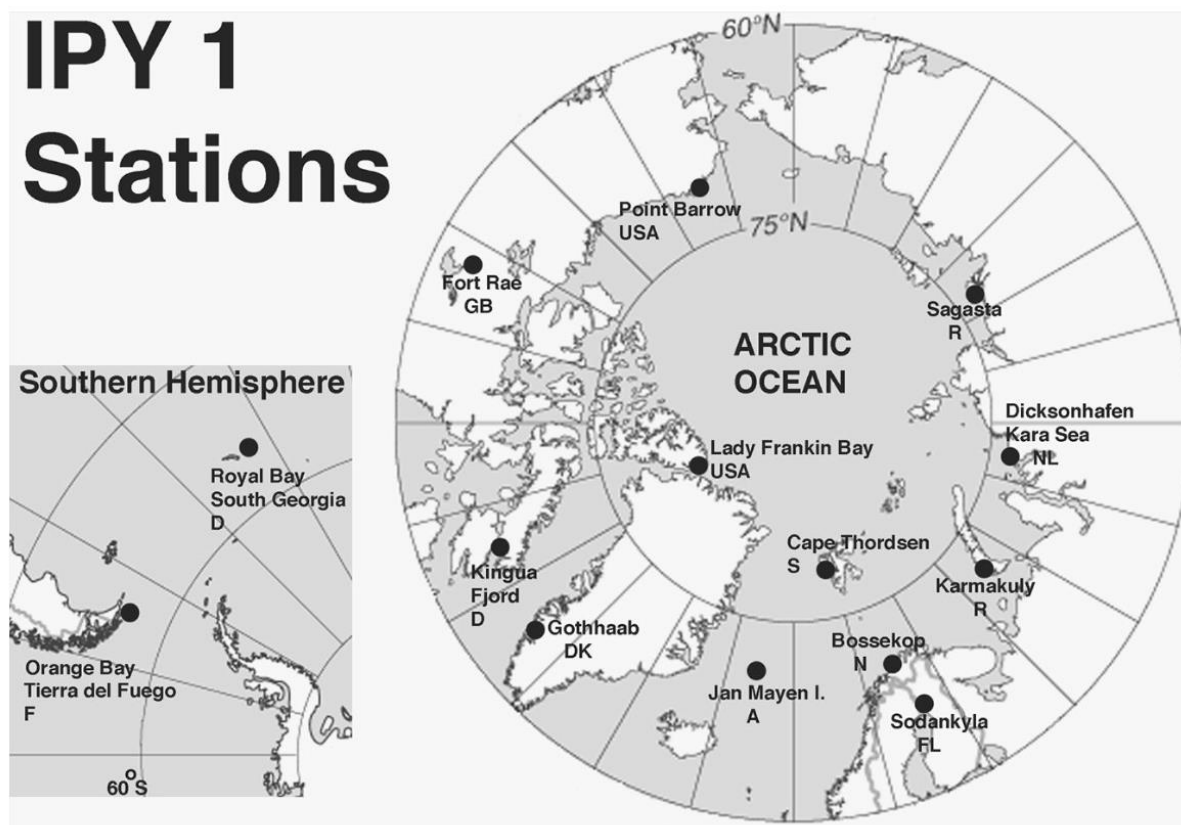
Foi assim que um explorador polar austro-húngaro, Karl Weyprecht (que participou da Expedição Austro-Húngara de 1872 com Julius Prayer, ver quadro 7) propôs, em 1875, a estruturação de uma perspectiva internacional específica da

ciência polar, que teria como consequência a criação do Primeiro Ano Polar Internacional (Launius; Fleming; Devorkin, 2010).

Esse evento, ocorrido inicialmente entre 1882 e 1883 (e que teve em 2007-2008 sua quarta edição) foi um esforço global colaborativo de discussões sobre pesquisas polares, além da estruturação de uma rede integrada de estações de pesquisa nas regiões polares, incluindo aí o Ártico (Launius; Fleming; Devorkin, 2010).

Foram estabelecidas, à época, 12 estações científicas por todo o Ártico (pertencentes a 11 países) e 2 na Antártica (pertencentes a 2 países). Curiosamente, as bases científicas estavam em territórios nacionais que nem sempre correspondiam à soberania do país controlados da base, o que mostra o caráter supranacional da ciência polar naquela perspectiva: os Países Baixos mantinham base científica no território russo (Base Dicksonhafen, no Mar de Kara), a Suécia no território norueguês (Base do Cabo Thordsen, em Svalbard), e a Alemanha na costa canadense (Base Kingua fjord, na Ilha de Baffin).

Figura 34 - Mapa das bases científicas criadas durante o Primeiro Ano Polar Internacional



Fonte: Launius, Fleming e Devorkin (2010).

Todo esse mapeamento e cooperação científica originariam uma “Corrida ao Pólo”, em que exploradores de diversos países tentariam alcançar o Pólo Norte e descobrir a natureza e passagens ainda não descobertas na região (Barr; Ludecke, 2010; Launius; Fleming; Devorkin, 2010). McCannon (2012, p. 125) chama esse processo de “Cruzada para o Ártico”, com referência ao movimento histórico de Cruzadas ao Oriente Médio pela natureza “civilizatória” e mítica dessas ações em direção ao Pólo Norte:

Durante o século XIX, europeus e americanos passaram a associar o extremo norte a um conjunto distinto, embora internamente inconsistente, de conceitos e imagens, alimentados pelos relatórios de exploradores e autobiografias, pela maior familiaridade com a forma como os bens árticos enriqueceram suas vidas e pelas várias maneiras em que artistas e autores utilizaram *leitmotifs* do norte em suas obras. Para alguns, o Ártico era visto como uma fronteira repleta de aventuras que oferecia libertação, seja da opressão política ou da conformidade sufocante da vida "civilizada", e a oportunidade de conquistar riquezas inimagináveis, ou como um lugar habitado por nativos robustos e moralmente puros. Para outros, o Ártico era uma terra de desespero, pobreza e desordem – lar apenas dos mais degradados dos selvagens, dos exilados mais infelizes e dos piores bandidos. E em todos os cantos, durante esta era de jingoísmo, a forma como um país escolhia explorar o mundo polar passou a ser amplamente vista como um reflexo de seu caráter nacional.

Assim é que a transição do século XIX para o século XX, no período posterior ao Primeiro Ano Polar Internacional, teria uma sequência de expedições científicas oficiais de Estados nacionais para a região, cuja duração ampliada e resultados menos catastróficos que as anteriores deram-se pelo avanço do conhecimento científico e geográfico sobre a região, pelo desenvolvimento de novas tecnologias, e pelo fato de que – por se tratarem de expedições oficiais de Estado – contavam com financiamento sólido e, em muitos dos casos, operação conjunta com as forças armadas dos seus respectivos países, o que ajudava a contar com navegadores experientes e treinados para atuar em ambientes extremos e em condições extremas (McCannon, 2012; Barr; Ludecke, 2010; Launius; Fleming; Devorkin, 2010).

Quadro 8 - lista das principais expedições para o Ártico no século XX anteriores à Revolução Russa, com indicação do respectivo ano, explorador, país de bandeira da expedição, e local encontrado, objetivo atingido ou fato ocorrido

ANO	EXPLORADOR	PAÍS DE BANDEIRA	REGIÃO POLAR
1900-1902	Eduard Vasilyevich Toll	Império Russo	Expedição Polar Russa de 1900, organizada pela Academia de Ciências de São Petersburgo, com resultados científicos relevantes em várias áreas, incluindo em Oceanografia, Botânica, Geologia, Glaciologia e Etnologia.
1901-1902	Evelyn Baldwin	Estados Unidos	Expedição Polar Baldwin-Ziegler, tentativa de alcançar o Pólo Norte, partindo da Terra de Francisco José. Fracassou.
1903-1906	Roald Amundsen	Noruega	Expedição Gjoa, Canadá
1903-1905	Anthony Fiala	Estados Unidos	Expedição Polar Ziegler, tentativa de alcançar o Pólo Norte, partindo da Terra de Francisco José, assim como a anterior. Também fracassou.
1905-1906	Robert Peary		
1906-1908	Ernest Leffingwell	Estados Unidos e Reino Unido	Expedição Polar Anglo-Americana, buscou explorar o Mar de Beaufort, entre o Alaska (EUA) e o Yukon (Canadá).
1906-1908	Ludwig Mylius-Erichssen	Dinamarca	Groenlândia
1907-1909	Frederick Cook	Estados Unidos	Expedição Americana ao Pólo Norte. À época, alegou tê-lo alcançado por mar/terra, mas não conseguiu provar o feito. Outras expedições posteriores também alegaram o feito, como a de Peary (1909, por mar/terra), e Byrd (1926, pelo ar). No entanto, a primeira expedição a chegar ao Pólo Norte e conseguir comprovar o feito foi a expedição americana liderada por Roald Amundsen em 1926, pelo ar. Só em 1968 uma expedição conseguiria chegar ao Pólo Norte e comprovar o feito.
1908-1909	Robert Peary	Estados Unidos	Expedição ao Pólo Norte. Peary alegou tê-lo alcançado, mas não comprovou suficientemente.
1910-1915	Boris Vilkitski	Império Russo	Expedição Hidrográfica ao Oceano Ártico, organizada pela Rússia para mapear a Rota do Mar do Norte, no sentido Leste-Oeste. Teve sucesso, e muitos dos dados coletados por essa expedição foram utilizados para a cartografia naval soviética para aprofundar seu conhecimento do Oceano Ártico.
1912	Knud Rasmussen	Dinamarca	Primeira Expedição Thule, Groenlândia
1912-1914	Gyorgy Brusilov	Império Russo	Expedição Brusilov, tentou mapear o Oceano Ártico e a Rota do Mar do Norte no sentido contrário à Expedição Hidrográfica ao Oceano Ártico. Fracassou.
1912-1914	Georgy Sedov	Império Russo	Expedição russa em busca do Pólo Norte. Fracassou, mas no retorno resgatou sobreviventes da Expedição Brusilov.
1914-1915	Otto Servdrup	Império Russo	Expedição Ekilps, missão de busca, salvamento e investigação da desaparecida Expedição Brusilov.
1916-1918	Knud Rasmussen e Lauge Koch	Dinamarca	Segunda Expedição Thule, Groenlândia

Fonte: elaborado pelo autor com base em Mcannon (2012).

Nota: Alterando o padrão dos séculos anteriores, essas expedições tiveram base científica profundamente intercalada com interesses estratégicos e territoriais dos estados do Ártico.

Toda essa agitação na descoberta científica do Pólo, inspirada no Primeiro Ano Polar Internacional (1882-1883), e no processo de Corrida ao Pólo na virada do século XIX para o XX trouxe uma aceleração na produção de conhecimento sobre o Ártico (Barr; Ludecke, 2010; Launius; Fleming; Devorkin, 2010; Horensma, 1991). Com o aumento de interesse de vários países na região polar norte, a Rússia passou a adotar uma política mais agressiva na região. Como ensina Horensma (1991, p. 7):

Na virada do século XIX para o século XX, o conhecimento sobre o Ártico aumentou rapidamente. Países como Noruega, Suécia, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Alemanha enviaram expedições para o Norte para investigar as possibilidades de pesca no Mar de Barents, mineração de carvão em Spitsbergen e um possível renascimento da caça às baleias. Sob essas circunstâncias, a Rússia foi forçada a adotar uma política mais agressiva no norte.

Importante destacar que o argumento da Rússia ia além do geopolítico: havia uma construção imagética do espaço polar como sendo, em parte, russo desde tempos imemoriais, sendo assim as investidas estrangeiras consideradas hostis e ilegais (Horensma, 1991).

[...] A Rússia acreditava que certas áreas do Ártico lhe pertenciam por direito desde tempos imemoriais. Assim, as expedições estrangeiras eram vistas como intrusas ilegais. Essa percepção da exploração estrangeira foi reforçada por dois fatores. Primeiro, havia considerações estratégicas. Uma potência estrangeira poderia usar Spitsbergen para intervir nas rotas marítimas para o norte da Rússia [...] As preocupações russas, portanto, eram puramente negativas e visavam evitar o assentamento estrangeiro [...] Movida por essas considerações estratégicas, a Rússia passou a se interessar pelas possibilidades econômicas do extremo norte (Horensma, 1991, p. 7).

Na virada do século surge, assim, uma dinâmica dual de tensão: uma externa, colocando de um lado a Rússia e do outro os demais países polares, sobre posse territorial no Ártico; e outra interna, opondo às necessidades de fechamento territorial por questões estratégicas a necessidade de abertura para a exploração econômica. Essa tensão seria uma marca da visão de Moscou sobre o Ártico durante os períodos soviético (1917-1991) e federativo (1991-2024), permanecendo até os dias de hoje.

4.2 DAS VÁRIAS RÚSSIAS ÀS VÁRIAS UNIÕES SOVIÉTICAS: EXPANSIONISMO E DEFENSIVISMO NA OCUPAÇÃO DO ÁRTICO (1917- 1991).

Antes de adentrar na análise da história da exploração, estratégia e política da Era Soviética (1917-1991) no Ártico, um breve comentário mostra-se como fundamental, relacionado à real visão do que foi a União Soviética enquanto estrutura política.

O discurso político comum no Ocidente – por desconhecimento ou por malícia fundada em interesses geopolíticos – tende a apontar a era soviética de forma simplista como um período único e contínuo de expansão de uma estrutura política “comunista”⁷³ que, a despeito das lideranças, seguia um mesmo padrão de atuação global de confrontação, expansão e busca de destruição do sistema capitalista. Nada poderia ser mais inverossímil em relação ao que realmente foi a URSS do que esse discurso.

A historiografia séria e metodologicamente estruturada que trabalha a União Soviética – tanto produzida na própria URSS quanto no Ocidente – reconhece uma diversidade gigantesca dentro do sistema político soviético (Fitzpatrick, 2023; Tsygankov, 2019; McCannon, 2012; Bushkovich, 2012; Hosking, 2001), a começar pelo fato de que houve, ao longo do processo histórico, nove governantes⁷⁴ com perfis (e conjunturas) completamente diferentes: Vladimir Lênin (1917-1924), Joseph

⁷³ Justificamos as aspas pelo fato de o termo Comunismo ser empregado, no discurso público, de forma equivocada e distante da conceituação teórica de Karl Marx. Sem querermos aprofundar na discussão teórica de Ciência Política – que não é foco do presente trabalho – mas como parte fundamental da compreensão da diversidade soviética, Comunismo pode ser definido em termos teóricos como o estágio final de uma revolução proletária que, a partir de uma instalação inicial de uma ditadura dos trabalhadores e abolição da propriedade privada – uma ditadura de cunho Socialista, por seu viés de reforma social - criaria uma massa crítica para formação de uma estrutura de pensamento comunitária e coletivista em que já não haveria necessidade de uma ditadura para manutenção de uma ordem social mais justa. Esse comunitarismo – Comunismo – seria algo como um “estado de espírito” alcançado mediante a criação de laços societários solidários. Esse conceito, na obra de Marx e na prática do estado soviético, não foi detalhado e permaneceu apenas de forma etérea na discussão política global. Por esse motivo – e pelos erros cometidos ao longo da história da URSS - o termo acabou entrando no léxico político Ocidental de forma equivocada, usada de forma maniqueísta e em geral com tom pejorativo.

⁷⁴ Governante, aqui colocado de maneira genérica, inclui o sistema de Secretários-Gerais do Partido Comunista da União Soviética (incluindo o cargo de Primeiro Secretário, utilizado por Khrushchev em todo o seu mandato e por Brezhnev nos três primeiros anos do seu), cargo estabelecido em 1922, e a liderança anterior de Vladimir Lênin (1917-1922/24) exercida sobre a República Socialista Federativa Soviética da Rússia (que na época compunha um ideário leninista de organização confederativa flexível e internacionalista da URSS, posteriormente abandonada por Stálin, que adotou uma federação rígida).

Stalin (1922-1924 *de facto* e 1924-1952 *de jure*), Georgi Malenkov (1952-1953), Nikita Khrushchev (1953-1964), Leonid Brezhnev (1964-1982), Yuri Andropov (1982-1984), Konstantin Chernenko (1984-1985), Mikhail Gorbachev (1985-1991), e Vladimir Ivashiko (1991, interino, por apenas cinco dias).

Desta forma, o processo de evolução histórica da Rússia não pode ser considerado sem a observância dessa diversidade – de líderes, políticas, discurso e mentalidade – de forma que se pode afirmar a existência de várias Rússias dentro de uma só Rússia (anterior a 1917) e também de várias Uniões Soviéticas dentro de uma só União Soviética (entre 1917 e 1991). Essa percepção, propositalmente utilizada no título desta seção, vai corresponder à diversidade (dentro da unidade) das políticas e ações soviéticas no Ártico. É o que veremos a seguir.

A exploração polar historicamente teve, para a URSS, uma importância maior que para o Ocidente, tendo sido inclusive foco de diversas ações de destaque – considerados “grandes sucessos” – que foram incorporadas à própria propaganda soviética ao longo das várias gerações de exploradores (Horensma, 1991). Isto porque a Rússia possui parte considerável do seu território nacional no Ártico ou em áreas adjacentes, incluindo aí os intervalos territoriais mais relevantes: o Báltico, incluindo o enclave de Kaliningrado e a ex-capital São Petersburgo; a Península de Kola, com Murmansk, Arkhangelsk e suas adjacências; o Mar Branco e seus arredores; os arquipélagos árticos, incluindo Novaya Zemlya, Terra de Francisco José, Severnaya Zemlya, Ilhas Novas da Sibéria e Ilha Wrangel; toda a vasta extensão siberiana, que por vezes estava conectada ao resto do mundo por rios que fluíam para o Ártico, como o Lena, o Yenisey, o Ob e o Kolyma; as regiões da Kamachatka, Korakia e Chukotka no extremo oriente, que dependiam do fluxo naval através do Estreito de Behring (e posteriormente da ferrovia trans-siberiana) para sua existência; além evidentemente da capital, Moscou, que não está situada no Ártico, mas em região próxima.

O Ártico era (e é) para a Rússia, assim, uma região de caráter existencial, seja identitariamente (Hønneland, 2020; Slezkine, 2016; Thompson, 2009, seja territorialmente.

O processo cooperativo e científico que marcou o Ártico nas décadas posteriores do Primeiro Ano Internacional Polar (Barr; Ludecke, 2010; Launius; Fleming; Devorkin, 2010; Horensma, 1991) foi degradando-se em virtude dos fatores que levariam à Primeira Guerra Mundial em 1914 (Hobsbawm, 2012). O choque dos

impérios europeus agravou-se em virtude de questões territoriais europeias, mas também ultramarinas, incluindo aí questões (pouquíssimo discutidas na academia) de disputa territorial pelo Ártico: debates sobre domínio e divisão territorial que estavam nascendo no início do século XX como consequência da ciência polar foram interrompidos com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (Barr; Ludecke, 2010; Launius; Fleming; Devorkin, 2010), retornando logo após o fim do conflito, como parte da sua própria solução diplomática (McKitterick, 1939), incluindo-se aí o Tratado de Svalbard; edisputas por reservas de minas de carvão no arquipélago de Svalbard existentes desde 1912 (Horensma, 1991) e que motivariam a pressão russa pra manter o território fixo de exploração mineral no arquipélago norueguês, arranjo jurídico que subsiste até os dias de hoje em relação às vilas de Barentsburg e Pyramiden, parte de territórios da Noruega que contam com livre-exploração econômica russa (status especial).

Sobre a questão específica do arquipélago de Svalbard, alguns comentários mostram-se importantes, mas como relacionam-se com o Tratado de Svalbard de 1920, negociado no âmbito dos acordos pós-Primeira Guerra Mundial, precisam ser contextualizados a partir dos desdobramentos que este conflito armado teve no Ártico.

A Corrida para o Ártico, fundamentalmente de base científica, serviu em paralelo para a construção de conhecimentos cartográficos sobre a região, seu mapeamento, e o teste de novos conceitos e tecnologias navais e aéreas (McCannon, 2012). No caso da Rússia, esse processo associou-se aos maus resultados da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), que embora não tenha ocorrido no Ártico, envolveu teatros de operações diretamente conectados à região (Península de Kamachatka, Ilhas Kurilas) e também utilizou a passagem - naval e terrestre - ártica como fluxo logístico para transferência de tropas e equipamentos entre Europa e Ásia (Hobsbawm, 2012; McCannon, 2012).

A Primeira Guerra Mundial não teve, em si, um teatro de operações Ártico (como ocorreria posteriormente na Segunda Guerra Mundial), mas alguns desdobramentos das campanhas navais (Benbow, 2012) e da Frente Oriental estiveram conectados àquela região polar (Stone, 2004), não como área de operações militares, mas como setor do fluxo logístico do Império Russo em apoio aos teatros de operação no Báltico, Mar do Norte e na própria Frente Oriental, a partir das divisões russas anteriormente estacionadas na Sibéria (Stone, 2004). É

por essa importante tarefa de apoio às operações militares que McCannon (1998, p. 19) afirma:

Embora a ação militar tenha sido limitada, o Ártico não foi um teatro insignificante de operações durante a Primeira Guerra Mundial. A Marinha Alemã impossibilitou a passagem pelo Mar Báltico, enquanto a Turquia bloqueou o Mar Negro para os Aliados. Isso deixou a costa ártica, com os portos de Arkhangelsk e Murmansk, como o único canal viável através do qual a França e a Grã-Bretanha podiam fornecer suprimentos e apoio ao seu aliado [Rússia].

Além desse fluxo logístico, houve desdobramentos da Primeira Guerra Mundial próximos do Ártico, e que utilizaram o entorno da região como fluxo de manobra: a Campanha Naval do Mar do Norte e a Campanha Naval do Báltico, um conjunto de combates navais de superfície que opuseram a Real Marinha Britânica e a Marinha Imperial Alemã no Mar do Norte entre 1914 e 1916, e a Marinha Imperial Russa e a Marinha Imperial Alemã no Mar Báltico entre 1914 e 1917 (Benbow, 2012).

Ainda assim, não se pode falar num desdobramento mais estratégico da Primeira Guerra Mundial em relação ao Ártico. Vai ser no processo político da Revolução Russa de 1917 (que derrubou o Império e iniciou a construção da URSS) e, sobretudo, nas negociações de tratados no pós-Primeira Guerra que haveria o primeiro resultado relevante para a região, conectado ao conflito (e a fatos históricos antecedentes): ao Tratado de Svalbard de 1920.

Anteriormente ao Tratado, o arquipélago de Svalbard era considerado juridicamente como *terra nullius*, ou terra não sujeita a soberania de nenhum estado (Jensen, 2020). Conforme Jensen (2020, p. 83),

Antes do Tratado de Svalbard, Svalbard era considerado terra nullius em termos de direito internacional – uma terra sem dono. Diversas nacionalidades haviam conduzido atividades de caça, pesca e mineração na e ao redor do arquipélago, mas Svalbard não estava sob a soberania de nenhum Estado. A Noruega já demonstrava interesse em Svalbard há algum tempo; e após a dissolução da União Sueco-Norueguesa em 1905, a Noruega iniciou negociações internacionais para esclarecer o status jurídico internacional do arquipélago. No entanto, a questão não foi resolvida até depois da Primeira Guerra Mundial, quando os Aliados concluíram que a clarificação do status jurídico internacional de Svalbard era uma das condições para uma paz duradoura na Europa. O Tratado de Svalbard resultante concedeu à Noruega soberania plena e absoluta sobre este estrategicamente importante arquipélago ártico.

A inexistência de uma soberania específica não implicava na inexistência de ocupação: já havia no arquipélago intensa exploração de recursos naturais, em especial mineração, caça e pesca (Jensen, 2020), e isso precisava ser resolvido juridicamente para evitar que um novo conflito surgisse das disputas territoriais locais, ainda mais com a recente memória da Primeira Guerra Mundial.

O Tratado de Svalbard de 1920, portanto, resolveu a questão ao entregar à Noruega a soberania total do arquipélago. Negociações sobre esse tema já haviam sido iniciadas antes da Primeira Guerra, incluindo a Rússia, que defendeu nas negociações de 1910 que a região prosseguisse como *terra nullius*, em virtude de seus interesses de mineração em Pyramiden e Barentsburg (Jensen, 2020).

Os termos do Tratado de Svalbard, embora reconheçam a soberania da Noruega sobre o arquipélago, impõem o tratamento isonômico a estrangeiros nas ilhas, relativamente aos direitos de pesca, caça e mineração; proíbe o uso da ilha para fins de guerra (embora não imponha desmilitarização); e cria um regime tributário em que o valor arrecadado em Svalbard não pode ser redirecionado pela Noruega para outro fim que não a manutenção do próprio arquipélago (Jensen, 2020). A União Soviética só viria a aderir ao Tratado em 1935, posteriormente mantido pela Federação Russa após 1992, e atualmente é o único país que busca exercer seu direito isonômico de exploração de atividades mineradoras na ilha, embora não o faça de forma efetiva já que as atividades mineradoras soviéticas em Pyramiden e Barentsburg foram encerradas antes mesmo do fim da URSS (Berg, 2023; Jensen, 2020). Disputas sobre pesca (Berg, 2023), operações de embarcações militares russas no arquipélago, bem como questões de delimitação territorial e plataforma continental de Svalbard seguem como problemas latentes que podem opor Noruega e Rússia diante dos desdobramentos mais recentes relativos à extensão da plataforma continental russa.

Ainda no final da Primeira Guerra, a eclosão da Revolução Russa de 1917 alterou não apenas a dinâmica do conflito, mas a própria geopolítica europeia e, por consequência, do Ártico. Nos primeiros anos do governo soviético, as necessidades de reforma, os processos dos expurgos (primeiro dos mencheviques, depois dos monarquistas, posteriormente de outros indivíduos considerados inimigos do regime) e o processo de Guerra Civil relegaram o Ártico a uma posição secundária na política russa, e virtualmente paralisaram a exploração e desenvolvimento regionais (McCannon, 1998). Isso ocorreu tanto por uma necessidade interna de

sobrevivência política e militar num processo de guerra civil quanto pelas dificuldades externas causadas pelo não-reconhecimento do governo soviético pelas potências ocidentais.

Da mesma forma, foi apenas com a vitória bolchevique contra a força antirrevolucionária do Almirante Alexander Kolchak em 1920 que o Exército Vermelho conseguiu abrir caminho para retomar as regiões do Ártico ainda em mãos de contrarrevolucionários (McCannon, 1998).

Isso dificultou inclusive uma solução para os diversos problemas territoriais que ainda subsistiam no Ártico (McCannon, 2012), o que só começou a ser normalizado no início da década de 1930, o fim da Guerra Civil Russa (1917-1923), o fim da disputa de poder pela sucessão de Lênin com a vitória de Stálin sobre Trótsky (1922-1927), e a consolidação de Stálin como figura forte soviética, a despeito dos problemas econômicos enfrentados com a malfadada implementação de planos econômicos e coletivização forçada da agricultura, que mantiveram agitações políticas entre 1927 e 1934, terminando com os Expurgos Stalinistas de 1936-1938 (Bushkovich, 2012; Hosking, 2011).

De qualquer sorte, o ano de 1926 é considerado chave na história do Ártico russo: nesse ano, retoma-se o “olhar para o Norte” na política russa em virtude do Censo do Ártico 1926-1927, que buscou melhor compreender as dinâmicas geográficas e humanas locais da região polar para melhor estruturar o planejamento soviético regional (Anderson, 2011). Foi a primeira vez na história da Rússia que a ideia de mapear o território e as pessoas do território para efeito de planejamento regional específico conseguiu ser implementada de maneira efetiva (Anderson, 2011).

Esse mapeamento também tinha uma outra intenção: entender os desafios que a exploração de recursos naturais locais trariam, e de que forma os povos do Ártico poderiam/deveriam ser incluídos ou excluídos deste processo (McCannon, 2012), uma vez que as expedições russas do Censo – científicas em sua natureza, políticas em seus objetivos – também foram mapear as reservas de recursos econômicos que poderiam apoiar a URSS (McCannon, 2012).

É importante destacar que, apesar de já existirem estruturas punitivas de exílio e aprisionamento na Sibéria desde o Império, inclusive os campos de trabalho forçado no sistema *katorga*, foi apenas em 1923 que a URSS criou sua categoria específica de prisões de trabalhos forçados, os *gulags* (McCannon, 2012). A região

do Ártico seguia, assim, como uma região distante e de difícil acesso e sobrevivência, adequadas portanto à recepção de unidades prisionais soviéticas.

Em relação aos povos nativos do Ártico, apesar de no início haver um processo de adequação soviética às especificidades dos povos locais – que tornou-se conhecida pelo conceito de *korenizatsia*, ou “indigenização”- já em meados da década de 1920 o processo de sovietação (ou russificação) avançou e, gradualmente, “desnomadizou os `povos pequenos` do Norte” (McCannon, 2012, p. 208), incluindo-se aí não apenas práticas culturais, mas também comerciais.

Uma alteração significativa da política russa em relação ao Ártico, no entanto, teve início na Era Soviética, em especial no início da década de 1920: uma ideia estruturada e planejada de “construção do norte”, em oposição à forma quase orgânica e desestruturada de ocupação polar ocorrida ao longo da história imperial russa (McCannon, 1998). Essa tendência de planejamento para ocupação entrou na agenda política de Moscou em 1920 para nunca mais sair: ao longo desta década, inúmeras agências e departamentos da URSS passaram a inserir o Ártico em sua pauta de governança, bem como em sua agenda legislativa (McCannon, 1998). Isso incluiu a constituição de diversas missões de mapeamento, observação e estudo, levados adiante por comissários soviéticos, cientistas e militares, alguns vinculados a órgãos como o Conselho Supremo da Economia Nacional (VSNKh), outros diretamente vinculados à região, como a Administração para Garantia da Segurança da Navegação no Mar de Kara (UBEKO) e o Comitê da Rota do Mar do Norte (*Komseveroput*), sendo esta última a origem da *Glavsevmorput*, a Diretoria Geral da Rota do Mar do Norte, criada em 1932 para gerenciar questões relativas à navegação interna e internacional na costa polar da URSS (McCannon, 1998).

A Rota do Mar do Norte entrava, assim, nos planos de desenvolvimento econômico e infraestrutural da URSS para o Ártico, e passou a – de forma estruturada e planejada – incluir integração multimodal com ferrovias (em especial a Trans-Siberiana) e possíveis rotas aéreas, considerando que o grande desdobramento tecnológico resultante da Primeira Guerra Mundial tinha sido o emprego amplo de aeronaves para funções de combate mas também de transporte (McCannon, 1998).

A aviação, aliás, foi um desenvolvimento estratégico para a exploração do Ártico pela URSS e pelos demais países da região: dirigíveis e aeronaves de asa fixa foram amplamente utilizadas pelas expedições científicas e militares à região,

incluindo o sobrevoo do Polo Norte pela expedição *Norge* (co-liderada pelo famoso explorador polar norueguês Roald Amundsen) em 1926, pelo sobrevoo do oficial americano Richard Byrd ao Polo Norte também em 1926, pelo sobrevoo do Ártico soviético pelo *Graf Zepellin* alemão em 1931 (McCannon, 1998), e por aviadores soviéticos no final da década de 1920 (Ulyanova *et al.*, 2020).

A exploração soviética do Ártico, no entanto, só irá ganhar tração com a criação da *Glavsevmorput*, a já mencionada Diretoria Geral da Rota do Mar do Norte, e com a nomeação de Otto Yulyevich Shmidt para liderar essa instituição. O Comitê *Komseveroput* (KMSP), que antecedeu a *Glavsevmorput*, fracassou tanto por questões relativas ao malfadado Primeiro Plano Quinquenal quanto por questões relativas à falta de organização, métricas e metas para o desenvolvimento específico do Ártico, em vez disso criando outros projetos espalhados ao longo da Sibéria, nem sempre conectados com a ocupação polar (McCannon, 1998). Isto porque o KMSP tinha sido originalmente criado como companhia de comércio, somente posteriormente sendo tomada pelos soviéticos e convertida em uma estrutura semi-governamental, como foco tanto estratégico quanto comercial, administrativo e logístico, tendo assim um escopo de missão grande demais, uma estrutura pesada demais, e pouco poder para executar suas missões (McCannon, 1998).

Apesar disso, a KMSP legou à sucessora *Glavsevmorput* uma rede de aeroportos, ferrovias, portos e algumas plantas produtivas/extrativas na região Norte da Rússia (McCannon, 1998). Essa estruturação prévia foi o que deu tração à Diretoria-Geral, e permitiu que a década de 1930 pudesse ser considerada uma “Era de Ouro” da exploração soviética do Ártico, apoiando inclusive na construção do “mito do Extremo Norte russo” como parte da construção identitária soviética (Hønneland, 2016; McCannon, 1998; Horensma, 1991).

O ano de 1932 inaugura uma nova etapa na exploração soviética do Ártico, tanto pela criação da *Glavsevmorput* quanto pela bem-sucedida expedição do navio *Sibiriakov*, que cruzou a rota polar em apenas uma estação, sem ficar à deriva no gelo esperando pela estação seguinte (McCannon, 1998). Outro elemento fundamental conecta esses dois eventos: a expedição do *Sibiriakov* foi liderada cientificamente por Otto Yulyevich Shmidt, e por seu sucesso foi nomeado por Stálin como primeiro diretor da *Glavsevmorput*. Essa Diretoria-Geral viria a unir em seu escopo missões científicas, de desenvolvimento econômico, de planejamento

regional, e de consolidação da posição do Estado russo no Ártico (McCannon, 1998).

Esse processo de evolução histórica refletiu inclusive na construção de um arcabouço normativo complexo e multidimensional aplicável ao Ártico, tendo se fortalecido na era soviética.

Os primeiros documentos normativos russos sobre o Ártico na era moderna (e no formato moderno de legislação regulatória com efeito internacional) foram publicados entre os séculos XVIII e XIX, com destaque para os *Editos Territoriais* de Pedro I (1704) e Elizabeth Petrovna (1753), que “estabeleceram o monopólio de nacionais [*subjects* em inglês] russos sobre a pesca e caça comerciais nas ilhas e ao largo da costa da parte ocidental do Oceano Ártico Norte” (Kolodkin; Volosov, 1990, p. 158); para os *Editos Imperiais* de 1799 e 1821, o primeiro para estabelecer o monopólio da Companhia Russo-Americana para exercer o comércio e explorar rotas comerciais no Ártico (Kolodkin; Volosov, 1990, p. 159), e o segundo para estruturar uma governança das fronteiras e da navegação marítima nos mares da Sibéria Oriental e do Pacífico Norte, em especial das Ilhas Aleutas e Ilhas Kurilas (Berkman; Vylegzhanin; Young, 2019).

Apesar disso, somente com o advento da URSS em 1917 foi que o tema passou a ser organizado no cabedal legislativo russo de maneira mais estruturada e com outros temas que não apenas o da ordenação de atividades comerciais e marítimas, e o papel da *Glavsevmorput* nesse processo foi fundamental: sem as ações integradas e multidimensionais dessa Diretoria-Geral, a URSS teria maior dificuldade de estruturar sua legislação sobre o Ártico. E a ciência produzida pela *Glavsevmorput*, associada aos planos de desenvolvimento regional desta mesma Diretoria-Geral, serviriam no futuro como base argumentativa para a URSS (e sua sucessora a Federação Russa) estruturarem seus pleitos territoriais na região.

É importante destacar que, como muitos documentos normativos russos da era soviética estão sob sigilo de estado, ou seu acesso é negado a acadêmicos não-russos, não se pode precisar quantos documentos e normas relativas ao Ártico foram editadas ao longo dos mais de 70 anos da URSS (Thévenin, 2024). De qualquer sorte, os instrumentos normativos mais conhecidos sobre o tema estão consolidados no quadro abaixo, e indicam a importância que as questões de demarcação territorial e regulação do tráfego naval sempre tiveram nos vários governos soviéticos.

Quadro 9 – Legislação Soviética sobre o Ártico ou com impacto sobre a região polar

ANO	DOCUMENTO	NATUREZA JURÍDICA	TÍTULO	TEMA
1924	Memorando do Comissariado do Povo para Relações Exteriores de 4 de novembro de 1924	Nota diplomática	Reafirmação da subordinação territorial do Ártico russo à URSS	Territorial / soberania
1926	Decreto do Presidium do Comitê Executivo Central da URSS de 15 de abril de 1926	Decreto	Proclamação das ilhas e terras localizadas no Oceano Ártico como território Soviético	Territorial / soberania
1927	Decreto 1308 de 15 de junho de 1927	Decreto	Estabelecimento preliminar das fronteiras marítimas da União Soviéticas	Territorial / soberania
1932	Decreto do Conselho dos Comissários do Povo da URSS de 17 de dezembro de 1932	Decreto	Organização da Diretoria-Geral da Rota do Mar do Norte no âmbito do Conselho dos Comissários do Povo	Regulação político-administrativa
1936	Decreto do Conselho dos Comissários do Povo da URSS de 22 de junho de 1936	Decreto	Regulação da Diretoria-Geral da Rota do Mar do Norte no âmbito do Conselho dos Comissários do Povo	Regulação administrativa
1960	Decreto do Presidium do Conselho Supremo da URSS	Decreto	Proteção das Fronteiras do Estado	Territorial / soberania / defesa territorial
1965	Decreto 331-112 de 27 de abril de 1965	Decreto	Estabelecimento e definição do status dos estreitos do Ártico Soviético ao longo da Rota do Mar do Norte	Territorial / soberania
1971	Decisum do Conselho de Ministros da URSS	Decisão colegiada com força de lei	Assuntos relacionados ao estabelecimento da Administração da Rota do Mar do Norte e do Ministério da Marinha Mercante, com aprovação do marco regulatório relacionado	Territorial / soberania / transporte marítimo
1982	Decreto do Presidium do Conselho Supremo da URSS	Decreto	Lei das Fronteiras Estatais da URSS	Territorial / soberania / defesa territorial
1984	Decreto do Presidium do Conselho Supremo da URSS	Decreto	Intensificação da proteção ambiental em áreas do Extremo Norte e áreas marítimas adjacentes à costa norte da URSS	Meio ambiente
1984	Ato da URSS	Ato normativo	Aprovação do Decreto do Presidium do Conselho Supremo da URSS sobre intensificação da proteção ambiental em áreas do Extremo Norte e áreas marítimas adjacentes à costa norte da URSS	Legislativo / Meio Ambiente
1985	Decreto do Conselho de Ministros da URSS de 15 de janeiro de 1985	Decreto	Delimitação das Linhas de Base do Ártico Russo	Territorial / soberania / demarcação marítima
1990	Ato da URSS	Ato normativo	Cria e publica as Regras de Navegação das Rotas Marítimas da Rota do Mar do Norte, e aprova a Regulação de Operações de Navios Quebra-Gelo operando na Rota do Mar do Norte	Transporte marítimo / regulação naval
1991	Decisum do Conselho de Ministros da República Socialista Federativa Soviética da Rússia	Decisão colegiada com força de lei	Adoção de Regras Temporárias de Emissão de Autorizações para condução de atividades científicas, exploratórias e turísticas nas áreas marítimas adjacentes à costa norte da URSS	Regulação administrativa / transporte marítimo

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados de Thévenin (2024), Berkman, Vylegzhanin e Young (2019), Kolodkin e Volosov (1990).

Importante destacar que a região do Ártico seguiu até o final da década de 1930 sendo uma área inóspita e segura para a URSS. Apesar das diversas expedições científicas e de prospecção econômica, a região ainda tinha baixa possibilidade efetiva de exploração econômica em larga escala, estruturando-se em atividades em menor escala de pesca, caça, exploração de alguns recursos florestais da tundra, e eventualmente exploração de minérios (McCannon, 1998).

Também havia baixo potencial logístico, menos pela inexistência de infraestrutura (a *Glavsevmorput* possuía uma boa rede logística) e mais pela questão operacional no ambiente extremo polar.

À medida que a década de 1930 avançava, dois cenários descortinavam-se para a Rússia no Ártico (e na Europa como um todo): o fortalecimento estatal russo – efetivo ou imaginado – sobre a exploração polar (McCannon, 1998), e a ascensão do Nazismo e do Fascismo ao poder na Alemanha e Itália (Hobsbawm, 2012).

Sobre a exploração polar soviética na década de 1930 importante destacar que houve enormes avanços tecnológicos que tornaram mais propícias essas expedições, que no entanto não conseguiram resolver alguns problemas do desenvolvimento regional apesar do esforço de Shmidt. Mas também houve uma intensa atividade de propaganda por parte do governo soviético para criar um mito de grandeza soviética baseado em narrativas heroicas sobre a exploração polar (McCannon, 1998), negando (ou ocultando) os problemas regionais e a questão dos povos originários. McCannon (1998, p. 59) chega a falar da existência de “dois Árticos” na URSS:

Durante a década de 1930, de fato, existiam dois Árticos na URSS. O primeiro era o Ártico descrito nos capítulos anteriores: o Ártico de erros, crimes e condições de vida precárias. Este era o árduo Ártico do trabalho forçado em campos prisionais. Era uma região áspera na qual os soviéticos podiam – e de fato faziam – avançar lentamente, mas apenas por meio de tentativa e erro e esforço minucioso. Também era um Ártico que permanecia muito oculto do público soviético. O segundo Ártico, por outro lado, nunca esteve ausente da visão pública. Este era o Ártico heroico, infundido com glória, e foi constantemente exibido diante da cidadania soviética de todas as maneiras possíveis. Esta imagem pública do Ártico soviético se tornou uma épica grandiosa e maior do que a vida. E, é claro, este Ártico – o destinado ao consumo popular – era simplesmente bom demais para ser verdade.

De qualquer sorte, essa narrativa criada por Moscou tinha um fundamento de verdade: o mito heroico do Ártico foi extraído daqueles exploradores que, em missões de exploração polar realizadas entre 1932 e 1939, abriram o mundo soviético para as riquezas, belezas e desafios da região polar (McCannon, 1998). As expedições do *Sibiriakov* (1932), do *Cheliuskin* (1933-1934), os Voos do Ártico (1936-1938), e a Expedição SP-1 (1937-1938), responsável por levar de avião os componentes e pessoas para a criação da primeira estação científica da deriva da URSS no Ártico (McCannon, 1998).

Quadro 10 - lista das principais expedições oficiais soviéticas para o Ártico no século XX, antes da Segunda Guerra Mundial

ANO	VETOR	PAÍS DE BANDEIRA	REGIÃO POLAR
1925-1927	Diversos, Agência Estatística Central da URSS	URSS	Execução de uma série de pesquisas estatísticas sobre os povos indígenas do Extremo Norte, que foram reunidas num Censo Polar de 1926/1927
1929	Navio Quebra-Gelo Sedov	URSS	Primeira Expedição Científica da União Soviética ao Ártico, liderada por Otto Yulyevich Shmidt, então chefe do Instituto Ártico da Rússia
1930	Navio Quebra-Gelo Sedov	URSS	Segunda Expedição Científica da União Soviética ao Ártico, liderada por Otto Yulyevich Shmidt, então chefe do Instituto Ártico da Rússia
1932	Navio Quebra-Gelo Sibiryakov	URSS	Cruzou a Rota do Mar do Norte em uma só jornada, sem a parada de inverno. Essa expedição também foi liderada por Otto Yulyevich Shmidt
1932-1933	Navio Quebra-Gelo Fyodor Litke à frente de comboio de navios	URSS	Expedição à Sibéria organizada pela Agência Soviética de Construção para o Extremo Norte (Dalstroy)
1933-1934	Navio-vapor Chelyuskin	URSS	Tentou repetir o feito do Sibiryakov, mas ficou preso no gelo, posteriormente afundando
1935	Navio Quebra-Gelo Sadko	URSS	Expedição de pesquisa de águas profundas do Oceano Ártico liderada por Georgy Ushakov. Alcançou o último território ártico russo ainda não descoberto, a ilha Ushakov
1936-1938	Diversas Aeronaves	URSS	Série de voos no Ártico, Trans-Árticos para a Rússia (1936-1937), e Trans-Árticos para os EUA (1937 e 1938)
1937	Navio Quebra-Gelo Sadko	URSS	Expedição em busca da Ilha Sannikov, então uma lenda da exploração ártica. Fracassou, porque o navio foi desviado para dar apoio a outros navios presos no gelo
1937-1938	Expedição SP-1 (Pólo Norte 1)	URSS	Expedição aérea com intuito de construir a primeira estação científica de deriva da URSS no Ártico
1938	Estação SP-1 (Pólo Norte 1)	URSS	Primeira estação científica de deriva da União Soviética no Ártico

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados de Thévenin (2024), Berkman, Vylegzhanin e Young (2019), Kolodkin e Volosov (1990).

Nota: Pelo perfil da União Soviética, pouco foco foi dado às lideranças da expedição, não sendo mais contadas como feito pessoal, mas sim como realização da União Soviética. Portanto, colocamos com indicação do respectivo ano, vetor da expedição, e feito atingido ou fato ocorrido.

Esse período também contou, naturalmente, com expedições não-soviéticas ao Ártico, inclusive pela via aérea. Para além das dinâmicas de cooperação científica internacional, essas incursões em território polar ainda largamente não-delimitado e não-demarcado começaria a preocupar Moscou, que via nessas ações riscos à sua própria soberania, como fica claro nessa declaração de um jurista soviético sobre as iniciativas científicas de outros países no Ártico:

A União Soviética possui interesses consideráveis além do Círculo Polar Ártico que estão totalmente em conformidade com o direito internacional. Em contraste com os de outros países, esses interesses são bastante legais e determinados tanto por considerações estratégicas de defesa, com o

objetivo de proteger sua costa norte de possíveis ofensivas inimigas, quanto por considerações econômicas (Lakhtine, 1928, p. 14-15).

Esse receio seguirá na mentalidade russa até os dias de hoje.

Quadro 11 - lista das principais expedições não-soviéticas para o Ártico no século XX após a Revolução Russa e antes da Segunda Guerra Mundial, com indicação do respectivo ano, explorador, país de bandeira da expedição, e local encontrado, objetivo atingido ou fato ocorrido

ANO	EXPLORADOR	PAÍS DE BANDEIRA	REGIÃO POLAR
1918-1925	Roald Amundsen	Noruega	Expedição Maud, alcançou a Passagem Nordeste do Oceano Ártico
1919-1920	Knud Rasmussen	Dinamarca	Terceira e Quarta Expedições Thule, Groenlândia
1921-1924	Knud Rasmussen	Dinamarca	Quinta Expedição Thule, alcançou a Passagem Noroeste por terra, no Alaska
1924	George Binney	Reino Unido	Expedição Ártica da Universidade de Oxford, foi paradigmática em dois aspectos: foi a primeira organizada primariamente por uma universidade, e foi a primeira a utilizar propositalmente um hidroavião, tendência que se mostraria central nas três décadas seguintes
1925	Roald Amundsen e Lincoln Ellsworth	Estados Unidos	Expedição Amundsen-Ellsworth. Tentou alcançar o Pólo Norte de hidroavião a partir de Svalbard
1926	Richard Byrd e Floyd Bennet	Estados Unidos	Partindo de Svalbard ⁷⁵ rumo ao Pólo Norte, Byrd e Bennet alegaram terem alcançado o feito, mas careceram de provas contundentes.
1928	Roald Amundsen, Umberto Nobile e Lincoln Ellsworth	Estados Unidos	Expedição Norge, momento em que o Pólo Norte é atingido pela primeira vez – com provas – pelo ar.
1928	Carl Ben Eielson e Hubert Wilkins	Estados Unidos	Voo Transártico Eielson-Wilkins, saindo do Alaska e chegando a Svalbard pelo Ártico
1930	Alfred Wegener	Alemanha (República de Weimar)	Groenlândia
1931	Hugo Eckener	Alemanha (República de Weimar)	Sobrevoou do Ártico pelo Graf Zepellin. Foi a primeira vez que a Terra de Francisco José foi detalhadamente mapeada por foto aérea.
1931	Hubert Wilkins	Estados Unidos	Primeira viagem científica de submarino para o Ártico. Embora tenha fracassado em alcançar o Pólo Norte, o Nautilus ⁷⁶ coletou inúmeros dados inéditos sobre a região.
1931	Knud Rasmussen	Dinamarca	Sexta Expedição Thule
1934	Martin Lindsay	Reino Unido	Groenlândia
1935	Paul-Émile Victor	França	Groenlândia
1937-1938	Clifford J. MacGregor	Canadá (financiamento privado)	Expedição Ártica MacGregor, Canadá e Groenlândia

Fonte:elaborado pelo autor a partir de dados de Thévenin (2024), Berkman, Vylegzhanin e Young (2019), Kolodkin e Volosov (1990).

⁷⁵ Desta referência em diante utilizaremos o nome Svalbard, consolidado após o Tratado de Svalbard de 1925. Ver nota anterior sobre o nome do arquipélago.

⁷⁶ Nautilus foi o nome dado a um submarino pertencente à Marinha dos EUA, o USS O-12, que foi descomissionado e arrendado para a expedição científica de Wilkins. Não se trata aqui do submarino homônimo USS Nautilus (SSN-571), primeiro submarino de propulsão nuclear da história, que em 1958 cruzou o Oceano Ártico por debaixo do gelo.

A conjuntura geopolítica da Europa no final dos anos 1930 mostrou-se desafiadora para a Rússia em virtude da ascensão do Nazismo na Alemanha e do Fascismo na Itália (Hobsbawm, 2012). Os avanços territoriais de Hitler – por tratados ou pela força bruta – e a exibição do poderio tecnológico da Alemanha Nazista eram vistos por Stálin como uma ameaça direta à URSS, tanto pelo compartilhamento de áreas fronteiriças entre os dois países, quanto pelo fato de ser o Nazismo uma doutrina política essencialmente anticomunista (Hobsbawm, 2012).

Foi assim que, numa jogada pragmática, a URSS negociou um Pacto de Não-Agressão com a Alemanha Nazista, concluído em 1939 (Roberts, 1992). Longe de ser um contra-senso, esse acordo (também chamado de Pacto Ribbentrop-Molotov) foi a maneira que Stálin encontrou de prevenir uma guerra com a Alemanha Nazista já num primeiro momento, tendo em vista que a URSS não tinha, em fins dos anos 1930, condições econômicas e militares de se contrapor aos nazistas (Roberts, 1992). O acordo também interessava a Berlim por evitar os riscos de uma nova guerra em duas frentes, evitando os erros que – na visão do Alto-Comando Alemão – haviam levado a Alemanha à derrota na Primeira Guerra Mundial (Hobsbawm, 2009).

Esse acordo garantiu que a URSS tivesse alguns anos (entre 1939 e 1941) para se preparar, ainda que parcialmente, para uma inevitável guerra com a Alemanha Nazista.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, de início, não afetou a URSS diretamente de forma negativa em virtude do Pacto de Não-Agressão. Pelo contrário: houve invasão simultânea da Polônia por Nazistas e Soviéticos, com divisão do país entre Alemanha e URSS.

Em 1941, com o início da Operação Barbarossa – invasão nazista da URSS – o conflito chegaria, então, aos soviéticos. Chamada pela historiografia russa de “Grande Guerra Patriótica”, a Segunda Guerra Mundial começaria para os russos efetivamente após essa invasão, e os fatores geopolíticos específicos deste conflito reforçaram para Moscou a percepção do Ártico como uma zona de segurança imediata, com possibilidade de exploração de potencial logístico e emprego militar (Horensma, 1991), a despeito das dificuldades logísticas de operar naquela região.

A aliança firmada pela URSS com Estados Unidos, Inglaterra e demais países aliados foi fundamental nesta alteração da visão estratégica de Moscou (Lieven,

2006). Isto porque, sem ter completado ainda seu processo de industrialização (Lieven, 2006), a União Soviética dependia do acordo de empréstimo e arrendamento de material militar dos Estados Unidos (*Lendand Lease Agreement*) para receber equipamentos e insumos para seu esforço de guerra.

Este acordo utilizava os chamados “Comboios do Norte”, que entre 1941 e 1945 usavam o Ártico em suas rotas, com produtos que saíam de portos na Escócia e Islândia para Murmansk e Arkhangelsk, já em território soviético (Woodman, 1994; Millar, 2004).

Até mesmo a contraofensiva nazista contra esses comboios atuava numa base muito específica para a realidade ártica: complementarmente às frotas navais de submarinos alemães que atacavam em “matilhas” no Atlântico, as bases de operação de ataque aos Comboios do Norte operavam a partir da Noruega, já em território polar (Woodman, 1994).

De qualquer sorte, à exceção da execução do *Lendand Lease* e das necessidades estratégicas da Segunda Guerra Mundial, o Ártico ainda se mantinha como zona virtualmente inexpugnável do território russo em virtude da sua natureza inóspita.

Mesmo as tentativas nazistas de dominação territorial ártica depararam com essa barreira natural, com a qual os soviéticos estavam acostumados, mas os alemães não. Esse cenário iria mudar com o advento da Guerra Fria em 1947 e, mais especificamente, com a morte de Stálin e ascensão de Khrushchev no poder soviético em 1953 (Woodman, 1994; Thompson, 2009).

A despeito de ter lutado no bloco dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, a União Soviética desconfiava profundamente de Estados Unidos e Inglaterra. Longe de ser apenas um traço societário arraigado no comportamento nacional, a desconfiança russa em relação aos Aliados ocidentais tinha relações tanto com ações ocorridas ainda durante a Segunda Guerra (em especial as ações aliadas contra o programa nuclearnazista na Noruega e a propaganda ocidental anti-soviética na primeira fase do conflito) quanto com as ações do bloco ocidental no imediato pós-Guerra (Lieven, 2006). Também a memória histórica da intervenção ocidental na Guerra Civil Russa (1917-1921) ainda influenciava o comportamento dos planejadores estratégicos soviéticos (Hosking, 1992; Hønneland, 2016), que viam nos antigos aliados potenciais inimigos.

A aliança contra o nazismo esfacelou-se em 1945, e os reais blocos de

poder haviam ficado evidentes pela divergência das visões de mundo: a *worldview* americana capitalista de opunha ao *mirrusso* comunista e soviético (Mello Neto, 2016). O desenvolvimento da aviação estratégica e dos mísseis balísticos intercontinentais, bem como os submarinos de propulsão e de capacidade nuclear, acrescentaram mais um elemento complicador nesse relacionamento. Adicionalmente, o fato de todos esses três meios militares terem operacionalidade integral e preferencial no Ártico (Sutton, 2017; Alleslev, 2019), tornaram o cenário polar ainda mais complexo. Estes elementos tecnológicos conseguiam transpor o ambiente inóspito da região polar russa, e tornou-se uma ameaça direta ao território do país (Pincus, 2020b).

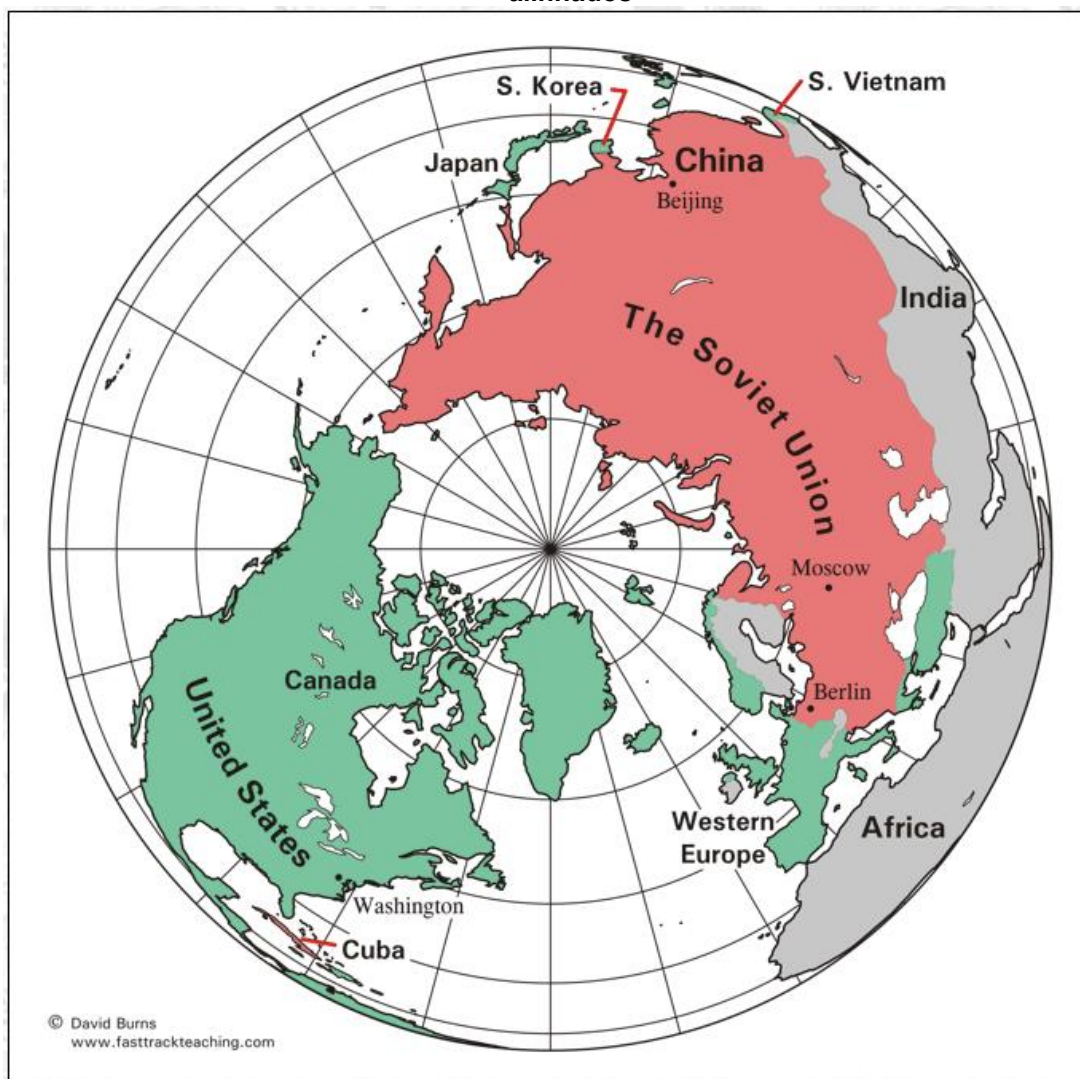
Esses fatores tecnológicos com efeitos estratégicos moldaram profundamente a geopolítica russo-soviética para o Ártico de forma profunda (Bonhomme, 2012; Bruno, 2016). Partiu-se da percepção de que a região climaticamente fria havia se tornado uma zona geopoliticamente quente (figura 30), afetando a visão de Moscou sobre a região e trazendo necessidades estratégicas que, em 1956, tornaram-se pilar da nova fase de ocupação regional do Ártico com base no binômio expansionismo-defensivismo: expansionismo do povoamento e defensivismo territorial, sendo um corolário do outro (Mello Neto, 2016; Thompson, 2009).

Essa preocupação de um ataque a partir do Ártico – seja por parte da aviação estratégica americana ou dos silos de mísseis nucleares lançados de ICBMs a partir do território dos EUA – era acrescida do fato de os americanos possuírem bases de lançamento nuclear também na Europa Ocidental, Turquia, Pacífico Sul e Central, Coreia do Sul e Japão, enquanto a União Soviética mantinha regimentos de mísseis apenas em suas fronteiras (e por um breve período chegou a iniciar a montagem de uma base em Cuba), havendo desequilíbrio estratégico da *destruição mútua assegurada* (Lieven, 2006; Alleslev, 2019).

A ocupação do Ártico russo tornou-se, assim, uma necessidade estratégica para a União Soviética. Curiosamente, essa percepção estratégica coincidiu com o processo de paralisia política da URSS a partir da década de 1950, como afirma Thompson (2009, p. 37): “assentamentos voluntários em massa para o Extremo Norte coincidiu quase que perfeitamente com a estagnação ideológica e econômica da União Soviética, a senilidade do poder estatal que durou três décadas e terminou com seu colapso em 1991”. A importância estratégica do Ártico nessa nova era de

guerra nuclear pode ser vista na proximidade entre os territórios soviético e norte-americano, como visto na figura 30.

Figura 35 - Mapa mundi com o Ártico como ponto central, mostrando os dois grandes blocos geopolíticos da Guerra Fria: o bloco capitalista liderado pelos EUA (em verde) e o bloco comunista liderado pela União Soviética (em vermelho). Na cor cinza está o bloco dos países não-alinhados



Fonte: Burns (2019).

O ano específico para o início desse processo migratório e estruturante foi 1956, com a largada do processo de desestalinização promovido por Khrushchev (Thompson, 2009). Esse processo tinha como objetivo o expansionismo do povoamento e o defensivismo territorial, como já indicado acima. A síntese do referido processo era “ocupar para não perder” (Thompson, 2009), e embora tenha sido aplicado por meio de um conjunto específico de estratégias por parte de Khrushchev, essa dinâmica política não era algo novo na Rússia, remontando a

períodos na Era Imperial, em especial os processos de ocupação do Cáucaso no século XIX e do Extremo Leste nos séculos XVII e XVIII (Mello Neto, 2016).

O processo político interno da URSS pós-Stálin foi o estopim para a estagnação soviética, em especial no final do governo Khrushchev, entre 1959 e 1963, e também durante todo o governo Brezhnev, entre 1964 e 1982 (Lieven, 2006; Thompson, 2009).

Isto gerou um novo arranjo de poder, com a consequente descentralização administrativa de Moscou para as elites locais e regionais, trocando cessões pontuais de poder (que levaram à institucionalização da corrupção burocrática) por lealdade e estabilidade (Thompson, 2009).

A estagnação nas cidades soviéticas contrastou enormemente com a liberdade maior do Extremo Norte, que por suas condições climáticas permitia um avanço do modelo comunista soviético pelas elites locais em alinhamento com Moscou (Thompson, 2009). Isto justifica-se pelo fato de que, num ambiente inóspito como o Ártico, a “retrodependência” comunitária era um imperativo existencial (Thompson, 2009), fazendo com que elites locais e a população geral tivessem o mesmo interesse, ainda compartilhado com a própria elite federal do *politburomoscovita*.

Também no Extremo Norte não havia escassez por motivos políticos como havia em cidade (Thompson, 2009), o que facilitava a administração local de forma alinhada entre os interesses de todos. Todas as limitações do Ártico eram de ordem logística e de natureza, com condições ainda mais extremas que a região do Cáucaso (Mello Neto, 2016) ou da Ásia Central, na época ainda sob controle moscovita.

O assentamento no Extremo Norte tornou-se uma prática de construção do próprio estado soviético (Thompson, 2009). Isso não apenas legitimou, mas sobretudo consolidou, o poder do estado russo-soviético no Ártico (Thompson, 2009). A ocupação regional ártica foi baseada em assentamentos para industrialização e extração mineral de produtos considerados vitais ao desenvolvimento econômico e sobrevivência soberana da URSS. Essa era considerada uma política de “domínio” (em russo *osvoenie*), e servia como forma de levar o estado à região (Thompson, 2009). Com o avanço das tensões da Guerra Fria a política de “domínio” tornou-se política de “domínio do Norte” (*severnoeosvenie*), baseada na proteção contra ameaças das potências

estrangeiras (Thompson, 2009). Ou, como coloca Grajewski (2017, p. 148), “o desenvolvimento econômico e os avanços na tecnologia deram suporte à concepção soviética de atingimento do domínio físico do território inóspito do Ártico como símbolo do triunfo comunista”.

Criou-se assim um complexo conceito do Ártico como fronteira de defesa do território russo a partir do Extremo Norte, e também fronteira de exploração de recursos para a defesa territorial de toda a União Soviética. Segurança econômica e segurança militar tornaram-se uma estrutura unificada no Ártico russo-soviético, com efeitos que perduram até os dias atuais (Thompson, 2009).

Isso não significa dizer que o Ártico russo tornou real a utopia comunista da União Soviética: a exploração das riquezas minerais do Extremo Norte russo ocorreu com aprofundamento das desigualdades sociais e das distinções de classe (Thompson, 2009). E, a despeito do novo arranjo de poder com as elites locais, o caráter estratégico do Ártico manteve o controle de rumos inteiramente nas mãos de Moscou. Às elites locais caberia alguma liberdade de ação na administração comunitária e algum acesso adicional a recursos escassos em outras partes do país, mas a decisão final cabia sempre à autoridade soviética moscovita (Thompson, 2009).

É importante frisar que o processo de ocupação e assentamento econômico do Ártico, feito já com uma visão estratégica, ajudou a aprofundar essa percepção por parte de Moscou. A região de Chukotka, uma das mais estratégicas do Ártico russo, era base de grupos de bombardeio de longo alcance, plataformas de mísseis balísticos, divisões blindadas e fábricas subterrâneas de armamentos (Thompson, 2009).

Como Thompson (2009, p. 42) afirma, “visto pelo prisma da estratégia de defesa, o estabelecimento civil rápido ao longo de fronteiras esparsamente habitadas completou o axioma de que ‘todo residente do Norte é um potencial defensor da Mãe-Rússia’”.

Essa política de ocupação, e assentamento estratégico manteve-se, com poucas variações, inalteradas ao longo de todo o período soviético. O caráter inóspito da natureza do Ártico manteve a região relativamente alheia às transições de poder dos governos Khrushchev-Brezhnev (1963-1964), Brezhnev-Andropov (1982-1984), Andropov-Chernenko (1984-1985) e Chernenko-Gorbachev (1985), e somente no governo de Mikhail Gorbachev (1985-1991) haveria modificações

significativas na política soviética para o Ártico que teria efeitos profundos no desdobramento da política polar da Federação da Rússia, que sucederia a URSS a partir de 1991 (Thompson, 2009).

A alteração feita por Gorbachev ocorreu em 1987, quando a União Soviética sob seu comando executou os princípios estabelecidos no Discurso de Murmansk (feito em outubro daquele ano), lançando assim a chamada Iniciativa de Murmansk (Thompson, 2009; Millar, 2004).

A Iniciativa de Murmansk foi uma proposta integrada de política externa soviética para o Ártico que envolvia, entre outras coisas, ações de segurança, economia, logística e meio ambiente na região (Purver, 1988). Essa ação pode ser vista como paradigmática, já que Gorbachev conseguiu elaborar pela primeira vez na história soviética uma política internacional integrativa, cooperativa e multidisciplinar. Ainda o fez de maneira proativa, e não de forma reativa como costumeiramente a URSS fazia.

Nas iniciativas de segurança (Purver, 1988; Nuttall, 2005; Åtland, 2008), Gorbachev propunha dois grandes eixos: limitação de exercício naval militar no Ártico e propostas de criação de uma zona livre de armas nucleares no pólo norte, a exemplo do que já existia na Antártida (por consequência do Tratado de Tlatelolco e do Tratado da Antártida).

Na iniciativa ambiental – uma novidade em se tratando da União Soviética, em geral resistente a questões ambientais – Gorbachev propôs incrementar a cooperação ambiental internacional na região, inclusive com desenvolvimento de mecanismos e potencialmente instituições (Purver, 1988).

Essa proposta de Gorbachev iria desaguar na Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico de 1991 (AEPS em seu acrônimo em inglês), proposta pela Finlândia a partir das concessões soviéticas feitas em 1987. Também aqui pode ser vista uma ação importante da URSS em conjunto com a comunidade internacional e, especialmente, com antigos rivais (com a Finlândia), mostrando a vontade política de Gorbachev em implementar a *glasnost* e da *perestroika* nos diversos eixos políticos do país.

Havia ainda uma preocupação sócio-ambiental relativa aos povos nativos do Norte – pauta especialmente importante para as populações originárias do Ártico canadense, russo e americano do Alaska, - por envolver impactos sociais da modificação do ecossistema polar (Purver, 1988).

Essa pauta de preocupação com povos nativos foi inédita na história soviética, tendo paralelos apenas na defesa das nacionalidades feita por Lênin no início da Revolução Russa de outubro de 1917 (e defendida por ele até sua morte em 1924), embora esta última não estivesse relacionada a questões ambientais, apenas a criação de unidades sub-federativas de apelo territorial com divisão étnica.

Por fim, em termos econômicos e logísticos, Gorbachev propôs a criação de mecanismos de cooperação econômica e científica para exploração dos recursos regionais articulado com uma política científica ártica, a possibilidade de aceitação de apoio de empresas ocidentais na exploração mineral do Ártico russo e, por fim, a abertura de uma rota de comércio no Ártico com apoio dos quebra-gelos soviéticos (Purver, 1988).

Estes passos indicados por Gorbachev, embora pouco mencionados, foram base fundamental para a futura criação do Conselho do Ártico em 1996.

E mais fundamentais ainda foram as bases lançadas pela Iniciativa de Murmansk para a Política Ártica da Federação da Rússia. É o que será visto na seção a seguir.

4.3 O ÁRTICO NA RÚSSIA PÓS-SOVIÉTICA: A TRANSIÇÃO DE IELTSIN E A ASCENSÃO DE PUTIN

Como visto na seção anterior, o lançamento da Iniciativa de Murmansk por Mikhail Gorbachev em 1987 lançou as bases da futura Política Ártica da Federação da Rússia (Åtland, 2008), ao dispor sobre temas que entrariam no centro das discussões do sistema internacional após o colapso da União Soviética e a Nova Ordem Mundial pós-Guerra Fria (Lieven, 2006).

No entanto, essa política da Rússia pós-soviética para o Ártico não foi uniforme ao longo do ano. Na divisão temporal e fenomenológica dada por Thompson (2009, pp. 92-93 e 145-148), a política russa para o Ártico divide-se em duas: a primeira de “transição para a crise” (indo de 1991 a 2000), e a segunda de “reconstrução” (indo de 2001 a 2005). Como a obra de Thompson é de 2009, a sua percepção não chega a abarcar o período de afastamento entre Rússia e Ocidente causada pelas crises da Geórgia (2008) e da Ucrânia (2014 e 2022), períodos que são foco do presente estudo. Desta forma, acrescentaremos ao conceito bipartite de

Thompson um terceiro período da política russa do Ártico, que seria o de “expansionismo e tensionamento”, que compreende o período entre 2008 e 2024⁷⁷.

Desta forma, o acréscimo à classificação de Thompson torna a política russa do Ártico uma estrutura cronologicamente tripartite:

- a) a primeira fase de **transição para a crise**, que vai do colapso da URSS (1991) até o final do governo Ieltsin (1999-2000);
- b) a segunda fase de **reconstrução**, que vai da assunção do poder por Vladimir Putin em seu primeiro mandato (2000) até a crise na Geórgia (2008)⁷⁸;
- c) a terceira fase de **expansionismo e tensionamento**, que vai do início do governo Medvedev e da crise com a Geórgia (2008) até a guerra da Ucrânia (2022), passando pela incorporação da Crimeia à Federação Russa (2014).

Para tanto, a presente seção será subdividida em três subseções: a primeira tratando da fase de transição para a crise (1991-1999), a segunda tratando da fase de reconstrução (2000-2008) e a terceira tratando da fase de expansionismo e tensionamento (2008-2024).

4.3.1 O Ártico Russo com Ieltsin (1991-1999): transição para a crise

O colapso da União Soviética em 1991 trouxe à sua sucessora – a Federação Russa – uma série de problemas em sua política ártica. Isto porque, com os processos de fragmentação territorial soviética e surgimento de novas repúblicas pós-soviéticas, a Rússia perdeu parte do seu poder territorial, além de ter sua economia encolhida, sua imagem global colapsada e seu projeto de poder reduzido da busca por riquezas e domínio pela mera sobrevivência do estado russo (Grajewski, 2017; Lieven, 2006).

⁷⁷ E que, como visto pelos eventos recentes na Ucrânia e pela reversões de designação da Frota do Mar do Norte, continua até o início de 2024.

⁷⁸ É importante destacar que a escolha de 2008 para o final da segunda fase – e não 2005 como Thompson propõe – origina-se do fato de que naquele ano foi criado o documento “Princípios Básicos da Política Estatal da Federação Russa no Ártico até 2020”, que substituiu as ações e políticas anteriores relacionadas ao tema. Daí a opção por 2008 e não por 2005. Este documento de 2008 só viria a ser substituído em 2020 pelo documento “Princípios Básicos da Política Estatal da Federação Russa no Ártico até 2035” que também será trabalhado na presente pesquisa, no último capítulo.

A Política Russa para o Ártico na Era Ieltsin refletiu sua incoerência (Grajewski, 2017, p. 151) e foi marcada por profunda negligência, descentralização e abandono, muito em virtude do conjunto de crises políticas e econômicas que o país viveu em seu processo de transição para o capitalismo, com o fim da União Soviética.

Nem mesmo a criação do Conselho do Ártico (CA) em 1996 – que contou com a participação ativa da Rússia – correspondeu a uma distensão desse modelo declinante: Moscou teve pouquíssima influência nas negociações da criação desta estrutura de governança internacional, fundamentalmente aceitando os termos apresentados pelo ocidente na consolidação do CA, embora o Ártico russo corresponda a cerca de 50% da área total da região (Grajewski, 2017).

O processo de negociação da cooperação ártica no governo Ieltsin é frequentemente visto como “confuso” (Sergunin; Konyshev, 2019), algo que deriva inclusive da imagem da *persona* pública de Ieltsin criada pelo Ocidente e aceita pelo líder russo: presidente caricatural de um país em declínio. O declínio da política polar russa na Era Ieltsin foi tão grave que chegou a ser chamado de “idílio destruído” (Thompson, 2009).

Isto porque, com o choque de liberalização da Rússia pós-soviética, os recursos que fluíam de Moscou para o Extremo Norte em virtude da estratégia de presença regional foram não apenas suspensos, mas colapsaram em sua totalidade. Subsídios estatais, investimentos, transporte e suprimento foram sendo agressivamente reduzidos, impactando na inversão do fluxo migratório: pessoas passaram a abandonar a região (Thompson, 2009).

Entre 1989 e 1999 a população da região de Chukotka – um exemplo central nas análises do Ártico – caiu de 160 mil para 75 mil, queda de mais de 50% em apenas 10 anos (Thompson, 2009, p. 92). Pra piorar, uma crise de suprimentos tornou a inversão do fluxo migratório em algo parecido com uma evacuação de emergência, com pessoas e famílias abandonando o Extremo Norte às pressas com medo de lá ficarem “presos” (Thompson, 2009, p. 95).

Até mesmo os arranjos de poder e organização territorial da Rússia na região foram afetados, com alterações significativas nas divisões territoriais do Ártico – que compreendiam *oblastse okrugs*⁷⁹ – com processos de secessionismo intra-federativo

⁷⁹ Para melhor compreensão desta divisão federativa territorial da Rússia, consultar Mello Neto (2016).

ocorrendo. E um complexo sistema de patronagem foi estabelecido, com desdobramentos concretos no aumento de corrupção institucional e burocrática, bem como com o imobilismo no crescimento econômico regional, já estrangulado pelo colapso da economia soviética (Thompson, 2009).

Essa realidade mostrava-se como fundamental para que a região do Extremo Norte conseguisse sobreviver sem a ajuda do poder central, Moscou, nesse período envolvido em sucessivas crises de caráter econômico, político e geopolítico, e buscando inserção internacional ao sistema capitalista controlado pelo Ocidente (Thompson, 2009; Grajewski, 2017).

Apesar de todo esse processo de “transição para a crise” (Thompson, 2009), a adesão russa ao Conselho do Ártico pode ser vista como um dos avanços da pauta de governança da região polar no governo Ieltsin e merece uma análise um pouco mais detalhada.

O nascimento de uma ideia de governança regional ártica ocorreu em 1987 – ainda na Era Soviética – com a Iniciativa de Murmansk, proposta por Gorbachev. Em 1989, por iniciativa da Finlândia (país do bloco ocidental, vizinho da então URSS e não-alinhado à OTAN), iniciaram discussões para a criação de uma estratégia para evitar devastações como as causadas naquele mesmo ano pelo navio petroleiro Exxon Valdez (que derramou toneladas de óleo no Alaska, afetando o ecossistema do Ártico).

O processo evoluiu para a criação – em 1991 – da Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico, um acordo multilateral não-vinculante de estudos, monitoramento e ações preventivas e responsivas a crises e catástrofes ambientais (ArcticCouncil, 1996). Esse acordo foi a base da Declaração de Ottawa de 1996, que criou oficialmente o Conselho do Ártico.

A Declaração de Ottawa de 1996 foi assinada por oito países que dividem o espaço geográfico do Ártico: Rússia, Canadá, Estados Unidos (Alaska), Islândia, Finlândia, Noruega, Suécia e Dinamarca (Groenlândia). Trata-se de um sistema de governança baseado em consenso (Arctic Council, 1996) e busca regulamentar todas as atividades de cunho civil e militar que ocorram na região, bem como questões de meio ambiente e recursos naturais.

A despeito do aprofundamento da crise política da Rússia, o Conselho do Ártico pode ser visto como um solitário avanço relacionado à política da Rússia para a região. Adicionalmente, o CA abriria espaço para o processo de reconstrução

regional polar por parte de Moscou, que teria início com a ascensão de Vladimir Putin ao poder na Federação. É que será visto na próxima subseção.

4.3.2 O Ártico Russo com Putin (2000-2008): reconstrução

O período de declínio e abandono do Extremo Norte criou, na região do Ártico, uma mentalidade de que não se poderia mais contar com o Estado. A origem dessa visão era derivada do fato de que, “após uma década de incerteza e dificuldades, a experiência de sobreviver diariamente criou uma multitude de equilíbrios locais [...] com uma economia de escambo” que garantiu a sobrevivência local (Thompson, 2009, p. 145).

Com a eleição de Putin e o início do seu governo nos anos 2000, o cenário começou a se modificar. Aliado a um grupo de oligarcas russos que compunham sua *siloviki*⁸⁰- alguns dos quais foram eleitos pelo partido Rússia Unida⁸¹ - Putin retomou o investimento estatal na região do Extremo Norte, observando naturalmente as dificuldades econômicas que a Rússia ainda passava naquela época (Thompson, 2009).

A conexão dos oligarcas com Putin no avanço sobre o Ártico tem a ver com a exploração de duas *commodities* abundantes na região: recursos minerais e hidrocarbonetos (Thompson, 2009). A presença do estado central no Extremo Norte voltava a ser grande, mas desta vez com um conjunto de medidas diferenciais (Thompson, 2009) em relação à era soviética.

Em primeiro lugar, o foco em *commodities* extraídas não impediu o avanço de um processo de reindustrialização regional em bases modernas. Se a era soviética focou num processo de industrialização pesada e a Era Ieltsin marcou um declínio acelerado e desindustrialização, o primeiro período Putin (2000-2008) marcou um retorno do estado no investimento e fomento à industrialização regional, mas levando em consideração as especificidades da nova indústria global (Thompson, 2009).

A visão – esposada pelo Kremlin - de inserção da Rússia numa economia globalizada trazia a necessidade de aproveitamento dos potenciais regionais no

⁸⁰ Termo russo usado para identificar pessoas próximas a Putin com algum grau de influência nas decisões do governo.

⁸¹ Yedinaya Rossiya, ou Rússia Unida, é o partido do presidente Putin, e atualmente é presidido por Dmitri Medvedev, que também foi presidente russo.

incremento das capacidades industriais modernas do país. O Extremo Norte, nesse sentido, seria fornecedor de *commodities* em seu formato natural ou semimanufaturadas. Mas para que essa vantagem se tornasse um ativo para a Rússia, havia necessidade de incremento do complexo logístico regional.

Em segundo lugar, para o avanço desse desenvolvimento econômico, associado à retomada da proteção e defesa territorial, foi feita uma modernização da infraestrutura logística e locacional que beneficiasse tanto o setor extrativista quanto os setores industrial, militar e para a própria população (Thompson, 2009). Essa modernização tinha como base a os complexos produtivos, as cidades e vilas, as redes de energia e transporte, bem como a própria estrutura sócio-cultural e educacional que deveria indicar à massa crítica da população russa – potenciais migrantes para o Ártico – as vantagens migratórias regionais.

Em terceiro lugar, a política de infraestrutura envolveu uma modernização das cidades para atender às demandas sociais, educacionais e culturais de futuros migrantes, evidenciando um planejamento urbano e desenvolvimentista conduzido por um estado de base capitalista pós-soviético (Thompson, 2009).

As cidades do Ártico ganharam uma nova estrutura de planejamento, que ia além do conjunto de serviços básicos: centros culturais, escolas e centros universitários foram criados ou reformados, de maneira a tornar a região atrativa para potenciais migrantes. Também as formas de organização social foram arquitetonicamente alteradas, com as vilas de povos nativos modernizadas para um padrão mais ocidentalizado (canadense), mas ao mesmo tempo funcional (como na era soviética). A ideia geral do planejador russo era promover uma modernização na agricultura regional com base em padrões mais ocidentais (Thompson, 2009).

A despeito dessas ações nitidamente modernizantes, a presença do estado russo na região ganhou contornos da tradicional autocracia russa herdada do período Imperial. Isso em virtude da adoção de técnicas de disciplina e da busca por uma tecnocracia alinhada com os interesses do governo central (Thompson, 2009).

Da mesma forma, a política de Defesa do Extremo Norte manteve-se, com algumas atualizações, bem próxima da visão estratégica soviética, que punha no Ártico a linha de *avant-gardeda* proteção territorial da Rússia.

Essa vanguarda defensiva articula bases militares insulares com estruturas portuárias, aeroportuárias e bases militares no continente - em especial na Península de Kola - dando suporte a essas estruturas montadas nas ilhas árticas da

Rússia (Laruelle, 2020). A Península de Kola, aliás, é estrategicamente vital por dois grandes motivos: em primeiro lugar, por ser a parte do Ártico russo na parcela europeia do país; e em segundo lugar, por ser a sede das principais bases de submarinos com capacidade nuclear e dos arsenais antinavio e antiaéreo da Federação (Laruelle, 2020, p. 9).

As frotas navais do Mar do Norte (militar) e de quebra-gelo polar (civil e militar) também operam a partir da Península de Kola, dando à região, como já dito, importância estratégica fundamental à Rússia. Essa percepção – oriunda da era soviética – permeou todo o primeiro governo de Putin, que via a defesa territorial como extensão da defesa econômica, já que a produção do Ártico representa 11% do PIB nacional e responde por 22% das exportações da Rússia (Laruelle, 2020).

O princípio soviético de desenvolvimento econômico e sobrevivência soberana a partir da defesa do Ártico foi ressuscitada pela Federação Russa, inclusive com uso atualizado e modernizado da política de “domínio do Norte” (*severnoeosvenie*).

Esse processo mais uma vez auxiliou na consolidação da presença firme do estado (agora russo, não mais soviético) no Extremo Norte polar, como forma de defesa militar e econômica (Thompson, 2009).

Foi a partir dessa consolidação que Dmitri Medvedev - o sucessor imediato de Putin, eleito em 2008 – deu continuidade ao processo de expansão da presença russa no Ártico, em especial a partir da consolidação do documento “Princípios Básicos da Política Estatal da Federação Russa para o Ártico até 2020”⁸², aprovado no ano de 2008, e fundamental para entender as transformações da primeira Era Putin para a Segunda Era Putin, passando pela gestão de Medvedev (Klimenko, 2020).

Resumidamente, a Política da Rússia para o Ártico passou a ter quatro grandes princípios (Klimenko, 2020).

O primeiro princípio é o de utilização do Ártico russo como uma base de recursos estratégicos para trazer soluções para os problemas de desenvolvimento social e econômico do país. O segundo princípio é o de manutenção do Ártico como zona de paz e cooperação internacional. O terceiro princípio é o de esforço comum para manutenção dos ecossistemas e sistemas naturais do Ártico. Por fim, o quarto

⁸² Ao longo do presente trabalho o referido documento será tratado como Princípios de 2008.

princípio é o de uso da Rota Naval do Norte como uma rota de transporte bi-oceânica da Rússia no Ártico.

Esses princípios deram a tônica das ações russas no Ártico entre 2008 e 2020, quando foram substituídos pelo documento “Princípios Básicos da Política Estatal da Federação Russa para o Ártico até 2035”, editado em 2020, e reformas posteriores entre 2022 e 2023, já iniciada a Guerra da Ucrânia.

É o que será visto na próxima subseção.

4.3.3 O Ártico Russo com Medvedev/Putin (2008-2024): expansionismo e tensionamento

A coincidência do início do governo de Dmitri Medvedev com a promulgação dos Princípios de 2008, que deveriam marcar a ampliação da cooperação polar entre Rússia e o Ocidente, foram negativamente influenciados com a invasão da Geórgia pelas Forças Armadas da Rússia.

A situação do Ártico mudou, alterando a tendência de cooperação pacífica para um tensionamento estratégico (Paul; Swistek, 2022). Essa mudança situacional se originou no próprio processo de deterioração das relações entre a Rússia e o Ocidente, bem como da aproximação entre Moscou e Pequim, inclusive com iniciativas no Ártico (Paul; Swistek, 2022; Aleksandrov, 2017).

Aqui cabem algumas considerações acerca das origens da crise entre Rússia e Ocidente. Durante o período inicial da transição da União Soviética para a Federação da Rússia – em especial entre 1991 e 1993 – Moscou teve que enfrentar uma série de complicações políticas internas, como a conformação da antiga elite soviética no novo estado capitalista russo, os ajustes na liderança de política econômica para adequação à economia capitalista, a transição de uma política externa plurinacional soviética para uma exclusivamente russa, e também um novo pacto social e político para a transição democrática.

Adicionalmente, Ieltsin ainda enfrentou crises de separação dos países do antigo bloco soviético entre 1991 e 1992, e também uma crise constitucional grave em 1993, que chegou ao extremo de dissolução parlamentar pelo presidente e um ataque militar ao próprio prédio do Parlamento.

Nesse processo de crise, o Ocidente não apenas não fez nada para auxiliar Moscou a restaurar a estabilidade política, mas também se aproveitou desse vácuo

de poder para explorar o sentimento anti-russo e anti-soviético na antiga zona de influência da URSS (e demais países do bloco soviético) e propôs expansões da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para leste:

- a) em 1990 a Unificação Alemã trouxe para a aliança a antiga Alemanha Oriental;
- b) em 1991 foi formado o Grupo de Visegrád que buscou agregar Hungria, Polônia, República Tcheca e Eslováquia (na época ainda unidas como Tchécoslováquia) à OTAN e à União Europeia (formada em 1992 com o Acordo de Maastricht), adesão que seria completada para Polônia, República Tcheca e Hungria em 1999;
- c) negociações foram iniciadas ao longo da década de 1990 para que outros países do Leste Europeu aderissem à OTAN e à União Europeia, a partir da Cúpula de Roma de 1991 à Cúpula de Washington de 1999.

Essa expansão, feita no período de declínio relativo da Rússia sob Ieltsin, trouxe efeitos de percepção posteriores para Putin. Para agravar essa situação, em 2004 sete países da antiga esfera de influência de Moscou: Estônia, Letônia e Lituânia (no Báltico, próximos a São Petersburgo e não tão distantes de Moscou), Bulgária, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

Adicionalmente, Geórgia e Ucrânia já vêm desde a década de 1990 trilhando um processo de adesão à OTAN, com adesão ao Programa Parceria pela Paz (em 1994 para ambos), Plano de Ação de Parceria Individual (em 2004 para a Geórgia), e o Programa de Intensificação de Diálogo em 2005/2006 (respectivamente para Ucrânia e Geórgia).

Essa expansão, por si só, traria um enorme problema geopolítico para a Rússia, mas ocorreu num momento em que Putin já havia consolidado seu poder e já havia dado início a um processo de reconstrução das capacidades da Federação Russa e da sua imagem e influência internacionais.

E o que na década de 1990 era uma leve desconfiança, no começo da década de 2000 tornou-se rivalidade e gradualmente escalou para a Guerra da Geórgia de 2008, em que a Rússia, sob a alegação de proteção das minorias russas

na Ossétia do Sul (território georgiano de maioria étnica russa), utilizou expedientes de Guerra Híbrida⁸³ para tomar a região⁸⁴.

É importante destacar o *timing* da ação russa: o ataque russo à Geórgia ocorreu apenas dois anos após o país ter iniciado a terceira etapa de adesão à OTAN. A relevância da região para a Rússia envolve questões de nacionalidade, mas também de controle territorial para defesa das estepes (Mello Neto, 2016). Esse processo agravou as relações políticas entre Moscou e o Ocidente, com impactos também na região polar.

Com a degradação desse relacionamento diplomático entre Moscou e as capitais ocidentais, a Rússia aproveitou o *momentum* para adotar um comportamento de expansionismo no Ártico associado a um “tensionamento provocado” na região, utilizando-se dos fatos da deterioração relacional com o Ocidente como motivação para o incremento das capacidades defensivas e ofensivas russas no Extremo Norte (Paul; Swistek, 2022; Klimenko, 2020; Alleslev, 2019).

Parte desse comportamento russo deriva da percepção – retomada ainda na Era Putin – do conceito soviético de *severnoeosvenie*, ou desenvolvimento econômico e sobrevivência soberana a partir da defesa do Ártico.

Acrescente-se a isso o fato de que a descoberta de novas fontes de recursos naturais no Extremo Norte tornou a região ainda mais estratégica: 100% do diamante, 90% do níquel e cobalto, 60% do cobre e 98% do ouro e da platina, além de significativas reservas de petróleo, gás, ósmio e irídio, estão situados na região (Aleksandrov, 2017)⁸⁵.

Some-se ainda a esses recursos o potencial subaquático de mineração e extrativismo do Ártico, possibilitado pela mudança climática, em especial na Cordilheira Subaquática de Lomonosov.

⁸³ Modalidade de guerra que combina ataques cibernéticos disruptivos contra infraestruturas críticas, intensa propaganda e desinformação, além de ações militares convencionais. O ciberataque e a propaganda desinformativa são ações preparatórias de uma ação militar cinética.

⁸⁴ A região ao final não foi tomada pela Rússia, mas tampouco está sob controle da Geórgia. *De jure* a região da Ossétia do Sul pertence à Geórgia, mas *de facto* é controlada por grupos políticos apoiados por Moscou.

⁸⁵ Os valores apresentados por Aleksandrov (2017) foram atualizados em 2022 pela Academia Russa de Ciências: 40% dos depósitos de ouro, 47% de platina, 90% de diamantes, níquel, cobalto, cromo e manganês, 60% de cobre e 90% de metais de terras raras. Isso, no entanto, não considera o potencial de mineração subaquática cuja possibilidade cresce com o degelo regional.

Destaque-se que essa região subaquática que até 2022 estava sujeita a um dos maiores contenciosos do Extremo Norte, por envolver *claims* de áreas de Zona Econômica Exclusiva por parte de todos os estados árticos como parte da interpretação (seletiva, diga-se) da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS, no acrônimo em inglês), teve decisão favorável à Rússia em 2023, confirmada em fevereiro e implementada em agosto, o que torna a região ainda mais sujeita a tensionamentos internacionais entre os membros do Conselho do Ártico, por criar precedente para outros questionamentos territoriais russos sobre a região (inclindo Svalbard).

A figura 31 demonstra a complexidade geopolítica envolvida na disputa marítima em torno da expansão da Zona Econômica Exclusiva dos estados do Ártico: cinco países do Conselho do Ártico, quatro deles membros da OTAN, disputando áreas polares com enorme potencial econômico.

Dois desses países – Canadá e Dinamarca - disputam diretamente com a Rússia a exclusividade sobre a Cordilheira de Lomonosov e reflexos na Cordilheira de Mendeleev, ambas comprovadamente ricas em recursos minerais subaquáticos e hidrocarbonetos (Gautier, 2009).

Foi em prejuízo desses países que a CLCS decidiu, no final de 2023, serem as Cordilheiras de Lomonosov e Mendeleev prolongamentos da plataforma continental eurasiática, dando à Rússia o direito de exploração mineral regional numa ZEE para além das 200 milhas dispostas na UNCLOS.

Figura 36 - Mapa das disputas territoriais no Ártico



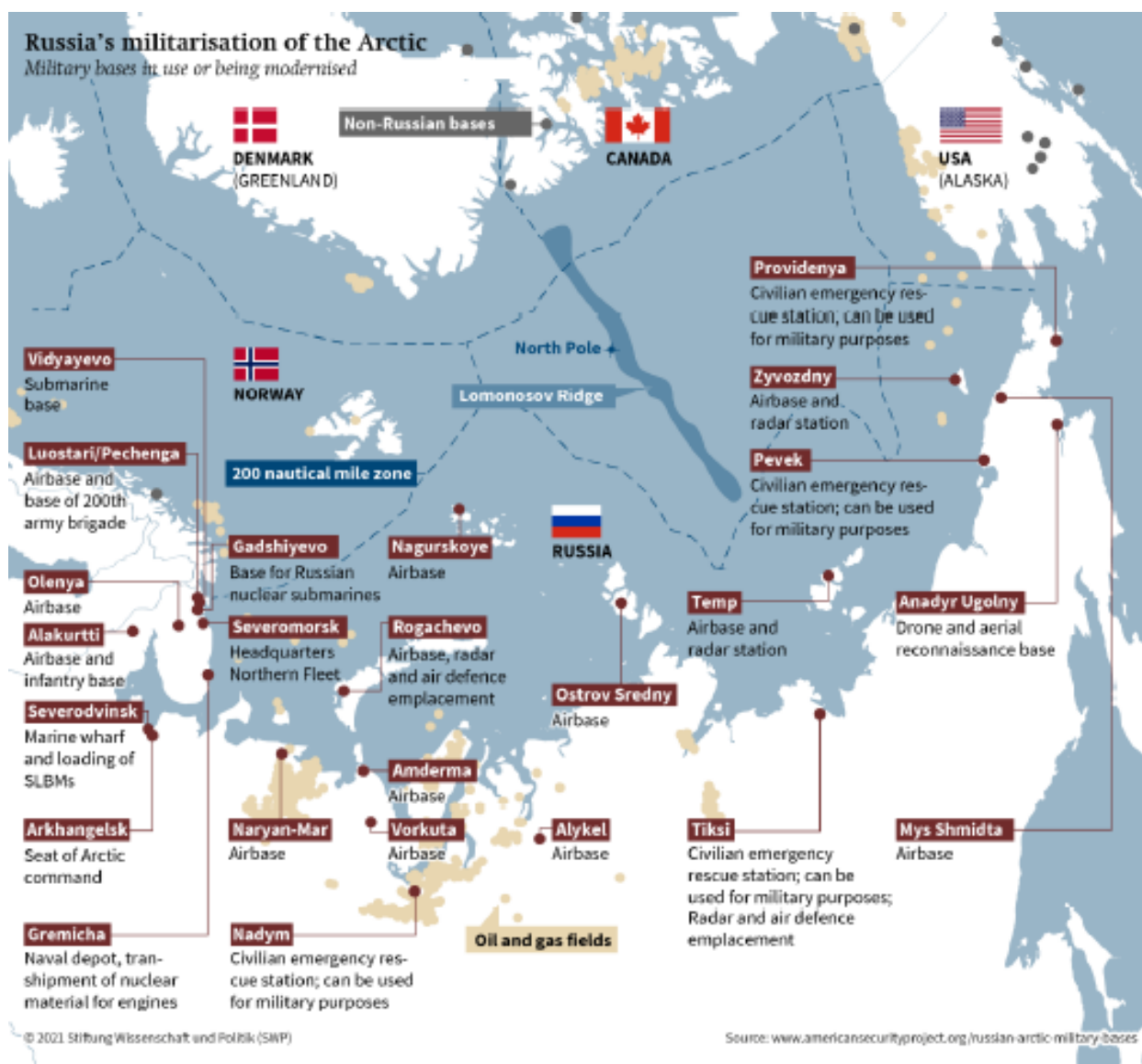
Fonte: Economist (2014).

Diante dos potenciais conflitos territoriais em relação à implementação da UNCLOS, das demandas extensas da Dinamarca, e aproveitando-se do potencial que a deterioração das relações russo-ocidentais teve na esfera pública de debates, os governos de Medvedev (2008-2012) e Putin (2012-2024) deram continuidade à ocupação militar do Extremo Norte, sob alegação de necessidade de proteção territorial e dos recursos naturais para manutenção soberana da Rússia. Nos períodos ligeiramente anteriores à Guerra da Ucrânia a Rússia seguiu expandindo sua presença no Ártico, e ampliando suas capacidades de operação a partir de lá (esse tema será retomado no último capítulo).

A visão que Moscou tem em relação a esse processo de expansão é a de que a ocupação militar da região funciona como uma forma de dissuasão ao mesmo tempo em que cria um “cinturão” de proteção militar às empresas russas que buscam exploração de recursos naturais no Extremo Norte.

Esse cenário pode ser visto na figura 32:

Figura 37 - Mapa da expansão de bases militares russas na região do Ártico, com a indicação das Zonas Econômicas Exclusivas atuais, a Cordilheira de Lomonosov e campos de gás e petróleo já descobertos na região



Fonte: Paul e Switek (2022).

É importante destacar que, conforme visto na figura 32, o referido “cinturão protetivo” inclui uma organização militar integrada com portos, bases aéreas, estações de resgate polar, estações de radas, bases de submarino e estruturas de logística e suprimentos navais.

Esse processo de expansão do “cinturão protetivo” aumentou com a incorporação da Crimeia pela Rússia em 2014, ocorrida já durante a segunda presidência de Vladimir Putin, o que trouxe como consequência direta o agravamento da situação estratégica regional, já que marcou um rompimento profundo de Moscou

com o Ocidente. Por fim, em 2022, a invasão da Ucrânia pela Rússia completou a ruptura com o Ocidente, fazendo retornar uma ideia de “Terceira Guerra Fria” e criando a possibilidade de um conflito mais sério e global, ainda que eventualmente accidental (Zysk, 2022). Com a vitória do pleito russo na CLCS sobre as Cordilheiras de Lomonosov e Mendeleev no final de 2023, com a entrada da Finlândia (2023) e Suécia (2024) na OTAN, com o aumento recente da capacidade militar russa no Ártico e com a tentativa de recuperação da capacidade operacional da OTAN na região polar, o cenário geopolítico e estratégico torna-se ainda mais delicado, e faz com que uma conflagração conflitiva na região entre no campo da probabilidade, não mais da distante possibilidade (Zysk, 2022).

Alguns desses fatores foram fundamentais para que a Rússia adquirisse um comportamento geopolítico mais agressivo, com base no binômio expandir e tensionar, e com base na percepção – correta ou equivocada – de riscos da OTAN contra seu território.

A crise climática e consequente degelo do Ártico apenas piorou o cenário – favoravelmente à manutenção deste comportamento russo – porque gradualmente abriu o Oceano Ártico à exploração subaquática, e fez com que a Rússia (e os demais países regionais) lançassem iniciativas de exploração econômica regional a partir de uma perspectiva associada ao expansionismo militar (Paul; Swistek, 2022).

No entanto a Rússia, ao buscar adaptar uma geopolítica polar soviética antiquada à nova realidade do Ártico, tem ampliado suas dificuldades de conciliação com as novas realidades econômicas e tecnológicas do mundo. Isso trouxe e traz graves consequências ao país, que vem perdendo oportunidades econômicas em virtude do seu belicismo na região.

4.4 OPORTUNIDADES ECONÔMICAS PARA O ÁRTICO COM O AVANÇO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DOS ESTUDOS DO USGS (2009) AOS ESTUDOS DA FEDERAÇÃO RUSSA

Como já visto no capítulo 3 (seção 3.1), o potencial econômico do Ártico criado pelas mudanças climáticas tem sido um dos elementos motivadores do esforço russo para reforçar sua posição estratégica regional.

A exploração econômica do Ártico já ocorre desde o período pré-Imperial, sendo inclusive um dos fatores de motivação do próprio processo de navegações

polares (McCannon, 2012). No entanto, foi apenas na Era Soviética que essa exploração ganhou contornos industriais, sobretudo estruturadas no setor de petróleo e gás (Rumer; Sokolsky; Stronski, 2021). Após o fim da URSS, houve uma aceleração e expansão exploratória desse setor no Ártico, tendo sido inclusive um dos elementos centrais da re-emergência da Rússia como *player* global relevante: o chamado *boom das commodities* na década de 2000 deu àquele país – e ao seu presidente Putin – a base econômica fundamental para reinvestimentos na reconstrução e reforma do Estado (Mielniczuk e Piccolli, 2015), expansão econômica regional, e retomada dos investimentos militares na região (Rumer; Sokolsky; Stronski, 2021).

Essa retomada de investimentos substanciais no Ártico teve, como já visto, um impacto significativo na percepção nacional daquela região, que foi além das questões de exploração de *commodities*: envolveu um processo de reindustrialização regional com base em fundamentos contemporâneos (diferindo assim da Era Soviética); mesclou o retorno do Estado-investidor aos investimentos privados nacionais e internacionais na região, adaptando-se às peculiaridades da nova economia globalizada; ampliou a integração à própria economia global (considerando que a Rússia é um dos principais produtores mundiais de petróleo e gás); integrou a exploração dos recursos regionais ao fortalecimento das capacidades industriais do país; modernizou parte da infraestrutura logística e territorial para beneficiar não apenas o setor extrativista, mas também os setores industrial, militar e a população em geral; incluiu no processo de reforma a modernização das cidades para atender às necessidades sociais, educacionais e culturais dos futuros migrantes, refletindo um planejamento urbano e desenvolvimentista orientado por um Estado de viés capitalista pós-soviético; buscou integrar mais fortemente os povos nativos do Ártico no processo decisório de desenvolvimento nacional, embora isso tenha ocorrido mais na teoria que na prática, visto que Moscou seguiu mantendo forte controle sobre esses organismos (Thompson, 2009).

Apesar dessas medidas de modernização evidentes, a presença do Estado russo na região manteve uma série de características centralizadoras e, até certo ponto, de tendências autocráticas da Era Soviética, sobretudo em virtude do perfil de liderança do presidente Putin. Uma das bases desta liderança é o nacionalismo, ferramenta que o presidente russo soube habilmente utilizar, seja pra neutralizar sua

ameaça nociva nos primeiros anos de reformismo do Estado, seja para formar uma coesão nacional com base na construção de uma mitologia russa que justificasse o retorno do país ao jogo das grandes potências (Rumer; Sokolsky; Stronski, 2021).

O mapeamento econômico desses potenciais já vinha sendo feito tanto pela Rússia quanto pelos países ocidentais desde o período da Guerra Fria, já que atividade de exploração econômica do Ártico não é fato recente (Rumer; Sokolsky; Stronski, 2021), remontando ao próprio período de exploração polar nos séculos XV a XIX (McCannon, 2012). Havia evidentemente limitadores de ordem tecnológica, mas que foram gradualmente superados à medida que a Terceira Revolução Industrial avançava ao longo das décadas de 1970 e 1980. Ainda assim, foi no final da década de 2000 que os estudos atualmente utilizados como base para mapeamento econômico polar ártico foram desenvolvidos e publicados em especial o de Gautier *et al.* (2009), realizado pelo United States Geological Survey (USGS).

Esse estudo exploratório feito pelos Estados Unidos sobre o perfil de potência econômica do Ártico identificou e mapeou (Gautier et al., 2009) tais áreas, conforme visto no capítulo 3, e serviu de base para os estudos posteriores, inclusive os russos. Do lado da Rússia, no entanto, havia necessidade de “internalização” – aqui talvez possa ser chamada de “russificação”- desse conhecimento por três motivos: desenvolver estudos da ciência russa a partir dessa base; trazer uma epistemologia russa para esse conhecimento originado no Ocidente; e sustentar uma base científica russa para orientar pleitos posteriores perante organismos internacionais.

Sobre o primeiro deles, podemos inferir que havia em si a necessidade de desenvolvimento da ciência russa a partir dessa pesquisa americana. Isso porque, apesar de a ciência russa ser um bastião de excelência desde a Era Soviética, há sempre uma demanda natural de todo e qualquer país para desenvolver sua própria ciência a partir de achados de outros países. No caso russo isso é ainda mais importante: como país com que ocupa a maior parte do território do Ártico, a Rússia tem nessa ciência não apenas um foco acadêmico, mas geopolítico, político e econômico. Podemos mesmo afirmar que até políticas públicas desenvolvidas pela Rússia no Ártico dependem dessa ciência para avançar e alcançar eficiência.

Sobre o segundo deles, há a necessidade de fazer descoberta desse potencial numa perspectiva epistemológica russa. Isso porque, embora a ideia de ciência seja, de alguma forma, global (orientando inclusive a organização das comunidades científicas de nível mundial), o conhecimento produzido por esse vasto

campo do conhecimento atende quase sempre aos interesses nacionais dos países, e portanto produzir um base de conhecimento nacional é extremamente importante para o desenvolvimento estratégico dos países nas mais diversas áreas. Mais uma vez essa questão é existencial para a Rússia: academicamente razoável, politicamente interessante. Ocorre que esses discursos de refazimento de epistemologias nem sempre são ponto central para determinadas ciências, entre elas a polar, por estarem essas submetidas a um regime quantitativo e objetivo que afasta determinados vieses de pesquisa (não necessariamente todos, já que inexiste ciência neutra de valor). Essa epistemologia “russa” sobre a ciência polar ártica de um lado fortalece uma produção de conhecimento legítimo no país, mas do outro pode ser utilizado como ferramenta científica de validação de projetos geopolíticos.

Sobre o terceiro deles, a ação de “russificação” dos estudos científicos do potencial econômico do Ártico tiveram, a nosso ver, objetivo de sustentar a construção de uma base científica russa que pudesse orientar, no futuro, pleitos do país perante a ONU (em especial a CLCS da UNCLOS), o que foi efetivamente feito (com sucesso) no pleito sobre a extensão da Plataforma Continental nas Cordilheiras de Lomonosov e Mendeleev, reconhecidas como russas em 2023.

Assim é que esses estudos da USGS foram complementados posteriormente por pesquisas russas que também exploraram o potencial de hidrocarbonetos e minerais no Ártico russo, estabelecendo uma base científica que, como já visto, orientaria as demandas territoriais da Rússia na região.

Cumprе destacar que tais pesquisas foram realizadas por instituições vinculadas à Academia de Ciências da Rússia, e muitas delas foram desenvolvidas em conjunto por universidades públicas russas com departamentos estatais daquele país (Kontorovich *et al.*, 2010; Dobretsov; Pokhilenko, 2010; Safonov, 2010; Poselov *et al.*, 2012; Kondratov *et al.*, 2016; Bogoyavlensky *et al.*, 2018; Lalomov; Bochneva, 2018; Lalomov; Bochneva; Lebarge, 2021; Bogoyavlensky *et al.*, 2023; Bortnikov *et al.*, 2024).

Em que pese esse ser um modelo muito específico do mundo educacional do país, o apoio intenso do governo russo a essa iniciativa guardava, na nossa visão, um interesse político e geopolítico muito específico: ao identificarem as zonas de depósitos minerais valiosos na plataforma continental russa, de petróleo e gás, recursos de pesca, e ao associarem isso aos estudos geológicos da plataforma continental, tais estudos “russificados” (ainda que baseados em ciência e dados

ocidentais) ajudaram no mapeamento de tais recursos para a definição territorial e o interesse econômico russo na exploração de petróleo e gás na região.

Aqui cabe um destaque: como já afirmado, a ciência polar russa é reconhecida como uma das mais avançadas no mundo, e sempre atuou (desde a Era Soviética) em estreita colaboração com a ciência polar dos países ocidentais (López-Blanco *et al.*, 2024), inclusive na permissão de aquisição, pela Rússia, de equipamentos de ponta do Ocidente. No entanto, com a degradação relacional da Rússia com o Ocidente, e em especial após a invasão da Ucrânia em 2024, essa cooperação científica vem sendo prejudicada fortemente por fatores geopolíticos (Chelsea, 2024; López-Blanco *et al.*, 2024), prejudicando mesmo a troca de dados entre os países (Nuwer, 2024) em virtude da tentativa dos EUA e Europa de isolar a Rússia como retaliação pela invasão da Ucrânia (Bochove, 2023). E nesse ponto a ciência russa acaba tendo problemas no fogo cruzado da geopolítica da guerra na Ucrânia: sua dependência de equipamentos científicos de ponta de fornecedores no Ocidente dificulta o avanço dessas ciências.

As oportunidades econômicas antevistas por Moscou têm provocado um esforço interno da Rússia para ampliar sua presença econômica na região, e até pelo menos 2014 (ano da incorporação da Crimeia pelos Rússia) contava com investimentos e tecnologias estrangeiras, em especial no setor de petróleo e gás. No entanto, diante da reação ocidental às ações russas nos antigos satélites soviéticos, que incluiu um aumento de operacionalidade da OTAN no Ártico, a Rússia passou a ter uma percepção de ameaça militar, ainda que essa ameaça não encontre amparo na realidade. Sobre essa falta de amparo na realidade nesta suposta ameaça ocidental contra a Rússia, Rumer, Sokolsky e Stronski (2021, p. 3) afirmam, destacando a diferença do comportamento soviético cooperativo (aplicável inclusive durante o governo Yeltsin) com o da atual Federação Russa sob Putin:

Durante a primeira década pós-Guerra Fria, a Rússia enxergou o Ártico como uma área de baixas tensões, onde a cooperação com outras potências para enfrentar desafios comuns era não apenas viável, mas muito desejável. No entanto, gradualmente, à medida que as relações com o Ocidente se deterioraram, especialmente desde a invasão da Ucrânia em 2014, a Rússia passou a adotar uma perspectiva muito mais competitiva, até mesmo desafiadora, em relação ao Ártico. Em vez de enfatizar os benefícios do engajamento cooperativo, seus líderes passaram a ver o Ártico como uma esfera de expansão militar e econômica e um palco para suas ambições de grande potência. Como resultado dessa mudança de atitude, Moscou tem priorizado a superioridade militar para combater o que alega ser um desafio crescente dos EUA/OTAN aos seus interesses na

região. Por qualquer padrão objetivo, os desdobramentos militares dos EUA/OTAN no Ártico não representam atualmente uma ameaça à Frota do Norte da Rússia ou a outros ativos militares do país na região. A área possui uma abundância de recursos naturais, especialmente petróleo e gás, mas estes estão disponíveis em outras partes da Rússia. Explorar e extrair esses recursos no Ártico requer enormes investimentos de capital e tecnologia moderna, o que pressionaria a capacidade do país. O aquecimento global está abrindo novas oportunidades comerciais para navegação e pesca, mas há uma infraestrutura escassa na região para capitalizar essas oportunidades, e corrigir essa deficiência será custoso.

Essa percepção, real ou não, moveu Moscou para incrementar sua presença na região, adotar um tom discursivo mais agressivo, e aumentar suas capacidades militares no Ártico. E, para fundamentar suas ações, a Rússia recorre a um discurso específico de “Fortaleza sob Cerco” (Lipman, 2015), colocando o Ocidente, os EUA e a OTAN como inimigos naturais e identificando na sua condição estratégia atual a continuidade de um cerco contra os russos (Putin, 2007). O processo político recente, em especial a partir de 2007, aprofundou a crise relacional entre a Rússia e o Ocidente, e abriu caminho para a estratégia russa de *defesa ativa* com aumento de agressividade por incremento de meios operacionais ofensivos russos no Ártico, em resposta à interpretação que Moscou faz da expansão da OTAN para os países do antigo bloco soviético. É o que será visto na próxima seção.

4.5 O APROFUNDAMENTO DA CRISE RELACIONAL ENTRE A RÚSSIA E O OCIDENTE: GEÓRGIA (2008), CRIMEIA (2014), UCRÂNIA (2022), E A NOVA EXPANSÃO RESPONSIVA DA OTAN (2023-2024)

Como visto anteriormente, a desconfiança russa em relação ao Ocidente – e o impacto disso nos seus cálculos estratégicos – é dado histórico, mas foi ampliado bastante entre 2014 e 2016, na sequência da incorporação ilegal da Crimeia ao território russo (Yablokov, 2018, p.165). Esse discurso, no entanto, já vinha sendo retomado desde 2004, com a Revolução Laranja na Ucrânia, passando pelo discurso de Putin na Conferência de Segurança de Munique (2007) e pela invasão russa da Geórgia (2008).

A incorporação ilegal da Crimeia pela Rússia (2014) acelerou a necessidade russa de incrementar suas capacidades defensivas e de *defesa ativa*, e a invasão ilegal russa da Ucrânia (2022), além de replicar esse pensamento, buscou legitimar

essa operação militar ilegal alegando um processo de “desnazificação” da Ucrânia⁸⁶, considerando que – à exceção de uma minoria neonazista - o nazismo é fenômeno político amplamente rechaçado no mundo.

A Ucrânia, aliás, tem questões controversas com a Rússia desde antes da União Soviética, inclusive identitárias (Mielniczuk, 2006), o que fez com que a percepção russa sobre os acontecimentos da Revolução Laranja de 2004 agravasse a sensação de vulnerabilidade, em especial com o processo de expansão dos membros da OTAN para leste pairando como espectro também em relação àquele país. Mesmo o retorno do candidato mais simpático a Moscou à presidência da Ucrânia em 2010 não alterou as percepções da Rússia em relação à OTAN. E nem poderia. A Ucrânia havia se tornado um elemento-chave para a manutenção do discurso paranoico russo em relação ao esforço conspiratório euro-americano para destruir a Rússia. Dois fatores políticos influenciaram a manutenção desse tensionamento: a transição de poder entre Medvedev e Putin em 2012, e a deposição de Yanukovich na Ucrânia em 2014. No primeiro caso, a eleição russa de 2011 foi marcada por uma série de protestos anti-Putin por toda a Rússia. Não foram protestos majoritários, mas tiveram uma participação expressiva de setores médios da população, aliados a oligarcas descontentes com o retorno de Putin à presidência, num movimento raro de organização de oposição por parte da sociedade civil na Rússia. Mais uma vez houve, por parte do Kremlin, o argumento de que tais protestos eram orquestrados pelas agências de inteligência dos EUA e da Europa.

Com a tensão das eleições de 2011 ainda presentes, o presidente Yanukovich foi deposto na Ucrânia por grupos pró-União Europeia, no movimento que ficou conhecido como *Euromaidan*. Essa virada política na Ucrânia alterou mais uma vez a percepção de segurança do recém-(re)eleito presidente russo Vladimir Putin, e apesar de mais uma vez (assim como em 2004) ter sido mais uma falha dos serviços de inteligência russos em agir, a culpa atribuída por Moscou recaiu sobre o Ocidente.

⁸⁶ Em que pese não ser foco central da presente pesquisa, é importante destacar: existem sim grupos neonazistas na Ucrânia, mas estes não são majoritários no país, nem exercem qualquer tipo de influência direta e nefasta no governo de Kiev. Da mesma forma, existem grupos neonazistas também na Rússia, e estes também não dão as cartas no governo de Moscou. Dessa maneira, invadir a Ucrânia sob alegação de “desnazificação” foi mais uma jogada do Kremlin de explorar uma mitologia histórica (luta da URSS contra a Alemanha Nazista) e criar um inimigo externo para justificar a guerra, que em 2024 ainda não terminou.

Como destacou Yablokov (2018, p. 167-168):

A rápida escalada do conflito em Kiev resultou na deserção de Yanukovich para a Rússia e na vitória das forças pró-EUA e pró-europeias. Isso foi interpretado pelas autoridades russas como evidência de um plano ocidental para interferir no espaço pós-soviético e uma potencial ameaça à segurança russa. Após a revolução de fevereiro em Kiev, uma imagem do governo ucraniano como o "Outro" foi construída ao retratar a Ucrânia como o principal inimigo da Rússia e ao insistir que a nova liderança revolucionária da Ucrânia estava sendo controlada pelo governo dos EUA. Isso, ao que parece, teve o efeito desejado: nas pesquisas, os EUA e a Ucrânia atualmente ocupam as principais posições na lista de adversários da Rússia [...] As ações da Rússia foram uma operação defensiva para prevenir uma escalada maior da guerra contra a própria Rússia.

No entanto, o processo de tensionamento tem início antes: como visto anteriormente, a questão da Revolução Laranja na Ucrânia afetou a percepção da Rússia sobre sua própria segurança. Em 2007, na Conferência de Segurança de Munique o presidente Putin fez um discurso contundente, e alterou seu tom em relação à dinâmica cooperativa anterior, mas sem passar ainda para uma confrontação direta.

Aproveitando o *momentum* criado pelo fracasso dos EUA nas guerras do Iraque e Afeganistão (mas em especial a invasão ilegal do Iraque pelos EUA e aliados, em 2003), Putin criticou a estrutura do sistema internacional, numa jogada calculada em que o benefício marginal de ser visto como liderança emergente – e a Rússia ser vista como potência emergente – compensaria os custos marginais de tensionamento sutil. Houve acusações repetidas de que a expansão da OTAN tinha propósitos ofensivos, esquecendo-se do recente passado autoritário desses estados quando sob jugo de uma União Soviética controlada por Moscou. Estas talvez tenha sido as únicas posições mais diretas de Putin nesse discurso. No entanto, olhando em sua totalidade, essa fala presidencial nesta Conferência já mudava o tom cooperativo e de adesão ao sistema internacional para um tom de pressão por reformas, ou a ameaça velada de a Rússia gradualmente abandonar estes fóruns.

E, a despeito de suas promessas de paz feitas ao longo do discurso, dali a pouco mais de um ano a Rússia invadiria a Geórgia, sob a alegação de proteção de cidadãos russos na Ossétia do Sul (território georgiano) e de risco de expansão da OTAN (o que, naquele momento, era inverídico, já que à aceleração no processo de adesão da Geórgia em 2006 sucedeu-se um compromisso após a Conferência de Munique em 2007 para paralisar as negociações como garantia à Rússia). Por conta

desta paralisação negocial a Geórgia não havia chegado a apresentar o Plano de Ação de Membro, fundamental para a assinatura do Protocolo de Acesso.

A adesão da Ucrânia também estava paralisada desde 2007, apesar do avanço nos diálogos em 2005 (muito por consequência da Revolução Laranja de 2004). O discurso de Putin em 2007 inclusive tem conexão com esses processos de negociação da OTAN com a Geórgia e Ucrânia.

Ocorre que em 2014, como já visto, o presidente ucraniano simpático à Rússia, Viktor Yanukovich, é deposto pelo movimento pró-EU *Euromaidan*, iniciado no final de 2013. Com essa deposição e o risco de que o acordo em torno da manutenção russa da base naval de Sebastopol fosse anulado, e o Mar de Azov pudesse ser aberto à navegação internacional criando uma vulnerabilidade adicional à estepe russa e a perda de um importante porto de águas não-congeladas (Mello Neto, 2016), e logo após a deposição de Yanukovich em Fevereiro de 2014, soldados sem identificação (mas utilizando equipamentos, fardamento e armamento russo atualizado, o que afasta a possibilidade de terem sido ucranianos descontentes com Kiev) iniciaram um processo de convocação plebiscitária pela independência da Crimeia. O processo total entre operação militar, plebiscito e a anexação pela Rússia durou praticamente um mês. Se no caso da invasão da Geórgia não houve uma ação internacional para sancionar a Rússia, após a anexação da Crimeia em 2014 os EUA e aliados iniciaram processos de sanção contra o Estado russo, os ativos do governo russo no exterior, e pessoas específicas que haviam participado do processo geral na Rússia e na Crimeia.

Inspirados pela rápida (e até certo ponto pacífica) anexação da Crimeia, no mesmo ano de 2014 as províncias ucranianas da Bacia do Rio Donets (ou Donbass) iniciaram um movimento paramilitar para buscar separação da Ucrânia e adesão à Rússia. Nesse caso, no entanto, Kiev revidou, e deu início a um conflito armado que se estende até os dias de hoje, emendando com a invasão russa à Ucrânia em 2022. Em virtude do apoio russo aos rebeldes do Donbass, mais rodadas de sanção foram sendo estabelecidas pelo Ocidente contra a Rússia.

Em fevereiro de 2022, com o agravamento do conflito em Donbass, e alegando uma operação militar especial de desnazificação (sic), a Rússia invadiu a Ucrânia, não apenas para garantir soberania sobre as áreas contestadas do Donbass, mas para conquistar a capital, Kiev, o que não ocorreu em virtude de uma série de batalhas nas proximidades da capital ucraniana. Neste momento, a relação

da Rússia com o Ocidente, que já vinha numa espiral descendente de crise, foi completamente implodida, havendo um desconexão da Rússia em relação a diversos sistemas internacionais (incluindo o SWIFT de transações interbancárias), e afetando a participação russa em diversos foros internacionais e organismos intergovernamentais, incluindo aí o Conselho do Ártico.

O efeito mais concreto dessa ação russa, no entanto, foi empurrar Finlândia e Suécia para a OTAN. Esses países, por tradição e por realismo político, conduziam suas políticas de defesa de maneira cautelosa, e mantinham neutralidade em relação à participação no bloco militar, embora eventualmente participassem como observadores de exercícios conjuntos. Com a invasão da Ucrânia pela Rússia, ambos os países pediram adesão ao bloco. A Finlândia foi aceita ainda em 2023, e a Suécia – em virtude de questões diplomáticas com Turquia e Hungria – só conseguiu ter acesso como membro em 2024. Ambos os países abandonaram a posição histórica de neutralidade em virtude do receio fundado de que a Rússia, que vem incrementando seu poderio e adotando uma postura mais assertiva – até agressiva – no Ártico, esteja se preparando para uma guerra futura com a Europa.

Para identificar esses elementos percebidos de agressividade russa é importante analisarmos alguns documentos essenciais da Rússia para a região, especificamente as políticas e estratégias russas para o Ártico. É o que faremos na próxima seção.

4.6 POLÍTICA E ESTRATÉGIA RUSSAS PARA O ÁRTICO EM 2008 E 2020

Para entender como a Rússia vem alterando seu comportamento no Ártico, mostra-se como fundamental analisar comparativamente quatro documentos russos sobre a região:

- a) Fundamentos da Política de Estado da Federação Russa para o Ártico até 2020 (de 2008);
- b) Fundamentos da Política de Estado da Federação Russa para o Ártico até 2035 (de 2020);
- c) Conceito de Política Externa da Rússia de 2008;
- d) Conceito de Política Externa da Rússia de 2023.

Os Fundamentos da Política de Estado da Federação Russa para o Ártico até 2020, publicados em 2008 pelo então presidente Dmitry Medvedev, constituem um

documento basilar que apresenta objetivos e visão estratégica da Rússia para o Ártico, a ser implementado entre 2008 e 2020.

No art. 4, ao definir os interesses nacionais da Rússia no Ártico, o documento destaca alguns pontos relevantes:

- a) o uso do Ártico russo como uma base de recursos estratégicos para apoiar o desenvolvimento do país;
- b) a manutenção do Ártico como uma zona de paz e cooperação;
- c) preservação ambiental;
- d) uso da Rota do Mar do Norte como uma estrutura de comunicação logística e integração territorial.

O tom militar do documento é ameno, e busca basicamente a “manutenção de um regime operativo favorável” na região (Federação Russa, 2008).

Já os Fundamentos da Política de Estado da Federação Russa para o Ártico até 2035, publicados em 2020 pelo presidente Vladimir Putin, constituem um documento basilar que apresenta objetivos e visão estratégica da Rússia para o Ártico, a ser implementado entre 2021 e 2035. Esse documento foi emendado por Decreto Presidencial no final de 2023, e apresenta um tom bastante diferente daquele de 2008, sendo mais assertivo em diversos aspectos, como visto no quadro 12.

Do ponto de vista militar, no entanto, há uma diferença substancial entre o documento de 2008 e o de 2020: neste último, além de haver muito mais detalhamento das questões militares, ainda há uma expressa conexão entre o aumento de capacidades, acusações de *militarybuildup* de adversários do Ártico (ver quadro 12), defesa incondicional dos direitos russos naquilo que for pacificado e espaço para ação militar naqueles direitos em discussão no Ártico. O texto da parte militar do documento de 2020 foi estrategicamente pensado de forma a parecer menos agressivo do que efetivamente é, mas está tão consolidado que não sofreu com as emendas feitas por decreto presidencial em 2023.

Quadro 12 - comparativo dos termos utilizados nos Fundamentos da Política de Estado da Federação Russa para o Ártico até 2020 e até 2035

Natureza	Fundamentos até 2020	Fundamentos até 2035	Alteração
Interesse nacional	Art. 4(a) Uso da zona ártica da Federação Russa como base estratégica de recursos da Federação Russa para a solução de problemas de desenvolvimento social e econômico do país	Art. 5(d) Desenvolvimento da zona ártica da Federação Russa como base estratégica de recursos e seu uso sustentável para acelerar o crescimento econômico da Federação Russa;	A economia deixou de ser elencada com prioridade 1 na nova estratégia, passando para a 4ª posição; adicionalmente, suprimiu-se a menção a "problemas de desenvolvimento social e econômico do país" e substituiu-se por "crescimento acelerado"
Interesse nacional	Art. 4(b) Manutenção do Ártico como uma zona de paz e cooperação;	Art. 5(b) Preservar o Ártico como um território de paz, estabilidade e parceria mutuamente benéfica;	Supressão do termo cooperação, substituição do conceito de "zona" pelo de território, e inserção da ideia de parceria mutuamente benéfica
Interesse nacional	Art. 4(c) Preservação dos sistemas ecológicos únicos do Ártico	Art. 5(f) Proteção do meio ambiente no Ártico, preservação das terras nativas e do modo de vida tradicional dos povos indígenas que residem na zona ártica da Federação Russa (doravante minorias indígenas).	Inserção da preservação de terras indígenas e do modo de vida tradicional dos povos do Ártico
Interesse nacional	Art. 4(d) Uso da Rota do Mar do Norte como uma única comunicação de transporte nacional da Federação Russa no Ártico (doravante – a Rota do Mar do Norte).	Art. 5(e) Desenvolver a Rota do Mar do Norte como a passagem nacional competitiva da Federação Russa no mercado mundial de transporte.	Substituição da ideia de comunicação logística da Rússia por passagem de transporte competitivo para o mercado mundial
Objetivos básicos	Art. 6(b) Na esfera da segurança e defesa militar, defesa e proteção da fronteira estatal da Federação Russa situada na zona ártica da Federação Russa – manutenção de um regime operacional favorável na zona ártica da Federação Russa, incluindo a manutenção do potencial de combate necessário para os agrupamentos de exércitos (forças) de propósito geral das Forças Armadas da Federação Russa, outras tropas, formações militares e órgãos nesta região;	Art. 6(f) O estabelecimento de um grupo de forças (tropas) de propósito geral das Forças Armadas da Federação Russa na zona ártica da Federação Russa, capaz de garantir a segurança militar sob diversas circunstâncias militares e políticas.;	Substituição da ideia de manutenção de regimes operacionais favoráveis por meios que possibilitem segurança militar em diversas circunstâncias militares e políticas
Prioridades estratégicas	Art. 7(a) Realização de uma interação ativa da Federação Russa com os estados subárticos com o objetivo de delimitação das áreas marítimas com base nas normas do direito internacional, acordos mútuos levando em consideração os interesses nacionais da Federação Russa, e também para abordar questões de fundamentação jurídico-internacional da fronteira externa da zona ártica da Federação Russa.;	Transferência, com alterações, para o art. 8.	Houve mudança de tom, reposicionamento como desafio à segurança nacional e não mais prioridade estratégica, e remoção da ideia de integração com ajustamentos mútuos.
Necessidades militares	Art. 8(b) Criação de agrupamentos de exércitos (forças) de propósito geral das Forças Armadas da Federação Russa, outras forças armadas, formações militares e órgãos	Transferido para o art. 19	Houve mudança de tom na transição dos dois documentos

		(principalmente órgãos de fronteira) na zona ártica da Federação Russa, capazes de garantir a segurança militar em diversas condições de situação militar e política.;		
Desafios segurançanacional	à	Inexistente	Art. 8(a) Tentativas de vários estados estrangeiros de revisar as disposições básicas dos tratados internacionais que regem as atividades econômicas e outras no Ártico e estabelecer estruturas regulatórias nacionais sem levar em consideração esses tratados e tipos de cooperação regional.	Inexistente no documento de 2008, tensiona ao colocar como ameaça o questionamento de estados para revisão de tratados internacionais sobre o Ártico
Desafios segurançanacional	à	Inexistente	Art. 8(b) Delimitação jurídica internacional não resolvida das áreas marítimas no Ártico;	Inexistente no documento de 2008, tensiona ao referir às questões “ainda não resolvidas” de delimitação marítima
Desafios segurançanacional	à	Inexistente	Art. 8(c) Ações de Estados estrangeiros e (ou) organizações internacionais para obstruir as atividades econômicas ou outras legítimas da Federação Russa no Ártico;	Inexistente no documento de 2008, tensiona ao falar em obstrução de atividades econômicas “e outras” (leia-se militares) no Ártico, algo que ocorre com frequência apenas naquelas áreas sujeitas a contenciosos de delimitação não-resolvidos
Desafios segurançanacional	à	Inexistente	Art. 8(d) Aumento de capacidade e presença militar por Estados estrangeiros no Ártico e aumento do potencial de conflito na região;	Inexistente no documento de 2008, tensiona ao alegar um military buildup de “estados estrangeiros” no Ártico, uma referência velada à OTAN, que engloba todos os outros países do Ártico
Desafios segurançanacional	à	Inexistente	Art. 8(e) Desacreditar as atividades da Federação Russa no Ártico.	Inexistente no documento de 2008, não define o que seria “desacreditar as atividades russas no Ártico”, criando assim uma categoria genérica em que a Rússia pudesse encaixar qualquer coisa
Principais tendências		Inexistente	Art. 10(g) Garantir a segurança militar da Federação Russa;	Inexistente no documento de 2008
Objetivos militares primários		Inexistente	Art. 19. São objetivos principais para garantir a segurança militar da Federação Russa no Ártico: a) Implementar um conjunto de medidas destinadas a prevenir o uso da força militar contra a Rússia e proteger sua soberania e integridade territorial; b) Aumentar as capacidades de combate das forças gerais (tropas) das Forças Armadas da Federação Russa, outras tropas, unidades militares e órgãos militares na zona do Ártico da Federação Russa, e manter sua prontidão e capacidades de combate em um nível	Inexistente no documento de 2008, destaca-se pelo objetivo de incremento das capacidades de combate e de garantias de contra-medidas contra agressões contra a Rússia e aliados

		<p>que garanta o sucesso das medidas contra qualquer agressão à Federação Russa e seus aliados;</p> <p>c) Melhorar o sistema de controle integrado sobre atividades aéreas, superficiais e submarinas na zona do Ártico da Federação Russa;</p> <p>d) Construção e modernização das instalações de infraestrutura militar, garantindo a operabilidade das forças gerais (tropas) das Forças Armadas da Federação Russa, outras tropas, formações militares e agências.</p>	
--	--	--	--

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados oficiais da Presidência da Federação Russa (2024).

Da mesma forma, as alterações feitas na evolução do Conceito de Política Externa da Rússia de 2008 para o de 2023 são consideráveis. No Conceito de 2008 o Ártico aparece apenas 2 vezes, e mesmo assim num texto que ressalta a dinâmica cooperativa da política externa russa para a região. Neste Conceito de 2008, ainda, a palavra “militar” aparece 13 vezes, em sua quase totalidade relacionando-se com processos diplomáticos e cooperativos internacionais.

Os EUA também são apresentados no documento de 2008 como potencial parceiro no campo econômico, com prospectos de bom relacionamento. De qualquer sorte, ecos do discurso de Putin de 2007 em Munique já aparecem nesse documento, que trata de uma nova ordem mundial com ampliação de estabilidade. Já o Conceito de Política Externa da Rússia de 2023 adota um tom hostil e acusatório, incluindo a alegação de que os EUA e “seus satélites” buscam violar a soberania russa e adotam uma estratégia de guerra híbrida na Ucrânia.

O documento adota também a palavra *unfriendly* para definir, sem especificar, países que adotariam posturas contrárias ao interesse russo. Em relação ao Ártico, além de uma extensão maior e detalhamento, há novamente a acusação de *military buildup* feita nos Fundamentos até 2025, e a palavra “cooperação” aparece, mas apenas em relação aos non-Arcticstates.

Por fim, o próprio tom dos discursos do presidente Putin têm sido marcados por uma promessa de ampliação das capacidades militares, agora sem as conexões prudentes anteriores de alegar que tais medidas seriam para propósitos defensivos no Ártico.

No discurso em cerimônia de içamento das bandeiras dos submarinos de propulsão nuclear Krasnoyarsk e Imperador Alexandre III, em 2023, Putin afirmou: “Esforços para aprimorar o poder naval da Rússia continuarão, sem dúvida [...] Sem dúvida, cumprimos todos os nossos planos de construção de submarinos e navios de superfície. Fortaleceremos a prontidão de combate da Marinha Russa quantitativamente e aumentaremos nosso poder naval no Ártico.” (Putin, 2023).

Já no discurso à Assembleia Federal Russa, no ano de 2023 Putin afirmou: “A Rússia enfrentará qualquer desafio porque somos todos um só país, uma grande e unida nação. Estamos confiantes em nós mesmos e em nossa força. A verdade está do nosso lado.” (Putin, 2023). Já no discurso feito à Assembleia em 2024, o fator econômico pesou mais no discurso presidencial, com foco na operacionalidade por todo o ano da Rota do Mar do Norte, bem como a expansão da frota naval russa:

O desenvolvimento da Rota do Mar do Norte merece atenção especial. Convidamos empresas de logística estrangeiras e países estrangeiros a utilizarem este corredor de transporte global. No ano passado, o volume de carga ao longo desta rota atingiu 36 milhões de toneladas. Colegas, gostaria de chamar a atenção para o fato de que isso excede em cinco vezes o máximo alcançado na era soviética. Tornaremos a Rota do Mar do Norte operacional durante todo o ano e expandiremos nossos portos do norte, incluindo o hub de transporte de Murmansk. Isso, é claro, inclui um esforço para expandir nossa frota no Ártico (Putin, 2024).

As acusações – fundadas e infundadas - feitas em documentos oficiais da Federação Russa indicam a percepção de ameaça que aquele país tem em relação aos desdobramentos relacionais com os demais países do Ártico. Mas estes documentos são apenas parte do todo. A nova geopolítica da Rússia para o Ártico assenta-se num tripé paradigmático que envolve o tensionamento estratégico (feito através dos documentos acima mencionados, bem como do comportamento político-diplomático da Rússia no cenário global), o conceito de Defesa Ativa, e o *militar buildup* russo no Ártico. Esses dois últimos elementos, e sua conexão com o primeiro, serão tratados na próxima seção.

4.7 DEFESA ATIVA, TENSIONAMENTO ESTRATÉGICO E *MILITARY BUILDUP*: A NOVA GEOPOLÍTICA DA RÚSSIA PARA O ÁRTICO

A nova geopolítica da Rússia para o Ártico define-se por três paradigmas: incremento da Defesa Ativa, medidas de tensionamento estratégico (propósitos

internos e externos), e *militarybuildup*. As medidas de tensionamento estratégico envolvem ações político-diplomáticas, alterações normativas em documentos russos, e já foram tratadas na seção anterior.

A presente seção irá tratar dos dois outros paradigmas.

Defesa Ativa, conceito central na estratégia militar russa (Kofman *et al.*, 2021), pode ser definida de maneira similar ao conceito de preempção: um ataque antecipativo para frustrar um ataque inimigo previamente identificado.

A Defesa Ativa é um conceito estratégico que integra medidas preventivas para evitar conflitos e conceitos operacionais em tempos de guerra que visam negar ao oponente uma vitória decisiva no período inicial do conflito, degradando e desorganizando seus esforços, enquanto estabelece as condições para uma contraofensiva ou para a terminação da guerra. A estratégia privilegia uma força permanente em prontidão, disposta em formações operacionais de alta prontidão em cada direção estratégica, preparada para executar operações de forma conjunta (Kofman *et al.*, 2021, p. 3).

Essa descrição não vem apenas de estudiosos ocidentais, mas é amplamente empregado pelos próprios militares russos:

O Chefe do Estado-Maior Geral da Rússia descreveu a estratégia militar russa como uma "defesa ativa", mais notavelmente em um discurso de 2019 para a Academia de Ciências Militares da Rússia. A defesa ativa conceitualiza o que o exército russo deve fazer para dissuadir uma guerra antes que ela comece e os princípios gerais de como lutar contra um oponente militarmente superior. A estratégia é caracterizada por planos para tomar ações antecipatórias durante um período ameaçado (período de ameaça militar) ou crise. Isso não implica necessariamente um ataque preventivo, mas pode incluir o uso direto de força contra um oponente que esteja se massificando (Kofman *et al.*, 2021, p. 3).

Embora o foco desse tipo de estratégia seja defensivo, tal medida é claramente uma forma de "atacar para defender", o que é legítimo para proteção do Estado, mas que causou profunda controvérsia nos conceitos de preempção empregados por Israel na Guerra dos Seis Dias (1967) e pelo conceito de guerra preventiva utilizado por George W. Bush durante sua presidência, em especial na Guerra do Iraque (2003).

Assim, por mais que a Rússia defina como Defesa Ativa, sua estratégia envolve um ataque antecipado para se defender de ameaças percebidas, sejam essas ameaças reais ou derivadas de uma visão paranoica por parte dos líderes políticos e comandantes militares daquele país. Adicionalmente, conforme alertado

por Zysk (2020, 2022), esse tipo de estratégia facilita o risco de escalada não-intencional, já que o padrão de resposta para percepção de agressão é o ataque antecipativo, e não a espera por um *first strike* para então contra-atacar.

Zysk (2022) inclusive traz essa contradição como parte do “mito” do defensivismo russo no Ártico, que está por trás das justificativas russas de expansão militar:

Embora a Rússia afirme que a expansão de seus ativos militares na região é uma resposta legítima às ameaças emergentes e parte de um processo necessário de modernização, suas capacidades ofensivas também estão evidentes. Esse argumento tem estado no centro da narrativa oficial russa sobre o Ártico desde os primeiros estágios do desenvolvimento militar do país na região (iniciado em 2008). Figuras de destaque, incluindo o Presidente Vladimir Putin, o Ministro das Relações Exteriores Sergei Lavrov e o Secretário do Conselho de Segurança Nikolai Patrushev, declararam repetidamente que a modernização militar russa no Ártico é puramente defensiva e que responde a uma gama de ameaças crescentes tanto de atores estatais quanto não estatais (Zysk, 2022).

A autora apresenta, então, uma sequência analítica que desmonta esse argumento russo e aponta suas falhas.

O primeiro desses motivos que levam à falha do mito do defensivismo russo é exatamente a intercambialidade dos temas “ataque” e “defesa” na teoria militar russa, em especial o conceito de Defesa Ativa:

Esse argumento é falho por várias razões. Primeiro, ele simplifica demais a dinâmica militar no Ártico. A distinção entre ofensiva e defensiva não é clara no pensamento estratégico russo. Um exemplo é o papel proeminente da preempção na teoria militar russa, notadamente no conceito de ‘defesa ativa’. Esse problema também é altamente relevante ao considerar algumas das capacidades militares russas, incluindo um amplo espectro de armas nucleares e armas de alta precisão de longo alcance; as Forças Aeroespaciais Russas, que integram capacidades ofensivas e defensivas; e os elementos ofensivos do poder aéreo russo, não menos importantes são as capacidades de ataque de longo alcance e táticas, que são integrais à postura de defesa aérea da Rússia. A Rússia também conduziu numerosas operações no Ártico que podem ser qualificadas como provocativas ou ameaçadoras para outros países, mesmo que o nível dessas atividades tenha sido geralmente menor do que nas regiões do Báltico e do Mar Negro. Assim, descrever a postura militar russa no Ártico como defensiva não explica muito do ponto de vista da estratégia militar (Zysk, 2022).

No caso do Ártico, a instalação de capacidades ofensivas é um claro sinal de que as intenções regionais russas não são meramente defensivas. A autora então prossegue:

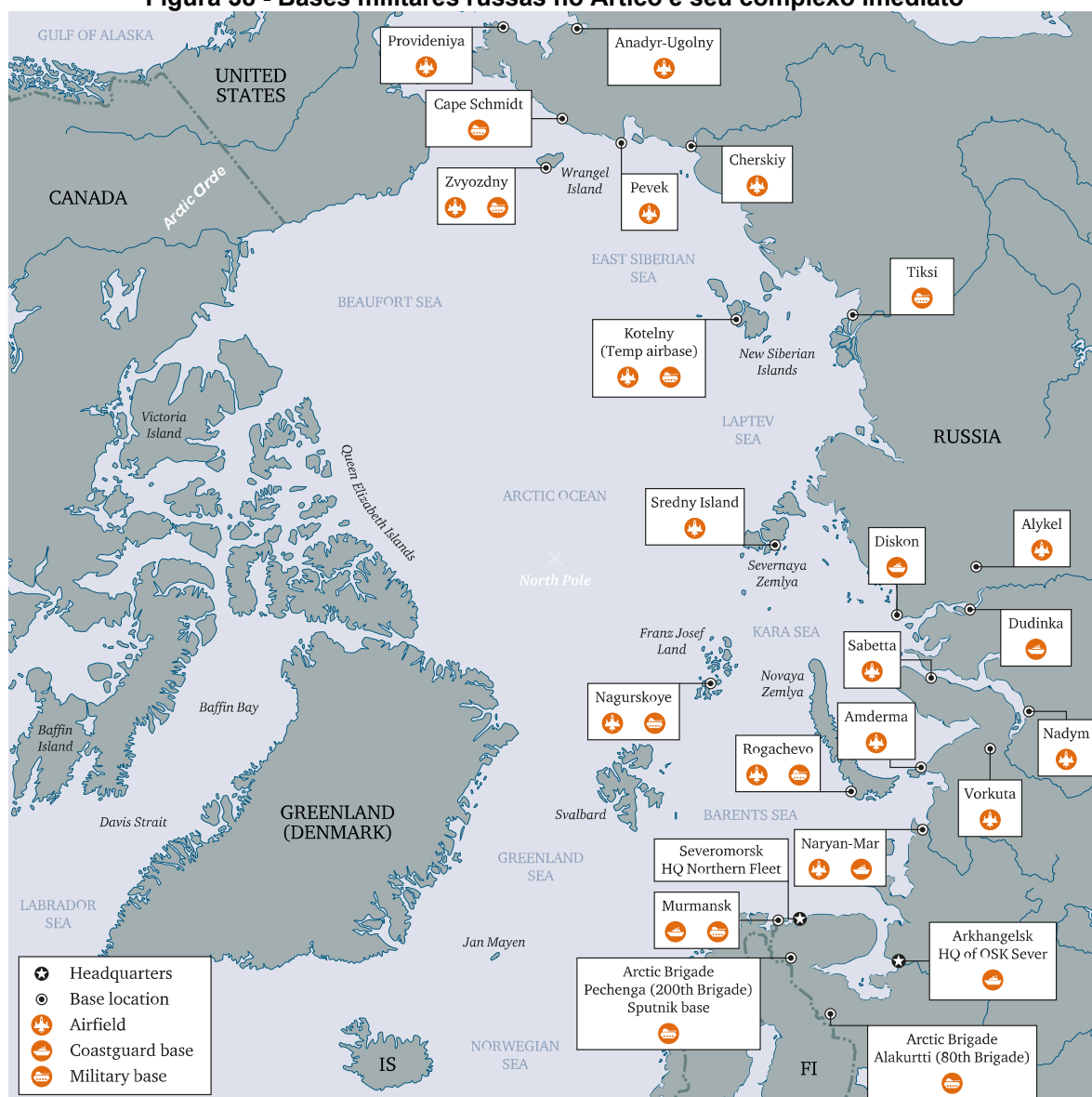
Segundo, a geografia é mal interpretada. O Ártico russo é frequentemente tratado incorretamente como um espaço monolítico. A confusão sobre o caráter da modernização militar e das atividades russas deriva, em parte, da falta de diferenciação entre as várias sub-regiões do Ártico russo, que desempenham papéis diferentes no pensamento estratégico e na política de defesa russa. A Rússia espera diferentes ameaças, muitas vezes em cronogramas distintos, que exigem diferentes conjuntos de missões e capacidades. Por exemplo, embora a Rússia tenha aumentado seu foco nas partes central e oriental do Ártico, especialmente desde 2010, o principal centro de gravidade para investimentos e atividades militares continua sendo o Alto Norte, ou seja, o Ártico europeu (ou ocidental). Nesta parte da região, a presença militar russa está centrada na Frota do Norte, destacada na Península de Kola, logo além da fronteira com a Noruega, membro da OTAN. Esta continua sendo a parte mais forte da Marinha russa, que também constitui a base do quinto distrito militar. A Frota do Norte abriga a maior parte dos submarinos estratégicos russos (SSBNs), além de forças nucleares modernizadas e novas, e outras forças convencionais que poderiam ameaçar outros estados. Além disso, Moscou considera desafios e ameaças de segurança nesta parte do Ártico, onde a Rússia compartilha uma fronteira com a OTAN, uma preocupação de segurança imediata. Assim, essa sub-região desempenha um papel especial no pensamento de segurança e defesa da Rússia, notadamente nas estratégias nuclear e naval, com missões que se estendem além da região ártica. Terceiro, o Ártico está estrategicamente entrelaçado com outros espaços de segurança no pensamento russo. As Forças Armadas Russas, particularmente na parte europeia da região, têm papéis possíveis atribuídos no caso de uma escalada de um grande conflito envolvendo outra grande potência em outro lugar. A Rússia vê as várias regiões ao longo de seu perímetro ocidental (o Alto Norte, o Mar Báltico e as regiões do Mar Negro) como espaços de segurança interconectados (Zysk, 2022).

O conceito de Defesa Ativa possui, desta forma, natureza *ofensiva*, ainda que a título de preempção. Apesar da narrativa de preparo antecipado para o ataque, trata-se de uma medida ofensiva, e a instalação de capacidades ofensivas específicas é um indício dessas intenções.

Para isso, importante se mostra analisar essas capacidades *vis a vis* com suas possibilidades de emprego estratégico.

A figura 38 apresenta as principais bases militares russas no Ártico, incluindo aéreas, terrestres e navais.

Figura 38 - Bases militares russas no Ártico e seu complexo imediato



Fonte: Boulègue (2019).

Sua distribuição por todo o território russo esconde algumas tendências e áreas mais relevantes, como aquelas adjacentes à Península de Kola, sede da Frota do Mar do Norte, principal base de submarinos russos do mundo. Esse vetor militar é essencial, já que, além de elemento defensivo, o submarino tem capacidade dissuasória e mesmo ofensiva ao nível global, em especial aqueles submarinos de propulsão nuclear. A Rússia, assim concentra no Ártico sua mais importante frota submarina tanto pelo fato de que esse é um vetor protetivo quanto pelo fato de que o ambiente ártico, cujo mar ainda congela parte do ano, é espaço preferencial para operacionalidade plena dessa frota, considerando que submarinos atuam numa faixa do mar que não congela.

O Distrito Militar do Norte, sediado em Severomorsk, tem a seu dispor meios navais e aéreos em quantidade e qualidade boas: 8 submarinos estratégicos SSBN (*i.e.* que lançam mísseis balísticos e possuem propulsão nuclear), 5 submarinos táticos SSGN (*i.e.* que lançam mísseis de cruzeiro e possuem propulsão nuclear), 8 submarinos táticos SSN (*i.e.* convencionais com propulsão nuclear), e 5 submarinos táticos SSK (*i.e.* convencionais com motor diesel-elétrico cuja função é caçar outros submarinos), 10 navios de combate de superfície, 16 navios-patrolha costeira, 8 navios de contramedidas de minagem e 8 lanchões de desembarque anfíbio LST/LCM.

Os vetores submarinos são especialmente importantes de serem considerados nessa conjuntura, já que são capacidades militares que operam de forma oculta, dificultando a previsibilidade de um ataque.

Da mesma forma, os mísseis nucleares lançados a partir destes submarinos são de alcance curto ou médio (SRBM ou MRBM, a depender do modelo de submarino), o que faz uma diferença do ponto de vista do defensor: tais mísseis – diferentemente daqueles de alcance intermediário, IRBM, e dos intercontinentais, ICMB – não voam em altitudes elevadas (como os IRBMs) nem chegam a sair da atmosfera (como os ICBMs), o que significa que defesas anti-mísseis balísticos não funcionam contra aqueles modelos de curto ou médio alcance, como os potencialmente lançados dos submarinos russos que operam a partir do Ártico.

Também os torpedos russos Poseidon (Sutton, 2019), de categoria pesada e nuclearmente armados – voltados para destruição de frota em alto-mar ou destruição costeira a partir da provocação de tsunami gerado por explosão nuclear subaquática – são operados a partir de submarinos russos da classe Belgorod, que operam na região polar (Sutton, 2023).

Em termos de poder aéreo a Rússia também pode contar, nesta mesma região, com 3 regimentos aéreos que operam MiG-29, MiG-31, Su-33 e Su-25, 2 regimentos que operam Il-38, Il-20, Tu-134, Ka-27 e Ka-29, 1 esquadrão que opera Tu-142, e regimentos de SAM, S-300, S-400 e Pantsir-S1 para defesa aérea (IISS, 2024). Esses meios, mas em especial o Tu-142, têm capacidade e emprego defensivo mas também, inclusive os aéreos.

E o aumento da atividade naval russa no Ártico e dos incidentes aéreos em espaço não-russo (IISS, 2024; IISS, 2023) têm sido um forte indicativo desse novo comportamento russo derivado desta nova geopolítica.

As diferenças nos números de atividades militares no Ártico, comparando Rússia e os países Ocidentais, mostra que existe um desequilíbrio de atividades militares na região em favor da Rússia⁸⁷: entre os anos de 2020 e 2023, foram realizados 75 exercícios militares totais no Ártico, dos quais 36% (total de 27 exercícios) foram realizados apenas pela Rússia, enquanto menos de 7% (total de 5 exercícios) foram realizados em bloco pela OTAN; quando expandimos a categoria para lançamento de mísseis, dos 21 realizados, 20 foram feitos pela Rússia (95,3% do total) e 1 pelos EUA (4,7% do total); por fim, considerando os sobrevoos em violação de soberania aérea dos países, dos 33 incidentes marcados no mesmo período, 22 (correspondente a 66,6% do total) foram realizados pela Rússia, quanto 11 (correspondente a 33,3% do total) foram realizados por algum país da OTAN, sendo que nesse último caso nenhum foi realizado *em atividade específica* da OTAN, mas sim por algum dos seus membros.

Quando falamos de vetores aéreos a capacidade ofensiva – ou de Defesa Ativa – da Rússia fica mais evidente, bem como suas intenções.

O país vem reformando e expandido bases aéreas em todo o norte da Rússia, incluindo Temp, Ushakovsky, Rogachevo (Nilsen, 2023), e especialmente Nagurskoye (Rogoway, 2021), a base da Força Aérea Russa mais ao norte do país. A base aérea de Rogachevo recebeu, em 2019, radares *over the horizon* Rezonanz-N e baterias de mísseis S-400.

A localização da base em Novaya Zemlya é um importante vetor de defesa da Rota do Mar do Norte. Já a pista da base aérea de Nagurskoye foi expandida em 2020/2021 de 2.400m para 3.400m, e aqui fica evidenciada a intenção ofensiva (Defesa Ativa) da Rússia: com essa expansão, passam a poder operar a partir da base tanto aeronaves interceptadoras Su-34 e Tu-22M quanto aeronaves táticas de médio alcance Tu-142, bombardeiros estratégicos Tu-160, aeronaves de transporte An-72 e An-26, e o avião-tanque Il-78. A importância desses elementos é central: o uso combinado deles pode garantir alcance estendido para aeronaves de bombardeio estratégico e proteção – com uso de aeronaves interceptadoras – do espaço aéreo russo durante a realização de um ataque preemptivo. Isso significa quem mesmo sem contar com um sistema anti-mísseis balísticos extenso, a capacidade dissuasória construída pela Rússia garante que essa possa promover

⁸⁷ Fonte: dados consolidados no <https://arcticmilitarytracker.csis.org/>

um *first strike* contra algum país da OTAN e resistir a uma primeira linha de retaliação convencional e, eventualmente, nuclear.

Da mesma forma, a recente transferência, pela Rússia, de armas nucleares táticas para a Bielorrússia (Detsch; Gramer, 2024) e para Kaliningrado complementam o arco de ameaça que a Rússia consegue garantir sobre seus rivais na Europa e no hemisfério norte.

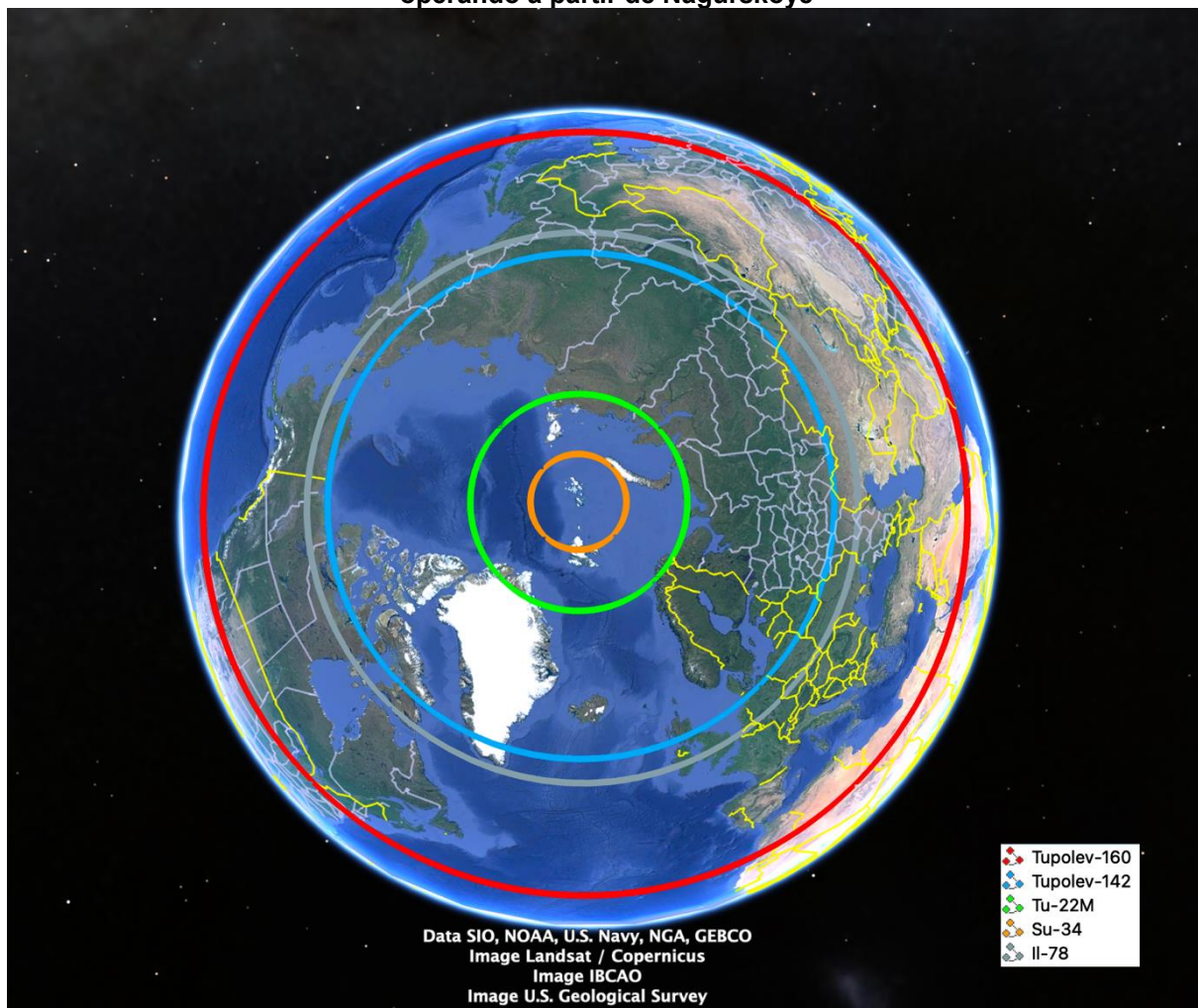
A figura39 mostra o alcance das aeronaves russas sem reabastecimento em voo (algo que pode ser feito com essa expansão, através do Il-78, cujo alcance é visto pela linha cinza): o Tu-160, bombardeiro nuclear, alcança toda a Europa, o Canadá, o norte dos EUA e toda a rede de bases americanas no hemisfério norte num único tanque; caso reabasteça na metade do trajeto original da ida e na metade do trajeto original da volta, pode ter autonomia suficiente para alcançar o sul dos EUA, colocando virtualmente todo o território americano – e suas principais bases no exterior – ao alcance de um ataque russo.

Da mesma forma, a Rússia pode usar – apesar da dificuldade logística, mas aproveitando-se dessa mesma janela operativa – um corredor aéreo a partir do Mar Negro, sobrevoando Síria, o Mediterrâneo Oriental, Líbia e países do Sahel (de onde pode operar aeronaves-tanques) para virtualmente alcançar com seus bombardeios estratégicos outras bases americanas ou de países da OTAN – Diego Garcia, Santa Helena, Falklands, bases no Golfo Pérsico e no Sudeste Asiático – como fez em 2018 a partir da Venezuela, num voo através do Caribe⁸⁸. Destaque-se que esse cenário de lançamento a partir da rota Negro-Mediterrâneo-Sahel-Atlântico é pouco provável de ser utilizada com rota principal, mas segue como uma possibilidade de uso acessório e complementar por Moscou.

Da mesma forma, embora a Rússia tenha outros locais remotos de onde poderia lançar tais capacidades militares contra alvos ocidentais mais distantes (como da Sibéria Oriental contra bases americanas no Sudeste Asiático e Pacífico), o Ártico mostra-se como preferencial por estar próximo dos alvos mais relevantes: as capitais europeias e a capital e cidades principais dos EUA.

⁸⁸ Tass (2018).

Figura 39 - Alcance operacional das aeronaves russas no Ártico, sem reabastecimento em voo, operando a partir de Nagurskoye



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse potencial de alcance global a partir do Ártico, somado à possibilidade de operar interceptadores aéreos a partir de Nagurskoye faz com que, além do meio de interdição naval, a Rússia tenha à sua disposição meios pra estabelecer sua defesa territorial com eficiência, operando de múltiplos pontos e com posto avançado próximo ao Pólo Norte, criando assim um escudo de Anti-Acesso para negar ao inimigo o uso do mar e o uso do ar.

No entanto, a possibilidade de operar meios ofensivos faz com que a base aérea de Nagurskoye funcione também como um escudo agressivo de *deterrence*, baseando-se na estratégia de Defesa Ativa, e pairando como uma ameaça constante sobre seus adversários tradicionais no Ártico, bem como em seus postos avançados ao redor do mundo. Evidentemente, isso não significa que a Rússia irá atacar efetivamente seus adversários. Mas a mudança de postura russa, aliada à

percepção paranoicadas lideranças daquele país em relação ao Ocidente, pode ocasionar uma escalada acidental, como quase ocorreu por exemplo na Crise dos Mísseis de Cuba nos anos 1960.

Assim é que a Nova Geopolítica da Rússia para o Ártico vem a se conectar com a teoria de Gilpin (2010): diante da crise sistêmica internacional – política, econômica, social, informacional – a Rússia identificou que as oportunidades marginais poderiam, num cálculo estratégico, compensar os custos marginais, e atuou no sentido de instrumentalizar isso a seu favor a partir do tensionamento com o Ocidente, a adequação da estratégia de Defesa Ativa, e o *militarybuildup* regional no Ártico, aproveitando-se ainda do cenário de mudanças climáticas.

O resumo comparativo das Geopolíticas Russas para o Ártico está no quadro 13, a seguir:

Quadro 13 - comparativo da Velha e da Nova Geopolítica Russa para o Ártico

VELHA GEOPOLÍTICA RUSSA PARA O ÁRTICO		NOVA GEOPOLÍTICA RUSSA PARA O ÁRTICO	
Conjuntura global	Guerra Fria	Conjuntura global	Mundo Pós-11 de Setembro e Pós-Guerra da Ucrânia
Sistema internacional	Estável, bipolar, equilíbrio do terror	Sistema Internacional	Instável, unimultipolar, crises sucessivas, questionamento do status quo
Oportunidade marginal	Baixa, em virtude da bipolaridade, da força e da coesão dos EUA; baixo desenvolvimento tecnológico para exploração do potencial econômico do Ártico	Oportunidade marginal	Alta, sistema internacional em crise, sistemas nacionais questionados, oportunidades econômicas já mapeadas no Ártico
Custo marginal	Alto, em virtude da estrutura bipolar	Custo marginal	Baixo, em virtude dos novos atores na Ásia
Postura russa geral	Cooperação	Postura russa geral	Conflitiva, rivalizante
Postura militar russa	Tendência à paz	Postura militar russa	Agressiva, Defesa Ativa
Capacidadefinanceirarussa	Baixa, crise da URSS e crise da Rússia (1991-1999)	Capacidadefinanceirarussa	Média declinante, vindo de alta emergente puxada pelo boom das <i>commodities</i> dos anos 2000, e atualmente pela proteção contra sanções, fatores China e Índia
Fator modificador	Nenhum	Fator modificador	Mudança climática acelerada
Degelo marítimo	Baixo, reponível	Degelo marítimo	Alto, sem reposição total
Navegabilidade	Baixa e limitada	Navegabilidade	Média a alta

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Concluimos, assim, que as mudanças climáticas criaram uma conjuntura que, associada às demais conjunturas globais, propiciaram o surgimento de uma Nova Geopolítica da Federação da Rússia para o Ártico.

5 CONCLUSÃO

O Ártico vem ganhando, ao longo das últimas duas décadas, importância fundamental para o mundo, seja numa perspectiva climática, seja numa perspectiva logística, seja numa perspectiva econômica, seja numa perspectiva geopolítica. Tal importância não se limita, como visto, aos países que compõem geograficamente a região: outros atores internacionais extra-polares têm manifestado interesse nesta região. A mudança climática, como também visto, tem ampliado as possibilidades econômicas, científicas e logísticas regionais, e da mesma forma criado desafios climáticos e ambientais para a região e para o mundo.

A Amplificação Ártica tem sido simultaneamente um sonho econômico e um pesadelo ambiental, já que a despeito das possibilidades de prospecção de riquezas regionais, há potencial catastrófico global caso o ritmo do degelo marítimo no Ártico siga no ritmo atual.

Da mesma forma, vivemos um cenário de escalada conflitiva entre Rússia e o Ocidente desde pelo menos 2008, com a invasão russa da Geórgia, mas agravado pela incorporação da Crimeia à Rússia em 2014 e, em especial, com a invasão da Ucrânia também pela Rússia em 2022. Esse cenário tem reverberado no Ártico, já que aquela região é dividida entre os dois blocos de poder conflitantes nesse final do primeiro quarto do século XXI: o Bloco Ocidental, representado pela OTAN e liderado pelos EUA, e um “Bloco Oriental”, representado por uma coalizão *de facto* entre Rússia e China, e em menor escala pela Índia, estando a Rússia localizada no Ártico e tendo Índia e China interesses complexos na região. No caso destes dois últimos, além de serem países extra-Árticos, eles também não adotam – como a Rússia – uma política agressiva contra o Ocidente, mas aproveitam-se da contestação aberta por Moscou em relação ao sistema internacional – iniciada, como visto, após o discurso do presidente Putin na Conferência de Segurança de Munique em 2007 - para avançar seus próprios interesses estratégicos. Justificamos, assim, as aspas em “Bloco Oriental”, por essa coalizão representar menos um bloco coeso e unido e mais um alinhamento temporário das *virtúsa* partir de uma leitura individual da *fortuna* trazida pela conjuntura internacional.

Iniciamos o presente trabalho com uma pergunta de pesquisa que orientou todo o processo: estaria a Rússia se tornando mais agressiva no Ártico diante do novo cenário regional de mudança climática, degelo marítimo, ampliação de zonas

polares navegáveis, aumento potencial de zonas de exploração de recursos naturais, e maior engajamento militar de outros estados na região?

Nossa hipótese era a de que a Rússia efetivamente estaria aumentando seu comportamento agressivo no Ártico, a partir da percepção de Moscou do aumento de oportunidades econômicas e, simultânea e paradoxalmente, de vulnerabilidade estratégica criadas pelo novo cenário de degelo marítimo causado pela mudança climática na região. Esse novo comportamento russo alia a percepção identitária do Ártico como zona preferencial russa, desconfiança em relação aos países ocidentais, identificação do Ártico como região que pode mudar os padrões de desenvolvimento russo diante das riquezas minerais e petrolíferas ali presentes (que justificaria por si a presença militar firme), e por fim a preparação para um conflito (ainda que improvável nas condições atuais) com os adversários locais. Acreditamos que essa hipótese se concretizou, o que pôde ser visto nos capítulos anteriores e que será resumido mais adiante nesta conclusão.

Em termos metodológicos, e para o sucesso na execução do trabalho, necessitamos utilizar conhecimentos de algumas áreas para atingimento dos nossos objetivos, conectando-os com as linhas de pesquisa do PPGEI UFRGS: englobamos a linha de pesquisa de Política Internacional por envolver análise de “acontecimentos e processos políticos internacionais” em curso no Ártico, conectados a uma tendência global de rivalidade entre Rússia e Ocidente em virtude da Guerra na Ucrânia, bem como os impactos globais da mudança climática e seus “reflexos internacionais”; englobamos a linha de pesquisa de Segurança Internacional, por promover análise sobre “a relação entre a distribuição de poder entre as principais potências no mundo pós-Guerra Fria”, em especial a Rússia e os demais estados do Ártico, bem como “as dinâmicas regionais de segurança” modificadas que estão sendo pela retroalimentação daquela rivalidade e também pela mudança climática; por fim englobamos tangencialmente a linha de pesquisa de Economia Política Internacional, já que os efeitos da mudança climática no Ártico, embora de origem ambiental, tem seus desdobramentos encadeados entre economia e segurança, visto que é a abertura do espaço marítimo do Ártico para exploração econômica e possibilidade de desenvolvimento econômico e regional russo que vem causando o aumento da tensão regional e as possibilidades futuras de conflito por recursos naturais na região.

No primeiro capítulo, buscamos trabalhar a teoria da Estabilidade Hegemônica de Robert Gilpin (1981) para identificar o substrato por detrás do cálculo feito pela Rússia para abandonar a dinâmica cooperativa no Ártico e tornar-se um país agressivo e questionador do status quo regional. Ao final do capítulo, concluímos que a Rússia procedeu a um cálculo estratégico de custos e benefícios marginais, fazendo uma leitura de cenário que favorecesse sua ação em relação ao desafio do sistema internacional.

Ao analisarmos este ponto, concluímos que a teoria gipliniana adequou-se ao estudo em tela, por alguns motivos. Primeiramente, porque a percepção política russa em relação ao Ártico partiu de uma leitura Realista da anarquia internacional, em que a racionalidade de Moscou encontrou espaço na conjuntura geopolítica global para questionar o *status quo* sistêmico, atuando em paralelo para mudança *no* sistema ártico e, no plano global, para fomentar a mudança *de* sistema, através de uma campanha digital de disseminação de *fake newse* desinformação para minar os processos dos países democráticos *dentro do próprio jogo* da Democracia. Ao atuar desta forma, a Rússia conseguiu gerar uma crise dentro do sistema democrático dos principais países, e foi a beneficiária desse vácuo de poder, do Sahel à Europa Oriental, passando pelo Levante, pela América Latina e por seus principais adversários na Europa (Reino Unido, França, Alemanha) e na América do Norte (Canadá e, sobretudo, Estados Unidos).

Esta conjuntura, de enfraquecimento da democracia nestes países, com consequente eleição de líderes mais autoritários – e mais alinhados com o projeto expansionista de poder da Rússia no mundo – tornou o sistema internacional mais “manobrável” por parte de Moscou, e os próprios questionamentos internos gerados dentro dos países democráticos – e reverberados pelas mídias sociais – serviram de fundamento para o questionamento dos cidadãos desses países em relação às próprias políticas externas de seus Estados, o que beneficiou a Rússia.

Neste cenário, a Rússia então pôde questionar o sistema regional do Ártico, que mantinha-se numa dinâmica cooperativa a partir de uma hegemonia estabilizante dos EUA e da OTAN na região, que impunha seus termos à Rússia desde a época soviética. Até antes da ascensão de Putin ao poder na Rússia, e antes do *boom* das *commodities* que deu ao país o fôlego financeiro necessário para projetar internacionalmente seu poder, Moscou não tinha capacidade militar nem poder diplomático de impor ou mesmo propor uma alteração de *status quo* regional.

Com o rearranjo de forças – em parte gerado pelo enriquecimento rápido da Rússia, em parte pelas reformas de Putin, em parte pelo declínio da hegemonia democrática – Moscou passou então a ter possibilidade de, ao recalculer os custos de uma ação mais assertiva *vis a vis* os benefícios marginais a serem fruídos, cogitar a revisão do sistema internacional consolidado após o fim da URSS em 1991. Isso não ocorreu, no entanto, de forma gradual e inteiramente planejada, mas sim com marchas e contramarchas, tendo no processo da Revolução Laranja na Ucrânia, em 2004, seu estopim: foi a partir daí que, na mentalidade da classe política russa, o Ocidente retomou a posição de vilã conspiratória, fosse essa imagem real ou não. A OTAN, nesse processo, voltou a ser vista como o grande contraponto (e o grande empecilho) para a projeção de poder da Rússia no mundo. E a degradação do relacionamento político entre Rússia e o Ocidente tornou-se o *leitmotif* para que Moscou justificasse suas ações agressivas no Ártico, que vem sendo tomadas desde pelo menos 2016.

O fato de a teoria gilpiniana tomar emprestada da teoria econômica os conceitos de custo marginal e benefício marginal mostrou-se importante, tanto por pressupor a racionalidade do ator estatal em seus processos de escolha, quanto por esse cálculo ser sempre feito mediante a contraposição dos benefícios e malefícios de uma determinada ação, em busca de uma nova situação de equilíbrio, ou de manutenção do *status quo*. Isso faz sentido na medida em que os Estados, num ambiente internacional anárquico e com distribuição de poder historicamente determinada, buscam incessantemente reposicionamentos e redistribuição de poder, e o fazem em termos de construção de capacidades para projeção das várias formas de poder, partindo do econômico (que sustenta os demais em termos orçamentários), seguindo pelo político-diplomático e terminando no militar. A hegemonia e a estabilidade que ela traz, portanto, é desafiada quando condições mutáveis e variáveis novas entram no jogo político e afetam o cálculo que as nações fazem da oportunidade e benefícios de agir ou não agir.

A agressividade da Rússia nas suas ações no Ártico, assim, longe de poder ser justificada dentro de uma perspectiva moral – que tende ao simplismo e eventualmente ao maniqueísmo, incorrendo no erro que Mielniczuk (2011) corretamente atribui à Sovietologia- encontrou e encontra amparo nas motivações estratégicas e táticas estabelecidas pelo poder político russo, da conjuntura global favorável à instabilidade, da própria conjuntura natural e regional do Ártico. Esses

fatores todos pesaram no cálculo que os *policymakers* russos – em especial o presidente Putin - fizeram na contraposição de custos e benefícios marginais de uma ação mais ou menos agressiva como forma de consecução de seus interesses, e segundo sua visão de mundo. O momento vivido pelo mundo desde a crise financeira de 2007/2008, o desastre da Guerra do Iraque de 2003 (e a crise na legitimidade internacional causada pela ação unilateral dos EUA), o advento das mídias sociais e das novas tecnologias da informação e comunicação (que democratizaram a difusão e acesso à informação sem democratizar as próprias regras democráticas do debate público), a ascensão de novos líderes autocráticos no Ocidente, a própria crise de legitimidade da democracia liberal ocidental e seus reflexos no sistema político internacional, tudo isso entrou no processo decisório de Moscou sobre *se e como* agir no Ártico.

Assim, também baseando-nos na teoria gilpiniana, concluímos que a escolha da Rússia em abandonar o cooperativismo histórico e partir para uma escalada de rivalidade foi baseada num cálculo (que será apresentado mais adiante) de custos marginais *versus* benefícios marginais, e que Moscou optou por agir assim em virtude do resultado positivo desse cálculo, de benefícios superando custos.

Além desse fator geopolítico, outro fator crucial de modificação da visão russa (e que pode ser considerado um elemento central do cálculo gilpiniano de custos *versus* benefícios marginais) é a mudança climática, que como já visto atinge mais o Ártico que o resto do mundo.

Assim, no segundo capítulo fizemos uma análise dos efeitos das mudanças climáticas no Ártico e seus impactos no território da Rússia. Concluímos, com base nos estudos das Ciências da Terra, que:

- a) o Ártico tem sido uma das áreas mais afetadas pela mudança climática no mundo, com impactos severos em seu ecossistema;
- b) um dos efeitos mais significativos que o derretimento dos blocos de gelo do Ártico tem trazido é a ampliação das condições de navegabilidade regional, permitindo assim não apenas a operacionalidade de fluxo naval por mais tempo durante o ano, mas também a abertura do mar para exploração de recursos subaquáticos;
- c) essa redução da criosfera tem sido vista pelos estados territoriais polares como uma oportunidade de expansão econômica e de integração global;

- d) esse cenário tem feito a região retornar ao palco geopolítico global, numa perspectiva de rivalidade.

Ao analisarmos este ponto a partir de cada uma das conclusões resumidamente apresentadas acima, percebemos que a mudança climática entrou como parte da teoria gilpiniana ao fornecer um elemento facilitador do “cálculo geopolítico” feito por Moscou, em duas perspectivas: uma positiva e uma negativa.

Positivamente, o degelo marítimo polar propiciou a Moscou identificar as possibilidades econômicas advindas da ampliação da área de extração subaquática no Ártico. Essa percepção ficou evidente em quatro grandes momentos: a instalação da bandeira russa no fundo do Oceano Ártico em 2007; a criação de uma Estratégia para o Ártico em 2008; a retomada dos pleitos de demarcação da plataforma continental russa pela CLCS em 2014; e por fim a reforma da Estratégia de 2008 em 2020. Além disso, o aumento exponencial de estudos científicos russos sobre o potencial mineral e de hidrocarbonetos da região, visto a partir dos anos 2010, é indicativo de sustentação, pela ciência, de um processo exploratório para exploração posterior. Por fim, também positivamente (mas que tem desdobramentos negativos), o degelo polar, ao propiciar mais rotas navais sem gelo marítimo, criam um potencial logístico único para a Rússia, tanto para exportar suas *commodities* pela Rota do Mar do Norte quanto para capitalizar no transporte de produtos da Ásia para a Europa e América do Norte pela via encurtada do Ártico.

Negativamente, essa abertura das rotas navais traduziu-se, em nosso entendimento, no aumento da percepção de vulnerabilidade por parte de Moscou, já que o aumento da navegabilidade e da manobrabilidade facilitaria, na visão russa existente desde pelo menos os anos 1930, uma abertura para ações expedicionárias contra o território russo. Esse receio – com alguma verossimilhança em virtude de experiências anteriores, porém nem sempre totalmente correspondente à realidade – encontrou na história momentos específicos que o justificam, embora o seu excesso derive mais da soma de uma auto-visão específica dos russos a questões identitárias e de auto-estima nacional do que de uma realidade fática concreta.

Para isso, fizemos no terceiro capítulo um apanhado histórico da ocupação russa do Ártico, iniciando com as discussões sobre a formação histórica do estado russo e sua apropriação regional desde a Rus de Kiev, passando pela Moscóvia, Czarado e Império Russo (900 d.C-1917), sua evolução do longo da União Soviética (1917-1991), e seus desdobramentos contemporâneos na Federação Russa (1991-

2024). O objetivo deste capítulo não foi trazer uma história exaustiva do Ártico nem da Rússia, mas interconectar ambos para contextualizar historicamente o desenvolvimento relacional.

Ao analisarmos a história da Rússia – e da Rússia no Ártico – percebemos alguns elementos importantes, e que condicionam a visão de Moscou sobre a região.

O primeiro deles é que o Ártico foi importante para a própria consolidação territorial e para a conformação identitária da Rússia e dos russos, mas que a efetiva ocupação daquele território não foi efetivada antes da Era Soviética. Isso fez com que essa fragilidade na dominação territorial – característica aliás comum à Rússia, por estar sua *heartlands* situada no meio de estepes navegáveis e de geografia fácil, tornando pouco dificultoso uma ação rápida contra o coração geopolítico do país – aderisse à mentalidade russa de maneira tão forte que a proteção incondicional e a qualquer custo do território das estepes se tornasse um elemento existencial – e quase espiritual – para o povo e a nação. Isso refletiu numa visão desconfiada dos vizinhos, o que foi agravado pela visão da religião ortodoxa de supremacia dos russos como modelo étnico e, sobretudo, religioso.

O segundo deles é que, apesar dessa visão mística e mítica do Ártico, a região segue com pouco controle russo efetivo em virtude de sua natureza extrema, e esse elemento gera uma “ansiedade política” que, quando extremada por projetos políticos específicos ou por uma visão imagética específica, torna-se uma visão paranoica do mundo, de si, e do espaço geográfico no seu entorno.

O terceiro deles é que, embora o Ártico tenha um papel central na formação da identidade russa, o próprio processo de construção da identidade russa é tão complexo, contraditório e fragmentado que, apesar de todos os esforços de definição, a Rússia e os russos até hoje não conseguem definir uma identidade positiva (*i.e.* o que são), mas apenas uma identidade negativa (*i.e.* o que *não* são). E tal identidade paradoxalmente exclui todos os povos não-russos da Rússia (nacionais russos de outras etnias que não a *Ruskiy*).

O quarto deles é que os povos originários das várias regiões do Ártico criaram um processo complexo de lealdades étnicas que superam fronteiras, algo que se reflete inclusive na sua forma de organização no Conselho do Ártico, motivo pelo qual a Rússia tenta incessantemente controlar tais entidades do lado russo.

A partir desses elementos, fizemos ao final do terceiro capítulo análise central do trabalho, a partir dos elementos de modificação da geopolítica russa (climática, econômica, política, diplomática e militar), e a discussão sobre se a hipótese em tela respondeu satisfatoriamente à pergunta, positiva ou negativamente.

Ao analisarmos este último ponto, chegamos à conclusão de que há uma Nova Geopolítica da Rússia para o Ártico, que está consolidada nos documentos editados pela Federação – em especial a Estratégia de 2020 e o Conceito de Política Externa de 2023 – e que tornou o país mais agressivo na região, decisão tomada a partir de um cálculo gilpiniano de custos *versus* benefícios marginais.

Nesse sentido, a Velha e a Nova Geopolíticas da Rússia para o Ártico podem ser vistas de forma comparada (graficamente representada no quadro 13) de acordo com alguns elementos.

A Velha Geopolítica partiu de uma conjuntura global de Guerra Fria. O sistema internacional era, em regra, estável em virtude da bipolaridade entre URSS e EUA, e também do “equilíbrio do terror” promovido pelas armas nucleares.

Em virtude de todos esses elementos de restrição estratégica do sistema, a oportunidade marginal para a Rússia buscar tensionamento na região era baixa, tanto em virtude da bipolaridade quanto em virtude da força e da coesão dos EUA, o que tornava o custo marginal demasiado alto, tanto em quesitos financeiros quanto em quesitos militares: nessa conjuntura, a destruição mútua assegurada criada pelas armas nucleares diminuía a margem de manobra de Moscou em escalada.

Também não havia nesse contexto uma possibilidade econômica como a atual, já que o baixo desenvolvimento tecnológico para exploração do potencial econômico do Ártico era uma constante, e apenas algumas áreas – como petróleo e gás – contavam com tecnologia suficiente para exploração no ambiente marinho congelado. Esse custo marginal, da mesma forma, era demasiado alto, o que contribuiu para a postura russa/soviética geral de construção de pontes diplomáticas de cooperação, e de uma postura militar regional russa tendente a evitar o conflito, entendendo que uma escalada não planejada (*i.e.* acidental) poderia gerar uma guerra nuclear total como quase ocorreu com a Crise dos Mísseis de Cuba em 1963.

Ainda em termos econômicos, a Rússia/URSS não tinha capacidade financeira considerável que pudesse criar oportunidades em que benefícios superassem os custos, não havendo estímulo econômico para a URSS prosseguir com uma política ártica mais agressiva. As crises econômicas que a URSS teve até

a Segunda Guerra, e posteriormente do período Brezhnev em diante, impediram um fluxo de investimentos maciços na região, seja em ocupação física, seja em geração de possibilidades econômicas.

Por fim, a incipente e insipiente mudança climática nos anos 1960/1970 fez com que, à época, não houvesse fator modificador algum para alteração no cálculo político gilpiniano russo: como o degelo marítimo era baixo, com gelo multi-anoreponível e navegabilidade baixa e limitada, operar no Ártico tinha um custo econômico e estratégico muito elevado, e sem benefícios claros de curto e médio prazo. Isso fez com que a visão da Rússia, naquele cenário, fosse de que os custos marginais de alteração *do* e *no* sistema ártico fossem maiores que os benefícios.

A única constante que liga as duas geopolíticas – a Velha e a Nova – é receio russo de “cerco ocidental”, estruturado ao longo da história da Rússia por motivos parcialmente verossímeis, parcialmente imaginados, e que condicionou a auto-visão e a visão internacional da Rússia e dos russos.

Já a Nova Geopolítica, que defendemos e que materializa a nossa conclusão com resposta à hipótese, foi possibilitada em virtude de novas conjunturas, elementos modificadores ambientais e tecnológicos.

A conjuntura global pós-11 de setembro de 2001, pós-Guerra do Iraque de 2003, e Pós-Guerra da Ucrânia de 2022 trouxe ao sistema internacional uma instabilidade enorme, agravada pelas crises econômicas sistêmicas que ocorreram periodicamente desde o fim da década de 1970. Esse mundo instável e em crise – econômica, política, de legitimidade – fez surgir uma perspectiva de questionamento do “Fim da História”, o surgimento inicial de unimultipolaridade, que posteriormente ampliou a fragmentação do mundo em diversos eixos de poder, alguns deles puxados para Ásia-Pacífico, com a ascensão da China, da Índia, dos Tigres Asiáticos, e com o retorno da Rússia ao palco geopolítico global.

A crise da democracia e o rápido espalhamento das tecnologias de comunicação, mídias sociais e sistemas de informação também foram um elemento essencial para influenciar o cálculo de oportunidade da Rússia: de um lado, esse “novo mundo digital” deu à Rússia a oportunidade de circular pelo mundo suas ideias e visões de mundo, o que foi feito por agências russas de comunicação ligadas ao governo em Moscou (TASS, Sputnik, Russia Today etc); do outro lado, esse canal deu à Rússia a possibilidade de aproveitar a crise de legitimidade do sistema democrático - e simultaneamente a liberdade do mesmo – para difundir

campanhas de desinformação que acabaram por minar processos democráticos por todo o mundo.

A oportunidade marginal de alteração de vários dos subsistemas internacionais – África, Oriente Médio, Ártico, sistemas multilaterais – tornou-se alta e criou benefícios marginais que, nesse ponto político, superavam os custos: com um sistema internacional em crise de legitimidade e com sistemas nacionais questionados a Rússia aproveitou a chance de endurecer o discurso em relação ao Ártico *pari passu* à busca de oportunidades econômicas já mapeadas e em mapeamento na região.

O custo marginal, por sua vez, mostrou-se baixo por conta de alguns fatores internos e externos. Internamente, a capacidade financeira russa ao longo da década de 2000 aumentou exponencialmente, puxada pelo *boom* das *commodities* e pelo crescimento geral do PIB global pré-Crise Financeira de 2008. Externamente, mesmo com as sucessivas ações da Rússia contra a Geórgia e Ucrânia, e as consequentes sanções do Ocidente contra Moscou, países asiáticos (China e Índia) que também questionam o sistema internacional e buscam modifica-lo, e alguns países do antigo bloco soviético, seguem fazendo comércio em seus termos com a Rússia, reduzindo significativamente o custo marginal da continuidade de uma ação agressiva da Rússia no mundo.

Nessa Nova Geopolítica para o Ártico, a Rússia passou a adotar uma postura geral mais conflitiva e rivalizante, como demonstrado pela mudança de tom nos documentos estruturantes editados a partir de 2020 por Moscou, e pela adequação da estratégia de Defesa Ativa – um eufemismo para a permissão de ataque preventivo – como princípio basilar da ação militar russa na região.

Por fim, numa visão gilpiniana, o advento de novas tecnologias e a capitalização da Rússia em virtude da venda de *commodities* – atualmente continuada para China, Índia, países árabes, e até para o Ocidente a partir da *Shadow Fleet* - tem tornado a possibilidade de exploração econômica regional maior para os russos. Isso, associado à mudança climática acelerada, ao degelo marítimo sem reposição e aos altos índices de navegabilidade anual no Ártico, têm feito a Rússia identificar oportunidades econômicas e, simultaneamente, ansiedades geopolíticas derivadas de uma ameaça militar possível (embora não provável), gerando assim uma contradição interna de difícil resolução, muito em virtude do elemento da sensação de vulnerabilidade territorial russa, historicamente posta e

reforçada, em tempos recentes, pelos processos de tensionamento com a OTAN, bem como com o reposicionamento geopolítico deste bloco no tabuleiro estratégico da Europa.

O presente trabalho não teve intenção de esgotar todos os temas, mas de modestamente contribuir com o debate sobre eles. As limitações deste trabalho derivam da sua interdisciplinaridade: trabalhar temas diversos exigiu uma limitação no tratamento de cada um deles. Mas cremos que essa interdisciplinaridade teve um outro lado importante, e esta é a contribuição que almejamos deixar: a de unir temas de áreas diferentes, conectando-os de maneira a dar maior amplitude à análise. Fica, assim a nossa contribuição para o campo dos Estudos Estratégicos Internacionais.

REFERÊNCIAS

AKSENOV, Y.; POPOVA, E. E.; YOOL, A.; NURSER, A. J. G.; WILLIAMS, T. D.; BERTINO, L.; BERGH, J. On the future navigability of Arctic sea routes: high-resolution projections of the Arctic Ocean and sea ice. **Marine Policy**, Surrey, v. 75, p. 300–317, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2015.12.027>. Acesso em: 13 mar. 2024.

ALESANDER, K.; SANDERSON, C.; MARATHE, M.; LEWIS, B.; RIVERS, C.; SHAMAN, J.; DRAKE, J.; LOFGREN, J.; DATO, V.; EISENBERG, M.; EUBANK, S. What factors might have led to the emergence of ebola in West Africa? **Neglected Tropical Diseases**, San Francisco, v. 9, n. 6, June 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0003652>. Acesso em: 13 mar. 2023.

ALEKSANDROV, O. Russia's Arctic policy: offense vs. defense. **Rivista di Studi Politici Internazionali**, Firenze, v. 84, n. 1, p. 95-106, Jan./Mar. 2017.

ALLESLEV, L. **NATO anti-submarine warfare**: rebuilding capability, preparing for the future. Special Report, Science and Technology Committee. Brussels: NATO Parliamentary Assembly, 2019.

AN, L.; MA, L.; WANG, H.; ZHANG, H.; LI, Z. Research on navigation risk of the Arctic Northeast Passage based on POLARIS. **The Journal of Navigation**, [s.l.], v. 75, n. 2, p. 455-475, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0373463322000042>. Acesso em: 20 dez. 2023.

ANDERSON, A. **After the ice**: life, death, and geopolitics in the New Arctic. New York: Harper Collins/Smithsonian, 2009.

ANTRIM, C. The Russian Arctic in the Twenty-First Century. In: KRASKA, James (ed.). **Arctic security in an age of climate change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 107-128.

ARCTIC COUNCIL. **Declaration on the Establishment of the Arctic Council**. Ottawa: AC Press, 1996. Disponível em: <https://oaarchive.arctic-council.org/items/fb29e6d2-d60c-43ca-8e46-fa7a505033e0>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ARMSTRONG, T. **The Russians in the Arctic**: aspects of Soviet exploration and exploitation of the Far North, 1937-1957. London: Routledge, 2023.

ÁRNADÓTTIR, S. **Climate change and maritime boundaries**: legal consequences of sea level rise. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

ARTYUSHKOV, E. Continental crust in the Lomonosov Ridge, Mendeleev Ridge, and the Makarov basin. The formation of deep-water basins in the Neogene. **Russian Geology and Geophysics**, Moscow, v. 51, p. 1179-1191, Feb. 2010. Disponível em: <https://www.doi.org/10.1016/j.rgg.2010.10.003>. Acesso em: 13 nov. 2021.

ÅTLAND, K. Mikhail Gorbachev, the Murmansk Initiative, and the desecuritization of interstate relations in the Arctic. **Cooperation and Conflict**, Oslo, v. 43, n. 3, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/45084526>. Acesso em: 13 nov. 2021.

BARR, S.; LUDECKE, C. **The history of the International Polar Years (IPYs)**. Heidelberg: Springer, 2010.

BENBOW, T. **Naval Warfare 1914-1918**: from Coronel to the Atlantic and Zeebrugge. London: Amber Books, 2012.

BERG, R. The Genesis of the Spistbergen/Svalbard Treaty, 1871-1920. In: HOWKINS, A.; ROBERTS, P. **The Cambridge history of the Polar regions**. London: Cambridge University Press, 2023. p. 354-377.

BERZINA-SERENKOVA, U.; RÜHLIG, T. China's complex relations with Russia: tracing the limits of a "limitless friendship". **Internationale Politik Quarterly**, Berlin, 12 Sept. 2023. Disponível em: <https://ip-quarterly.com/en/chinas-complex-relations-russia-tracing-limits-limitless-friendship>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BOGOYAVLENSKY, V.; KISHANSKOV, A.; KAZANIN, A. Evidence of large-scale absence of frozen ground and gas hydrates in the northern part of the East Siberian Arctic shelf (Laptev and East Siberian seas). **Marine and Petroleum Geology**, Oxford, v. 148, Feb. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpetgeo.2022.106050>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BOGOYAVLENSKY, V.; KISHANSKOV, A.; YANCHEVSKAYA, A.; BOGOYAVLENSKY, I. Forecast of Gas Hydrates Distribution Zones in the Arctic Ocean and adjacent offshore areas. **Geosciences**, [s.l.], v. 8, n. 12, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/geosciences8120453>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BOOTH, K. Security and anarchy: utopian realism in theory and practice. **International Affairs**, Oxford, v. 67, n. 3, p.527-545, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2621950>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BOTKIN, D.; KELLER, E. **Ciência ambiental**. Rio de Janeiro: GEN/LTC, 2011.

BONHOMME, B. **Russian exploration, from Siberia to space**: a history. London: McFarland, 2012.

BORENSTEIN, E. **Plots against Russia**: conspiracy and fantasy after socialism. Ithaca: Cornell University Press, 2019.

BORTNIKOV, N.; VOLKOV, A.; LALOMOV, A.; BOCHEVNA, A.; IVANOVA, Y.; LALOMOV, D. The role of placer deposits in ensuring the reproduction of the mineral resource base of scarce types of strategic mineral raw materials in Russia at the present stage. **Russian Journal of Earth Sciences**, [s.l.], v. 24, n. 1, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2205/2024ES000897>. Acesso em: 3 jan. 2024.

BREUM, M. **The recent insurrection in Russia may challenge the vision of the Arctic as a region of low tension**. Kiruna, 29 June 2023. (Issue Brief). Disponível em: <https://www.arctictoday.com/analysis-the-recent-insurrection-in-russia-may->

challenge-the-vision-of-the-arctic-as-a-region-of-low-tension/. Acesso em: 14 jan. 2024.

BRUNO, A. **The nature of Soviet power**: an Arctic environmental history. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

BRZOSKA, M. The securitization of climate change and the power of conceptions of security. **Security and Peace**, Hamburg, v. 27, n. 3, p. 137-145, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0175-274x-2009-3-137>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BURKE, R. **The Polar pivot**: great power competition in the Arctic and Antarctica. New York: Lynne Rienner, 2022.

BURKE, D. **Diplomacy and the Arctic Council**. Ontario: McGill Queen University Press, 2020.

BUSHKOVICH, P. **A concise history of Russia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BAIKALOV, A. The conquest and colonisation of Siberia. **The Slavonic and East European Review**, [s.l.], v. 10, n. 30, p. 557-571, 1932. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4202706>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BERKMAN, P.; VYLEZHGANIN, A.; YOUNG, O. **Baseline of Russian Arctic laws**. Cham: Springer, 2019.

BIRESSELIOGLU, M. E.; DEMIR, M. H.; SOLAK, B.; KAYACAN, A.; ALTINCI, S. Investigating the trends in arctic research: the increasing role of social sciences and humanities. **Science of the Total Environment**, Amsterdam, v. 729, n. 139027, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.139027>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BOCHOVE, D. Climate science in Arctic 'Broken' as US and Europe isolate Russia. **Bloomberg**, New York, 19 Oct. 2023. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/features/2023-10-19/climate-science-in-arctic-broken-as-us-europe-isolate-russia>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BOULÈGUE, M. **Russia's military posture in the Arctic**: managing hard power in a 'low tension' environment. Research paper. London: Chatham House, 2019.

BRAW, E. **Russia's growing dark fleet**: risks for the global maritime order. Washington, DC: Atlantic Council, 11 Jan. 2024. (Issue Brief). Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/russias-growing-dark-fleet-risks-for-the-global-maritime-order/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BUTLER, W. Joint ventures and the Soviet Arctic. **Marine Policy**, Surrey, v. 14, n. 2, p. 169-176, Mar. 1990. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/marpol/v14y1990i2p169-176.html>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BUTLER, W. **The Soviet Union and the law of the sea**. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1971.

BUTLER, W. **Northeast Arctic Passage**. Leiden: Sijthoff, 1978.

CAO, Y.; LIANG, S.; SUN, L.; LIU, J.; CHENG, X.; WANG, D.; CHEN, Y.; YU, M.; FENG, K. Trans-Arctic shipping routes expanding faster than the model projections. **Global Environmental Change**, Guildford, v. 73, n. 102488, Mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102488>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CARLSON, J. Scramble for the Arctic: layered sovereignty, UNCLOS, and competing maritime territorial claims. **SAIS Review**, [s.l.], v. 33, n. 2, 2013. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/527065>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CHALECKI, E. He who would rule: climate change in the Arctic and its implications for U.S. National Security. **Journal of Public & International Affairs**, [s.l.], v. 18, p. 204-222, 2007. Disponível em: <https://jpia.princeton.edu/sites/g/files/toruqf1661/files/2007-10.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: EdUNESP, 2004.

CHEN, J.; KANG, S.; WU, A.; CHEN, L.; LI, Y. Accessibility in key areas of the Arctic in the 21st mid-century. **Advances in Climate Change Research**, [s.l.], v. 14, p. 896-903, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.accre.2023.102488>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CHEN, J.; KANG, S.; YOU, Q.; ZHANG, Y.; DU, W. Projected changes in sea ice and the navigability of the Arctic Passages under global warming of 2 °C and 3 °C. **Anthropocene**, [s.l.], v. 10, n. 100349, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ancene.2022.100349>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CHEN, J.; KANG, S.; DU, W.; GUO, J.; XU, M.; ZHANG, Y.; ZHONG, X.; ZHANG, W. Perspectives on future sea ice and navigability in the Arctic. **The Cryosphere**, [s.l.], v. 15, p. 5473-5482, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5194/tc-15-5473-2021>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CHEN, J.; KANG, S.; CHEN, C.; YOU, Q.; DU, W.; XU, M.; ZHONG, X.; ZHANG, W.; CHEN, J. Changes in sea ice and future accessibility along the Arctic Northeast Passage. **Global and Planetary Change**, Amsterdam, v. 195, n. 103319, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloplacha.2020.103319>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CHOI, J.; HARRIS, T. **Arctic military activity tracker**. Washington, DC: CSIS, 2021. Disponível em: <https://arcticmilitarytracker.csis.org/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CHOUDHARY, S.; SAALIM, S. M.; KHARE, N. Climate change over the Arctic: impacts and assessment. In: KHARE, N. **Understanding present and past Arctic environments: an integrated approach from climate change perspectives**. London: Elsevier, 2021.

CHYLEK, P.; FOLLAND, C.; KLETT, J. D.; WANG, M.; HENGARTNER, N.; LESINS, G.; DUBEY, M. K. Annual mean Arctic amplification 1970–2020: observed and simulated by CMIP6 climate models. **Geophysical Research Letters**, Washington,

DC, v. 49, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1029/2022GL099371>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CHU, P. **The life of permafrost**: a history of frozen Earth in Russian and Soviet science. Toronto: University of Toronto Press, 2021.

COATES, K. HOLROYD, C. **The Palgrave handbook of Arctic policy and politics**. Cham: Palgrave MacMillan, 2020.

COLGAN, J. **Climate change, grand strategy, and international order**. Washington, DC: Wilson Center, 23 July 2021. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/climate-change-grand-strategy-and-international-order>. Acesso em: 28 jan. 2024.

COOPER, A.; CHUFFART, R. **More political theatrics as Russia wants to denunciate UNCLOS in the Arctic**. Washington, DC: The Arctic Institute, 2024. Disponível em: <https://www.thearcticinstitute.org/more-political-theatrics-russia-wants-denunciate-unclos-arctic-leave-performances-bolshoi/>. Acesso em: 1 maio 2024.

CRAWFORD, J. **Brownlie's principles of public international law**. 9. ed. London: Oxford University Press, 2019.

DAI, P.; GAO, Y.; COUNILLON, F.; WANG, Y.; KIMMERTZ, M.; LANGEHAUG, H. Seasonal to decadal predictions of regional Arctic sea ice by assimilating sea surface temperature in the Norwegian Climate Prediction Model. **Climate Dynamics**, Heidelberg, v. 54, p. 3863-3878, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00382-020-05196-4>. Acesso em: 15 nov. 2023.

DETSCH, J. GRAMER, R. Russia's Nuclear Weapons are now in Belarus. **Foreign Policy**, Washington, DC, 14 Mar. 2024. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2024/03/14/russia-nuclear-weapons-belarus-putin/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

DIESEN, G. **Russophobia**: propaganda in international politics. Singapura: Palgrave MacMillan, 2022.

DODDS, K.; NUTTALL, M. **The scramble for the poles**: the geopolitics of the Arctic and Antarctic. Malden: Polity, 2016.

DOBRETSOV, N.; POKHILENKO, N. Mineral resources and development in the Russian Arctic. **Russian Geology and Geophysics**, New York, v. 51, p. 98-111, Feb. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rgg.2009.12.009>. Acesso em: 3 jan. 2024.

DRUCKENMILLEN, M.; THOMAN, R.; MOON, T. **Arctic report card 2022**. Washington, DC: NOAA, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25923/yjx6-r184>. Acesso em: 3 jan. 2024.

EBINGER, C. K.; ZAMBETAKIS, E. The geopolitics of Arctic Melt. **International Affairs**, London, v. 85, n. 6, p. 1215-1232, Nov. 2009. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/85/6/1215/2332654>. Acesso em: 3 jan. 2024.

EDELMAN, M. **Political language**: words that succeed and policies that fail. New York: Academic Press, 1977.

EIA. **Dry natural gas production**. Washington, 2024. (Historical series 1990-2024). Disponível em: <https://www.eia.gov/international/data/world/natural-gas/dry-natural-gas-production>. Acesso em: 13 mar. 2024.

EMMERSON, C. **The future history of the Arctic**. New York: Public Affairs, 2010.

FIORATI, J. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 34, n. 133, p. 129-154, jan./mar. 1997. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/520442/000100270.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2024.

FLEENER, C. **U.S. Arctic policy**: a race for the Arctic intelligence and national security implications. Washington: American Public University, 2013.

FITZPATRICK, S. **Breve história da União Soviética**. São Paulo: Todavia, 2023.

FOGGO, J.; GOSNELI, R. U. S. maritime strategy in the Arctic: past, present, and future. **U. S. Naval War College Review**, Newport, v. 75, n. 3, 2022. Disponível em: <https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol75/iss3/4>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FORSYTH, J. **A history of the peoples of Siberia**: Russia's North Asian Colony 1581-1990. New York: Cambridge University Press, 1992.

FOX, W. War and change in world politics by Robert Gilpin. **Political Science Quarterly**, Oxford, v. 97, n. 4, p. 684-685, Dec. 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2149793>. Acesso em: 19 dez. 2022.

FREEMAN, C.; SOETE, L. **A economia da inovação industrial**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

FREIRE, M. **A Rússia de Putin**: vectores estruturantes de política externa. Coimbra: Almedina, 2011.

GASCARD, J.; RIEMANN-CAMPE, K.; GERDES, R.; SCHYBERG, H.; RANDRIAMAMPINANINA, R.; KARCHER, M.; ZHANG, J.; RAFIZADEH, M. Future sea ice conditions and weather forecasts in the Arctic: implications for Arctic shipping. **Ambio Journal of Environment and Society**, [s.l.], v. 43, n. 3, S355-S367, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13280-017-0951-5>. Acesso em: 14 mar. 2024.

GAUTIER, D.; BIRD, K.; CHARPENTIER, R.; GRANTZ, A.; HOUSEKNECHT, D. W.; KLETT, T. R.; MOORE, T. E.; PITMAN, J. K.; SCHENK, C. J.; SCHUENEMEYER, J. H.; SØRENSEN, K.; TENNYSON, M. E.; VALIN, Z. C.; WANDREY, C. J. Oil and gas

resource potential north of the Arctic Circle. **Geological Society, Memoirs**, London, v. 35, p. 151-161, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1144/M35.9>. Acesso em: 14 mar. 2024.

GAUTIER, D.; BIRD, K.; CHARPENTIER, R.; GRANTZ, A.; HOUSEKNECHT, D. W.; KLETT, T. R.; MOORE, T. E.; PITMAN, J. K.; SCHENK, C. J.; SCHUENEMEYER, J. H.; SØRENSEN, K.; TENNYSON, M. E.; VALIN, Z. C.; WANDREY, C. J. Assessment of undiscovered oil and gas in the Arctic. **Science**, Washington, v. 324, 29 May 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.1169467>. Acesso em: 14 mar. 2024.

GIDDENS, A. **The politics of climate change**. Malden: Polity Press, 2009.

GILPIN, R. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GILPIN, R. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

GJØRV, G.; LANTEIGNE, M.; SAM-AGGREY, H. (ed.). **Routledge handbook of Arctic security**. London: Routledge, 2020.

GOLDGEIGER, J.; SHIFRINSON, J. **Evaluating NATO enlargement: from Cold War victory to the Russia-Ukraine War**. Cham: Palgrave MacMillan, 2023.

GORMAN, E. **NATO and the issue of Russia**. New York: Nova Science, 2010.

GORODETSKY, G. **Russia: between East and West**. Portland: Frank Cass Publishers, 2005.

GRAJEWSKI, N. Russia's great power assertion. **St. Anthony's International Review**, Oxford, v. 13, n. 1, p. 141-163, May 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26229126>. Acesso em: 14 mar. 2024.

GROTZINGER, J.; JORDAN, T. **Para entender a Terra**. São Paulo: Bookman, 2013.

GUPTA, M. The Arctic sea-ice navigability index. **Current Science**, Bangalore, v. 121, n. 4, 24 Aug. 2021. Disponível em: <https://www.currentscience.ac.in/Volumes/121/04/0525.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

GUSEV, E. Results and prospects of geological mapping of the Arctic shelf of Russia. **Journal of Mining Institute**, Saint Petersburg, v. 255, p. 290-298, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.31897/PMI.2022.50>. Acesso em: 14 mar. 2024.

GUSTAFSON, T. **Klimat: Russia in the age of climate change**. Cambridge: Harvard University Press, 2021.

HARTLEY, J. **Siberia: a history of the people**. New Haven: Yale University Press, 2014.

HEININEN, L.; EXNER-PIROT, H. (ed.). **Climate change and Arctic security: searching for a paradigm shift**. Zurique: Palgrave Macmillan, 2020.

HOBBSAWM, E. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBBSAWM, E. **A era do capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

HOBBSAWM, E. **A era dos impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOBBSAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOFSTADTER, R. **The paranoid style in American politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1964.

HOGG, J.; FONOVEROVA, M.; MEZIĆ, I. **Analysis and prediction of sea ice evolution using Koopman mode decomposition techniques**. Washington: DTIC, Apr. 2018. (Technical Report). Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/citations/AD1061587>. Acesso em: 18 mar. 2022.

HOGG, J.; FONOVEROVA, M.; MEZIĆ, I. Exponentially decaying modes and long-term prediction of sea ice concentration using Koopman mode decomposition. **Nature Scientific Reports**, [s.l.], v. 10, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-020-73211-z>. Acesso em: 18 mar. 2022.

HØNNELAND, G. **Arctic politics, the law of the sea and Russian identity: the Barents Sea delimitation agreement in Russian public debate**. New York: Palgrave Pivot, 2014.

HØNNELAND, G. **Russia and the Arctic: environment, identity and foreign policy**. London: I. B. Taurius, 2016.

HØNNELAND, G. **Russia and the West: environmental discourses in the European Arctic**. London: Routledge, 2003.

HORENSMA, P. **The Soviet Arctic**. London: Routledge, 1991.

HOSKING, G. **A history of the USSR: 1917-1991**. Waukegan: Fontana, 1992.

HOSKING, G. **Russia: people and empire, 1552-1917**. Enlarged edition. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

HOSKING, G. **Russia and the Russians: a history**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

KATANICH, D. How a dark fleet of ships is helping Russia evade oil sanctions. **Euronews**, Lyon, 16 Nov. 2023. Market analysis. Disponível em: <https://www.euronews.com/business/2023/11/16/how-a-dark-fleet-of-ships-is-helping-russia-evade-oil-sanctions>. Acesso em: 13 mar. 2024.

ICJ. **Question of the delimitation of the continental shelf between Nicaragua and Colombia beyond 200 nautical miles from the Nicaraguan coast (Nicaragua v. Colombia)**. [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/case/154>. Acesso em: 13 mar. 2024.

IISS. **The military balance 2024**. London, 2024.

IISS. **The military balance 2023**. London, 2023.

IISS. **The military balance 2022**. London, 2022.

IISS. **The military balance 2015**. London, 2015.

IISS. **The military balance 2014**. London, 2014.

IISS. **The military balance 2008**. London, 2009.

IISS. **The military balance 2008**. London, 2008.

IISS. **The military balance 2007**. London, 2007.

IPCC. **Fourth assessment report**. Geneva: United Nations Environmental Programme, 2007. (Climate Assessment Report). Disponível em: <https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar4/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ISAKSEN, K.; NORDLI, Ø.; IVANOV, B.; KØLTZOW, M.; AABOE, S.; GJELTEN, H.; MEZGHANI, A.; EASTWOOD, S.; FØRLAND, E.; BENESTAD, R.; HANSEN-BAUER, I.; BRÆKKAN, R.; SVIASHCHENNIKOV, P.; DEMIN, V.; REVINA, A.; KARANDASHEVA, T. Exceptional warming over the Barents area. **Nature Scientific Reports**, London, v. 12, n. 9371, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-022-13568-5>. Acesso em: 14 mar. 2024.

JANICKI, W. Why do they need the Arctic? The first partition of the sea. **Arctic**, Calgary, v. 65, n. 1, p. 87-97, Mar. 2012. Disponível em: <https://journalhosting.ucalgary.ca/index.php/arctic/article/view/67215>. Acesso em: 14 mar. 2024.

JENSEN, Ø. The Svalbard Treaty and Norwegian sovereignty. **Arctic Review on Law and Politics**, Tromsø, v. 11, p. 82-107, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23865/arctic.v11.2348>. Acesso em: 14 mar. 2024.

JIN, Y.; CHEN, M.; YAN, H.; WANG, T.; YANG, J. Sea level variation in the Arctic ocean since 1979 based on ORAS5 data. **Frontiers in Marine Science**, Lausanne, v. 10, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fmars.2023.1197456>. Acesso em: 14 mar. 2024.

JOSEPHSON, P. Technology and the conquest of the Soviet Arctic. **The Russian Review**, Lawrence, v. 70, p. 419-439, July 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41289976>. Acesso em: 14 mar. 2024.

KACIMI, S; KWOK, R. Arctic snow depth, ice thickness, and volume from ICESat-2 and CryoSat-2: 2018–2021. **Geophysical Research Letters**, Washington, v. 49,

e2021GL097448, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1029/2021GL097448>. Acesso em: 14 mar. 2024.

KAPLAN, R. **A vingança da geografia**: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013.

KELLEY, C. P.; MOHTADI, S.; CANE, M. A.; KUSHNIR, Y. Climate change in the Fertile Crescent and implications of the recent Syrian drought. **PNAS**, Washington, v. 112, n. 11, p. 3241-3246, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1421533112>. Acesso em: 14 mar. 2024.

KENNEL, C.; YULAEVA, E. Influence of Arctic sea-ice variability on Pacific trade winds. **PNAS**, Washington, v. 117, n. 6, p. 2824-2834, Jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1717707117>. Acesso em: 13 ago. 2024.

KEOHANE, R. O.; KING, G.; VERBA, S. **Designing social inquiry**: scientific inference in qualitative research. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KHAPAEVA, D. **Putin's dark ages**: political neomedievalism and re-Stalinization in Russia. London: Routledge, 2024.

KIN, M. Dark tanker oil transfers rise further with suspected sanctioned trades. **S&P Global**, [s.l.], 30 Nov. 2023. Commodity insights. Disponível em: <https://www.spglobal.com/commodityinsights/en/market-insights/latest-news/shipping/113023-dark-tanker-oil-transfers-rise-further-with-suspected-sanctioned-trades>. Acesso em: 13 mar. 2024.

KLIMENKO, E. **Russia's new Arctic policy document signals continuity rather than change**. Essay. Estocolmo: SIPRI, 2020. Disponível em: <https://www.sipri.org/commentary/essay/2020/russias-new-arctic-policy-document-signals-continuity-rather-change>. Acesso em: 15 fev. 2022

KOFMAN, M.; FINK, A.; GORENBURG, D.; CHESTNUT, M.; EDMONDS, J.; WALLER, J. **Russian military strategy**: core tenets and operational concept. CNA Research Memorandum. Arlington: CNA, 2021.

KOLODKIN, A.; VOLOSOV, M. The legal regime of the Soviet Arctic: major issues. **Marine Policy**, Mar. 1990.

KONDRATOV, N.; KALININA, M.; ZAYKOV, K.; TAMITSKIY, A. Strategic research priorities of Russia and foreign countries in the Arctic region. **Arctic Ecology and Economy**, Moscow, v. 23, n. 3, 2016.

KONTOROVICH, A.; EPOV, M.; BURSHEIN, L.; KAMINSKII, V.; KURCHIKOV, A.; MALYSHEV, N.; PRISCHEPA, O.; SAFRONOV, A.; STUPAKOVA, A.; SUPRUNENKO, O.; TROFIMUK, A. Geology and hydrocarbon resources of the continental shelf in Russian Arctic seas and the prospects of their development. **Russian Geology and Geophysics**, New York, v. 51, p. 3-11, Feb. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rgg.2009.12.003>. Acesso em: 15 fev. 2022.

KOSHOVYI, D. **The status of Svalbard in relations between the Soviet Union and Norway during the Cold War**. Oslo: Oslo University, 2019.

KRASKA, J. (ed.). **Arctic security in an age of climate change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

KRASNER, S.; WEBB, M. Hegemonic stability theory: an empirical assessment. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 15, special issue 2, p. 183-198, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0260210500112999>. Acesso em: 15 maio 2022.

KREIL, E. **United States produces more crude oil than any country, ever**. Washington: EIA, 2023. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=61545>. Acesso em: 2 mar. 2024.

KWOK, R.; MORISON, J. Sea surface height and dynamic topography of the ice-covered oceans from CryoSat-2: 2011-2014. **Journal of Geophysical Research: oceans**, Hoboken, v. 121, n. 1 p. 674-692, Jan. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/2015JC011357>. Acesso em: 13 mar. 2024.

KWOK, R.; PETTY, A.; WIMERT, J.; BAGNARDI, M.; CUNNINGHAM, G.; HANCOCK, D.; IVANOFF, A.; KURTZ, N. **Ice, cloud, and land elevation Satellite-2 project**: algorithm theoretical basis document (ATBD) for sea ice products: release 005. Greenbelt: Goddard Space Flight Center/NASA, 2021. Disponível em: https://icesat-2.gsfc.nasa.gov/sites/default/files/page_files/ICESat2_ATL07_ATL10_ATBD_r005.pdf. Acesso em: 21 fev. 2024.

LABE, Z. **Climate change indicators**: rising temperatures. Washington: NOAA GFDL, 2024. Disponível em: <https://zacklabe.com/climate-change-indicators/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

LAKHTINE, W. Rights over the Arctic. **The American Journal of International Law**, [s.l.], v. 24, n. 4, p. 703-717, Oct. 1930.

LAKHTINE, W. **Prava na severnyepolyarnyeprostranstva** [Direitos sobre as Regiões Árticas]. [Moscou: Comissariado do Povo para Assuntos Estrangeiros], 1928. Disponível em: <https://elib.rgo.ru/handle/123456789/218342>. Acesso em: 3 jan. 2024.

LALOMOV, A.; BOCHNEVA, A. Rare-metal potential of placer deposits and weathering crusts of the Russian Arctic. **Arctic Ecology and Economy**, [s.l.], v. 32, n. 4, 2018.

LALOMOV, A.; BOCHNEVA, A.; LEBARGE, W. Placer mineral deposits of Russian Arctic zone: genetic prerequisites of formation and prospect of development of mineral resource. **Ore Geology Reviews**, Amsterdam, v. 138, n. 2, July 2021.

LANGER, M.; VON DEIMLING, T. S.; WESTERMANN, S.; ROLPH, R.; RUTTE, R.; ANTONOVA, S.; RACHOLD, V.; SCHULTZ, M.; OEHME, A.; GROSSE, G. Thawing permafrost poses environmental threat to thousands of sites with legacy industrial contamination. **Nature Communications**, [s.l.], v. 14, article n. 1721, p. 1-11, 28 Mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-023-37276-4>. Acesso em: 15 dez. 2023.

LANTZEFF, G. **Eastward to empire**: exploration and conquest on the Russian open frontier to 1750. Toronto: McGill University Press, 1973.

LARUELLE, M. **Russia's Arctic policy**: a power strategy and its limits. Paris: IFRI, 2020. (Russie.Nei.Visions, n. 117).

LARUELLE, M. **Russia's Arctic strategies and the future of the Far North**. London: Routledge, 2013.

LAUNIUS, R.; FLEMING, J.; DEVORKIN, D. **Globalizing Polar science**: reconsidering the International Polar and geophysical years. New York: Palgrave MacMillan, 2010.

LE MIÈRE, C.; MAZO, J. **Arctic opening**: insecurity and opportunity. London: IISS, 2013.

LI, X.; LYNCH, A. New insights into projected Arctic sea road: operational risks, economic values, and policy implications. **Climate Change**, [s.l.], v. 176, article n. 30, p. 1-16, Mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10584-023-03505-4>. Acesso em: 15 dez. 2023.

LIEVEN, D. (ed.). **The Cambridge history of Russia**: v. II: Imperial Russia 1689-1917. London: Cambridge University Press, 2006.

LILLA, M. **The shipwrecked mind**: on political reaction. New York: The New York Review of Books, 2016.

LIPMAN, M. Putin's 'Besieged Fortress' and its ideological arms. In: LIPMAN, M.; PETROV, N. (ed.). **The State of Russia**: what comes next? New York: Palgrave MacMillan, 2015. p. 110-136.

LIVERS, K. **Conspiracy culture**: post-Soviet paranoia and the Russian imagination. Toronto: University of Toronto Press, 2020.

LOPEZ-BLANCO, E.; TOPP-JØRGENSEN, E.; CHRISTENSEN, T. R.; RASCH, M.; SKOV, H.; ARNDAL, M. F.; BRET-HARTE, M. S.; CALLAGHAN, T. V.; SCHMIDT, N. M. Towards an increasingly biased view on Arctic change. **Nature Climate Change**, [s.l.], v. 14, p. 152-155, 22 Jan. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41558-023-01903-1>. Acesso em: 2 mar. 2024.

LUCKE, F. **The securitisation of climate change and the governmentalisation of security**. Cham: Palgrave-MacMillan, 2020.

MACDONALD, A. P. Becoming an "Arctic-capable" navy: not just the Arctic and offshore patrol ship. **Canadian Military Journal**, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 7-16, 2022. Disponível em: <https://www.journal.forces.gc.ca/PDFs/CMJ222Ep7.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MACKINDER, H. The geographical pivot of history. **The Geographical Journal**, [s.l.], v. 23, n. 4, p. 421-437, 1904.

MARTIN, C. Climate change and global security: framing an existential threat. **American Journal of International Law**: Unbound, Washington, v. 116, July 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4169213>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MASTERS, J.; MERROW, W. **Nuclear weapons in Europe**: mapping U.S. and Russian deployments. Washington: Council on Foreign Relations, 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/in-brief/nuclear-weapons-europe-mapping-us-and-russian-deployments>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MAXAR. Implications of climate change in the Arctic. **Spotlight**, Washington, v. 26, Nov. 2020.

MCCANNON, J. **A history of the Arctic**: nature, exploration and exploitation. London: Reaktion Books, 2012.

MCCANNON, J. **Red Arctic**: Polar exploration and the myth of the North in the Soviet Union 1932-1939. New York: Oxford University Press, 1998.

MCCRISTALL, M. R.; STROEVE, J.; SERREZE, M. C.; FORBES, B. C.; SCREEN, J. A. New climate models reveal faster and larger increases in Arctic precipitation than previously projected. **Nature Communications**, [s.l.], v. 12, article n. 6765, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-021-27031-y>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MCGHEE, R. **The last imaginary place**: a human history of the Arctic world. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

MCGLYNN, J. **Memory makers**: the politics of the past in Putin's Russia. London: Bloomsbury, 2023.

MCKITTERICK, T. The validity of territorial and other claims in Polar Regions. **Journal of Comparative Legislation and International Law**, London, v. 21, n. 1, p. 89-97, 1939.

MEARSHEIMER, J. Why the Ukraine crisis is the West's fault. **Foreign Affairs**, New York, v. 93, n. 5, p. 77-89, Sept./Oct. 2014.

MELINO, M.; CONLEY, H. A. **The ice curtain**: Russia's Arctic military presence. Policy analysis. Washington: Center for Strategic & International Studies, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3oJRqYA>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MELLO NETO, M. J. D. de. **Identidades nacionais russas e geopolítica do Cáucaso**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016.

MENEZES, W. **O direito do mar**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

MIELNICZUK, F. O Conflito entre Rússia e Geórgia: uma revisão histórica. **Estudos Internacionais**: revista de relações internacionais, Belo Horizonte, v. 1, p. 157-166-166, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/6311>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MIELNICZUK, F. **A identidade como fonte de conflito**: as relações entre Ucrânia e Rússia no pós-URSS. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

MIELNICZUK, F. **Sovietologism**: Soviet Union as a Western representation. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011.

MIELNICZUK, F.; PICCOLLI, L. Política e sociedade na Rússia atual. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 7, n. 4, p. 50-54, 2015.

MILLAR, J. (ed.). **Encyclopaedia of Russian history**. v. 1. New York: Macmillan Reference, 2004.

MIN, C.; YANG, Q.; CHEN, D.; YANG, Y.; ZHOU, X.; SHU, Q.; LIU, J. The emerging Arctic shipping corridors. **Geophysical Research Letters**, Washington, v. 49, e2022GL099157, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1029/2022GL099157>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MORAES, A. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2004.

MOWINCKEL, E. **The scramble for the Arctic**: a structural realist approach to the geopolitics of the High North. Princeton: Princeton University, 2021.

NAUMOV, I. **The history of Siberia**. New York: Routledge, 2006.

NIELSEN, J.; OKHUIZEN, E. **From Northeast Passage to Northern Sea Route**: a History of the Waterway North of Eurasia. Leiden: Brill, 2022.

NILSEN, Thomas. Further expansion for Nvaya Zemlya air base aims to serve long-range bombers. **The Barents Observer**, Kirkenes, 17 Apr. 2023. Disponível em: <https://thebarentsobserver.com/en/security/2023/04/further-expansion-novaya-zemlya-airport-aims-serve-long-range-bombers>. Acesso em: 20 fev. 2024.

NUTTALL, M. **Encyclopedia of the Arctic**. New York: Routledge, 2005.

NUWER, R. Missing Russian data is harming Arctic research at a critical time. **Scientific American**, New York, 22 Jan. 2024. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/missing-russian-data-is-harming-arctic-research-at-a-critical-time/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

NUWER, R. Polar researchers strive for progress despite adverse world events. **Nature Index**, London, 11 Oct. 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-023-03088-1/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ODUM, E.; BARRETT, G. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

OFFERDAL, K.; TAMNES, R. **Geopolitics and security in the Arctic**. London: Routledge, 2016.

OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE. **The Russian Navy**: a historic transition. Annapolis: U.S. Navy Press, 2015.

OLENICOFF, S. **Territorial waters in the Arctic**: the Soviet position. Santa Monica: ARPA, 1972.

OMOLEKE, S. A.; MOHAMMED, I.; SAIDU, Y. Ebola viral disease in West Africa: a threat to global health, economy and political stability. **Journal of Public Health Africa**, [s.l.], v. 7, n. 1, Aug. 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28299152/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ØSTHAGEN, A. The good, the bad and the ugly: three levels of Arctic geopolitics. **Balsillie Papers**, [s.l.], v. 3, n. 04, Dec. 2020.

ØSTRENG, W. The northern sea route: a new era in soviet policy? **Ocean Development and International Law**, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 259-287, 1991.

OTAN. **ATP 17(c) Naval Arctic Manual**. Brussels, 2007.

OVERLAND, J. E.; WANG, M. The third Arctic climate pattern: 1930s and early 2000s. **Geophysical Research Letters**, Washington, v. 32, L23808, Dec. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1029/2005GL024254>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PALAZZO, A. **Climate change and national security**. Fort Leavenworth: Army University Press, 2022. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/combat-studies-institute/csi-books/Command/ClimateChg-Palazzo%20interactive%20w%20cover%2010Aug2022.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2024.

PANICKER, D.; VACHHARAJANI, B.; SRIVASTAVA, R.; OZA, S. Analysis of sea ice concentration and thickness over Barents Sea using standard logistic curve model. **Journal of Geomatics**, [s.l.], v. 17, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.58825/jog.2023.17.1.74>. Acesso em: 13 ago. 2024.

PARKER, S. Russia's shadow tanker fleet runs into trouble. **The Interpreter**, Sydney, 13 Feb. 2024. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/russia-s-shadow-tanker-fleet-runs-trouble>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PAUL, M.; SWISTEK, G. **Russia in the Arctic**: development plans, military potential, and conflict prevention. Berlin: SWP, 2022.

PEIMANI, H. (ed.). **Energy security and geopolitics in the Arctic**: challenges and opportunities in the 21st Century. Singapura: World Scientific, 2013.

PETTY, A.; KEENEY, N.; CABAJ, A.; KUSHMNER, P.; BAGNARDI, M. Winter Arctic sea ice thickness from ICESat-2: upgrades to freeboard and snow loading estimates and an assessment of the first three winters of data collection. **The Cryosphere**, Munich, v. 17, n. 1, p. 127-156, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5194/tc-17-127-2023>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PETTY, A.; KURTZ, N.; KWOK, R.; MARKUS, T.; NEUMANN, T. Winter Arctic sea ice thickness from ICESat-2 freeboards. **Journal of Geophysical Research: oceans**, Hoboken, v. 125, n. 5, e2019JC015764, May 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1029/2019JC015764>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PINCUS, R. **Shipping through the Arctic**: freedom of navigation, new commercial routes and civil security issues in the Arctic. Testimony to the AFET Committee of the European Parliament. Hearing in the Arctic: a new arena of geostrategic importance and great powers rivalry. [S.l.]: European Parliament, 2021.

PINCUS, R. Three-way power dynamics in the Arctic. **Strategic Studies Quarterly**, [s.l.], v. 14, n. 1, Spring 2020a.

PINCUS, R. Towards a new Arctic: changing strategic geography in the GIUK Gap. **The RUSI Journal**, [s.l.], v. 165, n. 3, p. 50-58, 2020b.

PISKAREV, A.; POSELOV, V.; KAMINSKY, V. (ed.). **Geologic structures of the Arctic Basin**. Cham: Springer, 2019.

PORCILE, G.; ESTEVES, L.; SCATOLIN, F. Tecnologia e desenvolvimento econômico. In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. (org.). **Economia da inovação tecnológica**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

POSELOV, V.; AVETISOV, G.; BUTSENKO, V.; ZHOLONDZ, S.; KAMINSKY V.; PAVLOV, S. The Lomonosov Ridge as a natural extension of the Eurasian continental margin into the Arctic Basin. **Russian Geology and Geophysics**, New York, v. 53, p. 1276-1290, June 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.rgg.2012.10.002>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PURVER, R. Arctic security: the Murmansk Initiative and its impact. **Current Research on Peace and Violence**, [s.l.], v. 11, n. 4, p. 147-158, 1988.

PUTIN, V. **Discurso do Presidente à Assembleia Federal Russa para o ano de 2023**. Moscou: Presidência da Federação Russa, 2023.

PUTIN, V. **Discurso do Presidente à Assembleia Federal Russa para o ano de 2024**. Moscou: Presidência da Federação Russa, 2024.

PUTIN, V. **Discurso do Presidente da Federação Russa na Conferência de Segurança de Munique**. Moscou: Presidência da Federação Russa, 2007.

RADNITZ, S. **Revealing schemes**: the politics of conspiracy in Russia and the post-Soviet region. New York: Oxford University Press, 2021.

RANTANEN, M.; KARPECHKO, A.Y.; LIPPONEN, A.; NORDLING, K.; HYVÄRINNEN, O.; RUOSTEENOJA, K.; VIHMA, T.; LAAKSONEN, A. The Arctic has warmed nearly four times faster than the globe since 1979. **Communications Earth and Environment**, [s.l.], v. 3, n. 168, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s43247-022-00498-3>. Acesso em: 13 mar. 2024.

REKVIK, G.; FINGER, M. **Global Arctic**: an introduction to the multifaceted dynamics of the Arctic. London: Springer, 2022.

RIBEIRO, R. **As relações da Rússia com a Ucrânia e a Moldávia**: uma perspectiva comparada da política externa russa para a Crimeia e a Transnístria. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

RIBEIRO, W. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROBERTS, G. The Soviet decision for a Pact with Nazi Germany. **Soviet Studies**, Abingdon, v. 44, n. 1, p. 57-78, 1992.

ROGOWAY, T. Massive expansion underway at Russia's Northernmost Arctic Air Base. **The War Zone**, Portland, 24 Aug. 2021. Disponível em: <https://www.twz.com/42116/massive-expansion-underway-at-russias-highly-strategic-northernmost-arctic-air-base>. Acesso em: 13 mar. 2024.

ROSENFELDE, S. **Putin's Russia: economy, defense and foreign policy**. Singapore: World Scientific Publishing Company, 2020.

ROTH, A. The dark fleet of tankers shipping Russian oil in the shadows. **The Guardian**, London, 19 Aug. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2023/aug/19/the-dark-fleet-of-tankers-shipping-russian-oil-in-the-shadows>. Acesso em: 13 mar. 2024.

RUMER, E.; SOKOLSKY, R.; STRONSKI, P. **Russia in the Arctic: a critical examination**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2021.

RUSSIAN FEDERATION. **Concept of foreign policy of the Russian Federation**. Moscow: Presidency of the Russian Federation, 2008.

RUSSIAN FEDERATION. **Concept of foreign policy of the Russian Federation**. Moscow: Presidency of the Russian Federation, 2023.

RUSSIAN FEDERATION. **Fundamentals of the Russian Federation state policy to the Arctic to 2020**. Moscow: Presidency of the Russian Federation, 2008.

RUSSIAN FEDERATION. **Fundamentals of the Russian Federation state policy to the Arctic to 2035**. Moscow: Presidency of the Russian Federation, 2020.

SAFONOV, Y. Mineral potential of the Russian Arctic: state and efficient development. **Russian Geopolgy and Geophysics**, [s.l.], v. 51, n. 1, p. 112-120, Jan. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rgg.2009.12.013>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SANTOS, L. E. F. dos. **Cooperação e conflitos nas regiões polares: um cenário para o século XXI**. 2016. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/147437>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SAPOLSKY, H. **Antisubmarine Warfare after the Cold War**. MIT Security Studies Conference. Cambridge: MIT, 1997.

SCHEWE, E. Why climate change is a national security issue. **JSTOR Daily Articles**, Ann Arbor, 25 Oct. 2018. Disponível em: <https://daily.jstor.org/why-climate-change-is-a-national-security-issue/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

SCHUTTE, G. The challenge to US hegemony and the “Gilpin Dilemma”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, São Paulo, v. 64, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329202100104>. Acesso em: 12 fev. 2022.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2018.

SEMYONOV, Y. **The conquest of Siberia: an epic of human passions**. London: Routledge, 1944.

SHARAFUTDINOVA, G. **The red mirror: Putin’s leadership and russia’s insecure identity**. New York: Oxford University Press, 2020.

SHARAPOV, D. Arctic ice changes and global warming. **E3S Web of Conferences**, [s.l.], v. 460, article n. 08014, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1051/e3sconf/202346008014>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SERGUNIN, A.; KONYSHEV, V. Forging Russia’s Arctic strategy: actors and decision-making. **The Polar Journal**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 75-93, 2019.

SERREZE, M. **Brave new Arctic: the untold story of the melting north**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

SERREZE, M.; BARRY, R. **The Arctic climate system**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

SERREZE M. C.; BARRY R. G. Processes and impacts of Arctic amplification: a research synthesis. **Global Planetary Change**, [s.l.], v. 77, n. 1-2, p. 85-96, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloplacha.2011.03.004>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SERREZE, M. C.; CRAWFORD, A.; STROEVE, J. C.; BARRETT, A. P.; WOODGATE, R. A. Variability, trends and predictability of seasonal sea ice retreat and advance in the Chukchi Sea. **Journal of Geophysical Research: oceans**, Washington, v. 121, n. 10, p. 7308-7325, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/2016JC011977>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SERREZE M. C.; MEIER W. N. The Arctic’s sea ice cover: trends, variability, predictability, and comparisons to the Antarctic. **Annals of the New York Academy of Sciences**, New York, v. 1436, n. 1, p. 36-53, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/nyas.13856>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SERREZE, M. C.; STROEVE, J.; BARRETT, A. P.; BOISVERT, L. N. Summer atmospheric circulation anomalies over the Arctic Ocean and their influences on September sea ice extent: a cautionary tale. **Journal of Geophysical Research: atmospheres**, Washington, v. 121, n. 19, p. 11463-11485, 16 Oct. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/2016JD025161>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SHARMA, B. Russia in the Arctic: rivals and stakes. **World Affairs**, London, v. 22, n. 3, p. 142-155, July/Sept. 2018. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48520087>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SILVA, L. Ice-ocean coupled computations for sea-ice prediction to support ice navigation in Arctic sea routes. **Polar Research**, [s.l.], v. 34, 2015.

SLEZKINE, Y. **Arctic mirrors**: Russia and the small peoples of the North. Ithaca: Cornell University Press, 2016.

SMITH, D.; COHEN, J.; DESER, C.; SCREEN, J. [...] ZHANF, X. **The Polar Amplification Model Intercomparison Project (PAMIP) contribution to CMIP6**: investigating the causes and consequences of polar amplification. [S.l.], 2018.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/325614176_The_Polar_Amplification_Model_Intercomparison_Project_PAMIP_contribution_to_CMIP6_investigating_the_causes_and_consequences_of_polar_amplification. Acesso em: 13 mar. 2024.

SNETKOV, V.; WESHKELSKY, A.; YURKOVA, O. Historical-legal aspect of the political system in the Russia's arctic region. **IOP Conf. Series**: Earth and environmental science, [s.l.], v. 539, n. 012009, 2020.

SNIDAL, D. The limits of hegemonic stability theory. **International Organization**, Cambridge, v. 39, n. 4, p. 579-614, 1985. Disponível em:

<https://doi.org/10.1017/S002081830002703X>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SOLDATOV, A. All-encompassing paranoia: how the attitude toward security has changed in Russia. **Russian Politics and Law**, [s.l.], v. 54, n. 4, p. 395-403, 2016.

Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10611940.2016.1207472>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SPOHR, K.; HAMILTON, D.; MOYER, J. (ed.). **The Arctic and world order**. Washington: Johns Hopkins University Press, 2020.

STEVENSON, T.; DAVIES, J.; HUNTINGTON, H.; SHEARD, W. An examination of trans-Arctic vessel routing in the Central Arctic Ocean. **Marine Policy**, Surrey, v. 100, p. 83-89, Feb. 2019.

STONE, N. **The Eastern Front 1914-1917**. New York: Penguin, 2004.

STRAWA, A. W.; LATSHAW, G.; FARKAS, S.; RUSSELL, P.; ZORNETZER, S. Arctic ice loss threatens national security: a path forward. **Orbis**, Philadelphia, v. 64, n. 4, p. 622-636, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.orbis.2020.08.010>. Acesso em: 13 mar. 2024.

STREINBRECHT, W.; KUBISTIN, D.; PLASS-DÜLMER, C. [...] COOPER, O. COVID-19 crisis reduces free tropospheric ozone across the Northern hemisphere. **Geophysical Research Letters**, Washington, v. 48, n. 5, Mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1029/2020GL091987>. Acesso em: 13 ago 2024.

SUNY, R. (ed.). **The Cambridge history of Russia**: v. III: the Twentieth Century. London: Cambridge University Press, 2006.

SUTTON, H. I. Indications of Poseidon test launch from submarine Belgorod. **Covert Shores**, [s.l.], 25 June 2023. Disponível em: <http://www.hisutton.com/Russian-Navy-Poseidon-Test-OSINT.html>. Acesso em: 13 ago 2024.

SUTTON, H. I. Poseidon Torpedo. **Covert Shores**, [s.l.], 22 Feb. 2019. Disponível em: http://www.hisutton.com/Poseidon_Torpedo.html. Acesso em: 13 ago 2024.

SUTTON, H. I. **World submarines**: Covert Shores recognition guide. Seattle: Create Space Publishing, 2017.

TEIXEIRA, W.; FAIRCHILD, T.; TOLEDO, M.; TAIOLI, F. **Decifrando a Terra**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2009.

TEPES, P.; NIENOW, P.; GOURMELEN, N. Accelerating ice mass loss across Arctic Russia in response to atmospheric warming, sea ice decline, and Atlantification of the Eurasian Arctic shelf seas. **Journal of Geophysical Research**: Earth surface, Washington, v. 126, n. 7, e2021JF006068, July 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1029/2021JF006068>. Acesso em: 13 ago 2024.

THÉVENIN, P. Back to the USSR: the consequences of the 1965 Soviet Decree No. 331-112 “On the Procedure for Navigation of Foreign Ships in the Straits Along the Track of the Northern Sea Route” on Today’s Navigation Through the Russian Arctic Straits. **Ocean Development & International Law**, [s.l.], v. 54, n. 1, p. 63-91, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00908320.2023.2182852>. Acesso em: 13 ago 2024.

THÉVENIN, P. **Soviet and Russian approach to the Law of the Sea**: liberalism and local resistance. Tartu: Tartu University, 2022.

THOMPSON, N. **Settlers on the Edge**: identity and modernization on Russia's Arctic frontier. Vancouver: UBC Press, 2009.

TILLMAN, H.; YANG, J.; NIELSSON, E. The Polar silk road: China’s new frontier of international cooperation. **China Quarterly of International Strategic Studies**, [s.l.], v. 4, n. 3, p. 345-362, 2018.

TIMTCHENKO, L. The Russian Arctic sectoral concept: past and present. **Arctic**, [s.l.], v. 50, n. 1, 50 Years of Northern Science, p. 29-35, Mar. 1997.

TITLEY, D. Integrated ocean observing and the U.S. Navy. **Marine Technology Society Journal**, Washington, v. 44, n. 6, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.4031/MTSJ.44.6.17>. Acesso em: 13 ago. 2024.

TODOROV, A. **Russia’s Arctic shelf bid and the commission on the limits of the continental shelf, explained**. Cambridge: Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School, 2023. Disponível em: <https://www.belfercenter.org/publication/russias-arctic-shelf-bid-and-commission-limits-continental-shelf-explained>. Acesso em: 13 ago. 2024.

TROMBETTA, M. (ed.). **Handbook on climate change and international security**. Cheltenham: Edward Elgar, 2023.

TSYGANKOV, A. **Russia’s foreign policy**: change and continuity in national identity. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2013.

TSYGANKOV, A. **Russophobia**: anti-Russian lobby and American foreign policy. New York: Palgrave McMillan, 2009.

TUCKETT, C.; ROWLANDS, K. Drifting away? Russia's dissatisfaction with the Law of the Seas. **RUSI Commentary**, [s.l.], 9 Feb. 2024. Disponível em: <https://www.rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/drifting-away-russias-dissatisfaction-law-sea>. Acesso em: 13 ago. 2024.

TURUNEN, E. **Resources in the Arctic**. Oslo: Nordregio Institute, 2019. Disponível em: www.nordregio.org/maps/resources-in-the-arctic-2019/. Acesso em: 14 jun. 2021.

ULYANOVA, S.; ANOSOVA, N.; FISHEVA, A. Soviet transarctic flights in the late 1920s and their role in the geographical development of the Arctic regions of Siberia. **IOP Conf. Series: Earth and environmental science**, [s.l.], n. 539, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1088/1755-1315/539/1/012014/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

U. S. ARMY. Army re-activates historic airborne unit, reaffirms commitment to Arctic Strategy. **US Army News Service**, Washington, 8 June 2022. Disponível em: https://www.army.mil/article/257356/army_re_activates_historic_airborne_unit_reaffirms_commitment_to_arctic_strategy. Acesso em: 13 mar. 2024.

U. S. NAVY. **The commander's handbook on the Law of Naval Operations**. Washington, 2022.

VEREYKINA, E. Russia is considering withdrawal from the UN Convention on the Law of the Sea in the Arctic. **The Barents Observer**, Kirkenes, Mar. 2024. Disponível em: <https://thebarentsobserver.com/en/2024/03/russia-considering-withdrawal-law-sea-treaty-arctic>. Acesso em: 16 ago. 2024.

VILLA, R.; GASPARI, D. Notas sobre hegemonia, poder e guerra em Gilpin. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 66-81, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/17091/14105>. Acesso em: 19 dez. 2022.

VOGLER, J. **Climate change in world politics**: energy, climate and the environment. New York: Palgrave-McMillan, 2016.

WALKER, S. Ukraine and Russia: leaders in talks over Kremlin loan deal. **The Guardian**, London, 17 Dec. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/dec/17/ukraine-russia-leaders-talks-kremlin-loan-deal>. Acesso em: 13 mar. 2024.

WALL, C.; WEGGE, N. **The Russian Arctic Threat**: consequences of the Ukraine War. Washington: CSIS, 2023.

WALLING, M. **Forgotten sacrifice**: the Arctic convoys of World War II. Oxford: Osprey, 2012.

WALTZ, K. Structural realism after the Cold War. **International Security**, Cambridge, v. 25, n. 1, p. 5-41, Summer 2000.

WALTZ, K. **Theory of international politics**. London: Addison-Wesley, 1979.

WANG, C.; LIU, D.; XU, M.; YU, Y.; LI, X.; GAO, J.; XING, W. The sustainable relationship between navigation of Arctic passages, Arctic resources, and the environment. **Journal of Sustainable Development**, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 127-136, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5539/jsd.v9n2p127>. Acesso em: 13 mar. 2024.

WOHLFORTH, W. Gilpinian realism and international relations. **International Relations**, London, v. 25, n. 4, p. 499-511, Dec. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0047117811411742>. Acesso em: 12 nov. 2021.

WOOD, A. **Russia's frozen frontier: a history of Siberia and the Russian Far East 1581-1991**. London: Bloomsbury, 2011.

WOOD, A.; FRENCH, R. (ed.). **The development of Siberia: people and resources**. London: Palgrave Macmillan, 1989.

WOODMAN, R. **The Arctic convoys 1941-1945**. London: John Murray, 1994.

WU, B.; LI, Z. Possible impacts of anomalous Arctic sea ice melting on summer atmospheres. **International Journal of Climatology**, Chichester, v. 42, p. 1818-1827, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/joc.7337>. Acesso em: 2 mar. 2024.

YABLOKOV, I. **Fortress Russia: conspiracy theories in the post-Soviet world**. Cambridge: Polity, 2018.

YABLOKOV, I.; CHATTERJE-DOODY, P. **Russia today and conspiracy theories: people, power and politics on RT**. London: Routledge, 2022.

YANG, Y.; REN, L.; LI, H.; WANG, H.; WANG, P.; CHEN, L.; YUE, X.; LIAO, H. Fast climate responses to aerosol emission reductions during the Covid-19 pandemic. **Geophysical Research Letters**, Washington, v. 47, n. 19, e2020GL089788, 16 Oct. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1029/2020GL089788>. Acesso em: 13 ago. 2024.

YERMAKOV, V. Follow the money: understanding Russia's oil and gas revenues. **Oxford Energy Comment**, Oxford, Mar. 2024.

ZHOU, X.; MIN, C.; YANG, Y.; LANDY, J.; MU, L.; YANG, Q. Revisiting trans-Arctic maritime navigability in 2011-2016 from the perspective of sea ice thickness. **Remote Sens**, [s.l.], v. 13, n. 2766, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/rs13142766>. Acesso em: 13 ago. 2024.

ZHOU, X.; WANG, B.; HUANG, F. Evaluating sea ice thickness simulation is critical for projecting a summer ice-free Arctic Ocean. **Environmental Research Letters**, [s.l.], v. 17, n. 114033, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1088/1748-9326/ac9d4d>. Acesso em: 13 ago. 2024.

ZELLEN, B. **Arctic doom, Arctic boom: geopolitics of climate change in the Arctic**. Denver: ABC Clio, 2009.

ZENZINOV, V. The Soviet Arctic. **The Russian Review**, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 65-73, 1944.

ZYSK, K. Military aspects of Russia's Arctic policy: hard power and natural resources. *In*: KRASKA, J. (ed.). **Arctic security in an age of climate change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ZYSK, K. Myth 8: Russia's military buildup in the Arctic is defensive. *In*: CHATHAM HOUSE. **Myths and misconceptions around Russian military intent**. London, 2022. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2022/07/myths-and-misconceptions-around-russian-military-intent/myth-8-russias-military-build>. Acesso em: 13 ago. 2024.

ZYSK, K. **Russia's military build-up in the Arctic: to what end?** Arlington: Center for Naval Analyses, 2020. Disponível em: <https://www.cna.org/reports/2020/09/IOP-2020-U-027998-Final.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.